

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 15 • Número 1 • Janeiro – Junho 2022

I

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Mário Sérgio Carneiro

Pró-reitoria de Graduação – PR1

Lincoln Tavares Silva

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitora de Extensão e Cultura – PR3

Cláudia Gonçalves de Lima

Pró-reitoria de Políticas e Assistência Estudantis – PR4

Catia Antonia da Silva

Centro de Ciências Sociais – CCS

Diretor

Dirce Eleonora Nigro Solis

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH

Diretor

Jaime Antunes da Silva

Núcleo de Estudos das Américas – NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. – Janeiro-Julho 2022 – Rio de Janeiro : UERJ. IFCH.
 Nucleas, 2022.
 v. ; il.
 338 p.

 Semestral
 Inclui bibliografia

1. América Latina – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

:

Linha Editorial

A Revista LATINIDADE é uma publicação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Está indexada ao LATININDEX desde 2012. Reúne textos de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e estudiosos latinoamericanistas, do país e do exterior. A Revista mantém circulação semestral e mais um número Especial, por ano.

A Linha Editorial atende aos Grupos de Trabalho –GT do NUCLEAS e segue às Linhas de Pesquisa cadastradas nos Grupos de pesquisa – GRpesq do CNPq, como Política e Cultura, Política e Sociedade, Sociedade e Economia, Saúde e Educação, Relações Internacionais e Economia e Integração.

A Revista possui, além da Comissão Científica e Conselho Editorial, um corpo de professores pareceristas da universidade e externos, vinculados às demais instituições do país. A partir do primeiro semestre de 2012 sofreu alterações em sua estrutura com acréscimo de um dossiê e uma resenha, que além de complementar a proposta acadêmica, garante o rigor epistemológico da produção. A partir de 2014 a Revista também apresenta o Sistema de Editoração Eletrônica: Site <http://www.nucleasuerj.com.br/home/latinidade/index.php> e Portal da UERJ.

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ
Carlos Juárez Centeno – UNC
Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey
Katarzyna Dembiczyk – CESLA
Lená Medeiros de Menezes – UERJ
Johannes Maerk -Ideaz Institute – Viena
Mauricio Mota – UERJ
Nilson Alves de Moraes – UNIRIO
Tania Maria Carvalho Netto – UERJ
Óscar Barboza Lizano – Facultad de Artes Liberales y Liberales – UW
Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná
Maria Luzia Braga Landim – UESB

Conselho Consultivo

Raimundo Lopes Matos – UESB
Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ
Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC
Eduardo Antonio Parga – UGF
Fernando Rodrigues – USS
Alexandre Dumans – UCAM
Maria Medianeira Padoim – UFSM
Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov. Moscou
Sergey V. Ryazantsev – ISPR/RAS/Moscou
Adalberto Santana – UNAM
Irina Vershinina – Inst. Latinoamericano/Universidad Lomonosov
Henrique Shaw – UNC

Editoração Eletrônica

Ana Luiza da Silva Vieira Novo – Bolsista PIBIC – NUCLEAS/UERJ

Revisão: A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

**CAPES**

Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

Beneficiário de auxílio financeiro da
CAPES – Brasil
Programa de Apoio a Projetos
Institucionais com a Participação de
Recém-Doutores (PRODOC)



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

:

Sumário

Linha Editorial	03
Apresentação	09
DOSSIÊ	
Representações historiográficas da América Latina no Rio Grande do Sul	9
<i>Cláudio Kuczkowski 1</i>	
<i>Tatiane Dumerqui Kuczkowski 2</i>	
RESENHA	
SARMIENTO, Érica. Migrações forçadas, resistências e perspectivas: América Central, México e Estados Unidos (2016-2020). São Paulo: Intermeios, 161 p., 2021.	49
<i>Maria Teresa Toribio Brittes Lemos –</i>	
Liberdade: Caminhos e Atalhos.	55
<i>Adelci Silva dos Santos.</i>	
Operações policiais em tempos pandêmicos: o papel da mídia na banalização da barbárie	81
<i>Brena da Silva Ferreira</i>	
<i>Liana Santos de Carvalho</i>	
<i>Silene de Moraes Freire</i>	
O Encarceramento de Mulheres Negras no Espírito Santo: Um Estudo a Partir de Mulheres Egressas do Sistema Prisional Capixaba	101
<i>Bruna Almeida Cabral</i>	
<i>Bruna Menezes</i>	
<i>Gilsa Helena Barcellos</i>	
Prisão brasileira, a senzala contemporânea	133

Carlos Eduardo Figueiredo

**Eliane Potiguara e a Literatura no Ensino Médio: Olhares
Sob uma Perspectiva Decolonial** 155

Isabel Cristina Barbosa de Oliveira

Ximena Antonia Díaz Merino

A Canoa do Tempo: Tradição Oral e Memória Indígena 183

José Ribamar Bessa Freire

**A rodovia Transamazônica (BR 230) e suas representações
literárias** 233

José Valtemir Ferreira da Silva

**As Medidas Adotadas para o Enfrentamento da Pandemia
da Covid – 19 Nas Prisões Brasileiras** 247

Laura Marconi da Silva Pereira

**As mulheres e sua atuação no Mobral em São Mateus (ES)
de 1967 a 1974** 273

Luana Frigulha Guisso

Sebastião Pimentel Franco

**Impaludismo na Estrada De Ferro Vitória A Minas (EFVM):
a morte não revelada (1920-1942)** 295

Luiza Maria de Castro Augusto Alvarenga

Apresentação

As Revistas *Latinidade*, 2022 vol.1 e 2 reúnem artigos de latinoamericanistas que participaram do *VIII Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas sob a temática Globalização e o Futuro da Democracia -Crises, Rumos e Desafios*. Publicada em dois Tomo I e II, apresenta dossiê e resenha diferenciados, além dos estudos apresentados no Congresso.

Foi uma intensa jornada de apresentações e debates entre os pesquisadores e demais participantes preocupados em divulgar a cultura política e os problemas que envolvem as sociedades americanas.

São temas instigantes e publicados nos dois volumes de 2022. O primeiro livro *Latinidade I* apresenta diferencial na resenha e Dossiê. A resenha apresenta o livro da professora da UERJ Erica Sarmiento e trata da questão *das Imigrações Forçadas*, intitulado *Migrações Forçadas, Resistências e Perspectivas: América Central, México e Estados Unidos (2016-2020)*, publicado pelo Intermeios, S. Paulo, 2012, com 161 páginas.

Essa resenha também foi apresentada na Revista *Maracanã*, mas o Comitê Científico considerou importante reproduzi-la na *Latinidade*, com autorização da autora, devido à pertinência e atualidade do Tema.

O dossiê, de autoria de Claudio Kuczkowski e Tatiane Dumerqui Kuczkowski apresenta os estudos dos autores sobre as Representações historiográficas da América Latina no Rio Grande do Sul. Um estudo regional, profundo e singular que amplia o conhecimento sobre os estudiosos latinoamericanistas.

O Livro II da *Latinidade* dá continuidade aos estudos apresentados e diferencia-se do anterior pela resenha

apresentada pelo pesquisador Prof. Adalberto Santana da UNAM/México. Trata-se de uma reflexão sobre as disputas democráticas e autoritárias no Peru. Reflexões sobre a política atual e as crises e desafios enfrentados pelo governo peruano e a fragilidade democrática.

O Dossiê de autoria do latinoamericanista Prof. Óscar Alfredo Barboza Lizano, Académico de la Universidad Nacional de Costa Rica, trata dos estudos realizados por Johannes Maerk e Magaly Cabrolié *¿Existe una epistemología latinoamericana? Construcción del conocimiento en América Latina*. Eds. Plaza Valdés. Universidad de Quintana Roo. México. 157 p. 1999. O dossiê trata com profundidade questões epistemológicas e filosóficas sobre América Latina e seus desafios, crise e procura de novos rumos democráticos.

Os demais estudos sobre memória, patrimônio cultural, estado e sociedade, enfatizando a cotidianidade como desigualdades e discriminações, além das exclusões. São estudos interdisciplinares que se destacam pelo pluriculturalismo. Confirmam o interesse pelas práticas culturais e representações simbólicas, sobretudo às que respondam às permanências econômicas, políticas e sociais e suas ressignificações. O fenômeno da Globalização e o futuro da democracia foi amplamente debatido neste Congresso.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
Alexis T. Dantas
Organizadores

DOSSIÊ

Representações historiográficas da América Latina no Rio Grande do Sul

Cláudio Kuczkowski 1
Tatiane Dumerqui Kuczkowski 2

Resumo

O texto “*Representações historiográficas da América Latina no Rio Grande do Sul*” mapeia a produção historiográfica do Rio Grande do Sul por meio das teses produzidas no interior dos Programas de Pós-Graduação em História dessa região do Brasil. No total, são setenta e duas investigações sobre a temática da América Latina em um período de trinta anos. A pesquisa corresponde ao interstício entre a criação do curso de doutorado na Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), ainda nos anos 1980, e o aniversário de três décadas de sua existência, além da criação, nesse intervalo de tempo, de dois outros cursos, um na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em meados dos 90, e outro na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no final da mesma década. O levantamento e o cotejo dos dados permitem uma leitura dos atuais rumos das pesquisas envolvendo estudos latino-americanistas na região em questão, a posterior avaliação do quadro histórico dessa produção e, acima de tudo, instiga novas questões relativas ao tema. A metodologia tem como base a comparação, em primeira instância, no interior de cada tese, e, em

seguida, o cotejo entre as teses, nas mesmas variáveis, a fim de perceber rupturas e continuidades globais.

Palavras-chave: estudos latino-americanistas; teses de doutorado no Rio Grande do Sul; direções da pesquisa histórica.

Resumen

El texto “*Representaciones historiográficas de América Latina en Rio Grande do Sul*” mapea la producción historiográfica de Rio Grande do Sul por medio de las tesis producidas en el ámbito de los Programas de Posgrado en Historia de esta región de Brasil. En total, hay setenta y dos investigaciones sobre el tema de América Latina durante un período de treinta años. La búsqueda corresponde al intersticio entre la creación del curso de doctorado en la Pontificia Universidad Católica (PUCRS), aún en la década de 1980, y el aniversario de tres décadas de su existencia, además de la creación, en ese momento, de otros dos cursos, uno en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), a mediados de los 90, y otro en la Universidad de Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a fines de la misma década. La medición y la recopilación de datos permiten una lectura de las direcciones actuales de investigación que involucran estudios latinoamericanos en la región en la agenda, la evaluación posterior del marco histórico de esta producción y, sobre todo, instiga nuevas preguntas relacionadas con el tema. La metodología se basa en la comparación, en primera instancia, dentro de cada tesis, y luego, la comparación entre las tesis, en las mismas variables, para percibir rupturas y continuidades globales.

Palabras clave: estudios latinoamericanos; tesis doctorales en Rio Grande do Sul; enfoques de investigación histórica.

Abstract

The text “*Historiographic representations of Latin America in Rio Grande do Sul*” maps the historiographic production of Rio Grande do Sul through the dissertations produced within the scope of Postgraduate Programs in History of this region of Brazil. In the amount, there are seventy-two investigations on the theme of Latin America over a period of thirty years. The research corresponds to the interstice between the creation of the doctoral course at the Pontifical Catholic University (PUCRS), still in the 1980s, and the anniversary of three decades of its existence, in addition to the creation, in that time span, of two other courses, one at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), in the mid-90s, and another at the University of Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), at the end of the same decade. The survey and collation of data allows a reading of the current directions of research involving Latin American studies in the region in question, the subsequent assessment of the historical framework of this production and, above all, instigates new questions related to the theme. The methodology is based on the comparison, in the first instance, within each thesis, and then, the comparison between the theses, in the same variables, in order to perceive ruptures and global continuities.

Keywords: Latin American studies; doctorales dissertations in Rio Grande do Sul; historical research approaches.

A presente reflexão visa compreender como os temas relativos à América Latina são abordados nas setenta e duas teses desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em História – nível de doutorado –, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1986 e 2016. Retrocede cronologicamente à criação do curso de doutorado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1986, – o mais antigo dos três programas – e se estende até 2016, perpassando o desenvolvimento dos cursos de doutorado na mesma área na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). Assim, parte-se da ideia de que um objeto de estudo histórico se mantém ao longo do tempo por meio das construções e reconstruções de sentido realizadas nas narrativas históricas.

O caminho percorrido é composto por cinco etapas: 1^a) levantamento estatístico do número total de trabalhos defendidos no âmbito do recorte proposto, de onde o resultado de 442 teses; 2^a) classificação de quais teses correspondem ao que é definido como América Latina, daí as 72 teses; 3^a) estabelecimento dos critérios a serem observados nos textos, primeiramente individualizados e, em um segundo momento, no comparativo agrupado; 4^a) leitura e fichamento a partir de categorização desenvolvida especificamente para esta finalidade e, 5^a) cruzamento de dados e informações, desse ponto, a análise comparativa e a estruturação da narrativa.

No viés conceitual, caberia uma pesquisa exclusiva sobre os usos da expressão América Latina (desde os tempos napoleônicos) e/ou latino-americanismo (com registros retroativos há pelo menos 120 anos). Ao mesmo tempo, de acordo com o que propunha Andrzej Dembicz (2001), poder-se-ia, pelo fato de se viver, hoje, em um momento de transformações, de busca de caminhos alternativos, sugerir constantemente uma revisão no próprio conceito de América Latina, a partir de distintas dimensões:

a) político-cultural clássica (da Terra do Fogo até o Rio Bravo);

b) interamericana (que se estende muito ao norte da fronteira do México, cujos efeitos culturais e sociais são cada vez mais visíveis);

c) ibero-americana e europeia (que combina as heranças culturais e a atualidade político-econômica dos vínculos euro-latino-americanos); e,

d) pacífica (ainda não tão visível como a transatlântica), demonstrando-se, dessa forma, certa flexibilidade conceitual referente aos diferentes ângulos culturais de onde se constrói os conceitos (DEMBICZ, 2001, p. 14).

Entretanto, como visa-se apenas à delimitação físico-espacial da temática, opta-se por definir primariamente América Latina a partir do pragmatismo das palavras de Leslie Bethell:

[...] a América Latina abrange as regiões da América continental ao sul dos Estados Unidos que falam predominantemente o espanhol e o português – México, América Central e América do Sul – juntamente com as ilhas do mar dos Caraíbas de língua espanhola e, por convenção, o Haiti [...] (BETHELL, 2008, p. 14).

Corroborando a imagem político-cultural clássica, apontada por Dembicz, excluem-se em sua maioria os vastos territórios da América do Norte que, durante a primeira metade do século XIX, a Espanha e, mais tarde, o México perderam para os Estados Unidos por obra de tratados e de guerras. Abrange-se, contrariando a proposta original de Bethell, as ilhas britânicas, francesas e holandesas do mar das caraíbas, independentemente de certos aspectos históricos como no caso dos antecedentes hispânicos da Jamaica e Trinidad, por exemplo. No caso do Brasil, apesar do pertencimento físico-geográfico ao subcontinente americano, somente serão considerados como estudos desse campo aqueles que tratem, no mínimo, da relação entre este e outra nação latino-americana, considerados, ademais, os elementos compositores do conceito de estudos latino-americanistas.

Em princípio, é uma definição simplificada, utilitária. Pautada em critérios físico-geográficos e político-diplomáticos serve para o alvitre inicial da proposta de trabalho¹. Como a intenção é considerar estudos latino-americanos todas as teses que tenham como temática principal aspectos históricos sobre a América Latina, conforme descrita acima, ficam englobados os trabalhos desenvolvidos nos respectivos programas, visando a características sobre um único país (exceto se este for o Brasil) e os que estabeleçam relações entre duas ou mais regiões enquadradas na aceção anterior, bem como independentem os graus de especificidade apresentados nessas pesquisas.

Na concepção de latino-americanismo, aqui equiparado a estudos latino-americanos, leva-se em conta primeiramente a postura teórica adotada frente ao significado anteriormente construído da expressão América Latina. A diversidade presente na visão dos pesquisadores latino-americanistas reflete a própria natureza não uniforme da América Latina. Mesmo na apresentação dos programas das duas universidades que possuem concentração em estudos latino-americanos indica-se caminhos conceituais bastantes abertos. Na UNISINOS, anuncia-se que “[...] o foco do programa está na execução de pesquisas sobre a vocação transnacional, como fronteira, imigração, circulação de ideias, religiosidade e populações indígenas” [...] (UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, 2015), enquanto na PUCRS, de forma ainda mais geral, lê-se que sob a denominação de História das Sociedades Ibéricas e Americanas articulam-se suas quatro linhas de pesquisa:

- a) **Sociedade Política e Relações Internacionais**, que privilegia os aspectos sociais de formação, de desenvolvimento, de organização e de práticas políticas, bem como as relações entre Estados e entre

¹ No interesse de discussão com maior complexidade, pode-se consultar, por exemplo, Rouquié (1991) e Santos (2014).

- grupos sociais inseridos no contexto histórico do mundo ibero-americano;
- b) **Sociedade Ciência e Arte**, que destaca a análise da modernidade nos campos do conhecimento, da ciência e das artes (visuais, literatura, música, etc.), considerando as instituições sociais a eles relacionadas, bem como a história das ideias nas sociedades ibéricas e americanas;
 - c) **Sociedade Cultura Material e Povoamento**, que enfatiza os estudos sobre a história da cultura material e a reconstituição dos processos históricos das sociedades platinas, bem como as múltiplas interações culturais decorrentes, por meio de perspectivas arqueológicas e etno-históricas;
 - d) **Sociedade Urbanização e Imigração**, que destaca as múltiplas formas de ocupação e de vivência social do espaço no que tange aos processos de urbanização e de imigração, envolvendo regiões e países do mundo ibero-americano (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Assim, estabelece-se, como parâmetro inicial, que estudos latino-americanos são as atividades de pesquisa envolvendo temas voltados para a América Latina, conquanto nem todos contemplem aspectos gerais do subcontinente e possam estar limitados a um único país e/ou região. Por convenção, fica excluído o Brasil nos casos em que é objeto de estudo individualizado e, permanece contemplado, quando envolvido em estudos comparativos independente de sua amplitude, ou seja, da especificidade temática. Ressalta-se que, pela especialização do estudo, estão abrangidas todas as teses que, de uma forma ou de outra, possam ser enquadradas nesta definição, independentemente da autoidentificação dos respectivos autores como latino-americanistas.

No período estudado (1986-2016), foram defendidas setenta e duas teses classificáveis na definição de América Latina adotada para a análise, na soma dos três programas de

pós-graduação em História do Rio Grande do Sul². A primeira defesa sobre a temática somente ocorreria em 1995, na PUCRS, ano no qual iniciam as atividades do doutorado em história na UFRGS, seguida pela UNISINOS, em 1999. Na totalidade, dos vinte e dois anos (1995-2016) em que aparecem teses versando sobre a temática, são observáveis algumas variações quantitativas entre um ano e outro, sem, contudo, representar valores significativos a ponto de influenciar determinadamente os resultados do exame. Respeitados os intervalos entre as criações dos doutorados em cada PPGH e as defesas inaugurais, tem-se a demonstração no Quadro 01.

Quadro 01. Número de teses defendidas por ano, universidade e totais (1995-2016)

ANO	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16
PUCRS	2		1		4	3	3	2	4	3		2	1		1		1	4	1	2	2	1
UFRGS					1		1			2	2		2	1	1	2	4	1	3	1	2	2
UNISINOS											1	2		1	2		1		1	1	1	
TOTAIS	2		1		5	3	4	2	4	5	3	4	3	2	4	2	6	5	5	4	5	3

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Nos primeiros anos (1995-1998), a PUCRS computou, isoladamente, três teses (4,16%). No intervalo de 1999 a 2004, este número foi acrescido, consideravelmente, de dezenove trabalhos (26,38%) na mesma universidade, aos quais somam-se quatro (5,55%) realizados na UFRGS, ou seja, nos primeiros dez anos do período analisado, foram defendidas vinte e seis das setenta e duas teses (36,11%), reconhecidas as proporções de participação por parte das duas instituições tomadas

² A Universidade de Passo Fundo (UPF) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) iniciaram a oferta de cursos nos anos de 2014 e 2015, respectivamente e, portanto, ainda não possuem um volume substancial de teses concluídas para fins de análise no período correspondente à pesquisa.

individualizadamente. Nos doze anos seguintes, advieram mais quarenta e duas teses (58,33%). Uniformemente, a média anual apurada, no somatório, para o interregno, é de aproximadamente 3,27 trabalhos/ano (72:22). Na PUCRS, esse cálculo acarreta em 1,62 defesa/ano (37:22), enquanto que, na UFRGS, o produto é de 1,38 (25:18), a contar da data da primeira defesa (1999); e, na UNISINOS, baseando-se no mesmo critério (2005), de 0,83 (10:12). As oscilações anuais, interinstitucionais e em relação ao montante, podem ser melhor visualizadas geometricamente, demonstradas pelo Gráfico 01.

Gráfico 01. Índices de teses defendidas por ano (universidades individualizadas e totais)



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O tempo bruto entre as defesas das teses sobre a América Latina, obtido da divisão dos trinta anos de existência dos programas pelos setenta e dois trabalhos, é de aproximadamente quatro meses (4,16), quer dizer, em média, quadrimestralmente, uma investigação se concretiza. Computados os períodos de carência entre a origem dos cursos e as primeiras defesas, modaliza-se a nove meses para cada trabalho, quando tomados em conta, exclusivamente, os períodos de criação dos cursos de doutorado nos correspondentes programas. Nesse caso, a PUCRS, ao longo de

seus trinta anos, obtém um meio-termo, por volta de 0,81, ou seja, em média, de oito em oito meses, uma tese com essa temática é defendida junto ao curso. Na UFRGS, o cômputo é similar: mais ou menos, de nove em nove meses (0,88), uma nova pesquisa apresenta seu desfecho.

Na UNISINOS, esses dados mediais sofrem uma substancial alteração: nos dezoito anos de funcionamento do curso, foram dez as teses entregues contendo relação com os estudos latino-americanos, de onde resulta um tempo de um ano e oito meses para o termo das investigações. Essencialmente, na condição de valores intermediários, esses números produzem informações generalizantes, permitindo apenas intuir opções institucionais pelo desenvolvimento de pesquisas em outros temas (primazia de alguma área de concentração em detrimento de outra), a maior ou menor aceleração nos prazos de realização das investigações, além da (in)disponibilidade de profissionais habilitados à orientação, em correspondência com os interesses, por parte dos estudantes, pelas áreas afins.

Os recortes cronológicos, realizados para fins de pesquisa entre as teses em estudos latino-americanos nos cursos de doutorado em História do Rio Grande do Sul, evidenciam pelo menos duas características gerais: quanto mais se retrocede no tempo, maiores as inclinações de ampliação dos arcos de análise, e uma forte tendência de concentração das pesquisas nos séculos XX e XIX, seguidos distanciadamente pelos séculos XVIII e XVII, respectivamente. O século XVI é abrangido em apenas três casos e, ainda assim, não individualizado, sendo reunido aos anteriores ou seguintes para finalidade de exame: “Antecedentes da Organização do Espaço Colonial da América Ibérica” (Glenda Pereira da Cruz (PUCRS, 1995), ainda que indiretamente, pois a autora aprofunda dois períodos históricos anteriores (séculos III-IV e XIII-XIV): “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, de Artur Henrique Franco Barcelos (PUCRS, 2006), estudo iniciado pelo ano de

1549 e que avança até 1767, e “Dos levantes de Castela às revoluções comuneras do Paraguai: apropriações e ressignificações de um conceito em três atos”, de Luis Alexandre Cerveira (UNISINOS, 2014), tese na qual o enfoque temporal recai particularmente sobre os períodos de 1520-1522 (Castela) e 1721-1735 (Paraguai), além da avaliação realizada em torno da historiografia mais recente sobre o principal conceito do estudo.

Os séculos XVII e XVIII são apreciados, particularizadamente, em: Eliane Cristina Deckmann Fleck, “Sentir, Adoecer e Morrer – sensibilidade e devoção no discurso Missionário Jesuítico do século XVII” (PUCRS, 1999); Cláudia de Oliveira Uessler, “Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados ibero-americanos na Região Platina Oriental” (PUCRS, 2006) – século XVIII –, Guilherme Galhegos Felipe, “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18” (UNISINOS, 2013); e Ariane Aparecida Carvalho de Arruda, “Cristãos e Infieis nos espaço de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770-1800)” (PUCRS, 2015). Na UFRGS, inexistem teses tratando desses períodos em específico.

No entanto, agregam-se a eles, de forma a prolongarem-se entre si e para outros períodos, nove investigações, sendo duas citadas anteriormente (Barcelos e Cerveira); Maria Cristina Bohn Martins, “A Festa Guarani nas Reduções: perdas, permanências e recriação” (PUCRS, 1999) – cobrindo o hiato de 1609 a 1767 –; Álvaro de Souza Gomes Neto, “A importância do negro na formação da sociedade portenha, 1703-1860” (PUCRS, 2002); Fernando Luís Blanco, “*Fronteras Étnicas en el corazón de América del Sul (1776-1820)*” (UFRGS, 2004); Jean Tiago Baptista, “Fomes, pestes e guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750)” (PUCRS, 2007); Paulo Rogério Melo de Oliveira, “O encontro entre os guaranis e os jesuítas na Província Jesuítica do

Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñesu” (UFRGS, 2010) – para o interstício de 1609-2010; Jacqueline Ahlert, “Estátuas Andarilhas. As Miniaturas na Imaginária Missioneira: Sentidos e Remanescências” (PUCRS, 2012) – sobre os séculos XVII e XVIII –; e Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, “Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767)” (PUCRS, 2014).

A situação é similar em relação ao século XXI, respeitada a condição inicial na qual se encontra, no máximo penetrado por investigações que possuem início no século XX. Ao todo, são nove os estudos nesse sentido: “Redes de Cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”, de Alfredo Meneghetti Neto (PUCRS, 2002) – entidade nascida em 1995 e estudada até o ano da defesa; “Trajetória Político-Ideológico da esquerda Uruguiaia: 1964-2004”, de José Pedro Cabrera Cabral (UNISINOS, 2006); “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003”, de Bianca Knaak (UFRGS, 2008); “Memorias de la diáspora: narrativas identitárias de los uruguayos en Brasil (1960-2010)”, de Ana María Sosa González (PUCRS, 2011); “Territorialidades Chiquitanas em Comunidades Rurais da Província de Velasco, Bolívia(1953-2006)”, de João Ivo Puhl (UNISINOS, 2011); “A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e Conflitos do Capitalismo Dependente Petroleiro-Rentista (1989-2010)”, de Carla Ferreira (UFRGS, 2012); “O Discurso Jornalístico e o Processo de Marginalização Social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, de Edson Antoni (PUCRS, 2012) – sob o recorte cronológico iniciado na década de 1980, em referência a alguns aspectos, estendido até a primeira do século XXI –; e “Representações Culturais na Bienal de Artes Visuais do Mercosul: o estatuto da fotografia e a expressão do sujeito social”, de Patrícia Camera Varella da Luz (PUCRS, 2012) – particularmente sobre os anos de 2002 e 2006,

sem contudo perder de vista o histórico da BAVM fundada em 1996.

Os séculos XIX e XX, juntos, computam, aumentados de um item de transição entre os dois períodos, um total de quarenta e nove teses. Desse montante, vinte e dois trabalhos foram defendidos na PUCRS (oito sobre o século XIX, dez envolvendo o século XX e outros quatro os transpassando), vinte e um na UFRGS (sete para o século XIX, doze em recortes do século XX e dois transversalizando-os) e, por fim, seis na UNISINOS (dois no século XIX e quatro no século XX, sem nenhum para a passagem de um ao outro). Devido à grande quantidade de investigações desenvolvidas sobre esses intervalos de tempo, diferentemente dos comentários sobre os demais séculos, procede-se, aqui, por meio do uso de quadros, sequenciados por breves pontuações em torno dos dados neles contidos. O intento não é analítico, embora determinadas considerações possam ser processadas, e, sim, o de propiciar uma melhor visualização da distribuição cronológica dos períodos investigados nas três instituições, primeiramente, de maneira sincrônica e, secundamente, observando-se cada uma das universidades e por intervalos temporais próprios.

Quadro 02. Teses sobre a América Latina defendidas nos PPGHs/RS (XIX)

Latinidade

SÉCULO XIX												
DEFESA	PERÍODO	DURAÇÃO	1801-1810	1811-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890	1891-1900
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL												
1995	1808-1820	12		■	■	■						
1999	1824	1			■							
2000	1801	1	■									
2001	1860-1870	10							■	■	■	■
2003	XIX	100	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2004	XIX	100	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2009	1808-1812	4	■	■								
2012	1845-1889	44				■	■	■	■	■	■	■
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL												
1999	1835-1845	10				■	■	■				
2011	1808-1850	42	■	■	■	■	■	■	■	■		
2013	1837-1873	36				■	■	■	■	■	■	■
2013	1850-1900	50						■	■	■	■	■
2015	1811-1821	10		■	■							
2015	1845-1865	20					■	■	■	■		
2016	1847-1869	22					■	■	■	■		
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS												
2006	1811-1830	19		■	■	■	■					
2009	1852-1864	12						■	■	■		

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Quadro 03. Teses sobre a América Latina defendidas nos PPGHs/RS (XIX-XX)

TRANSIÇÃO XIX-XX													
DEFESA	PERÍODO	DURAÇÃO	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890	1891-1900	1901-1910	1911-1920	1921-1930
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL													
1997	1893-1904	11											
2000	1889-1914	25											
2001	1828-1909	81											
2003	1830-1910	80											
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL													
2001	1870-1930	60											
2016	1884-1920	36											
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS													
NÃO SE APLICA													

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Quadro 04. Teses sobre a América Latina defendidas nos PPGHs do RS (XX)

SÉCULO XX												
DEFESA	PERÍODO	DURAÇÃO	1901-1910	1911-1920	1921-1930	1931-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL												
1999	1950-1961	11						■	■	■		
2000	1902-1912	10	■	■	■							
2001	1950-1990	40						■	■	■	■	■
2003	1939-1954	15					■	■	■	■	■	■
2003	1968-1985	17								■	■	■
2004	1948-1981	33						■	■	■	■	■
2013	1945-1991	46						■	■	■	■	■
2014	1946-1966	20						■	■	■	■	■
2015	1960-1967	7							■	■	■	
2016	1986	1										■
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL												
2004	1979-1991	12									■	■
2005	1961-1996	35							■	■	■	■
2005	1968-1985	17								■	■	■
2007	1917-1940	23		■	■	■	■					
2007	1930-1940	10				■	■					
2009	1970-1980	10								■	■	■
2010	XX	100	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2011	1980-2000	20									■	■
2011	1964-1980	16							■	■	■	■
2011	1966-1989	23							■	■	■	■
2013	1978-1984	6									■	■
2014	1962	1								■		
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS												
2005	1919-1943	24		■	■	■	■	■				
2008	1980-2000	20									■	■
2009	1909-1923	14	■	■	■	■						
2015	1938-1944	6					■	■				

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Os Quadros 02, 03 e 04 mostram três características principais em torno dessa historiografia: as datas da realização dos estudos, das quais é possível abstrair-se o elemento da continuidade ou inconstância dos estudos envolvendo temáticas de América Latina; os períodos pesquisados, de onde viabiliza-se apontar espaços ainda descobertos pelas investigações do tipo acadêmicas em nível de doutorado, ao menos no âmbito dos PPGHs do RS; e, a abrangência, em anos,

atingida pelos recortes temporais, permitindo obter-se uma média da amplitude das pesquisas. Além disso, as partes com hachuras incitam o olhar, em linha vertical e horizontal, evidenciando parte dessas informações, singularmente as áreas exploradas ou ainda por descobrir, no concernente aos mais variados assuntos, temas e matérias, por um lado, e estruturas, conjunturas, eventos e fatos históricos, por outro.

Apenas a título ilustrativo, seria viável pensar a inexistência de trabalhos específicos sobre as duas últimas décadas do século XIX, sendo este objeto de alguns estudos que se prolongam até esse momento ou o atravessam em direção ao século XX. Ao contrário do início dos anos 1800, em que alguns eventos isolados chamaram a atenção dos historiadores, a fase final do período ainda se está por examinar. No todo, há mais intervalos temporais abertos à investigação do que já visitados por essa historiografia. O intervalo cronológico mais explorado, grosso modo, fica entre as décadas de 1830 e 1880. O mesmo se repete em relação ao espaço temporal do século XX, isto é, há uma forte tendência de trabalhos averiguando um lapso entre cinco décadas (1940-1990), em prejuízo da primeira parte do período (1901-1940).

É manifesto, ressalte-se, que prevalecem a intensidade/profundidade discutida nos objetos de pesquisa, uma vez relacionados com as simples datações, para fins de demarcação temática. Também o é plausível imaginar que, em quase todas as teses, independentemente de o recorte temporal abranger um ano ou quatro séculos, as datas sirvam para delimitar o antes e o depois dos eventos analisados e, portanto, inclinam-se a flexibilizações, normalmente entendidas enquanto contextos. Daí a necessidade de se considerar tais atributos em seus múltiplos encadeamentos. Em particular, no caso dos séculos inteiros e dos anos isolados, existem precedentes e subseqüentes aos eventos averiguados; mesmo nas outras teses todas, não existem ocorrências de restrição exclusiva ao período, retrocedem e avançam conforme as

imposições advindas das explicações buscadas nos objetos em si.

Na condição de modelos opostos, bastaria tomarem-se dois trabalhos, um abrangendo temas, em teoria, reduzidos, e o outro com arcos temporais amplos: *“El Liberalismo em Iberoamérica. Un pensamiento “fuera” de lugar: el caso de la constitución Política del Imperio de Brasil”*, de Alberto Vivar Flores, e *“Reflexão Sobre a Historiografia Platina (Discursos do Século XIX Sobre D. João)”*, de Ricardo Antônio da Silveira. Um olhar menos sistematizado poderia deduzir, para o primeiro, pela circunstância de “caso” em certo reducionismo ao ano de 1824, e, no segundo, pela extensão temática a todo o século XIX. No entanto, ao atentar-se para o afunilamento do objeto, neste último, e, pela amplitude do conceito de liberalismo, não somente na América Ibérica, mas também pelas origens europeias da noção (fora do lugar), tem-se, senão uma inversão de posições, ao menos a imprescindibilidade de relativizar as impressões iniciais.

Nesses mesmos moldes, plurais são as maneiras de perspectivar esses dados historiográficos. Uma acreditação nesse sentido emana da inspeção das tabelas sob a ótica de individualizar as universidades. A PUCRS rapidamente denota a concentração de seus estudos na América Latina nas segundas metades dos séculos XIX e XX, sem, contudo, atingir o final de nenhum dos dois, ou seja, as últimas décadas (1890 e 1990) ficam praticamente descobertas nesse sentido. A qualidade é comum também à UFRGS, embora nesta, os recortes tendam a se dilatar em direção aos extremos finais desses séculos e, em concomitância, praticamente não retroceder até o limite inicial dessas centúrias. Desloca-se parcialmente o eixo vertical de concentração dos estudos entre uma época e a outra, quer dizer, no século XIX, o período mais estudado ocupa o espaço temporal entre as décadas de 1840 e 1870. Já, para o seguinte, desloca-se de 1960 a 1990. Por fim, na UNISINOS, não são encontradas investigações perpassando os séculos em questão. Tanto no século XIX quanto no XX, os

arcos temporais destinam-se a períodos menores de análise (em torno de duas décadas) e bastante variados em suas delimitações cronológicas.

Tematicamente, o conjunto de trabalhos obedece a lógicas bastante parecidas às apontadas até agora. Na essência, seguindo o padrão de delimitação a partir do tripé espaço-tempo-matéria, é possível identificar alguns objetos de estudos entre si. A estrutura não recorda quaisquer formas de orientação combinada entre os trabalhos, ao contrário, indicam-se similitudes e isso ocorre de forma contingencial. Nesse sentido, a ideia da existência de formas paradigmáticas carece de fundamentação. Apartadas as questões apontadas até aqui – balizamentos temporais –, remanesce por arrazoar certos componentes no tocante aos conteúdos investigados nas teses. Os números e respectivos exemplos auxiliam no entendimento da conformação revelada por meio da associação dessas pesquisas.

As macrotemáticas predominantes no agregado dos trabalhos são fundamentalmente três: a das atividades jesuíticas, as de fronteira e o que se poderia denominar ações geopolíticas. As primeiras são sete (9,72%) e podem ser verificadas em teses como “A Festa Guarani nas Reduções: perdas, permanências e recriação”, “O encontro entre os guaranis e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñesu”, “Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767)”, “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, “Estátuas Andarilhas. As Miniaturas na Imaginária Missioneira: Sentidos e Remanescências”, “Sentir, Adoecer e Morrer – sensibilidade e devoção no discurso Missionário Jesuítico do século XVII” e “Fomes, pestes e guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750)”.

Em segundo, aparecem as investigações nas quais o objeto de trabalho permeia o conceito de fronteira. Das setenta e duas teses, repetindo os valores das pesquisas sobre questões jesuíticas, pelo menos sete (9,72%) assim o fazem. Isso ocorre em “Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (1884-1920)”, “Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)”, “Cristãos e Infiéis nos espaço de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770 – 1800)”, “A Pecuária no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)”, “Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)”, “Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)” e “De volta à fronteira – uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional”.

Importa destacar que essa lista sobre fronteiras poderia ser ampliada, o mesmo não ocorrendo pelo fato de alguns trabalhos serem alocados, por conveniência, em outras tipologias, a exemplo do que ocorre com “A Diplomacia Marginal. Vinculações Políticas Entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)”, “O Málon de 1801: a Guerra das Laranjas e suas Implicações na América Meridional” e “A Fronteira Brasil-Uruguai: Estado e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Rio Grande do Sul”, os quais podem, repita-se, por pura convenção, ser pensados também sob o arcabouço teórico de ações geopolíticas e/ou geoeconômicas, lista extensível para “Questão de Cuba: a política externa independente e a crise dos mísseis”, “Brasil e Argentina no Oriente Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao Final da Guerra Fria”, “Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 1930: a Belle Époque”, “... bajo su Real Protección: o

Império Português rumo à Banda Oriental (1808-1812)”, “Democracia e Concerto Americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966)”, “Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)”, “Discursos políticos do ministro Oswaldo Aranha e a defesa do Pan-Americanismo no período do Ministério das Relações Exteriores (1938-1944)” e “Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Facas de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil”. Ao todo, são onze pesquisas com ascendência dessas características.

Repetidamente, quando menos os quatro últimos títulos, haveria oportunidades de pensá-los em outras tipologias. Uma dessas ocasiões daria-se por meio da associação em torno de um conjunto de ideias, nos moldes do que ocorre em “Trajetória Político-Ideológico da esquerda Uruguaia: 1964-2004”, “Intelectuais e exílios confronto de resistências em revistas culturais: encontros com a civilização brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversía (1978-1984)”, “Espelhos de Cronos. A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1930)”, “Dos levantes de Castela às revoluções comuneras do Paraguai: apropriações e ressignificações de um conceito em três atos”, “A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital”, “Catolicismo e Cruzada. Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960 - 1967)”, “As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina”, “O Discurso Jornalístico e o Processo de Marginalização Social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” e “A contribuição da Igreja Católica para a Formação do Neozapatismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra”.

Alguns desses textos podem ser conectados às noções de participação política, movimentos sociais (os dois últimos citados) e, ainda, às ideias de representação, identidade e/ou territorialidade. Para estas circunstâncias, cogita-se, por exemplo, “Territorialidades Chiquitanas em Comunidades Rurais da Província de Velasco, Bolívia, 1953-2006”, “América Latina entre inclusões e exclusões: escolas, ensino de história e identidade em tempos de ditadura militar”, “Representações das identidades nacionais Argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940)”, “Representações Culturais na Bienal de Artes Visuais do Mercosul: o estatuto da fotografia e a expressão do sujeito social”, “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003” e, “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18”.

Completando a classificação, encontram-se temas explorados em menor quantidade, daí a imposição de ampliar as noções a fim de abrangê-los em aglomerados. Ilustrativamente, para a noção de guerra, convergem “Guerra Irregular em Espacios Andinos y em la Pampa Gaucha: El Caso de La Banda Oriental del Uruguay (1808-1820)”, “O Málon de 1801: a Guerra das Laranjas e suas Implicações na América Meridional”, “A Guerra do Paraguai e as Relações Luso-Brasileiras na Década de 1860-1870” e, “Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864)”. Em relação à integração, “Redes de Cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”, “A Trama da Integração: Soberania e Identidade do Cone Sul” e “A pré-história do Mercosul: cooperação entre Brasil-Argentina – 1979-1991”.

A CEPAL e alguns temas de economia, juntamente a ditaduras, encerram a lista de temas passíveis de associação direta. Nesse sentido, “Comissão Econômica para América Latina (CEPAL): Uma visão Crítica do seu pensamento – O Caso Brasileiro”, “Uma análise da construção do pensamento

neo-estruturalista cepalino: as contribuições da crise e do pensamento liberal à redefinição do papel do Estado na América Latina”, “América Latina periférica: O desenvolvimento latino-americano na concepção de prebisch/CEPAL (1948-1981)” e, “Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996”, para concepções macro, adicionadas de, “Atividades Mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, Mercadorias e Agentes Mercantis (1808-1850)” e “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócio dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865)”, em espaços reduzidos.

Enfim, no quesito regimes de exceção, “*Memorias de la diáspora: narrativas identitarias de los uruguayos en Brasil (1960-2010)*”, “*Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*”, “*Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*” e “*Ditadura e Resistência Democrática: República Oriental Del Uruguay: 1968-1985*”. Entre as demais investigações, ainda é viável aproximar “*Cidade e patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado das cidades de La Plata e Caxias Do Sul – 1986*” e “*A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*”, pela evocação memorialística, além de mencionar um trabalho desenvolvendo o conceito de liberalismo, outro no campo da historiografia, uma biografia / trajetória e um acerca do elemento social negro.

Impossível pensar em reduzir setenta e duas teses de profundidades e, mesmo, tamanhos físicos tão distintos, a comentários. O objetivo sempre fora, outrossim, o de compreender certos traços historiográficos, as estratégias metodológicas e as concepções teóricas que norteiam/dirigem a constituição das teses sobre a América Latina, a partir do Rio Grande do Sul. No fundo, o corolário capital é o de que fazer

uma tese é parte da constituição da perspectiva do sujeito historiador – é a partir desta e de todas as suas implicações, que o pesquisador passa a interpretar o passado. Assente-se na constatação de que as especialidades se sustentam em fragmentos da globalidade, aqui denominada América Latina; reforça-se o critério de que, para o exame, importam as teses, não os autores ou quaisquer outras publicações que, porventura, delas ou de outras pesquisas se sobressaíam.

A análise aqui desenvolvida imputa-se regional em duplo sentido: em primeiro lugar porque discute a historiografia produzida em uma região específica do Brasil, o Rio Grande do Sul, a partir de três universidades com características gerais próximas entre si e, em segundo, por tratar de uma região do globo, a América Latina, a qual, apesar das inúmeras peculiaridades que compõem suas partes, permitir traçar, na escrita de sua história, atributos próprios ao ponto de identificá-la como tal. Se existe justificativa plausível para o recorte em teses de estudos latino-americanos, a não ser por certa identidade imaginável no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul, resultante, em grande medida, das aproximações variadas em relação aos países da América do Sul, principalmente, permanece questão em aberto.

O fato de preponderarem, no quadro de teses, temas envolvendo comparativos entre duas ou mais frações da macrorregião da América Latina denominada Cone Sul (parcialidades múltiplas de Argentina, Chile, Bolívia, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai), significativamente com enfoques fronteiriços (o Chile não aparece em nenhuma tese específica), o exíguo número de pesquisas envolvendo o restante do subcontinente – Colômbia (uma), Cuba (uma), México (duas) e Venezuela (uma) –, a assumpção da definição ou conceito de América Latina de forma essencializada (naturalizada) e, na maioria das vezes, por extensão, torna-os sugestivos das posturas teórico-históricas adotadas nos doutorados em história examinados.

A título de exemplo, o Uruguai, em seus diferentes períodos históricos, ocupa uma fração substancial das teses. Do total, são vinte menções envolvendo diretamente a região, pré e pós independência (Banda Oriental do Uruguai e República Oriental do Uruguai). A Argentina ocupa a segunda posição na classificação de países com maior aparição nas teses. Nomeadamente, pelo menos treze estudos dedicam-se à região, ainda que nem sempre abrangendo-a integralmente, como ocorre com “A importância do negro na formação da sociedade portenha, 1703-1860”, de Álvaro de Souza Gomes Neto. O inverso também é verdadeiro, tanto para o Uruguai quanto para a Argentina, isto é, ambos são englobados em investigações de maior amplitude, como se sucede em “Redes de Cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”, de Alfredo Meneghetti Neto, e “As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina”, de Leonardo Guedes Henn.

A elaboração de um quadro conjuntivo da distribuição das teses sobre estudos ibero-americanos por países (1986-2016) é exequível. Contudo, exige certos cuidados e tende a informar relativamente pouco no concernente a essas investigações. A tomar como referência o caso do atual território boliviano, constatada a sua presença parcial na condição de objeto de estudo, tem-se pelo menos dez participações tangenciando-o. As matérias variam desde “Em tudo semelhante, em nada parecido: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767)”, de Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, até “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003”, de Bianca Knaak, perpassando outros tópicos gerais, como “A Trama da Integração: Soberania e Identidade do Cone Sul”, de Haroldo Loguércio de Carvalho, e “A Pecuária no Processo de Ocupação

e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)”, de Paulo Marcos Esselin.

A precaução a ser tomada nessas oportunidades associa-se às generalizações que a simples detecção de expressões correlatas a determinado tema possam suscitar. No momento da pergunta pela quantidade de pesquisas realizadas, nucleando temáticas singularmente bolivianas, os resultados mostram substancial diminuição, conduzindo-se a somente três títulos imediatos: “Cristãos e Infieis nos espaço de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770-1800)”, de Ariane Aparecida Carvalho de Arruda, “Índios Fronteirços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)”, de Marli Auxiliadora de Almeida, e “Territorialidades Chiquitanas em Comunidades Rurais da Província de Velasco, Bolívia (1953-2006)”, de João Ivo Puhl.

Naturalmente, em função de ocasiões de maior abrangência temática (espacial, temporal e/ou de matéria), sobrevêm circunstâncias de envolvimento não exclusivo, cabendo ao conteúdo a condição de parte do assunto, em sentido amplo. Circunstâncias modelares dessas características ocorrem em “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, de Artur Henrique Franco Barcelos, “Espelhos de Cronos. A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1930)”, de Paulo José Sá Bittencourt, e “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18”, de Guilherme Galhegos Felipe.

A explicação para a minimização dos valores analíticos de igual adoção pode ser buscada na quantidade de trabalhos integrativos de mais de uma região e/ou país, ocasionando a repetição / falsificação de muitas das referências obtidas dessa forma de organização. A própria noção de Brasil (colonial, imperial, republicano), enquanto unidade, é relativizável. No

todo, das setenta e duas teses defendidas nos três programas (PUCRS, UFRGS e UNISINOS), trinta e sete envolvem, tematicamente, frações do espaço ou ações brasileiras em concomitância a outras regiões ou matérias de estudos externas ao país. A maior porção de pesquisas direciona-se para o sul do país e podem ser representadas pelas onze nas quais se inter-relacionam Brasil e Uruguai, nas dez conectando Brasil e Argentina, em detrimento de apenas três comunicando, de forma individualizada, Paraguai e Brasil: “Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864)”, de Ney Iared Reynaldo, “A Guerra do Paraguai e as Relações Luso-Brasileiras na Década de 1860-1870”, de Mauro César Silveira, e “As Políticas Externas do Brasil e da Argentina: o Paraguai em Jogo (1939-1954)”, de Ceres Moraes.

Nos dois casos hegemônicos (Uruguai e Argentina), importa ressaltar as propriedades particularizantes assumidas em cada estudo. Uma primeira conformação, tanto para um quanto para outro desses países, ocorre a partir de dualidades; em sua imensa maioria, sob perspectivas comparativas. Ilustrativamente, “Cidade e Patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado das cidades de La Plata e Caxias Do Sul – 1986”, de Marcelo Caon, “De volta a fronteira – uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional”, de Newton Luis Garcia Carneiro, “Transportando fortunas para povoar deserta e inculca campanha: atuação política e negócio dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865)”, de Carla Menegat, “A Diplomacia Marginal. Vinculações Políticas Entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)”, de Ana Luiza Setti Reckziegel, para o Uruguai, e “As Ações Geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus Reflexos na Argentina”, de Adelar Heinsfeld, “Brasil e Argentina no Oriente Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao Final da Guerra Fria”, de José Luiz da Silva Preiss, “Catolicismo e Cruzada. Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e

Argentina (1960-1967)”, de Ianko Bett, e “A pré-história do Mercosul: cooperação entre Brasil-Argentina – 1979-1991”, de Ana Regina Falkembach Simão, no que se refere à Argentina.

Uma segunda configuração, não computada para um ou outro desses espaços em particular, verifica-se na confluência entre eles e alguma outra região ou matéria. Exemplificam-na: “Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)”, de Márcia Solange Volkmer, “O federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução Farroupilha (1835-1945)”, de Maria Medianeira Padoin, e “Intelectuais e exílios confronto de resistências em revistas culturais: encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978-1984)”, de Cristiano Pinheiro de Paula Couto.

Finalmente, uma terceira formatação adotada nos trabalhos envolvendo Argentina e Uruguai, para permanecer-se nas predominâncias entre as teses, é a escolha de temas abarcando problemáticas exclusivas de um ou outro espaço, isoladamente. Caracterizam essa maneira de proceder, as pesquisas de Maria Heloisa Lenz, “Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 1930: a Belle Époque”; Jorge Christian Fernandez: “Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)”; José Pedro Cabrera Cabral: “Trajetória Político-Ideológico da esquerda Uruguia: 1964-2004” e Marco Antonio Vargas: “Ditadura e Resistência Democrática: República Oriental Del Uruguay: 1968-1985”.

A título de exercício reflexivo, conquanto escape à proposta nesse momento, talvez coubesse pensar as direções de alguns dos estudos, isto é, verificar as singularidades proporcionadas por investigações que adotem, por estratégia, pensar eventos sob a leitura de perspectivas, em certa medida, exógenas a estes, ainda que haja interesses performativos em tais enunciados. Assim, seriam os casos de “Democracia e Concerto Americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966)”, de Mateus Dalmáz,

“Reflexão Sobre a Historiografia Platina (Discursos do Século XIX Sobre D. João)”, de Ricardo Antônio da Silveira, e “O Discurso Jornalístico e o Processo de Marginalização Social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, de Edson Antoni.

Em comunicação com os dados estatísticos das teses, os casos ilustrativos permitem invocar duas características gerais em relação às investigações sobre a América Latina, realizadas a partir do Rio Grande do Sul: a primeira está na constatação de que a grande maioria dos objetos de estudo tem origem no micro (recortes espaciais e temporais), normalmente em fases anteriores às teses e em uma espécie de revista; posteriormente, tomam proporções maiores ou mais abertas à medida que os autores comprovam serem factíveis determinadas formas de amadurecimento – ampliações teóricas, conceituais, etc. – em relação às qualidades recorrentes nas três universidades. A segunda propriedade é a tendência de orientação do olhar, isto é, do Rio Grande do Sul para outras regiões (Prata, Cone Sul, América do Sul) e, por extensão, para a América Latina, assim como desta para determinadas partes do mundo. Conectando esses dois aspectos, está o intuito aparente de restabelecer *historiograficamente* uma espécie de “dignidade” da América Latina, ao menos nos trabalhos de maior amplitude temática.

Muitas questões restam por serem pensadas. No decorrer do trabalho, foram aventadas possibilidades de dirigir esforços de maior profundidade e complexidade. Há, por exemplo, que se pensar as teses em níveis comparativos a outros conjuntos de materiais. As possibilidades são múltiplas: cotejar as informações obtidas a partir desse quadro de teses a agrupamentos de trabalhos defendidos nos programas de pós-graduação em história de outras regiões brasileiras e/ou também dos demais países latino-americanos, particularmente naqueles cursos em que hajam áreas de concentração e linhas de pesquisa afins ao tema. Uma segunda empreitada plausível estaria na ampliação do mapeamento para as dissertações de mestrado, abrangendo, dessa forma, os programas de maneira

mais global. Em uma terceira linha de ação, seria viável o estudo das estruturas históricas desses programas de pós-graduação, ilustrativamente, periódicos, corpos docentes, componentes curriculares, entre outros. E, por fim, mais uma vez a título de instigação, caberia a composição de pesquisas conjuntas entre distintos programas no que tange às suas próprias produções. Tarefas que aguardam o empenho de implementação.

Referências

BARCELOS, Artur H. F. *Espaço e arqueologia nas Missões Jesuíticas: o caso de São João Batista*. Coleção Arqueologia, n. 7. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*, v. 1. Tradução de Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

DEMBICZ, Andrzej. Estudos Latino-Americanos: projeções difíceis. *Projeções – Revista de Estudos Polono-Brasileiros*, Curitiba, ano 3, p. 11-17, jul./dez. 2001.

FERNANDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. 2011. 617 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). *Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/ffchppg/ppgh/ppghApr esentacao>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

ROUQUIÉ, Alain. *O extremo-ocidente: introdução à América Latina*. Coleção Base, v. 1. São Paulo: EDUSP, 1991.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). Programa de Pós-Graduação em História. *Apresentação*. São Leopoldo, 2015. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/mestrado-e-doutorado/historia/apresentação>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Programa de Pós-Graduação em História. *Relação com a área*. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://200.18.45.28/sites/ppgh/mestrado/index.php/53>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Programa de Pós-Graduação em História. *Apresentação*. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppghist/apresentacao/>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

VOLKMER, Márcia Solange. *Onde começa ou termina o território pátrio*: os estrategistas da fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

Fontes

LISTA DE TESES SOBRE O TEMA AMÉRICA LATINA

PUCRS

1. PÉREZ OCHOA, Eduardo. **Guerra irregular em espacios andinos y em la pampa gaucha: el caso de la Banda Oriental del Uruguay (1808-1820)**. 1995. 4 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
2. CRUZ, Glenda Pereira da. **Antecedentes da organização do espaço colonial da América Ibérica**. 1995. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
3. RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. 1997. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

4. HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. **Comissão Econômica para América Latina (CEPAL):** uma visão crítica do seu pensamento – o caso brasileiro. 1999. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
5. FLORES, Alberto Vivar. **El liberalismo em Iberoamérica:** um pensamiento fuera de lugar: el caso de la constitucion política del imperio de Brasil. 1999. 556 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
6. MARTINS, Maria Cristina Bohn. **A festa Guarani nas Reduções:** perdas, permanências e recriação. 1999. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
7. FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **Sentir, adoecer e morrer:** sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII. 1999. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
8. CAMARGO, Fernando da Silva. **O Málon de 1801:** a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. 2000. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
9. HEINSFELD, Adelar. **As ações geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina.** 2000. 485 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
10. SILVEIRA, Helder Volmar Gordim da. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima:** facas de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil. 2000. 311 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
11. GOLIN, Luiz Carlos. **A fronteira Brasil-Uruguaí:** estado e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Rio Grande do Sul. 2001. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
12. SILVEIRA, Mauro César. **A Guerra do Paraguai e as relações luso-brasileiras na década de 1860-1870.** 2001. 3 volumes. Tese

(Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

13. BEM, Judite Sanson de. **Uma análise da construção do pensamento neo-estruturalista cepalino**: as contribuições da crise e do pensamento liberal à redefinição do papel do Estado na América Latina. 2001. 321 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

14. GOMES NETO, Álvaro de Souza. **A importância do negro na formação da sociedade portenha, 1703-1860**. 2002. 401 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

15. MENEGHETTI NETO, Alfredo. **Redes de cidades**: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências: o caso da rede Mercocidades. 2002. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

16. CARNEIRO, Newton Luis Garcia. **De volta a fronteira**: uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional. 2003. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

17. ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)**. 2003. 345 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

18. MORAES, Ceres. **As políticas externas do Brasil e da Argentina**: o Paraguai em jogo (1939-1954). 2003. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

19. VILLALOBOS, Marco Antonio Vargas. **Ditadura e resistência democrática**: República Oriental Del Uruguay: 1968-1985. 2003. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

20. CARVALHO, Haroldo Loguércio. **A trama da integração**: soberania e identidade do Cone Sul. 2004. 207 f. Tese (Doutorado

em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

21. SILVEIRA, Ricardo Antônio da. **Reflexão sobre a historiografia platina**: discursos do século XIX sobre D. João. 2004. 176 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

22. KOLING, Paulo José. **América Latina periférica**: o desenvolvimento latino-americano na concepção de prebisch/CEPAL (1948-1981). 2004. 437 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

23. BARCELOS, Artur Henrique Franco. **O mergulho no seculum**: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial. 2006. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

24. UESSLER, Cláudia de Oliveira. **Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados ibero-americanos na região Platina Oriental**. 2006. 221 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

25. BAPTISTA, Jean Tiago. **Fomes, pestes e guerras**: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750). 2007. 351 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

26. COLVERO, Ronaldo Bernardino. ... **bajo su real protección**: o Império Português rumo à Banda Oriental (1808-1812). 2009. 308 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

27. GONZÁLEZ, Ana María Sosa. **Memorias de la diáspora**: narrativas identitárias de los uruguayos en Brasil (1960-2010). 2011. 370 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

28. LUZ, Patricia Camera Varella da. **Representações culturais na Bienal de Artes Visuais do Mercosul**: o estatuto da fotografia e a expressão do sujeito social. 2012. 284 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

29. FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
30. ANTONI, Edson. **O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2012. 172 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
31. AHLERT, Jacqueline. **Estátuas andarilhas**: as miniaturas na imaginária missioneira: sentidos e remanescências. 2012. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
32. PREISS, José Luiz da Silva. **Brasil e Argentina no Oriente Médio**: do pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
33. PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Em tudo semelhante, em nada parecido**: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767). 2014. 226 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
34. DALMÁZ, Mateus. **Democracia e concerto americano**: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966). 2014. 167 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
35. BETT, Ianko. **Catolicismo e cruzada**: revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1967). 2015. 409 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
36. ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Cristãos e Infiéis no espaço de fronteira, Chiquitania/Bolívia e Pantanal/Brasil**: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770 – 1800). 2015. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

37. CAON, Marcelo. **Cidade e patrimônio**: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado das cidades de La Plata e Caxias do Sul (1986). 2016. 395 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

UFRGS

38. PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**: a Revolução Farroupilha (1835-1945). 1999. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

39. LENZ, Maria Heloisa. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 1930**: a Belle Époque. 2001. 406 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

40. BLANCO, Fernando Luís. **Fronteras étnicas en el corazón de América del Sul (1776-1820)**. 2004. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

41. SIMÃO, Ana Regina Falkembach. **A pré-história do Mercosul**: cooperação entre Brasil-Argentina (1979-1991). 2004. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

42. RAMÍREZ, Hernán Ramiro. **Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada**: Argentina e Brasil, 1961-1996. 2005. 709 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

43. PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** terror de estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. 878 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

44. KERBER, Alessander Mário. **Representações das identidades nacionais argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940)**. 2007. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

45. RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas e Gabriel Terra**. 2007. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
46. KNAAK, Bianca. **As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre (1997-2003)**. 2008. 289 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
47. SILVEIRA, Marise da. **América Latina entre inclusões e exclusões: escolas, ensino de história e identidade em tempos de ditadura militar**. 2009. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
48. OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. **O encontro entre os guaranis e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Nesu**. 2010. 516 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
49. NASCIMENTO, Jorge Luiz do. **Trincheiras ideológicas: o debate entre os jornais peruanos El Comercio e La Tribuna**. 2010. 314 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
50. BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. 446 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
51. LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. 2011. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
52. BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. 2011. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
53. FERNANDEZ, Jorge Christian. **Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)**. 2011. 617 f. Tese

(Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

54. FERREIRA, Carla. **A classe trabalhadora no processo Bolivariano da Venezuela**: contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010). 2012. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

55. COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Intelectuais e exílios confronto de resistências em revistas culturais**: encontros com a civilização brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978-1984). 2013. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

56. ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. **Índios fronteiriços**: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873). 2013. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

57. VOLKMER, Márcia Solange. **Compatriotas franceses ocupam a fronteira**: imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX). 2013. 282 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

58. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba**: a política externa independente e a crise dos mísseis. 2014. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

59. BIDINOTO, Lauro Manzoni. **Dámaso Antonio Larrañaga**: a biografia de um cura em tempos de independência no Prata. 2015. 200 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

60. MENEGAT, Carla. **Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha**: atuação política e negócio dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (ca. 1845-1865). 2015. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

61. LEIPNITZ, Gunter Tlajja. **Vida independente, ainda que modesta**: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores

na fronteira meridional do Brasil (C. 1884-1920). 2016. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

62. LIMA, Rafael Peter de. **Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)**. 2016. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

UNISINOS

63. HENN, Leonardo Guedes. **As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina**. 2005. 291 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

64. BITTENCOURT, Paulo José Sá. **Espelhos de Cronos. A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1930)**. 2006. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

65. CABRAL, José Pedro Cabrera. **Trajetória político-ideológico da esquerda uruguaia: 1964-2004**. 2006. 420 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

66. SILVA, Émerson Neves da. **A contribuição da Igreja Católica para a formação do Neozapatismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. 2008. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

67. FUÃO, Juarez José Rodrigues. **A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas**. 2009. 376 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

68. REYNALDO, Ney Iared. **Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864)**. 2009. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

69. PUHL, João Ivo. **Territorialidades chiquitanas em comunidades rurais da Província de Velasco, Bolívia, 1953-2006**.

2011. 287 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

70. FELIPPE, Guilherme Galhegos. **A cosmologia construída de fora**: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18. 2013. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

71. CERVEIRA, Luis Alexandre. **Dos levantes de Castela às revoluções comuneras do Paraguai**: apropriações e ressignificações de um conceito em três atos. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

72. PEREIRA, Luiz Felipe Schervenski. **Discursos políticos do ministro Oswaldo Aranha e a defesa do Pan-Americanismo no período do Ministério das Relações Exteriores (1938-1944)**. 2015. 205 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

RESENHA

SARMIENTO, Érica. *Migrações forçadas, resistências e perspectivas: América Central, México e Estados Unidos (2016-2020)*. São Paulo: Intermeios, 161 p., 2021.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Nucleas -UERJ

A publicação *Migrações Forçadas, Resistências e Perspectivas: América Central, México e Estados Unidos (2016-2020)* de autoria da pesquisadora Erica Sarmiento é um estudo primoroso sobre questões pertinentes aos deslocamentos humanos atuais.

As análises primam pelos conceitos adotados sobre migrações forçadas e resistências.

O livro, além da apresentação, prefácio e introdução divide-se três capítulos. As considerações finais assinalam o término do governo Trump e a continuidade das migrações.

Uma extensa bibliografia enriquece a publicação, apresentando leituras inovadoras que contemplam a temática desenvolvida, além de uma coleção de fotos extremamente significativas.

A apresentação, de autoria da professora Maria Luiza Tucci de Carneiro, revela a profundidade da análise, destacando o desempenho da autora, trajetória acadêmica e atuação como pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER), do Departamento de História da USP.

No Prefácio, Enrique Coraza dos Santos do Colégio da Fronteira Sul, Chiapas, destaca o envolvimento da autora comprometida com o objeto da pesquisa e o seu empenho em

realizar estudos profundos sobre os deslocamentos populacionais.

Coraza dos Santos assinala que os estudos foram realizados durante a pandemia, apontando as dificuldades encontradas para realizar aqueles estudos e contornar os obstáculos encontrados pela conjuntura da COVID.

Na introdução, Sarmiento discorre sobre suas experiências acadêmicas e visita ao México, o que a aproximou das realidades migratórias naquele país. Desde 2017 teve a oportunidade de conhecer a fronteira sul do México. Junto com professores de Tapachula e do Instituto Mora, além da professora Patricia Flier da Universidade Nacional de La Plata. Realizou naquela ocasião atividades de campo, recolhendo material para sua futura publicação.

A Introdução contempla a narrativa das experiências adquiridas durante as pesquisas, os motivos da escolha do tema e explicações sobre a problemática que envolve o fenômeno das migrações forçadas, o resumo dos capítulos apresentados, além das considerações finais.

Deve-se destacar que o livro foi escrito durante o período de isolamento provocado pela Covid-19, em 2020, período em que o medo do vírus revelou a realidade da desigualdade social, da xenofobia e preconceitos. Foi um trabalho árduo, considerando as dificuldades encontradas para pesquisar e escrever em confinamento.

O Capítulo 1 trata das *Diásporas do século XIX e os corpos descartáveis*. Sarmiento analisa os desglobalizados, norteando-se nos pressupostos teóricos apresentados desenvolvidos por Nestor Canclini, Boaventura de Souza Santo, Octavio Ianni e demais teóricos consultados. Essas leituras proporcionaram maior reforço conceitual sobre os corpos descartáveis, “vistos como ameaças e transformados em crise”.

É um capítulo denso sobre o processo migratório e as políticas de estado, além das questões de definição de controle das fronteiras.

As questões sobre multiculturalismo, identidades e vulnerabilidades, fundamentadas em Achille Mbembe e de Zygmunt Bauman foram essenciais para novas interpretações sobre o fenômeno em discussão.

Os desequilíbrios entre o controle estatal e as políticas migratórias destacam as administrações precárias dos centros de acolhimento da União Europeia – *os hot spots*.

As limitações do Pacto Global das Migrações são assinaladas como vidas a serem discutidas e não mercadorias. Bom destaque, assim como o papel relevante da Rede Jesuíta com Migrantes Latino-Americanos e Caribe em relação ao Pacto Global.

Questões pertinentes aos Corpos Descartáveis e Decoloniais, esboçadas e fundamentadas em Monica Hirst aprofundam as reações entre intervenções militares e crises humanitárias.

O texto rigoroso da autora não poupa críticas aos discursos de Trump. Excelente interpretação do conceito de fronteira decolonial, confirmado pelo antropólogo Nicholas de Genova.

As discussões sobre direitos humanos e as diretrizes da ACNUDH são contempladas nesse estudo, bem como a violência física e social desses migrantes em busca de novos espaços para sobrevivência.

O Capítulo 2 *Migrações Forçadas no Triângulo Norte: Trânsito e criminalização* é o cerne dessa publicação.

A saída de grande parte população da América Central rumo à fronteira mexicana é um movimento diaspórico, associado às desigualdades sociais e xenofobias, especialmente

a partir de 2014. A ampliação do descrédito em relação “ a democracia e suas instituições corroborou o relatório de 2018 da Organização Latinobarômetro em relatório, pior avaliação das democracias latinoamericanas.

O processo de urbanização e industrialização e suas consequências, provocando contradições, marginalidade e alienação urbana, além

da insegurança e incapacidade de integração às áreas rurais recebeu bom destaque nessa análise, especialmente o destaque à extrema pobreza e marginalização na Guatemala, El Salvador e Honduras, Triangulo Norte. Essa situação provocou grandes fluxos migratórios para os EUA, por necessidade de sobrevivência, além de escapar da violência dominante.

Excelente abordagem sobre a corrupção instalada naqueles países, especialmente entre os militares, polícia e narcotraficantes. A corrupção é estrutural e impede a ação pública. É um modelo democrático frágil, sob o domínio da miséria, da delinquência e violência social, grupos armados – os *mara*.

As migrações forçadas nesses países envolvem série de fatores como fronteiras, preconceitos contra os LGBTQs. Nesse capítulo, a autora se apoia nos estudos de Coraza e Arriola, abordando a temática conectada ao local e global.

Sarmiento, com sensibilidade, historiciza a situação dos corpos infantis e aponta o programa *Quédate em Mexico*, que trata da violação dos direitos humanos, especialmente sob o governo Trump.

O estudo é uma narrativa sensível que descortina a vulnerabilidade das crianças e dos corpos femininos. As mulheres arriscam suas vidas e de seus filhos. Sarmiento assinala que “ser mulher e ser índia torna-se ainda mais arriscado e alerta para a problemática tríade raça-gênero-classe”. Ainda questões sobre tráfico de drogas e armas são

tratadas nesse capítulo, pois estão no bojo dos problemas migratórios.

O Capítulo 3 discute a *Política Anti-Imigração e Resistência*. Após profunda reflexão, a autora tece considerações sobre as políticas adotadas pelos EUA. Assinala o contexto de violência da fronteira México-Estados Unidos e as condições sub-humanas dos refúgios e barracas de lona, além das pessoas vivendo nas ruas e aguardando a audiência de asilo nos Estados Unidos. Com a Covid-19 as audiências foram, suspensas e o risco da pandemia tomou conta da população migrante. Apesar das denúncias internacionais, a situação de violência perdurou, assim como as políticas implementadas pelo governo Trump, o mais cruel do século XXI. Mesmo com a pandemia aumentaram as deportações e, concomitantemente as migrações.

As fragilidades dos migrantes e a violência das políticas neoliberais, bem como as dificuldades para sobrevivência humana nesse contexto, não escapam à autora. As acusações da Oficina de Alfândega e Controle Fronteiriço (CBP) dificultaram as discussões, pois defendeu as “deportações express.” e culpou os migrantes do avanço dos coronavírus nos Estados Unidos”.

As fronteiras nacionais ampliaram a vigilância com a “emergência sanitária e a fronteira epidemiológica recrudescer a atenção dos ativistas dos direitos humanos”. Período difícil, devido as disputas políticas nos Estados Unidos.

Esse capítulo, fundamental o entendimento das políticas e acordos internacionais e interpretação do papel exercido pela extrema direita que está se instalando nas Américas.

O problema da detenção dos imigrantes, causando o endividamento das famílias com as despesas de pagamentos para advogados, não passou despercebido nessa abordagem. O migrante acumula dívidas e o estigma de devedor. Também

merece atenção a forma como os migrantes são tratados em estações migratórias, enquanto aguardam a entrevista. Ficam em acomodações precárias e insalubres, com acesso sanitário dificultado e com muita sujeira pelos espaços. Da mesma forma, são precários os atendimentos médicos.

As caravanas são formas modernas de deslocamentos e protegem um pouco mais mulheres e crianças do tráfico e sequestros, mais são de custos elevados. Também foram alvo do governo Trump, assim como as demais violações cometidas na fronteira mexicana durante as perseguições das polícias mexicanas e norteamericanas.

Nas Considerações finais a autora acentua os temas apresentados e conclui enfatizando que as políticas anti-imigração do governo Trump, em parceria com Andre Obrador, México ficarão marcadas como “terrível sucessão de violações aos direitos humanos”.

Uma extensa bibliografia e fontes documentais enriquecem a publicação, além das fotos significativas sobre migração. É um livro profundo, teórico e humano.

Obs. Resenha também publicada na Revista Maracanan PPGH UERJ 2022. Autorização da Autora.

Recebido em: Fevereiro de 2022.
Aprovado para publicar em: Junho de 2022

Liberdade: Caminhos e Atalhos.

Adelci Silva dos Santos

O tempo que vigorou a escravidão negra em nosso país foi cenário de inúmeras lutas pessoais e coletivas para se conquistar a liberdade, seja violenta ou pacificamente. O caminho para a saída do cativo pode ter sido negociado, concedido e, principalmente, conquistado por meio do emprego de forças e estratégias específicas. Para este texto apresentamos as características específicas do processo de alforria e liberdade observadas no Vale do Paraíba Fluminense, durante século XIX. Desde as décadas iniciais do oitocentos, até o fim da escravidão legal, acompanhamos os índices de alforrias concedidas e liberdades alcançadas, identificando os perfis dos senhores e dos cativos contemplados, bem como das modalidades de alforrias registradas. O objetivo é perceber que os cativos da região encontraram caminhos próprios para a conquista da alforria, percebida aqui enquanto processo contínuo de constantes negociações entre senhores e escravos e identificar qual o perfil daqueles que receberam estas manumissões.

A pesquisa deste texto baseou-se em Cartas de Liberdade, Alforrias Batismais e, sobretudo, as liberdades e alforrias concedidas em Testamentos. Estas são as três fontes que forneceram os dados para esta apresentação.

Na década de 1820, destaca-se o testamento do padre André Vaz de Siqueira, pela generosidade, sobretudo com o gênero feminino. O reverendo padre beneficia, ao todo, oito pessoas com a quantia de 200 mil réis, bem como nomeia a todas como suas herdeiras. Apenas uma era do sexo masculino; dos demais beneficiados, duas mulheres eram casadas e uma era solteira. O homem e as quatro mulheres restantes eram

todos pardos escravos, e não apenas ganharam suas cartas de alforria, mas tornaram-se herdeiros daquele clérigo.

Na década de 1830, Dona Maria Roza, alforria o preto José, de nação Angola, marido da também preta e já forra, Roza. Sua concessão junta marido e mulher na condição de pessoas libertas. Dona Maria Roza foi bastante clara quanto ao motivo de sua doação, era um reconhecimento “pelos bons serviços que me tem prestado”³.

Era natural que muitos senhores, ao alforriar seus escravos, quisessem justificar os motivos ou os merecimentos pelos quais libertavam este ou aquele cativo. Foi o que fez Antônio Rodrigues Barbosa, em suas determinações testamentárias relaciona quatro de suas peças que deverão ser contempladas com Cartas de Liberdades, e a cada um deles, apresenta os motivos destas doações. O primeiro é Antônio, além da qualidade dos serviços que prestava a seu senhor, este crioulo cuidava muito bem do “andamento de minhas escritas”⁴; ao que parece Antônio, o escravo, não apenas sabia ler e escrever como era um ótimo administrador dos negócios de seu senhor, e isso lhe abriu o caminho para a liberdade. O segundo foi Joaquim Queixuma (Quissamã), que foi liberto “em remuneração por ter servido ao dito filho com amor”⁵. Por fim, este homem liberta um casal de escravos, Pedro e Custódia, casados entre si. A Pedro pelos bons serviços e amor que lhe tem prestado, e Custódia, por sua vez, “por ser a escrava que criou meu filho Luiz”⁶.

Somadas, as alforrias custaram quase dois contos de réis ao seu espólio. Mas elas não encerram as possibilidades de manumissões aos demais escravos deste proprietário, em suas

³ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Contas de. 2º Of. N.º. 004010206. Maria Rosa de Jesus. 1838. 63 f. Caixa 1.

⁴ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Contas de. 2º Of. N.º. 004010209. Antônio Rodrigues Barbosa. 1839. 70 f. Caixa 1.

⁵ Idem

⁶ Idem

disposições testamentárias ele abre aos demais a oportunidade de se libertarem também, porém por outros meios;

declaro que é minha vontade que todos os meus escravos que apresentarem o seu valor, não causando prejuízo a meus herdeiros, entregando o seu importe em outros escravos, afim de não padecer a lavoura por evitar prejuízo a meus herdeiros, meu testamento passará Carta de Liberdade nas notas do tabelião⁷.

Ao estabelecer estas condições, Antônio estava ciente de que alguns de seus escravos possuíam algum pecúlio em dinheiro, ou ao menos os meios de auferir este recurso para pagar por seu processo de liberdade, uma outra característica que salta desta informação é que, mesmo como sendo, juridicamente uma propriedade, ele conseguiria, por seus meios e iniciativas, tornar-se também senhor de outros escravos para com eles substituir o seu cativo pelo deles. Um terceiro ponto é a necessária articulação com os órgãos e elementos de poder jurídico e público de Piraí para fazer tramitar dentro da legalidade todo esse processo de libertação para que pudessem sair do cativo pela porta da frente.

Manoel Ferreira, ao fazer testamento nesta década, embora conceda a liberdade a escravos, o faz com uma brevidade e sisudez que destoa da forma de redação dos demais proprietários. Ao ditar seu documento, Manoel é direto e objetivo ao determinar que “poderão, logo depois de minha morte, tratar de suas vidas”⁸. Parece soar como um alívio de quem, agora, não precisaria mais ser o responsável pela manutenção do casal de escravos.

Mas duas realidades estão presentes nesta verba testamentária. A primeira delas é a constatação de que alforria e liberdade são coisas bem distintas; são etapas de um processo que pode, não necessariamente, se concretizar. Uma não

⁷ Idem.

⁸ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Notificação Para Contas. 2º Of. N.º. 004010211. Manoel Ferreira. 1840. 9 f. Caixa 1.

garantia a outra. A concessão da Alforria era muito mais uma promessa do que um ato consumado. Uma mudança de comportamento por parte do beneficiado poderia ser o suficiente para o cancelamento desta dádiva. Foi o que fez Belarmina Maria de Jesus⁹; que ao conceder alforria a seu escravo José, o prende à condição de acompanhar o padre José Theodózio de Souza, mas adverte; "porém se for desobediente ao referido padre, fica sem nenhum efeito esta minha declaração". Em muitas outras situações, a liberdade não estava garantida com a morte do proprietário, pois permanecia presa à condição de acompanharem o cônjuge viúvo por toda a sua vida. Esta era uma das condições mais comuns para se obter esse benefício. É o caso, por exemplo, do africano Joaquim, embarcado em Moçambique, cujo proprietário, Joaquim Antônio da Silva, concedeu alforria em 1840 sob a condição de acompanhar a viúva enquanto esta fosse viva. Quitéria do Rego Palma¹⁰ é outra proprietária que amarra duas alforrias às mesmas condições de acompanhar seu marido pelo tempo que ele sobreviver a ela. Mas esta modalidade esbarra num entrave; graças à costumeira diferença de idade entre marido e mulher, e às condições de vida, trabalho e alimentação dos cativos, era muito provável que escravos já adultos pouco se beneficiassem destas promessas de liberdade.

João, Crioulo é exemplo do que afirmamos. A condição que lhe foi imposta era de que só viesse a gozar da liberdade que a Carta lhe conferia, a partir do falecimento de seu senhor Thomé de Souza Breves. No entanto, seu testamento havia sido redigido em 1846, mas ele só veio a óbito em 1854; por esta época, João, o crioulo que deveria ser alforriado, já estava morto fazia três anos. Embora tivesse sido alforriado muito antes do testamento, não conseguiu levar para sua vida o desfrute desse

⁹ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Contas de. 2º Of. N.º. 004010232. Belarmina Maria de Jesus. 53 f. 1849. Caixa 1.

¹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. N.º. 004010225. Quitéria do Rego Palma. 1845. 5 f. Caixa 1.

benefício, sua liberdade veio por meio de outro caminho: a morte.

mas informando-me de pessoas fidedignas desta freguesia, consta que o referido João, crioulo, casado com Maria, Conga, escravo do falecido Thomé de Souza Breves, faleceu no dia oito de março de mil oitocentos e cinquenta e um, foi encomendado pelo reverendo pároco desta freguesia o cônego Jose Theodoro de Souza, e sepultado no cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento desta freguesia.¹¹

Ao fim de tudo, não fora Thomé quem libertou o crioulo do cativo, mas sim a própria fatalidade do destino.

Outro proprietário, Antônio Rodrigues de Souza, tem testamento aberto em, 1843 e nele registra o seguinte: “Declaro que deixo de esmola a Constança e Silvino e Claudiana, filhos de Luiza, parda, escrava do excelentíssimo Barão de Piraí, a quantia de duzentos mil réis a cada um, na suposição de que são, bem sejam, meus filhos”¹². À beira da morte Antônio reconheceu sua relação com a parda escrava, deixou uma esmola a cada um de seus supostos filhos e encerra por aí. O testador morreu aparentemente sem empenhar esforços em libertar a mulher com quem se deitava e muito menos os filhos que ela lhe dera; sua consciência parece ter ficado satisfeita com o reconhecimento de paternidade e as esmolos jogadas aos pés destas crianças.

Uma das poucas mulheres a testar nesta década, ao contrário, foi bastante detalhista ao especificar as condições de alforria a seus escravos. Ela diz o seguinte:

Declaro que tenho três escravas, Rosa, de Nação e suas duas filhas, Gracina e Anna, as quais ficarão à disposição de meus testamentários até que minhas filhas tenham idade, se, porém, a escrava Gracina apresentar a quantia de dois contos

¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Contas de. 2º Of. Nº. 004010258. Thomé de Souza Breves. 74 f. 1854. Caixa 2.

¹² ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento a Cumprir. 2º Of. Nº. 004010221. Antônio Rodrigues de Souza. 5 f. 1843. Caixa 1.

e quatrocentos mil Réis, meus testamenteiros lhes passarão Carta de Liberdade. (...) Declaro mais, que no caso da minha escrava Gracina dar a quantia já mencionada para sua liberdade, lhe deixo uma esmola de cinquenta mil Réis, que meus testamenteiros levarão em conta.¹³

A orientação inicial da testadora é colocar essas três mulheres aos serviços específicos de suas filhas menores que deixará órfãs, no entanto, ela abre a possibilidade de que esta africana e suas duas filhas crioulas se alforriem mediante o pagamento de um pecúlio. A concessão de Francisca passa longe da generosidade senhorial; trata-se, de uma negociação comercial, onde a carta de Alforria é oferecida mediante um preço pré-estabelecida e inegociável pela proprietária às suas cativas, sobre cujo valor ela oferece um abatimento de cinquenta mil réis, esta prática ocorria eventualmente.

A hipótese que dá rumo a este texto é a de que a questão do gênero e da sexualidade aumentava a possibilidade de tornar-se livre do cativo. Assim, as mulheres que tiveram a percepção de que, quando inevitável, a sujeição sexual a seus senhores abria, mais facilmente, as portas para que escravas e seus filhos ingressassem no mundo das pessoas livres, fizeram disso uma estratégia de libertação. Trabalhamos então com interpretação de que homens casados ou viúvos que estendiam sobre seus cativos doações e benefícios acima do costumeiro omitiam informações reveladoras no intuito de preservar sua família ou sua viúva de uma situação constrangedora. Os solteiros, por sua vez, sentiam-se menos culpados e, portanto, não lhes era doloroso reconhecer que deitaram-se com esta ou aquela escrava, mesmo assim, só o faziam se destas aventuras brotasse algum filho.

José Vieira da Silva, em 1848, já estava viúvo de Úrsula Maria do Nascimento, de cujo matrimônio tivera dois casais de filhos, e já havia registrado uma Carta de Alforria em favor de

¹³ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento a Cumprir. 2º Of. Nº. 004010224. Francisca Mariana dos Santos. 10 f. 1845. Caixa 1.

sua escrava do Congo de nome Anna, mas da qual ela somente poderia usufruir após a morte de José Vieira. E ele continua dizendo que: “e assim também confirmo a liberdade que foi dada na pia batismal aos pardos Rufino, Januário, Cecília e Manoel, filhos de Madalena”¹⁴ Os filhos mestiços desta escrava eram também beneficiados na ocasião de seus batismos, pelo menos a estes, o benefício parece ter sido mais imediato e ainda seria ampliado mais adiante. É fácil imaginar que havia uma força motivadora muito mais forte do que as convenções sociais, sobretudo se trouxermos à memória que a vigência da escravidão no Brasil foi marcada pela intimidade sexual entre senhores e suas escravas, de forma consentida ou violenta.

O que se segue nas verbas de José Vieira confirmam isso, pois ele determina que seus libertos tenham benefício ainda maior.

Satisfeitas todas as minhas disposições, instituo por herdeiros da minha terça, a meu filho Francisco Vieira da Silva e aos ditos escravos que ficam forros e libertos retro declarados; isto é, a metade do dito remanescente para o meu dito filho Francisco e a outra metade repartida com igualdade entre os ditos Ana, Congo; Rufino, Januário, Cecília, Manuel, Nicomedes e Vicente (...) ¹⁵

A africana ainda viva, bem como seus filhos e os filhos das falecidas outras escravas não apenas deixam de ser escravos, como se tornam também os herdeiros deste homem. Por qual merecimento? São essas lacunas, esse silêncio tão eloquente que fortalecem a ideia de que muitos destes homens mantivessem com suas escravas longas relações de proximidade que extrapolavam os afazeres domésticos e lhes geravam filhos ilegítimos, fazendo pesar a consciência a tal ponto que as doações generosas e, como nesse caso, a elevação à situação de herdeiros, se transformava na única alternativa

¹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAIÁ. Testamento, contas de. 2º Of. N.º. 004010229. José Vieira da Silva. 52 f. 1848. Caixa 1.

¹⁵ Idem.

viável para seu alívio quando o constrangimento não permitia a revelação desta intimidade à sociedade patriarcal e católica do século XIX.

José Vieira da Silva ainda torna os escravos libertos herdeiros de seus bens. Ele tinha a esperança de que as crianças fossem bem encaminhadas para que o destino não os arrastasse a uma vida de desventuras. Assim estabelece a seguinte disposição:

Aos ditos pardos, forros e libertos, acima declarados, nomeio para tutor dos mesmos, a meu filho Francisco Vieira da Silva, para que deles tome conta, trate de sua educação e administração do que lhes pertencer, preferindo que aos mesmos sejam dados em pagamento uma situação de bens de raiz, como mais segura ao estabelecimento de menores.¹⁶

José preocupa-se com a formação de seus mestiços, nota-se que a africana, mãe de alguns deles, fica fora desta determinação. Havia muito sentido nas orientações deste senhor; em sua opinião, seria melhor que a herança se revertesse em bens imóveis, de mais fácil administração e de valorização crescente num período de expansão da economia cafeeira. E, como responsável por todo esse processo de inserção dos menores mestiços na sociedade e na administração de seus bens, o falecido havia elegido o seu próprio filho natural. Seria irmão cuidando de irmãos? Provavelmente sim.

O fazendeiro Felix de Santa Rosa foi muito mais transparente em suas revelações, talvez por não estar preso ao sacramento do matrimônio e, portanto, sem muitas satisfações a dar às crenças religiosas vigentes ou cobranças sociais póstumas. Ele diz o seguinte: “Declaro que nunca fui casado, porém, por miséria humana e minha fragilidade tenho três filhos...”¹⁷, é essa mesma “miséria humana” e “fragilidade” a

¹⁶ Idem

¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Contas de. 2º Of. Nº. 004010231. Felix de Santa Rosa. 32 f. 1849. Caixa 1.

responsável por tirar das senzalas inúmeros escravos que por esta característica humana senhorial encontra o caminho da liberdade.

Em seguida, ele apresenta seus filhos, e identifica quem eram suas mães; a de sua filha mais velha era a preta africana, por nome Joaquina, enquanto a mãe do casal de menores, Thereza, havia sido despachada de Moçambique. E nas linhas seguintes afirma: “os quais três meus filhos, os reconheço por tais, e por esta ficam legitimados para serem herdeiros de todos os meus bens, pois como tais os instituo”¹⁸. Estava feito, Felix reconheceu, perfilhou e instituiu como herdeiros os filhos que tivera das africanas suas escravas e que ainda estavam vivas nesta ocasião, mas os benefícios, em princípio, se estendem única e exclusivamente os filhos, não incluindo suas mães.

Embora fossem filhos tidos com escravas de sua propriedade, ele não as libertou na pia, como seria de se imaginar, ao contrário, esperou que estes filhos atingissem certa idade para só então passar Carta de Alforria. Sua filha mais velha já havia até se tornado mãe quando foi alforriada, cujo filho, e, portanto, neto de Felix, ainda permanecia escravo até a abertura do testamento, quando então recebe sua alforria. Se sabia que o menino era seu neto, que motivos o levaram a manter a criança em cativeiro até a leitura de suas disposições finais? Seus motivos desceram ao túmulo junto com seu corpo.

Declaro que em razão de não ter ainda feito este meu testamento, passei Carta de Liberdade àqueles ditos três meus filhos, e porque na Carta de minha filha Maria de Deus, não incluísse um filho que ela teve antes de casar, de nome Cezário José, fica por esta verba declarado liberto, como filho de ventre livre e reconhecido como meu neto legítimo.¹⁹

Morresse Felix de alguma fatalidade repentina, sem tempo de fazer seu testamento e o destino do menino seria incerto,

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

podendo, inclusive, ser vendido em praça para o pagamento de dívidas ou despesas com o testamento ou com o inventário.

Mas e quanto às mães das crianças? Aquele senhor havia determinado expressamente a seu testamenteiro a imediata libertação destas mulheres após sua morte, única e exclusivamente, por serem as mães da prole deste fazendeiro “Declaro que em atenção a ter tido aqueles ditos meus filhos, das minhas escravas (...) é minha vontade que fiquem livres (...)”²⁰. A liberdade concedida restringe-se ao fato da escrava lhe ter dado filhos. Mais uma vez vemos o sexo abrir caminho para o ingresso na sociedade de pessoas livres e extensível a seus filhos que por terem também o sangue de seu senhor, tornam-se não apenas donos de si como também donos de bens.

Thomás de Canthúária é outro mestiço cuja morte de seu pai o torna senhor de muitos bens, neste caso torna-se proprietário da Fazenda Campo Bom, no distrito de Ipiabas, já que tornara-se único e universal herdeiro do português Ricardo Rodrigues de Golveia. O imigrante português havia se aventurado na senzala de terceiros e, embora a crioula Perpétua ainda permanecesse no cativeiro, ao menos seu filho não sofreria a mesma sina que a ela fora reservada.

Embora a quantidade de testamentos femininos seja bastante inferior à de homens, são elas as que estão mais propensas a conceder alforrias, mas é inquestionável que os homens ao fazê-lo, fossem mais generosos em suas doações; até porque, das cinco mulheres que declaram livres alguns de seus escravos, entre 1841 e 1850, três delas amarram estas liberdades a algum tipo de condição, e nenhuma das 5 fez qualquer tipo de doação material.

Por outro lado, quando os homens se propõem a alforriar, talvez, justamente pelo reconhecimento dos vínculos de sangue com estes filhos mestiços, poucas vezes amarravam estas liberdades a alguma condição ou obrigação previamente

²⁰ Idem

estabelecida, além disso, invariavelmente as concessões eram bem mais generosas do que simples esmolas, roupas ou ferramentas usadas. Por vezes estes escravos resgatados das senzalas tornaram-se senhores de grandes patrimônios, vastas terras e escravaria.

Sendo assim, é correto afirmar que quanto maior for a resistência senhorial em conceder a alforria, mais simbólica é liberdade conseguida. E a percepção de que os senhores tinham especial tendência em alforriar as mães de seus filhos, bastardos ou naturais, pode ter motivado as escravas a enxergarem a aproximação ou a subordinação a seus donos como um caminho melhor calçado para abandonarem o cativeiro. Das vinte liberdades concedidas por homens neste período, seis delas são declaradamente por vínculos de sangue, e outras seis, embora não estejam revelados, apresentam inquestionáveis indícios de que os beneficiados sejam seus filhos, tanto que tornaram-se herdeiros de todos os seus bens. Realidades como estas podem ter motivado as escravas a serem mais solícitas a seus senhores ou mesmo facilitarem seu assédio.

Então, se entre os proprietários o gênero masculino não foi fator facilitador para a concessão de alforrias, resta confirmar se o gênero do cativo exerceu influência nesta prática. As fontes indicam que mulheres cativas eram mais beneficiadas nos testamentos de seus senhores; para as senhoras, o gênero de seus cativos parecia pouco importar na hora de conceder as alforrias, por motivos que parecem óbvios. Para os homens o sexo fora do casamento parece ter sido um direito consuetudinário inquestionável, e, conseqüentemente, filhos e alguns laços de afetos, ou de outros sentimentos como a culpa e o remorso poderiam nascer desta prática.

Quanto aos escravos, uma análise sobre o perfil dos alforriados, mostra que 55% deles pertenciam a grupos familiares. Certo é que o casamento ou a maternidade pareciam aplainar um pouco mais o caminho para a liberdade, posto que

tais relações familiares envolviam pouco mais da metade de todos aqueles que receberam ou tiveram confirmadas as suas liberdades. As mulheres eram inversamente aquelas que menos levavam em consideração o critério das relações familiares, apenas duas delas beneficiaram, núcleos familiares. Já seis dos fazendeiros beneficiaram treze grupos distintos de escravos cujos laços eram de sangue ou de sacramento, totalizando 50 pessoas. Isso significa dizer que os proprietários do sexo masculino foram responsáveis pela quase totalidade das alforrias que envolviam parentes.

Chama atenção as concessões feitas pelo Padre Joaquim Timóteo da Silva, aberto em 1858; seu testamento era o único documento entre todos que liberta os pais e seus filhos, e não estende às mães o benefício da liberdade. Ao todo, o pároco havia libertado dois pais, cada um com seis filhos.

Declaro que deixo forros os escravos seguintes, Luiz, casado com Florentina, ambos de nação; Carolina, crioula, idade dezesseis anos; Belizária, crioula, quatorze anos; Izafas, crioulo, idade de doze anos; Astéria, crioula, dez anos; Telésfora, crioula, idade seis anos, Olegário, crioulo, idade um ano; todos esses seis crioulos filhos de Luiz e Florentina. Cezar, casado com Custódia, ambos de nação; Mônica, crioula, dezesseis anos; Petronilha, quatorze anos; Gorgona, doze anos; Ítala, dez anos; Evira, quatro anos; Apolônia, um ano; todos esses crioulos filhos de Cezar e Custódia, ...²¹

Certamente a constituição de núcleos familiares entre o plantel de Joaquim Timóteo deve ter recebido não apenas a aprovação como também o incentivo e a orientação do sacerdote, uma vez que como padre, talvez primasse pelo cumprimento dos sacramentos entre sua escravaria.

Outra situação instigante é a de Manoel de Moura, solteiro e sem filhos legítimos, manteve certa proximidade com várias crioulas, já que a uma delas, Isabel, havia deixado uma doação

²¹ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. N.º. 004010279. Padre Joaquim Timóteo da Silva. 5 f. 1858. Caixa 2.

de 100\$000; à outra, por nome Gertrudes deixou a mesma quantia em dinheiro e ainda lhe perdoou a dívida que esta tinha com ele. Mas, foi com Isabel; mulher forra com quem tivera um filho homônimo, que Manoel de Moura teve maiores zelos. A este jovem, o português enviara à cidade do Porto para cuidar de seus estudos, e que, ao fim de dez anos, terá total direito aos bens que seu pai possuía no Brasil como legítimo herdeiro.

Dentre as senhoras que concederam alforrias neste período, quatro delas exigiram o cumprimento de alguma condição para a concessão do benefício. A primeira delas, Dona Angélica Maria, amarrou a alforria de sua escrava Luzia, crioula, à prestação de serviços a sua cunhada enquanto essa fosse viva²², o que de fato não garante a liberdade, já que a escrava pode morrer antes. Em 1856, Possidônia Maria do Rosário, deixou forra sua cativa Generosa, mas, na verdade, tratava-se muito mais de uma venda de liberdade do que uma doação. Generosa, se quisesse de fato ser livre, deveria pagar por este privilégio. Ademais, havia outro empecilho ao pleno gozo da alforria; Generosa era casada e seu marido permaneceria no cativeiro, e sua sorte seria também a sorte de seu esposo, já que ela estava obrigada, pelas condições impostas por sua senhora, a acompanhar seu marido para onde quer que ele fosse quando dada a partilha dos bens desta testadora. Generosa talvez ficasse alforriada de sua senhora, mas não se pode dizer que estivesse completamente livre.

Dona Anna Margarida da Silva, também viúva, em 1858 deixou, nas palavras dela, “liberto e sem ônus algum”²³ o seu escravo Caetano, crioulo, mas, de fato, não era bem assim. A alforria do crioulo estava sujeita ao saldo positivo quando da avaliação dos bens para o inventário. Se os bens não chegassem

²² ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Prestação de Contas de. S/N. Angélica Maria do Espírito Santo. 28 f. 1852. Caixa 2.

²³ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. Nº. 004010278. Anna Margarida da Silva. 4 f. 1858. Caixa 2.

para saldar as dívidas, o escravo deveria trabalhar para o herdeiro ao qual coubesse, em partilha, a mulher do preto, a menos que tivesse dinheiro para pagar de pronto por sua Carta de Alforria. Na prática, sua situação não era muito diferente da de Generosa, a única diferença é que sua senhora inicia a concessão do benefício afirmando que tal liberdade seria sem ônus algum. Um engodo.

Deixo liberto e sem ônus algum o meu escravo Caetano, crioulo, porém se a minha terça (...) não chegar para descontar o valor deste meu escravo, ele irá para o poder daquele dos meus herdeiros a quem pertencer a sua mulher e trabalhar até que ganhe para inteirar o que faltar da minha terça para sua inteira liberdade, ou se o preto tiver dinheiro de logo...²⁴.

Caetano, assim como Generosa, estava em um limbo entre a alforria e a liberdade.

Raros foram os testamentos de mulheres que trouxeram doações de terras, escravos, casas, roçados ou dinheiros àqueles que estavam por libertar, nesse sentido, os homens se mostraram possuidores de uma benignidade muito maior; muitos fazendeiros abriram seus bolsos generosamente, mesmo nas situações em que os laços de sangue não estavam explícitos ou declarados.

Para a população escrava feminina do século XIX, o caminho para a alforria era mais reto caso seu proprietário fosse homem, ainda que não fosse o caminho mais agradável, uma vez que significava abrir mão de suas escolhas e se deixar usar como objeto de alcova por aquele que era dono e senhor. E, se desta objetificação de seu sexo viesse algum filho, maiores eram as possibilidades de serem lembradas quando das disposições finais ou, em alguns casos, ainda durante a vida de seus senhores; eis o motivo da maior generosidade dos proprietários se comparado à das senhoras.

²⁴ Idem.

Na década de 1850, por exemplo, o dono da fazenda de Campo Bom, na freguesia de Ipiabas, a caminho de Valença, foi bastante sucinto e objetivo na redação de seu testamento: “declaro que reconheço por meu filho, a Thomas da Canthuária, liberto, filho de Perpétua, crioula, escrava da senhora Dona Alda Maria Nogueira, ao qual instituo por meu único e universal herdeiro”²⁵. Chama atenção o fato de que o fazendeiro não engravidou uma de suas escravas, mas de terceiros. O segundo ponto de interesse é o fato de tratar o menino nascido desta experiência como liberto, sinal evidente de que este mulato havia nascido em situação de cativo e passou por um processo de liberdade, seja na pia batismal, seja ao longo de sua infância.

No ano seguinte, outro imigrante português, João Escalera foi mais adiante em suas doações a ponto de gastar mais de cinco contos de Réis com a liberdade de Firmina e a de seus sete filhos. Não que ele tivesse pagado pelas suas alforrias, posto que já eram seus cativos, mas este é o valor somado das quantias que deu a cada um deles. Cada libertando, incluindo a escrava Firmina, mãe das crianças recebeu uma doação de setecentos mil Réis (R.700\$000).

Declaro que tenho uma escrava cabra, de nome Firmina, a qual forrei e libertei por Carta que lhe passei no ano de 1833, cuja liberdade e forraria ratifico por este meu testamento e lhe deixo de esmola um legado de setecentos mil Réis. Declaro forros e livres os filhos e filhas de Firmina, e como tais foram batizados, os quais são Lucinda, Jacintha, Diogo, Joaquim, Simão, Antônio e José; e a cada um deles deixo de esmola um legado de setecentos mil Réis, tudo pelo amor de Deus.²⁶

Seu testamento foi redigido no ano de 1837, mas parece que mesmo após vinte anos da concessão da alforria e

²⁵ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. N.º. 004010233. Ricardo Rodrigues de Golveia. 4 f. 1850. Caixa 2.

²⁶ Idem.

liberdade, a escrava cabra continuava vivendo porteiras adentro na Fazenda dos Forros, já que não foi feita nenhuma alteração no testamento ao longo desse tempo. Teria seu senhor concedido a alforria, mas sem efetivar a liberdade? Teria seu senhor retido em seu poder os documentos que comprovavam ser Firmina uma mulher liberta? Sendo ela já liberta, tornou-se desnecessário afirmar que os filhos dela estavam também sendo libertos neste testamento, ou mesmo que assim tivessem sido batizados, porquanto teriam nascido antes de 1833, quando sua mãe ainda era legalmente uma cativa. Isso afastaria qualquer dúvida que pudesse surgir por parte do inventariante ou herdeiros sobre a condição destas crianças, evitando que viessem a entrar na soma dos bens de João como peças de escravaria. Seja como for, Firmina e seus filhos eram, com certeza, afetivamente muito mais próximos de João Alves Escaleira do que aqueles africanos a quem este senhor havia libertado. As crianças seriam seus filhos? Não há uma afirmação neste sentido, a única suspeita é a desmedida generosidade deste fazendeiro para com esta família de libertos e as demais preocupações para com o futuro destes beneficiados.

Com relação aos filhos da parda liberta, João Escaleira toma providências para que tenham o necessário suporte até serem capazes de tocar sozinhas as suas vidas; ele determina:

ao que tomar conta deste meu legado, nomeio tutor e curador dos filhos da cabra Firmina que forem menores, para que ponha em rendimento os legados que lhes deixo a cada um e os educar, doutrinar, a fim de lhes serem entregues com os rendimentos quando tiverem a idade competente ou tomarem o estado conveniente a suas pessoas.²⁷.

Zelo e preocupações desmedidas para simples peças de escravaria. Escaleira, ertamente encurtou as distâncias afetivas entre senhor e escrava.

²⁷ Idem

As liberdades concedidas por mulheres eram bem menos bondosas. Angélica Maria do Espírito Santo²⁸, mulher solteira e sem filhos, deixou libertos quatro africanos, sendo um deles declaradamente velho. Libertou ainda quatro crioulos, sendo que uma das beneficiadas ainda deveria servir por toda a vida de terceiros, no caso, a cunhada de sua senhora, para só depois fazer jus à liberdade. A viúva Ana Rodrigues Dias²⁹ deixou forra a escrava Fortunata em atenção aos bons serviços que lhe prestou, nada mais acompanha a verba testamentária, nem uma esmola sequer, a não ser a determinação de entrada imediata no gozo do benefício após a morte da testadora. Exatamente a mesma coisa faz a senhora Maria Barboza Lemos, quando já viúva e doente de cama, decidiu alforriar duas de suas crioulas. A prática padronizada prossegue com Dona Ana Maria da Conceição³⁰, que deixou forros uma africana e dois crioulos sem laços de parentesco. Em princípio, os três deveriam deixar a Fazenda Santo Antônio da Cachoeira apenas com a roupa do corpo após uma vida de trabalho exaustivo. Todas as senhoras que em suas disposições testamentárias neste período entre 1851 e 1860 concederam a alforria, o fizeram sem acrescentar nenhum agrado a mais a seus libertos, ao contrário, algumas delas prenderam a liberdade à prestação de serviços, seja por um tempo determinado, seja por toda a vida de um parente.

Definitivamente, as mãos masculinas eram mais abertas quando da ocasião de recompensar seus escravos. Isso não significa, em absoluto, que todos os homens complementavam as cartas de alforrias com mimos ou esmolas, a maioria age exatamente como as mulheres. Logo, o consuetudo da época é

²⁸ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Prestação de Contas de. S/N. Angélica Maria do Espírito Santo. 28 f. 1852. Caixa 2.

²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Contas de. 2º Of. N.º. 004010248. Ana Rodrigues Dias. 20 f. 1854. Caixa 2.

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. N.º. 004010262. Ana Maria da Conceição. 5 f. 1854. Caixa 2.

a alforria pura e simples, por vezes como um processo de transição para a liberdade, quando a Carta exigia condições a serem atendidas antes de poder fazer o desfrute do benefício.

No ano de 1858, o padre Joaquim Thimóteo da Silva³¹ além de algumas alforrias, doou também um escravo a Ignácia Maria da Conceição, principalmente, por ter lhe dado quatro filhos; sendo o mais velho já com dez anos enquanto o mais novo, contava apenas um mês de idade quando da redação do testamento. Isso demonstra não apenas uma relação longa, estável e duradoura deste sacerdote com esta mulher, mas também a constituição de uma família nuclear em pleno exercício de uma função que lhe exigia o celibato. Mas o testamento de Joaquim Thimóteo revelava outros segredos, ou ao menos outros pecados antigos; essas quatro crianças não eram os únicos filhos do reverendo, havia ainda Emiliano Marcos da Silva, tido de sua escrava Florentina. A todos estes seus cinco filhos, Thimóteo nomeava, instituía e legitimava como seus universais herdeiros. Suas últimas vontades revelavam os costumes da sociedade patriarcal rural do século XIX.

Os anos de 1850 registraram apenas seis liberdades condicionais, sendo todas elas a homens africanos; claramente aqueles que haviam nascido no país eram privilegiados em detrimento dos negros em diáspora, tanto na quantidade quanto na forma como a liberdade lhes era concedida. Assim como fica claro também que as mulheres eram alvo de uma maior generosidade dos seus senhores, já que nenhuma delas ficou amarrada a esta ou aquela condição para que pudesse plenamente gozar de sua liberdade. Podemos então, de imediato, apontar dois fatores que os proprietários levavam em conta na hora de conceder o benefício da liberdade: o primeiro deles era o gênero, mulheres eram preferencialmente escolhidas

³¹ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. N.º. 004010279. Padre Joaquim Timótheo da Silva. 5 f. 1858. Caixa 2.

para receber a Carta de Alforria, e, em segundo lugar, a nacionalidade, que de igual forma beneficiava a homens e mulheres, ser crioulo era estar um passo à frente dos africanos no caminho para o mundo dos livres.

Uma mudança significativa observada para os anos de 1860 foi a maneira como estes proprietários estavam concedendo liberdade a seus cativos. Embora libertos, muitos negros se viram obrigados a permanecer ainda por longo período sob a tutela e autoridade de seus senhores, que agora haviam amarrado as concessões de liberdade a condições impostas a esses beneficiados.

Nos anos de 1860, a concessão de liberdades livres de obrigações ou contrapartidas a negros do sexo masculino caiu de 34 para apenas 16 indivíduos, a maior queda se percebe naquelas alforrias concedidas por homens. Dentre os fazendeiros as Alforrias concedidas a homens caem de 25 na década de 1850 para 8 nos anos 1860. Quanto às cativas, os senhores libertaram apenas 13 delas sem lhes impor condições contra 39 do período anterior. Então, percebemos uma acentuada linha descendente na prática de se conceder alforrias de uma para outra década, a valorização crescente do café, motivava novas plantações e melhorias constantes na estrutura de produção, bem como a valorização crescente da mão de obra motivando proprietários e proprietárias a frearem sua generosidade.

Geralmente, as condições que mais se tornaram comuns quando da concessão da alforria era a obrigação de prestar serviços por um tempo determinado ou de acompanhar o cônjuge sobrevivente de seu senhor até que este morresse. Esta modalidade de libertação trazia junto uma incerteza sobre quando poderiam finalmente desfrutar desta concessão, já que a vida do cônjuge viúvo poderia se estender por um longo período.

Alguns senhores preferiam estabelecer um prazo para o fim da prestação de serviços ou acompanhamento, foi o caso

da fazendeira Teresa Maria de Jesus, em seu testamento ela menciona a escrava Benedita, e a deixa “para servir as minhas filhas, Maria e Anna, e no fim do prazo de dois anos as minhas ditas filhas lhe darão a sua carta de liberdade, para que ela, daí por diante, possa livremente gozar de sua liberdade como se de ventre livre nascesse”³². Embora a possibilidade de libertar-se do cativo estivesse com data marcada a partir do falecimento desta senhora, existia aí um fator limitador desta liberdade: a fala da senhora de que Benedita pudesse gozar livremente de sua liberdade era uma inverdade. Essa escrava tinha uma filha nascida em cativeiro que não iria acompanhar a mãe na sua vida de liberta. A pequena Perciliana, parda, de dois anos de idade, havia sido dada em herança à Anna, uma das filhas da finada senhora. Era uma forma de manter a liberta Benedita submissa aos mandos de Anna, senhora de sua filha. Talvez o ato de alforriar tenha amenizado a consciência desta proprietária, mas o cativeiro de Perciliana continuou prendendo sua mãe à uma vida de submissão. O horizonte da liberdade estava muito mais distante do que aquele que constava na Carta de Alforria.

Esta estratégia era muito mais comum do que do que se imagina, por vezes, apenas invertiam-se os personagens, mas a situação era a mesma. Manoel Tomé dos Santos, por exemplo, também demonstra um aparente gesto de grande generosidade ao distribuir várias alforrias imediatas, sem tempo de espera ou sem condições em seu testamento, em suas palavras:

Deixo livres para gozarem de suas liberdades, depois de minha morte, os quatro escravos seguintes: Geraldo, mulato, filho da minha escrava Luzia; Dionysio, mulato, filho de minha escrava Benta; Alexandrina, parda, filha de minha escrava Juliana, e Margarida, parda, filha de minha escrava

³² ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. N°. 0040102130. Teresa Maria de Jesus. 1865. 3 f. Caixa 3.

Floriana, a todas as quais o meu testamenteiro passará sua carta de liberdade...³³

Ora, percebam que as crianças foram libertas para gozarem livremente desta liberdade, porém, suas respectivas mães permaneciam no cativeiro. Certamente estes crioulos permaneceriam dentro da propriedade e sob a autoridade de seus senhores, apesar da liberdade, estes braços continuariam a trabalhar para o proprietário de suas mães. É claro que a carta de alforria, ainda que, por vezes não garantisse verdadeiramente o gozo da liberdade, poderia impedir que os parentes fossem vendidos a terceiros separadamente, ou partilhados entre herdeiros ou credores, rompendo com os laços familiares e afastando definitivamente os membros das famílias cativas. Já era um benefício a ser levado em conta.

A fazendeira Josefa Maria de Jesus foi bastante específica quanto aos detalhes que envolviam a alforria que concedeu a seu negro africano, ela foi específica quanto ao valor do preto, a quem deveria prestar serviços, por quanto tempo e, para completar, estabelecia a possibilidade antecipada de revogar o benefício. Ela define exatamente assim:

Deixo o meu escravo Antônio, Benguela, no valor de quatrocentos mil réis, liberto, com a condição, porém, de servir a meu filho Cândido, pelo tempo de um ano, e no caso desse escravo se tornar perverso, ou bêbado, ficará revogada esta liberdade e o meu Cândido ficará com ele.³⁴

Bastaria apenas que o herdeiro Cândido afirmasse que o africano havia se mostrado desobediente, ou “perverso”, como sugeriu a finada, que a alforria seria revogada.

Estes são exemplos da distância prática que separava a alforria da liberdade. Tantas amarras havia que ainda poderiam manter um escravo alforriado sob a tutela, sob a autoridade,

³³ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. Nº. 0040102139. Manoel Tomé dos Santos. 8 f. 1866. Caixa 3.

³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. Nº. 004010298. Josefa Maria de Jesus Figueira. 4 f. 1862. Caixa 3.

sob as ordens de seu ex-senhor que, falar em liberdade plena, “como se de ventre livre tivesse nascido” chega a ser contraditório.

Durante os anos de 1860, três proprietários se destacam como sendo aqueles que mais alforrias distribuíram entre a sua escravaria; a primeira delas é dona Francisca Luiza de Jesus³⁵, deixou nove cartas de alforrias, sendo seis delas a crioulos, dois africanos e um sem nacionalidade revelada; cinco deles eram homens e quatro mulheres, dentre eles, contava um casal de crioulos. Em 1862, o testamento de Mariana Maria da Conceição³⁶, trazia a concessão de dez cartas de liberdade, Ao todo foram seis mulheres e quatro homens que dona Mariana havia libertado em suas últimas vontades. Talvez o fato de não ter esposo ou filhos para os quais pudesse deixar sua herança tenha influenciado em libertar uma dezena de escravos que, aparentemente, não estavam debilitados ou em precárias condições de saúde e, portanto, significava uma mão de obra ativa, vigorosa e valiosa.

O português naturalizado, Caetano Alves de Oliveira, também foi profícuo na distribuição de alforrias. Em 1866, quando seu testamento é aberto, havia dez escravos sendo nominalmente selecionados para receberem o documento de liberdade; quatro deles eram homens, todos africanos, assim como a maioria das mulheres, apenas duas eram crioulas. Mas Caetano não parou por aí, quatro das escravas as quais estava libertando haviam sido amas de seus filhos e filhas, e, não querendo ser injusto com outras amas, ele assim recomenda a seus testamenteiros:

E sendo da minha intenção libertar da escravidão a todas as amas que criaram o restante dos meus filhos, as quais já foram partilhadas com alguns herdeiros, por isso que

³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. N°. 004010286. Francisca Luiza de Jesus. 7 f. 1860. Caixa 3.

³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. N°. 0040102102. Mariana Maria da Conceição. 3 f. 1862. Caixa 3.

autorizo ao meu testamenteiro adiante nomeado, que por seu justo valor possa indenizar a qualquer dos herdeiros, a quem elas de direito pertençam, para lhes passar as cartas de liberdade, e, aos referidos herdeiros, rogo ao atender a este meu pedido.³⁷

Supondo que cada um de seus filhos tenha tido apenas uma ama para sua criação, restam ainda quatro mulheres a serem libertas, de acordo com a vontade do finado português. Tantas liberdades não fariam falta ao seu patrimônio que contava mais de setecentos escravos, e ainda lhe pareceria estar cumprindo as orientações cristãs de praticar boas obras.

A década de 1870, na região de Piraí, é o período de maior distribuição de alforrias em todo o século XIX, atingindo 106 processos de liberdade, mais do que dobrando os números atingidos em 1860. Os que mais distribuíram cartas de liberdade neste período foram mulheres geralmente viúvas; somadas, as Cartas distribuídas por senhoras somavam 79 concessões, enquanto apenas 17 foram distribuídas por homens e 10 por casais. Os testamentos que mais traziam imposições a serem cumpridas para o gozo da liberdade foram aqueles redigidos por casais, já que a condição mais comum era de acompanhar ou prestar serviço ao cônjuge sobrevivente. Outra prática também comum era a obrigação de completar o valor pelo qual fora avaliado, como uma compra, que poderia ser parcelada ou não, de sua própria liberdade. Neste caso, alguns proprietários contribuía com uma parte do valor, em forma de doação testamentária, e o cativo completaria com aquilo que faltasse.

Os crioulos foram, novamente, os preferidos de seus senhores para a concessão das alforrias, de um total de 106 liberdades, 97 delas foram distribuídas a crioulos, sendo 52 do sexo feminino. As senhoras foram responsáveis por 71 dessas

³⁷ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Contas de. 2º Of. Nº. 0040102143. Caetano Alves de Oliveira. 36 f. 1866. Caixa 3.

alforrias; no entanto, isso não significa, necessariamente, que havia uma maior quantidade de mulheres alforriando, acontece que nesta década, abre-se o testamento de Cecília Pimenta de Almeida Frazão de Souza Breves, viúva do Barão de Piraí e irmã de Joaquim e de José de Souza Breves, homens de relevo na história política e econômica do século XIX, Joaquim foi o maior latifundiário e senhor de cativos no período cafeeiro.

Seu testamento, aberto apenas em 1871, revelou nada menos 58 alforrias nominais além de outras, cujas cartas ainda estavam em seu poder quando de sua morte.

Declaro que deixo mais alguns escravos forros além destes aqui mencionados, cujas cartas de alforrias existem em meu poder, as quais meu testamenteiro dará todo o valor, e lhes serão entregues por minha morte, podendo, desde logo, gozarem de sua liberdade assim como os mencionados neste testamento.³⁸

Sozinha, esta fazendeira libertou mais da metade de todos os cativos que passaram para o mundo dos homens livres de Piraí durante esta década.

Também em 1871 é aberto o testamento de outra mulher, Juliana Maria Rosa. uma comerciante de secos e molhados e seus negócios a varejo pareciam ser prósperos, uma vez que conseguiu se tornar senhora de muitos escravos, dos quais libertou 11, e também concedeu presentes bastante significativos a alguns deles, e declara que: “satisfeita essas minhas disposições, instituo por herdeiros do resto de meus bens, à minha liberta Joanna e suas filhas Vicência e Sabina, as quais vivem em minha companhia e são livres, pois como tais as tenho declarado em seus papéis de liberdade”³⁹. Ao que tudo indica, Joanna e suas filhas eram escravas que estavam

³⁸ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento. 2º Of. Nº. 0040102165. Baronesa de Pirahy. 90 f. 1871. Caixa 3.

³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DE PIRAÍ. Testamento, Contas de. 2º Of. Nº. 0040102166. Juliana Maria Rosa. 93 f. 1871. Caixa 3.

diretamente empregadas no trato pessoal de sua senhora, e provavelmente foi essa proximidade que as fez cair nas graças daquela comerciante. A ausência de uma figura masculina como parceiro afetivo de Juliana, seja como marido ou companheiro, aponta para a criação de vínculos mais próximos entre esta senhora e suas escravas. Intimidade e proximidade eram fatores que pesavam na hora de selecionar a quem alforriar.

Se a pesquisa que resultou neste trabalho teve por objetivo ressaltar o protagonismo feminino na construção de uma série de estratégias que lhes permitissem a liberdade, não se pode ignorar que também as mulheres senhoriais exerceram papel de destaque nas relações entre a casa grande e a senzala na região cafeeira da província fluminense. A manutenção, por tanto tempo, da tradição patriarcal e da visão e interpretação da sociedade a partir do olhar masculino, manteve nas sombras lutas, personagens e ações femininas, sejam escravas, libertas ou livres, que atuaram de forma tão incisiva no cenário das relações sociais do século XIX.

Durante os anos de 1870 as alforrias caem de 41.8% para 30.3%, uma das justificativas para essa redução pode ser encontrada em KOVARIC (1994), que comprovou que a crise cafeeira que se abateu na zona fluminense de grande lavoura e o endividamento de muitos proprietários, fez com que a venda de peças para aquelas áreas onde a demanda por mão de obra era maior, como o Oeste de São Paulo, pode ter feito com que os fazendeiros pensassem duas vezes antes de abrir mão de um bem tão valioso no mercado interno.

E não apenas temos uma menor quantidade de proprietários concedendo alforrias, como também estas são bem mais comedidas. Ao contrário do que se esperava encontrar para o final do século XIX, crendo na ascendente onda de liberdade promovida pelo movimento abolicionista que vinha num crescente desde a década de 1860, o que se verifica é uma explícita timidez na concessão de liberdades, ao

menos no município de Piraí e nas várias freguesias que o compunha.

É certo que muitos testamentos possam ter sido escritos, ou abertos, após 13 de maio, e, portanto, seriam isentos de elementos cativos, ou as liberdades concedidas não teriam mais efeito, isso certamente explica queda tão drástica na concessão de alforrias. Note-se também que nas décadas de 1860 e 1870 são abertos os testamentos de importantes membros da nobreza, cada um concedendo a alforrias a mais de 60 indivíduos. Talvez tenha faltado aos anos de 1880 uma personagem de tamanha envergadura e generosidade para equilibrar os números.

Vê-se que, década após década, a incidência das mais variadas formas de alforrias sempre foi uma constante, sejam motivadas por gratidão, por reconhecimento de bons serviços, mediante pagamento, com ou sem condições. A alforria é inerente à escravidão e orgânica a ela tanto quanto a liberdade é inerente ao cativo. Os caminhos para se chegar à Carta de Liberdade e entrar no mundo dos livres eram variados; por vezes retos, por vezes sinuosos, com maiores ou menores percalços. Percebe-se que as mulheres obtiveram maior sucesso nesta empreitada do que os homens, e são os caminhos destas mulheres que orientaram o trabalho de pesquisa do qual este texto é apenas um fragmento na tentativa de revelar uma situação peculiar de agência escrava feminina que buscava a liberdade por todos os meios, sendo a sexualidade aquela que parece ter surtido os melhores resultados.

Recebido em: Fevereiro de 2022.
Aprovado para publicar em: Junho de 2022

Operações policiais em tempos pandêmicos: o papel da mídia na banalização da barbárie

Brena da Silva Ferreira
Bolsista PIBIC -CNPq/UERJ

Liana Santos de Carvalho
Bolsista EIC/PROEALC-CCS-UERJ

Silene de Moraes Freire
Professora Titular UERJ

Resumo

A crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 ampliou o que já era sabido: o corpo enquanto fenômeno social depende de fatores externos, como instituições sociais, para sobreviver (Butler, 2009). Dessa maneira, em um momento novo para o mundo, determinados corpos tiveram que lidar com problemas antigos. Mesmo diante das medidas de distanciamento físico implementadas no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2020, tendo em vista o iminente risco causado pelo novo coronavírus, a violência armada e a letalidade policial não diminuíram no cotidiano da população periférica do estado. As informações recebidas sobre as operações policiais no contexto pandêmico tiveram na mídia seu maior canal de divulgação. Oriundo de pesquisas realizadas no PROEALC, o presente trabalho busca discutir o papel da mídia na banalização da barbárie, destacando os nexos presentes na manufatura do consenso penal engendrado pelos canais midiáticos.

Palavras-chave: Segurança Pública. Pandemia. Mídia

Resumen

La crisis sanitaria derivada de la pandemia de la Covid-19 amplió lo ya conocido: el cuerpo como fenómeno social depende de

factores externos, como las instituciones sociales, para sobrevivir (Butler, 2009). Así, en un momento nuevo para el mundo, ciertos cuerpos debían enfrentarse a viejos problemas. Incluso frente a las medidas de distanciamiento físico implementadas en el estado de Río de Janeiro, en 2020, ante el riesgo inminente provocado por el nuevo coronavirus, la violencia armada y la letalidad policial no han disminuido en el cotidiano de la población periférica de el estado. La información recibida sobre operativos policiales en el contexto de la pandemia tuvo su principal canal de difusión en los medios de comunicación. A partir de investigaciones realizadas en PROEALC, el presente trabajo busca discutir el papel de los medios en la banalización de la barbarie, destacando los nexos presentes en la fabricación de los consensos criminales engendrados por los canales mediáticos.

Palabras clave: Seguridad Pública. Pandemia. Medios de comunicación

Abstract

The health crisis resulting from the Covid-19 pandemic expanded what was already known: the body as a social phenomenon depends on external factors, such as social institutions, to survive (Butler, 2009). In this way, in a new moment for the world, certain bodies had to deal with old problems. Even in the face of the physical distancing measures implemented in the state of Rio de Janeiro, in 2020, in view of the imminent risk caused by the new coronavirus, armed violence and police lethality have not diminished in the daily lives of the peripheral population of the state. The information received about police operations in the context of the pandemic had its main channel of dissemination in the media. Coming from research carried out at PROEALC, the present work seeks to discuss the role of the media in the trivialization of barbarism,

highlighting the nexuses present in the manufacture of the criminal consensus engendered by media channels.

Keywords: Public Security. Pandemic. Media

Introdução

A crise econômica e a explosão da pandemia da Covid-19, na interrelação que existe entre elas, dilatou o que já era sabido: o corpo enquanto *fenômeno social* depende de fatores externos, como instituições sociais, para sobreviver (Butler, 2009). Dessa maneira, em um momento novo para o mundo, determinados corpos tiveram que lidar com problemas antigos. Mesmo diante das medidas de distanciamento físico implementadas pelo estado do Rio de Janeiro no ano de 2020, tendo em vista o iminente risco causado pelo novo coronavírus, a violência armada e a letalidade policial não diminuíram na rotina da população periférica do estado. As consequências do que Ricardo Antunes definiu como capitalismo pandêmico “foram e ainda são abissalmente desiguais e diferenciadas, quando se tem o acento de classe”(2022,p.9). Não por acaso, conforme mencionou o autor, “foi nas periferias que as trabalhadoras e os trabalhadores negros, além das comunidades indígenas, sofreram os mais altos índices de letalidade por covid-19”. (2022,p.9) Foi a população mais pobre das camadas periféricas, que trabalha na informalidade e suporta os mais altos níveis de desemprego quem mais foi atingida pela pandemia, e não apenas pelo vírus. Essas camadas sofreram não apenas os maiores infortúnios causados pela covid-19, como também foram vítimas de imensas regressões civilizatórias alavancadas pela barbarização das relações oriundas das crises. Os exemplos seriam inúmeros, aqui nos dedicamos ao recorte das operações policiais no contexto

do capitalismo pandêmico, que se transformaram em notícias divulgadas pelos canais midiáticos.

No dia 18 de maio de 2020, cinco meses após o anúncio das medidas de distanciamento físico, uma ação brutal conjunta entre as polícias Federal e Civil que ocorreu no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, resultou no assassinato de João Pedro Mattos. Após o ocorrido, visando a redução da letalidade policial nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia do covid-19, o Supremo Tribunal Federal aprovou, na esfera da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 635 restrições às políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como ADPF das favelas. A ação suspende as operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia, salvo em ocasiões excepcionais e comunicadas previamente, e propõe que o Estado elabore medidas para a diminuição da letalidade policial e o controle da violação aos Direitos Humanos. A ação foi ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e construída em conjunto por movimentos sociais e coletivos das favelas.

Em toda sua existência, a construção imagética sobre a favela, bem como de seus residentes, contribui para legitimar a forma brutal de atuação da polícia sobre esse território e, mesmo diante da pandemia, as favelas não deixaram de sofrer com problemáticas que existiam anteriormente a ela. O estado do Rio de Janeiro manteve sua política de precariedade e produção de situações mortíferas para este grupo, que padeceu tanto com a doença quanto com as ações policiais. Um dos dados relevantes sobre as operações policiais e a letalidade dessas ações mostram que a população negra foi a mais afetada. Segundo o Instituto de Segurança Pública e da Polícia Civil do Rio de Janeiro 75% dos mortos por intervenção policial no ano de 2020 foram pessoas pretas, reforçando a afirmativa do indicativo da raça/cor como determinante nas mortes. A cada quatro horas, no Brasil, uma

pessoa negra é assassinada pela polícia e o estado do Rio de Janeiro lidera esse número⁴⁰. Ao mesmo tempo, dados da Fiocruz em divulgação do segundo boletim sobre a pandemia indicam que 48,19% dos óbitos registrados no município do Rio de Janeiro, entre junho e setembro de 2020, eram de pessoas negras⁴¹.

Mas é importante destacar que as favelas não se mantiveram inertes diante das desigualdades e da falta de ação, ou ações fatais, do estado. No exterior e, sobretudo no interior delas, movimentos sociais e coletivos se organizaram na distribuição de cestas básicas, material de higiene, distribuição de chips com internet, compartilhamento de informações confiáveis sobre o covid-19 e, como será exposto neste trabalho, na articulação e pressão ao governo contra as ações letais da polícia.

O papel da mídia na construção imagética da favela

As favelas, historicamente, sofrem dois movimentos distintos, mas que causam resultados similares: o apagamento e a distorção de suas características, território e potencialidades. Esses dois movimentos resultam na criação de uma imagem da favela e de seus moradores que se difundiu Brasil afora e permanecem no imaginário social. Desde a sua formação elas foram excluídas dos mapas, tanto no que se refere a sua localização geográfica em contradição com a cidade “formal”, quanto em sua produção cultural, fazendo com que as favelas fossem conhecidas por suas

⁴⁰ Dados do Relatório Pele Alvo da Rede de Observatórios da Segurança. REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. Pele-Alvo: a cor da violência policial. CESeC: Rio de Janeiro, p. 1-36 2021.

⁴¹ SATRIANO, Nicolás. Negros morrem e adoecem mais com Covid-19 no Rio, diz Fiocruz. *Brasil de Fato*. 22 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/22/negros-morrem-e-adoecem-mais-com-covid-19-no-rio-diz-fiocruz.ghtml>> Acesso em: 8 de fev. de 2021.

ausências. Isso ocorre por conta de diversos fatores, entre eles o de não serem consideradas atrativas para a economia e por toda sua construção histórica-social marginalizada, que incluem elementos como violência e estereótipos raciais. Não podemos negar que, com a intervenção do Estado através da implementação de políticas públicas, os grandes eventos esportivos que foram sediados na cidade do Rio de Janeiro, a transformação de algumas favelas em ponto turístico e o crescente poder de consumo dentro delas, fez com que esse quadro mudasse de forma gradual, entretanto, esse ainda permanece sendo o lugar da pobreza e exclusão. (NEMEZIO; OLIVEIRA, 2016)

De acordo com Dênis de Moraes (2010) o conceito de hegemonia proposto pelo filósofo Antonio Gramsci é importante para a compreensão dos mecanismos que orientam e formulam a produção dos conteúdos nos meios de comunicação na contemporaneidade. Isso porque a hegemonia implica na conquista do consenso e poder ideológico, político e cultural de uma classe sobre as outras. Além disso, a hegemonia é estabelecida por meio de confrontos percepções e ideias que não estão condicionadas apenas as questões políticas e econômicas, mas que também envolvem “expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade...” (MORAES, 2010, P.54)

Dessa forma, Moraes (2010) aponta que as produções midiáticas auxiliam na constituição do imaginário social e se constituem como ferramentas indispensáveis nas disputas de sentido e de poder. Por possuírem lugar de destaque na produção e distribuição de conteúdo, os meios de comunicação mediam as relações sociais, tendo em vista que definem os objetos do nosso conhecimento e dita a forma como um determinado assunto é debatido, influenciando a forma em que as ideias são colocadas na prática. Assim, as corporações midiáticas regulam a opinião social por meio da seleção de temas que merecem destaque e da exclusão ou esvaziamento de outros temas selecionando o que deve ser dito

e como deve, contribuindo para a formação da opinião pública. (MORAES, 2010)

Para Cecília Coimbra (2001), as mídias são, atualmente, “um dos mais importantes equipamentos sociais, no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo” (COIMBRA, 2001, p.29) Isso significa dizer que, elas se tornam responsáveis pela construção de objetos, sujeitos, saberes e do próprio real. Então a construção daquilo que é favela não é feita só por aquilo que é retratado, mas também é sobre o que não é exposto.

Isso porque, os meios de comunicação não são neutros, selecionam os fatos que merecem destaque e conseqüentemente, nossa atenção e discussão. Os acontecimentos que não aparecem nos canais midiáticos passam a não existir. (COIMBRA, 2001.) Obviamente que, o advento da internet proporcionou não apenas o aprofundamento da hegemonia das classes dominantes, mas também deu maior visibilidade aos movimentos de contra hegemonia no que se refere à produção, divulgação e compartilhamento de notícias, mas é inegável que no grandes conglomerados midiáticos ainda existe uma quase ausência das notícias que não estigmatizam as favelas e seus moradores. Os meios de comunicação hegemônicos sempre criaram estereótipos sobre tais territórios e permanecem reproduzindo criminalizações no imaginário social.

Ao ligarmos a televisão, por exemplo, em diferentes horários e canais, somos bombardeados com notícias acerca da violência nas favelas. Conflitos entre traficantes e policiais, por meio de operações autorizadas pelo Estado, com a justificativa de coibir o tráfico de droga,s fazem parte do cotidiano do Rio de Janeiro e deixam marcas profundas na vida dos moradores desses locais. Isso porque, a política de segurança pública, atrelada a sua repercussão na grande mídia, serve de instrumento base para construir e/ou reforçar discursos ideológicos que

concomitantemente têm o fim de favorecer e fortalecer hegemonicamente as classes dominantes de nosso país. Além disso, o discurso ideológico difundido pela mídia no que versa sobre a política de segurança pública, serve para esconder o real objetivo que se tem por trás da referida política, que no cotidiano de determinadas parcelas da população se expõe como uma política feita, projetada para o extermínio dos sobrantes da sociedade capitalista. (FREIRE; MURAD; SILVA, 2019)

Freire, Murad, Silva (2019) explicitam que o discurso de segurança pública brasileira guarda íntima relação com o ideário de violência urbana, amplamente difundido pelos grandes canais midiáticos. Tal discurso é utilizado como base que influencia significativamente os resultados dos processos políticos pelos quais o Brasil atravessa. Processos esses, que irão apoiar a lógica ultraneoliberal em curso.

Toda essa produção e divulgação do que é e do que se tem nas favelas, faz com que elas sejam concebidas como o lugar da violência e seus moradores como coniventes com o tráfico de drogas e cúmplices dos traficantes. Assim sendo, segundo os que guardam esse imaginário que se materializa na formação histórica de preconceitos, a convivência entre os moradores e os traficantes produziria aproximações diversas e por meio disso se formaria um "tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa". (SILVIA, LEITE. 2007, p. 548) Esse entendimento, segundo Silva e Leite (2007), estaria no cerne de um dos "mitos" que moldam o imaginário sobre as favelas e seus residentes. Os autores enfatizam que esses "mitos" sobre as favelas, fazem parte de uma gama de interpretações que formam, atualmente, o "problema da violência" no Rio de Janeiro e as propostas e medidas para o controle e redução deste problema. (SILVA, LEITE. 2007). Além disso, faz com que haja uma aceitação e legitimação do uso da força como recurso nas favelas e a banalização das ações brutais do Estado sobre essas localidades.

Luíz Antonio Machado da Silva (2010) irá dizer que a violência urbana possui relação com o tráfico de drogas internacional, que encontrou nas favelas cariocas o lugar ideal, devido a todo seu histórico de segregação espacial e desigualdade social, para o comércio e consumo final das drogas. Com isso, a favela acabou se tornando um tipo de "base de operações do crime violento" que está relacionado ao consumo final das drogas. O tráfico de drogas na favela, definiu a imagem pública que se tem dela e foi crucial para o entendimento coletivo sobre esse lugar na organização urbana da cidade. (SILVA, 2010)

Com o crescimento dos debates em torno da questão da violência urbana, foram aumentando as propostas políticas sobre o tema com o objetivo de recuperar a ordem pública que ficou ameaçada "pelos atores definidos como responsáveis pela violência urbana". Com isso, os aparelhos policiais, especialmente devido a sua função de controle social por meio da repressão ao crime violento, se tornaram centrais para essa discussão. Eles são tidos como respostas ao problema de violência urbana. Mas o autor destaca que, esses mesmos aparelhos são um dos elementos responsáveis pelos problemas que buscam resolver. Isso porque, um dos efeitos dele é a criminalização das populações que moram nas favelas. (SILVA, 2010)

Vale ressaltar que o autor não estabelece a relação do tráfico de drogas e favelas de forma arbitrária como se isso se desse de forma natural. E para que não haja equívocos na interpretação, ele faz um alerta importante:

O fato de que os "territórios da pobreza", de uma maneira geral, tendem a ser, mundo afora (cf., por exemplo, Venkatesh, 2000), mais intensamente afetados pela violência policial e criminal associada ao comércio de drogas, não indica nenhuma dependência causal das disposições morais ou da conduta do conjunto dos moradores.

Primeiro, porque as linhas de comando da cadeia produtiva estão fora dessas áreas e do próprio território nacional. Segundo, porque é sabido que a localização física do varejo está muito longe de restringir-se a esses espaços urbanos mais desfavorecidos, que respondem apenas pela maior visibilidade desse tipo de atividade. Finalmente, porque tanto a estratégia locacional quanto o pessoal nela ocupado dependem do tipo de droga transacionada.” (SILVA, p.295. 2010)

As operações policiais nas favelas no contexto pandêmico

A inesperada aparição do vírus da covid-19 causou grande impacto no mundo. Nossa forma de relacionar, trabalhar, estudar e viver nosso cotidiano foi completamente transformada por aquilo que, inicialmente, era completamente desconhecido. Mesmo que o mundo tenha sofrido com esse impacto, as implicações decorrentes da pandemia do covid-19 não afetaram todos os grupos e todos os territórios de forma igual.

Uma das medidas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter a disseminação da covid-19 foi o distanciamento físico, isso porque, a transmissão do vírus se dá pelo ar, de pessoa para pessoa por meio de secreções contaminadas. Alexandre Magalhães (2020) apontou, que uma das preocupações que surgiram com a emergência da pandemia, foi o elevado espalhamento do vírus nas favelas e periferias no Brasil. Isso porque existem fatores sociais, como gênero, raça, classe, moradia e saneamento básico, que determinam as possibilidades e acesso ao cuidado. O autor destaca que nesses territórios existe um processo de “precarização das condições de vida” produzida pelo Estado que é anterior à pandemia. (MAGALHÃES, 2020)

Um dos problemas que assolavam as favelas do Rio de Janeiro e que permaneceram no cotidiano dos moradores desses territórios, foram as operações policiais com altos índices de

letalidade. Em março de 2020 foram implementadas as primeiras medidas de isolamento social no Rio de Janeiro. Escolas foram fechadas, pessoas ficaram desempregadas ou tiveram que realizar suas atividades laborais de forma remota, dentro de suas casas. Entretanto, as operações policiais nas favelas para reprimir o tráfico de drogas, não foram suspensas, em abril de 2020 elas se tornaram 27,9% mais frequentes e 57,9% mais letais em relação ao mesmo período de 2019, como aponta a Rede Observatório de Segurança.

Coforme já mencionado visando a redução da letalidade policial nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia do covid-19, o Supremo Tribunal Federal aprovou, na esfera da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 635 restrições às políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como ADPF das favelas. Os impactos dessa medida não duraram muito tempo. As frequências das operações diminuíram em 59%, com queda de 34% na letalidade no ano de 2020. Entretanto, a partir do mês de outubro do mesmo ano a média mensal das operações subiram 86% em relação à média anterior⁴². Diante desses dados observa-se que as restrições das operações policiais durante a pandemia não foram de fato impostas, tendo em vista que, a política de extermínio promovida pelas forças coercitivas do Estado continuou seu curso sem maiores impedimentos. A chacina do Jacarezinho, em maio de 2021, foi um dos resultados brutais da política de extermínio produzida e executada no estado do Rio de Janeiro, com um número alarmante de vítimas, mas ainda sem culpados ou responsabilizados por tal atrocidade.

⁴² Dados do Relatório Operações Policiais e Violência Letal no Rio de Janeiro: os impactos da ADPF 635 na defesa da vida. GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS (GENI). Operações Policiais e Violência Letal no Rio de Janeiro: os impactos da ADF 635 na defesa da vida. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2021.

A chacina do Jacarezinho foi a mais letal da história do RJ, entretanto, não foi a última a ocorrer no contexto pandêmico, apesar das denúncias feitas a órgãos internacionais importantes e de relevância dos Direitos Humanos. Em novembro de 2021 o estado promoveu mais uma chacina, dessa vez, no Complexo do Salgueiro em São Gonçalo, com total de nove mortos. Segundo pesquisas, meses antes da chacina, a cidade de São Gonçalo foi apontada como a mais perigosa para adolescentes do estado do Rio de Janeiro⁴³ e com um percentual de 81% dos atingidos por armas de fogo da região metropolitana⁴⁴. Segundo dados do Relatório anual do Instituto Fogo Cruzado, em 2021 tivemos 61 chacinas no Grande Rio e 3 a cada 4 chacinas foram decorrentes de operações policiais em nome da segurança pública. Números que superam as 53 chacinas ocorridas no período de intervenção federal, antecessora à pandemia.

As chacinas mencionadas acima resultaram em um novo programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo a reformulação das políticas de segurança pública: o Cidade Integrada. O programa funciona como uma resposta que busca satisfazer os anseios da população ao terror causado por causa da guerra às drogas e ao crime organizado. Entretanto, o programa nada mais é que uma cortina de fumaça para esconder a guerra aos pobres e negros, que é cada vez mais consolidada

⁴³ Pesquisa aponta cidade de São Gonçalo como a mais perigosa para adolescentes do estado do Rio. *Brasil de Fato*. 22 de set. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/22/pesquisa-aponta-cidade-de-sao-goncalo-como-a-mais-perigosa-para-adolescentes-do-estado-do-rio>> Acesso em: 18 de jun. 2022.

⁴⁴ RJ: São Gonçalo teve 81% de atingidos por arma de fogo na área leste da região metropolitana. *Brasil de Fato*. 07 de out. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/07/rj-sao-goncalo-teve-81-de-atingidos-por-arma-de-fogo-na-area-leste-da-regiao-metropolitana>> Acesso em: 21 de jun. 2022.

historicamente. As chacinas, como a do Jacarezinho na visão do atual governo, servem de justificativa para a implementação deste programa. Complementar a esta percepção, o Ministério Público do Rio de Janeiro no mês de abril de 2022, arquivou investigações de mais de 10 mortes da chacina do Jacarezinho.

De acordo com os dados coletados durante os meses pandêmicos no Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), pautamos as três operações policiais que se destacaram no monitoramento como as mais letais ao longo da pandemia (ainda em curso, mas controlada pelos índices de vacinação efetivados pelo Sistema único de Saúde) no estado do Rio de Janeiro, são elas: Jacarezinho, em 2021, com 28 mortos; Salgueiro - SG, em 2021, com 9 mortos e Vila Cruzeiro, em 2022, com 20 mortos. É importante salientar que tais regiões, nas quais as operações policiais possuem um padrão de massacre, são áreas dominadas pelo Comando Vermelho, grupo armado que junto com as milícias, disputam o domínio territorial do Rio de Janeiro. O acompanhamento dos dados sobre as operações nas áreas de milícia, são operações com um caráter mais aproximado da intenção de recuperar áreas da cidade de volta ao poder estatal, a exemplo, operações contra construções irregulares e prestações de serviços tomadas pelas milícias de interesse público e privado.

Levando em conta as informações expostas aqui, ainda que preliminares, os resultados apontam que houve uma diminuição considerável na letalidade policial no estado do Rio de Janeiro, em relação ao ano anterior da decisão do Supremo Tribunal no que se refere a suspensão das ações policiais nas favelas. Entretanto, a partir do mês de outubro de 2020, é possível identificar um aumento significativo das ações policiais e com alto nível de letalidade. As conclusões ainda são parciais, entretanto é possível observar um completo desrespeito à decisão do Supremo Tribunal Federal. As ações policiais com violência letal retornaram ao padrão das que eram feitas antes da pandemia, incluindo registros

de chacinas (três mortes ou mais em uma única ação). Com isso, vale analisar quais corpos são expostos e permitidos à morte, tanto por vírus, quanto pela violência promovida pelo Estado. Aspectos esses totalmente ignorados pelos canais midiáticos.

Os dados são preocupantes e demonstram que o extermínio de negros e pobres deve continuar em grandes proporções. A lógica de um “inimigo” comum a sociedade se sobrepôs mais uma vez ao respeito à vida humana, um real cenário de insegurança, que vem sendo normalizado mesmo em meio às tensões proporcionadas pela pandemia e está sendo veiculado como justificável e aceitável para a sociedade. O Estado brasileiro, atendendo aos interesses da lógica de exploração, expropriação e espoliação capitalista, se adaptou ao cenário pandêmico fazendo com que os interesses do capital se tornassem soberanos. Talvez a novidade do capitalismo nacional seja a desproteção escancarada e sem pudor, a *antecipação precoce das mortes* (ANTUNES, 2022), a naturalização consentida da barbárie. A pandemia virou uma justificativa para que a mesma ocorresse, e para que direitos mínimos não sejam garantidos à população. A covid-19 se tornou mais uma ameaça à vida, junto com o massacre/extermínio das operações policiais e a insegurança alimentar de pretos e pobres, que já conviviam com outras inseguranças ligadas a sobrevivência, como a de serem baleados e mortos a qualquer momento em seus próprios locais de moradia.

Ao refletirmos sobre o modo que a pandemia, ainda em curso, emergiu e se configurou no Brasil, ela parece não combinar com o modo de produção e a forma societária capitalista, visto que todas as exigências (à primeira vista) para combatê-la pareciam não atender e não serem compatíveis com as necessidades inerentes ao processo de acumulação capitalista. Contudo, o que ocorreu no caso brasileiro, foi o a radicalização da barbárie engendrada pelo capitalismo pandêmico, como definido por Antunes (2022), somatório da crise estrutural do capital com a crise sanitária

impulsionada pela pandemia. Como mencionou Mascaro (2021, p.6), em sua essência “a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência”.

Ainda segundo Mascaro (2021), o capitalismo, pelas suas formas, não pode resolver as questões da saúde coletiva, do assalariado ou da habitação. No primeiro caso porque, se tudo é mercadoria, a saúde não consegue deixar de ser capturada por tal determinação.

Contudo, a consciência de todos os mecanismos de produção e reprodução das relações sociais, na sociedade resultante da lógica do capital, não se dá de forma espontânea, sendo muitas vezes manipulada pelos aparelhos privados de hegemonia, como os que constituem os meios de comunicação. Assim, as “formas de subjetividade não servem, via de regra, de contraste à crise ou de elemento de combate em busca de sua superação; pelo contrário, são elementos de expansão e de propagação dessas mesmas formas de sociabilidade em crise”. (MASCARO, 2021, p.6). As operações policiais, que em nome da política de segurança pública foram efetivadas, revelaram que vidas de trabalhadores e trabalhadoras negras e pobres não importam, nem mesmo como o discurso oficial seja de respeitar os direitos humanos em tempos de pandemia. Foram essas camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora que mais preencheram as valas dos cemitérios em que a periferia foi transformada.

A mídia noticiou as operações policiais e as chacinas que promoveram, denunciou os indicadores da pandemia, mas em nenhum momento foi revelado os nexos que compõem historicamente os riscos de morte dessa população. As consequências da pandemia representaram e ainda representam o aumento da tragédia da desigualdade persistente de nossa

sociedade. Expressam a apologética das classes dominantes, presente nos canais midiáticos hegemônicos, que tenta eliminar através da desqualificação, da criminalização, a vida dos trabalhadores da periferia.

Considerações finais

De acordo com Judith Butler (2015) diante de determinados enquadramentos epistemológicos, nem todas as vidas são qualificadas como vidas. Isso porque, existem certos “quadros”, no sentido de que podemos ser emoldurados, que restringem e ao mesmo tempo configuram nossa compreensão sobre o que é uma vida. Com isso, compreende-se a seletividade de um enquadramento que produz perspectivas diferenciadas da violência. As vidas estão envolvidas por relações de poder e aparelhos que justificam a eliminação de determinados grupos em casos de guerra. A violência é potencializada, em certa medida, mediante a percepção da precariedade e da vulnerabilidade. (Butler, 2015)

Esses enquadramentos direcionam o lugar da comoção, do pranto e do luto. Como dito anteriormente, existe um consenso no imaginário social sobre os moradores das favelas, que por meio de discursos autorizados, criaram enquadramentos que moldaram a forma com a qual apreendemos a vida dessas pessoas. A criação do mito das classes perigosas e de onde elas estariam, formularam os mecanismos, dentro da segurança pública, para conter a violência urbana, e o uso da força excessiva foi legitimado, apesar de denunciado, pois estava, ou melhor, é direcionado a um determinado grupo. Ou seja, possui um lugar na luta de classes.

A pandemia se configurou eficiente ao capital, assim como a política de extermínio no Brasil, travestida de segurança pública, ambas com os mesmos resultados: mortes, exponencialmente de pessoas negras, mesmo no meio de uma emergência sanitária, a

política de segurança pública continuou tendo êxito em justificar o injustificável.

A urgência dos efeitos obtidos com a ADPF das favelas é algo que veio antes da pandemia e ainda é algo que vai além dela, se pararmos para refletir sobre tal medida e seus resultados, aqui já mencionados sinteticamente, a necessidade em seu cerne, está no extermínio exacerbado de pessoas residentes de morros e favelas, pobres e pretos, então o ponto da questão é muito mais difícil de perceber, pois o fato do surgimento do vírus da COVID-19 ser o estopim para se colocar em prática uma medida que freasse as mortes, não foi respeitado.

As formas de respostas do Estado para estes segmentos historicamente tidos como “perigosos” ou o “mal” a ser combatido é a morte, uma pena de morte social, sem direito a defesa. A estes, os governos e o Estado só respondem com a falta às formas mínimas de dignidade e sobrevivência humana. A agenda de usurpação de direitos continua ininterrupta, mesmo em meio ao momento de grandes incertezas devido à pandemia e o resultado tem sido desastroso. A pandemia veio como um dado novo, mas o que ela escancarou no Brasil já estava aqui. As classes subalternizadas continuam a receber suas “soluções” paliativas ou de coerção, tais “soluções” paliativas se tornaram cada vez mais escassas e ineficazes na pandemia, pois antes, já havia um projeto de desmonte das políticas públicas que foi aprofundado no governo Bolsonaro.

O extermínio precede a emergência sanitária provocada pelo vírus, assim visualizamos de forma clara, que o que se difere quando a medida é tomada, é que existe um algo a mais a que determinadas populações tiveram que sobreviver que outras não precisaram e nisso a pandemia se encaixa. A ADPF n° 635 deveria ser ou se tornar algo permanente, mesmo como ponto de partida para uma redução na letalidade e não algo provisório, momentâneo vindo do agravo pandêmico, visto que há uma

política de morte em curso, que já retomou seu ritmo, produzindo chacinas cada vez mais letais.

Para uma real reformulação da política de segurança pública, de modo que se torne em seu cerne, uma política que cumpra sua função, a segurança de todos os cidadãos, comprometida com os avanços presentes na Constituição de 1988, é necessária muita reflexão e luta. Essa reformulação não se dará com programas velhos travestidos de novos, que não se desprendem da lógica do extermínio de cidadãos e não virá através das notícias da mídia hegemônica. O novo não chega, nem é construído se a finalidade de exterminar continua na raiz da política de segurança pública, que tem sido cada vez mais eficaz em tratar com o extermínio de vidas, as mazelas sociais que os paliativos estatais não resolvem, apoiada na ideia de que os próprios afetados pelas mazelas, são suas causas e origens e por isso matá-los ininterruptamente se torna uma “solução”.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo Pandêmico*. São Paulo, Boitempo, 2022

Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 18 de dez. 2021

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 2015.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio, o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor e Intertexto, 2001, 275 pp

DA SILVA, Luiz Antonio Machado. “Violência urbana”, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno Crh*, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

FREIRE, Silene de Moraes; MURAD, Larissa Costa; SILVA, Letícia Tavares da Silva. Segurança Pública, Mídia e Neoconservadorismo: a naturalização da barbarização das relações sociais. IN: *Revista de Políticas Públicas*. V.23, n° 1, Jan-Jun, 2019.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS (GENI). *Operações Policiais e Violência Letal no Rio de Janeiro: os impactos da ADF 635 na defesa da vida*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2021.

MARCARO, Alysson Leandro. Crise e pandemia. São Paulo, Boitempo, 2021

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Porto Alegre: *Revista Debates*, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010

NEMÉZIO, Núbia França de Oliveira; OLIVEIRA, Fernanda Gomes. A Representação das Favelas no Mapeamento e Informação do Turismo no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4, 25-29 jul. 2016, Porto Alegre. *Anais do IV Enanparq*. Porto Alegre: PROPAR / UFRGS, 2016. Sessão 43-05 p. 1-20.

Operação policial no Complexo do Salgueiro (RJ) teve mais de 1.500 disparos efetuados pelos PMs. *Brasil de Fato*. 29 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/29/operacao-policial-no-complexo-do-salgueiro-rj-teve-mais-de-1-500-disparos-efetuados-pelos-pms>> Acesso em: 18 de dez. 2021

Pesquisa aponta cidade de São Gonçalo como a mais perigosa para adolescentes do estado do Rio. *Brasil de Fato*. 22 de set. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/22/pesquisa-aponta-cidade-de-sao-goncalo-como-a-mais-perigosa-para-adolescentes-do-estado-do-rio>> Acesso em: 18 de jun. 2022.

RAMOS, S. (coord.). *A intervenção acabou. Quanto custou?*. Rio de Janeiro: CESeC, 2018. Infográfico.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *Ações da Polícia em dois meses*. CESeC: Rio de Janeiro, 2021.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *A Vida Resiste*. além dos dados da violência. CESeC: Rio de Janeiro, p. 1-46 2021.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *Pele-Alvo*: a cor da violência policial. CESeC: Rio de Janeiro, p. 1-36 2021.

RJ: São Gonçalo teve 81% de atingidos por arma de fogo na área leste da região metropolitana. *Brasil de Fato*. 07 de out. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/07/rj-sao-goncalo-teve-81-de-atingidos-por-arma-de-fogo-na-area-leste-da-regiao-metropolitana>> Acesso em: 21 de jun. 2022.

SATRIANO, Nicolás. Negros morrem e adoecem mais com Covid-19 no Rio, diz Fiocruz. *Brasil de Fato*. 22 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/22/negros-morrem-e-adoecem-mais-com-covid-19-no-rio-diz-fiocruz.ghtml>> Acesso em: 8 de fev. de 2021.

SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. *Sociedade e Estado*, v. 22, p. 545-591, 2007.

Recebido em: Fevereiro de 2022.
Aprovado para publicar em: Junho de 2022

O Encarceramento de Mulheres Negras no Espírito Santo: Um Estudo a Partir de Mulheres Egressas do Sistema Prisional Capixaba

Bruna Almeida Cabral
ICEPI/SESA

Bruna Menezes
Centro de Referência da Juventude de Viana

Gilisa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O presente artigo é resultado da pesquisa que teve como objetivo geral “discutir a relação entre encarceramento da mulher negra e a política sobre drogas no Brasil, a partir da percepção de egressas do sistema prisional capixaba”. Os procedimentos metodológicos adotados foram as pesquisas bibliográfica, documental e empírica. Constatou-se uma relação imediata entre a política sobre drogas e o encarceramento da população negra; que há racismo no interior do sistema prisional; que as formas de violência sofridas pelas mulheres têm a ver com sua condição de raça, gênero e classe; que o tema não é discutido pelo feminismo negro capixaba. Esta investigação se justifica porque o encarceramento em massa da população negra é um fato conhecido e pesquisado, no entanto, quando se tratam de mulheres negras, registram-se ainda poucos estudos no Espírito Santo, o que corrobora à invisibilidade do problema.

Palavras-chave: mulher; racismo; encarceramento

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación que tuvo como objetivo general “discutir la relación entre el encarcelamiento de mujeres negras y la política de drogas en Brasil, a partir de la percepción de ex presos del sistema penitenciario de Espírito Santo”. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron la investigación bibliográfica, documental y empírica. Se encontró una relación inmediata entre la política de drogas y el encarcelamiento de la población negra; que hay racismo dentro del sistema penitenciario; que las formas de violencia que sufren las mujeres tienen que ver con su condición de raza, género y clase; que el tema no es discutido por el feminismo negro de Espírito Santo. Esta investigación se justifica porque el encarcelamiento masivo de la población negra es un hecho conocido e investigado, sin embargo, cuando se trata de mujeres negras, todavía hay pocos estudios en Espírito Santo, lo que confirma la invisibilidad del problema.

Palabras clave: mujer; racismo; encarcelamiento

Abstract

The present article is the result of research with a general objective of "discussing the relationship between incarceration of black women and drugs policy in Brazil, from the perception of those who egressed from the prison system in the state of Espírito Santo. The methodological procedures adopted were bibliographical, documental and empirical research. It was found that a direct relationship exists between drugs policy and the incarceration of the black population; that racism exists within the prison system; that the forms of violence suffered by women are related with their race, gender and class condition; that the theme is not

discussed by black feminism in Espírito Santo. This research is justified because the mass incarceration of the black population is a well-known and well-researched fact, however, still few studies exist about black women in Espírito Santo, which corroborates the invisibility of the problem.

Keywords: women; racism; incarceration

Introdução

Concordamos com Davis (2017) quando afirma que é necessário refletir sobre o fenômeno do encarceramento feminino dentro do contexto global. Há uma tendência mundial de aumento do número de mulheres em situação de prisão. Esse fenômeno estabelece uma relação direta com o processo de mundialização do capital, com a expansão e aprofundamento do neoliberalismo e com a sua condição de gênero, raça e classe social. Em um contexto neoliberal, como acertadamente afirma Wacquant (2001; 2013), há um encolhimento do Estado social para dar lugar ao Estado penal.

A ideia de contenção social por medidas penais não é recente. Marx (2013) já identificava a questão ainda no processo de acumulação primitiva do capital. Lembra que Jaime I, Rei da Inglaterra no início do século XVII já havia declarado que desocupados e vagabundos poderiam ser açoitados em público e encarcerados: “Os vagabundos incorrigíveis e perigosos⁴⁵ devem ser marcados a ferro no ombro esquerdo com a letra R e condenados a trabalho forçado, e se forem apanhados de novo mendigando devem ser

⁴⁵ Uma parcela populacional resultante, em especial, do processo de expropriação territorial camponesa na Inglaterra

executados sem perdão” (MARX, 2013, p. 983)⁴⁶. A diferença que marca esses dois tempos históricos é que naquele momento era necessário “adestrar”, disciplinar um contingente populacional às novas relações capitalistas de trabalho. Hoje, o cárcere assume não exclusivamente, mas sobretudo a função de isolar parcelas que integram a superpopulação relativa que já não têm chances de inserir em relações de trabalho, a não ser aquelas oferecidas no próprio espaço prisional caracterizadas pela superexploração do trabalho. Isso se estende para as relações de trabalho fora do sistema prisional por aqueles (as) que se encontram no sistema cumprindo pena no regime semiaberto.⁴⁷

Portanto, na atualidade, o encarceramento constitui uma resposta neoliberal à questão social. As negras, as mais pauperizadas entre as mulheres, são as mais atingidas pela política de austeridade penal.

O fato de a grande maioria encarcerada ser masculina, no ver de Davis (2017), não justifica a tese de que o aprisionamento em massa constitui um problema somente de

⁴⁶ Recorda-se que outros países adotaram leis semelhantes, como a França, quando Luis XVI determinou que homens entre 16 e 60 anos que não dispunham dos meios necessários a sua subsistência deveriam ser enviados às galés, para a realização de trabalhos forçados. O mesmo se registrou na Holanda. Conclui o autor que a população camponesa, depois de passarem pelo processo violento de expropriação de suas terras, “[...] viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado [...]”. (MARX, 2013, p. 983).

⁴⁷ A Lei de Execução Penal nº 7.210/84 (LEP) estabelece que o preso ou presa em regime semiaberto, ficará sujeito(a) a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar, podendo realizar trabalhos externos, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

homens: “Nós falhamos ao reconhecer que além dos grandes números [de encarcerados], existem mulheres que estão encarceradas (e eu entendo que aqui no Brasil 2/3 de mulheres que estão encarceradas são negras, [...]) (DAVIS, 2017, p.1). A tese de Davis é sustentada por Juliana Borges (2017, p. 1), quando esta afirma que “no último relatório⁴⁸, a gente tem mais de 700 mil pessoas em situação prisional, destas, mais de 90% são homens. Então, a gente acaba sempre pensando esse assunto ligado a questão masculina”. Mas a autora ressalta que ao se dar conta do processo de encarceramento em curso na atualidade, “a gente vai perceber que a tendência de maior aumento tem sido do encarceramento de mulheres. Então, no caso do Brasil, no último relatório de 2006 a 2014, a gente teve um aumento de mais de 500% do encarceramento feminino” (BORGES, 2017, p.1).

Complementando os dados citados por Borges, em 2017, as prisões brasileiras confinavam 37.380 mulheres e 542.401 homens, sendo que entre as mulheres, 50% tinham entre 18 e 29 anos e, como já inferido por Davis, as negras representavam dois terços do total das encarceradas. Os dados desvelam o racismo que marca a face penal do Estado brasileiro, similar ao que ocorre em outras partes do mundo. Davis, defensora do abolicionismo penal, atuou por durante muito tempo como militante da questão penal estadunidense, por isso afirma: “[...] percebi que este tipo de punição que está associada ao encarceramento, ao aprisionamento, tem mantido ligações muito óbvias com os sistemas de escravização. Essa relação entre o sistema carcerário e a escravidão não é só uma questão de estabelecer analogias. Mas é uma questão de genealogia [...]. (DAVIS, 2017, p. 1).

⁴⁸ Borges (2017) refere-se ao relatório publicado em 2016 pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

No ver da autora e ativista, o sistema carcerário não tem somente uma função punitiva, mas exerce uma função ideológica de caráter racista e sexista⁴⁹. Também para Borges (2017), não há controvérsias quando se trata de reconhecer o *modus operandi* do racismo no sistema penal brasileiro. Este atua ideologicamente, identificando suspeitos e condenando a priori, sustentando-se no estigma sobre os potenciais ameaçadores da ordem e da segurança públicas. Michel Misse (2010, p. 17) exemplifica muito bem isso ao discutir a construção do sujeito criminal na sociedade brasileira. O autor infere que:

O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como “bandido”, o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a

⁴⁹ Outra dimensão não menos importante e que atravessa o conjunto das reflexões aqui realizadas, mas não aprofundada diz respeito à discussão travada pela criminologia crítica sobre a prisão no sistema capitalista. Sobre isso, escreve Silva (2020, p. 2) que autores marxistas dedicaram-se à compreensão do papel da punição, entre elas a prisional, “[...] para o estabelecimento e consolidação do regime disciplinar imprescindível para a inauguração do modo de produção capitalista”. Também se debruçam sobre as mudanças que o sistema punitivo sofre para atender às necessidades de acumulação nos diversos momentos históricos. Ao pensarmos a atual quadra histórica, em decorrência da crise estrutural do capitalismo, que adotou as saídas neoliberais como um dos seus remédios mais importantes, o Estado penal assume outras tarefas de suma importância para o controle e justificação das mazelas produzidas: ideológico e de contenção.

punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa.

Sobre a relação complexa entre certas práticas criminais, conclui Misse que determinados “[...] ‘tipos sociais’ de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são ‘marginais’, ‘violentos’, ‘bandidos’”. (MISSE, 2010, p. 18). Os argumentos de justificação dos agentes do Estado onde esses sujeitos vivem também foi abordado por Freire e Carvalho (2008, p. 150), quando, ao discutirem o papel dos meios midiáticos na construção do consenso em torno das práticas violentas e/ou letais em comunidades pobres, inferem que “a apresentação de incursões violentas no microcosmo das favelas cariocas como uma guerra [...] induz ao entendimento que as possíveis baixas de ‘civis’ possam ser apresentadas como resultado aceitável de uma situação de exceção”.

Referindo-se ao relatório do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2014, Borges (2017, p. 1) constata que “[...] estávamos em quarto lugar no *ranking* de países que mais encarceram no mundo. Agora [2017], nós infelizmente passamos a Rússia e estamos em terceiro lugar, com mais de 700 mil pessoas [encarceradas] no Brasil.”. Reitera que o racismo, constitui “uma vértebra fundamental para a experiência do colonialismo nas Américas e no Brasil. Acho que estes números vão se refletindo de uma visão brasileira violenta, mas que principalmente se acentua a partir de 2006, quando a gente tem a aprovação da nova lei de drogas” (BORGES, 2017, p. 1). Para Borges, a Lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, foi “[...] um divisor de águas da gente ter uma ascensão tão grande no número de encarcerados. Se a gente for olhar

grande parte das pessoas em situação prisional, cerca de 40%, não passaram por julgamento, são pessoas que poderiam estar passando pelo julgamento em liberdade” (BORGES, 2017, p. 1).

A lei que aparentemente representou um avanço, porque altera a forma de tratamento dado ao usuário, enrijeceu o tratamento expedido ao porte. Em muitos casos, o agente público, nas abordagens, em suas análises, pareceres e sentenças, enquadra o usuário como traficante, já que há uma linha tênue que o diferencia do traficante, a depender inclusive do julgamento de valor, sem contar as situações em que os próprios agentes públicos contribuem para a criação de provas que levam à criminalização e ao encarceramento. O perfil da política sobre drogas no Brasil segue o padrão internacional. Segundo o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (2022), se por um lado, as 36 legislações mundiais investigadas por ele apontaram para um tratamento mais tolerante do Estado ao usuário; de outro, constatou uma tendência da não produção de instrumentos jurídicos regulatórios sobre a produção, distribuição e comércio das drogas, à exceção de Holanda, Uruguai⁵⁰ e do estado do Colorado/EUA. O resultado dessa ausência de regulação é o aumento da criminalização de grupos economicamente mais vulneráveis que atuam no varejo das drogas (INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA, 2022). No caso brasileiro, entra a raça como um importante marcador social que transforma os negros e negras em alvos principais nas ações de combate às drogas, por isso, pesquisadores(as) como Borges têm apontado uma relação

⁵⁰ “Em dezembro de 2013, o Uruguai aprovou a Lei no 19.172/2013, que regulou toda a cadeia de produção, distribuição e consumo de cannabis, tornando-o o único país do mundo a afastar-se integralmente do paradigma da guerra às drogas, no que diz respeito a essa substância específica” (PESSOA; CUNHA, 2018, p. 229).

direta entre o aumento do encarceramento no Brasil, racismo e a política sobre drogas. Como já mencionado anteriormente, há uma predisposição do agente público de identificar o “bandido” ou a “bandida” que ameaça a “paz” e a “ordem” e estes precisam ser apartados para permitir o retorno da “tranquilidade” pública.

Davis chama a nossa atenção para a importância de se discutir o impacto do encarceramento sobre as mulheres negras. Reconhece que a raça constitui um dos determinantes do encarceramento, no entanto, ele não homogeneiza homens e mulheres, por causa da condição de sexo desses sujeitos. Por isso, no ver da autora, há necessidade de se reconhecer as particularidades que envolvem o processo de encarceramento, porque, além das mulheres negras serem a maioria entre as encarceradas, também constituem a maioria entre esposas ou companheiras dos encarcerados: “Eu sei que, nos Estados Unidos, quando vamos às salas de visitas nas prisões, você descobre um número enorme de mulheres negras” (DAVIS, 2017, p.1).

Apontamentos metodológicos sobre a pesquisa

Este artigo resulta de uma pesquisa de caráter qualitativo que adotou como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, a pesquisa documental e a pesquisa empírica. A revisão de literatura priorizou artigos em periódicos indexados na base de dados da Scielo e Lilacs, livros, capítulos de livros, teses e dissertações publicados e/ou defendidas entre os anos de 2019 e 2020. Descritores utilizados: raça/racismo, gênero, relações sociais de sexo, classe social, mulher encarcerada/mulher em situação de prisão, mulher negra encarcerada, feminismo negro e encarceramento, Estado penal no Brasil, política de segurança pública, política sobre drogas,

encarceramento no Espírito Santo. A Pesquisa documental utilizou as bases de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), *site* do Ministério da Justiça e *sites* da Secretaria Estadual de Justiça (SEJUS) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP). Também lançou mão da base de dados do Instituto Jones dos Santos Neves. Por fim, recorreu a *sites* de movimentos e lutas sociais ligados ao debate do Abolicionismo Penal e encarceramento. Todas as fontes elencadas são de acesso público, não precisando de autorização prévia das instituições/fontes.

Quanto à Pesquisa empírica: inicialmente estavam previstas entrevistas com seis mulheres negras egressas do sistema prisional capixaba, no entanto, devido às dificuldades encontradas e a demora da aprovação do projeto guarda-chuva pelo CEP/UFES, foram entrevistadas apenas duas. Também foram ouvidas duas lideranças de movimento sociais: uma, do feminismo negro capixaba; outra, do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Espírito Santo. Por fim, quatro pesquisadores (as) também forneceram dados importantes. As entrevistas contaram com três roteiros semiestruturados e foram realizadas virtualmente pela plataforma *Google meet*. Com o consentimento dos(as) participantes, as mesmas foram gravadas e transcritas integralmente. A sistematização e análise dos dados foram apoiadas na análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). Os sujeitos de pesquisa foram identificados por nomes de mulheres conhecidas pelas lutas que travaram ao longo de suas vidas. As duas egressas receberam os pseudônimos Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus; a liderança feminista negra, o pseudônimo Dandara; a liderança do movimento de direitos humanos foi identificada por Lélia Gonzalez; as três pesquisadoras receberam os pseudônimos Laudelina Campos, Elizabeth de Souza Lobo e Rosa

Luxemburgo. O único homem entrevistado (militante antirracista e pesquisador) foi identificado como Zumbi dos Palmares. Ressalta-se de que houve o respeito aos preceitos éticos da pesquisa. O projeto guarda-chuva foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES sob o parecer de nº 4.808.079, em 25 de junho de 2021. Todos(as) os(as) participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O encarceramento de mulheres negras no Espírito Santo

Em Junho de 2016, a população prisional feminina no Brasil atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema prisional (BRASIL. DEPEN. INFOPEN MULHERES, 2017/2018). Os dados de Brasil/Depen/Infopen de 2016/2017 também mostram que 62% são mulheres negras. Esse percentual subiu em 2017 passando para 63,55%. Como já enunciado, quando analisado o quesito cor/raça, o encarceramento de mulheres brancas é significativamente inferior ao de negras, principalmente quando se leva em conta a composição populacional brasileira. Ou seja, mulheres negras estão com suas vidas marcadas seja pelo seu encarceramento seja pelo encarceramento de seus companheiros, maridos e/ou filhos (LOPES, 2020).

O Espírito Santo ocupava, em 2017, o 11º lugar em números absolutos no *ranking* nacional do encarceramento de mulheres. Quando se tratam das mulheres negras, o estado aparece acima da média nacional, ou seja, 70% da totalidade das encarceradas são negras, conforme Brasil/Depen/Infopen (2016/2017) e de Lopes (2020).

Analisando os dados de agosto de 2020, publicados pelo Depen, o estado capixaba possui 23.470 pessoas em situação de encarceramento, todavia só tem disponível 13.784 vagas, ou seja, há um déficit de 9.686 vagas (41,27%), significando uma superlotação no sistema prisional. De 2013 a 2019, a população carcerária do Espírito Santo quase dobrou de número, e esteve em todos esses anos acima do total de vagas, indicando um superencarceramento. Como consequência, pode-se afirmar que as condições prisionais apresentam-se cada vez mais “desumanas”⁵¹ (LOPES, 2020).

Em 2020, de acordo com dados do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES), quando considerado o fator raça/cor, 94% das (os) adolescentes internos(as) são negras (os) ou pardas (os), enquanto que 6% são brancas (os), seguindo o mesmo perfil de raça/cor de mulheres adultas presas (ESPÍRITO SANTO, 2020). Os dados do IASSES de 2020 também apontam semelhanças quanto à causalidade dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes não diferindo do encarceramento de adultos, onde a lei antidrogas é a que mais aprisiona nos dois casos. Ou seja, 94% dos jovens negros antes de completarem 21 anos já estão sendo alvos de punição pela lei de drogas.

A relação entre políticas sobre drogas, racismo e encarceramento

Neste item, apresentamos os dados empíricos analisados à luz de um referencial teórico-crítico. Os dados revelam que a teoria, na prática, confirma-se.

⁵¹ As aspas que marcam a palavra desumana indica que o encarceramento, pela sua própria natureza, possui uma característica desumanizadora, ou seja, não há o encarceramento humanizador.

As(os) entrevistadas(os) denunciam o perfil moralizante e político da política sobre drogas no Brasil. Compreendem que ela se circunscreve nos meandros da geopolítica internacional. De acordo com Zumbi dos Palmares (2021), ela cumpre uma função dentro da dinâmica de expansão do capitalismo e, nesse processo de expansão, os países de capitalismo periférico se subordinam à lógica dos países de capitalismo central: “falando aí das relações materiais, das relações mercadológicas, a guerra contra as drogas surge nessa interrelação entre nações [...] com o objetivo de dominação territorial. Então, você [países ricos] ganha o discurso e legitima a sua ação sobre esses territórios” (ZUMBI DOS PALMARES, 2021).

Outra entrevistada, Dandara (2021), militante do feminismo negro capixaba, deduz que “A política de drogas no Brasil, na verdade, é uma política de perseguição e uma falsa política [...]”. Continua ela: “Essa falsa política é feita exatamente pra criar culpados, né? [...] culpabilizar mais uma vez a população pobre e periférica” (DANDARA, 2021). Nessa mesma linha, Zumbi dos Palmares, ao fazer a relação entre a política sobre drogas e encarceramento, menciona a parcela da classe trabalhadora que lida com o desemprego crônico ou com o subemprego: “[Para os que enfrentam a] miséria, as drogas podem aparecer [como] uma válvula de escape” (ZUMBI DOS PALMARES, 2021). Por outro lado, de acordo com o entrevistado, a política sobre drogas busca escamotear a questão social: “[...] justamente pra esconder aquilo que é uma expressão da questão social, você parte pra uma investida encarceradora. Então, a guerra contra as drogas é uma guerra racista também na sua essência e objetivamente se concretiza no encarceramento” (ZUMBI DOS PALMARES, 2021). Ressalta o entrevistado: “mas não é a única determinação”. Corroborando esse argumento, expõe Laudelina Campos (2021), pesquisadora negra:

[...] hoje, ela [a guerra às drogas] tem o seu alicerce nas operações policiais. As operações policiais, elas são executadas em quais bairros da cidade? Hoje, em Vitória, por exemplo, são os bairros pretos e pobres. Nas periferias da cidade, a gente pode contar nos dedos onde a gente vê operações policiais sendo realizadas.

A pesquisadora nomina as comunidades no município de Vitória onde ocorrem as abordagens sistemáticas da polícia: “[...] Bairro da Penha, Morro do Macaco, Bonfim, Alagoano, Morro do Quadro, Ilha do Príncipe, são bairros com maior número de pessoas pretas e pobres [que recebem] menos de um salário mínimo” (LAUDELINA CAMPOS, 2021).

Rosa Luxemburgo (2021), pesquisadora e docente, problematiza outro aspecto da política sobre drogas no Brasil: a subsunção das políticas de redução de dano por instrumentos criminalizantes do/a usuário/a. Para ela, a política sobre drogas tem como finalidade principal a confirmação do paradigma de que a droga “[...] é um problema, é o mal da sociedade, é o inimigo e, portanto, quem usa ou precisa de um tratamento ou precisa de uma reclusão no sistema prisional” (ROSA LUXEMBURGO, 2021). Prosseguindo, a pesquisadora salienta que a responsabilidade política de implementação desses instrumentos é de vários governos, entre eles, destaca os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Este último, com ações mais agressivas. Segundo ela, Bolsonaro alterou a legislação da política de drogas radicalmente, “[...] retrocedendo em todos os princípios que antes a gente já achava ruim, mas ele conseguiu piorar [...] ela tem um sucesso enorme, um sucesso pra quem? [...] Estado penal. [...] Estado de controle né, dos nossos corpos, das nossas mentes, da classe” (ROSA LUXEMBURGO, 2021). Sobre os governos petistas, pondera: “[...] desde Lula, assim, mais enfaticamente, depois a Dilma, tem permitido a entrada de

grupos religiosos bastante complicados, principalmente com diretrizes neopentecostais né, que aí eles são bem radicais na perspectiva de incompreender o fenômeno do consumo de drogas” (ROSA LUXEMBURGO, 2021). A pesquisadora reconhece que a política de drogas

[...] por natureza, ela é racista; por natureza, ela é machista; por natureza, ela é homofóbica; por natureza, ela é misógina; por natureza, ela tem todas as características do que há de pior na formação e na estrutura de uma sociedade e ela só se fundamenta pelo racismo [...] ela é perversa na sua base, né? que é moral, não é científica [...] (ROSA LUXEMBURGO, 2021).

Lélia Gonzalez (2021), liderança negra do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Espírito Santo, reafirma a tese do racismo e relata que “Eu, junto com os vários militantes dos direitos humanos e também do movimento negro, sabemos que na verdade não existe uma política de combate ao tráfico de drogas, né, existe uma política de combate ao povo negro e periférico [...]”. E ela conclui: “[...] porque se fosse mesmo de combate às drogas, quem iria preso inicialmente seriam aqueles que plantam, aqueles que têm toda a estrutura faraônica que custa milhões de reais, aqueles que têm acesso primeiro às armas antes de chegar nas periferias [...]” (LÉLIA GONZALEZ, 2021).

Segundo Elisabeth (2021), assistente social e pesquisadora da sociedade, cada vez mais os dados oficiais revelam a relação entre encarceramento e a política sobre drogas:

A gente vê, cada vez mais, os órgãos que fazem pesquisa sobre o sistema prisional [que] os dados relativos a crimes vinculados ao tráfico de drogas têm ocupado as primeiras fileiras, os primeiros percentuais na criminalização. A gente sabe que quem responde pelo crime de tráfico, quem lota o sistema carcerário brasileiro são os pequenos comerciantes

de drogas, varejistas, aqueles que fazem a entrega da droga, a pequena comercialização, não são os grandes, não são os financiadores do tráfico de drogas (ELIZABETH LOBO, 2021)

Zumbi dos Palmares (2021) aponta o racismo como um mediador importante no *modus operandi* da polícia que contribui para o aumento do encarceramento:

[...] na lei [sobre drogas] de 2006, existem elementos de subjetividade que, justamente dada a nossa formação social [...], permitem que os agentes do Estado, na posse da sua subjetividade racista, encarcerem quem eles determinam que são ou não são traficantes e os quantitativos para se legitimar essa classificação eles não são objetivos (ZUMBI DOS PALMARES, 2021).

Dados encontrados na pesquisa realizada em São Paulo pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, intitulado Mulheres em Prisão: enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal, de 2019, reforçam a análise apresentada por Almeida et al. (2019), quando afirmam que das 213 mulheres levadas a audiência 121 delas eram negras. A pesquisa também constatou que as mulheres negras têm maiores chances da prisão em flagrante. “Neste sentido, ainda que a seletividade racializada seja perceptível nas decisões finais em audiências de custódia (do total de mulheres brancas, 35,6% tiveram a prisão preventiva decretada, versus 40,5% da totalidade de mulheres negras) [...]”. De acordo com as autoras, “[...] ela opera, como os dados mostram, de forma mais contundente no momento da realização da prisão em flagrante” (ALMEIDA et al., 2019, p. 45)⁵². Segundo as Nações Unidas (apud MACHADO et al., 2022, p. 1),

⁵² Outro aspecto que chama a atenção na pesquisa e que revela a condição de classes das mulheres negras diz respeito à situação de moradia e emprego:

A seletividade racial⁵³ é o recurso dos agentes da lei, da segurança e do controle de fronteira baseados na raça, na cor da pele, na ascendência e na origem nacional ou étnica como justificativa para submeter pessoas a registros detalhados, controles de identidade e investigações, ou para determinar responsáveis por atividades delitivas.

Os autores atribuem uma sobrerrepresentação negra dentro dos cárceres à seletividade racial: “[...] deste grupo entre aqueles que são mais abordados pela polícia, que passam por mais intensos e recorrentes processos de revista ao passarem por espaços públicos, posicionando este grupo, ainda, entre as principais vítimas em casos de letalidade policial e de encarceramento” (MACHADO et al., 2022, p. 1). Levantamentos realizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública referendam a seletividade, quando, no ver dos autores, “[...] revelam que, em 15 anos, a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19%, e que, em 2021, de cada três presos no país, dois eram negros”. (MACHADO et al., 2022, p. 1). Isso também se confirma na entrevista de Rosa Luxemburgo (2021): “Então, todos nós somos alvos dessa política a qualquer momento e dentro desses

64% das que encontravam-se em condições de moradia vulnerável e 65% das desempregadas eram negras. Nesse complexo jogo, mais um dado chama a atenção: quase 40% das mulheres negras desempregadas foram presas, enquanto 22,22% das mulheres brancas desempregadas tiveram a prisão convertida (ALMEIDA et al., 2019).

⁵³ Machado e outros explicam que “o conceito de seletividade racial foi formulado a partir das denúncias dos movimentos sociais negros em diferentes regiões do mundo, que apontavam o comportamento desigual do Estado na aplicação da lei perante grupos raciais discriminados”. Observam que um dos aspectos importantes diz respeito as características físicas de pessoas ou grupos que são empregadas por agentes públicos “[...] como critérios arbitrários de seleção daqueles que passarão por revistas, investigações e controles de identidade, ou para determinar critérios de quem é considerado suspeito pelas autoridades policiais (MACHADO et al., 2022, p. 1).

alvos a gente sabe que tem os alvos preferidos: o preto, o pobre, principalmente o jovem da periferia. É claro que não somos todos iguais nesse alvo”. A pesquisadora ressalta a diferença de tratamento policial dada aos jovens das classes médias e aos jovens negros residentes dos bairros periféricos. Nesse mesmo caminho, Lélia Gonzalez (2021) adverte: “A música diz que todo camburão tem um pouco de navio negreiro e não é mentira. Essa música [retrata] o cenário do sistema prisional no Brasil onde a população carcerária é composta por 81% de negros [...]”. Segundo ela, uma parcela que não consegue acessar direitos básicos (educação, saúde, alimentação, trabalho) tampouco chega ao sistema jurídico. Antonieta de Barros, egressa do sistema prisional, é outra entrevistada que reconhece essa dificuldade: “[...] A diferenciação, também, da questão da pessoa que é negra. Existe uma facilidade maior para os brancos na questão judicial [...]”. Referindo aos negros,

[...] nem todos têm uma condição aquisitiva, financeira boa, e não vai poder pagar multa, não vai ter como direcionar um advogado, entendeu? E vai ficar lá dentro do cárcere, esquecido. E ali os anos vão se passando, vão se passando. Em vez de ele entrar para a sociedade com uma cabeça, uma mentalidade melhor, ele sai revoltado (ANTONIETA DE BARROS, 2021)

Antonieta de Barros (2021) narra cenas presenciadas: “Quantas pessoas que eu vejo que não cometem crimes e são presos por engano, por causa de ser negro [...]. Eu vi vários fatos de pessoas que ficam dentro da cadeia e passam por aquela situação ali e acabam sendo esquecidos lá dentro”. Carolina de Jesus (2021), também egressa, é outra entrevistada que confirma o dado:

E eu vivenciei pessoas lá dentro que já estavam com toda a cadeia paga. Muitas vezes por ter advogado público que vai

para a audiência sem nem saber quem é aquela pessoa. Às vezes de perguntar o nome quando a pessoa chega. O que se entenda é porque a demanda é muito grande e a questão do defensor público é muito escasso. São várias audiências, várias pessoas.

Lélia Gonzalez (2021) complementa: “[...] eu vejo aí um racismo institucional [que] é estruturante desse sistema, que faz com que essa população vá pro sistema”. Ou seja, o mesmo sistema que engendra a entrada obstaculiza a saída, tornando encarcerados/as negros/as reféns da lógica que opera no processo do encarceramento em massa no Brasil.

Laudelina Campos (2021) toma como pressuposto para a compreensão do fenômeno do encarceramento em massa a articulação entre as dimensões de classe, raça e gênero: “Segue um padrão e é um padrão interseccional né, é o preto, pobre e homens. Obviamente muitas mulheres... esse número tem crescido, mas ainda são homens na faixa etária jovem, normalmente periferia, que são negros”. Zumbi dos Palmares (2021) aprofunda o argumento posto por Laudelina Campos: “A bem da verdade, se a gente pensar a relação cárcere e raça desde que instituído a raça como um dos elementos discriminatórios, classificatórios... ela tem uma relação [direta com o processo de] aprisionamento e/ou exploração”. Prossegue o entrevistado: “[...] ou as três: aprisionamento, exploração e violências. Então, há, sim, uma relação direta. [...] você vai ver que as determinações do encarceramento não estão só para o racismo, mas o racismo é uma das determinações desse fenômeno social” (ZUMBI DOS PALMARES, 2021). Para ele, o encarceramento constitui “[...] uma ferramenta de dominação de uma determinada faixa ou classe ou segmento de classe de uma população em geral”. Portanto, para Zumbi dos Palmares, a questão é complexa. Explica ele:

[...] a raça como classificador serviu a partir de um determinado momento histórico e as ferramentas subjacentes ou, diria, acessórias pra manter a hierarquização dentro da estrutura social brasileira, a raça vem como uma delas e o encarceramento como uma forma de... como eu poderia chamar... o instrumento da dominação legitimado pela lei, pelo Estado [...]. (ZUMBI DOS PALMARES, 2021)

Os argumentos postos por Palmares afirmam-se na obra de Fernandes (2007, p. 260), quando este infere que “como a economia de trabalho livre se organizou sobre um patamar pré-capitalista e colonial, seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classes”. Para Pereira e Sampaio (2013), a classe se perfaz nas singularidades dos diferentes sujeitos e grupos que a constituem e, ao longo da história, reivindicam interesses comuns, mas também diferentes, em virtude das especificidades produzidas pelos lugares que ocupam. Reconhecendo a importância do conceito de classe social na obra marxiana, que a tem como central na análise da sociedade burguesa, ponderam as duas autoras:

[...] a classe social não é apenas resultado do lugar que se ocupa no modo de produção capitalista, se detentor dos meios de produção ou se possuidor apenas de sua força de trabalho. Esse tipo de definição seria meramente descritivo se não levasse em conta a processualidade conflitiva que lhe é constituinte, pois que é no antagonismo da luta que a classe trabalhadora forja-se a si mesma. Quer dizer, é a luta de classes o motor das relações sociais e das classes que a compõem (PEREIRA; SAMPAIO, 2018, p.433-34).

Ao analisar o conteúdo das entrevistas, identificou-se que a entrevistada Laudelina Campos trouxe como um dos elementos de sua análise o “corpo” no seu plano sociológico: “O cárcere hoje não foi feito para a pele branca. O cárcere hoje

não foi feito para um corpo que habita a classe média, classe alta da cidade. Eu falo Vitória, porque é o meu campo de pesquisa, a Grande Vitória, mas, a gente pode pensar a nível nacional” (LAUDELINA CAMPOS, 2021). Ou seja, o sistema prisional foi pensado, no ver da autora, para os corpos negros e toda a sua conformação tem a ver com essa finalidade: conter as classes perigosas.⁵⁴ Contudo, Zumbi dos Palmares (2021) problematiza o termo “corpo” em substituição às relações de classe: “A questão é que esse Estado as criminaliza para ter um determinado tipo de domínio de classe”. De acordo com ele, “Ao contrário de alguns pensadores aí que falam de corpos, vou falar de domínio de classe, porque, com o encarceramento, o Estado ele se coloca a tentar moldar os impulsos de uma determinada classe em relação à lei [...]. A lei de uma classe que, queira ou não, domina a outra” (ZUMBI DOS PALMARES, 2021).

De acordo com Laudelina Campos (2021), a violência sobre os negros no Brasil segue um padrão de extermínio. “A gente tá falando de um modelo de funcionamento do sistema, que é para aprisionar pretos e pobres!” Ela acentua a relação entre o racismo e o cárcere: “[Eles] têm uma ligação direta. O cárcere proporciona que o racismo possa se ramificar e se colocar de fato na sociedade. O cárcere [é] o ápice do racismo estrutural!” (LAUDELINA CAMPOS, 2021). Ele se faz presente nas macro e microestruturas operando cotidianamente. Ele se faz presente na ação do Estado, o que denominou de racismo institucional. Este medeia a ação policial: “Então, a gente vai ver bairros que vão emergir já com uma população pobre e negra, são exatamente nesses bairros onde a gente tem as

⁵⁴ Segundo Souza Junior (2013), esse termo foi cunhado pelas elites brasileiras na passagem do século XIX para o XX, para rotular os pauperizados, herdeiros do processo escravocrata, que estavam fora do projeto fundante do Estado-Nação brasileiro.

principais operações policiais, a base, como eu disse, do combate às drogas” (LAUDELINA CAMPOS, 2021). Complementa Palmares (2021): “Se a gente pensar que o combate às drogas é feito com base nas operações policiais e as operações policiais se fecham principalmente em bairros pretos e pobres, então o combate às drogas não é o combate às drogas, é o combate a pretos e pobres!”.

Carolina de Jesus (2021) aborda a naturalização do racismo e das formas de controle que se desenvolvem sobre os negros: “Eles [os negros] até se enxergam como alvos já desde criança”. O resultado disso é que “se você for pegar dentro de todos os presídios a cor da pele é negra, entendeu? A cor da pele é negra! Então, existe, sim, o encarceramento em massa de negros. Isso aí é notório, visível e ainda em pesquisa” (CAROLINA DE JESUS, 2021). Ela analisa a diferença de julgamento entre mulheres brancas e negras: “Essas mulheres [brancas] não são tidas como criminosas, mas como uma pessoa que errou, que fez algo que não deveria fazer. Na mesma forma, você [negra] é tida já como bandida pela cor da sua pele. Isso é bem latente!”. Finaliza exclamando a sua indignação: “Então, assim, eu falo, porque a gente tem um país que é racista! É racista! (CAROLINA DE JESUS, 2021). As inferências de Jesus vão ao encontro dos dados há pouco elencados da pesquisa do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ALMEIDA et al., 2019) sobre a preferência da justiça criminal em condenar e encarcerar mulheres negras.

Um outro tema abordado durante as entrevistas com as egressas do sistema prisional foi sobre o período encarceramento. Carolina de Jesus recorda-se das violências sofridas: referindo-se aos agentes, desabafa: “Muitas das vezes até obrigam outro interno a agredir outro interno, ou às vezes você é acordada de madrugada com água gelada e cassetete. É uma coisa que você não pode reagir, você tem que aceitar

aquilo”. Em tom de desabafo, comenta: “Eu acho que a forma que você é tratado, de uma forma violenta, agressora. E, muitas vezes, é não só com a violência física, mas o que é todo momento eles querem te colocar numa posição de que você não é nada! Você não vale para nada! Que você é escória da sociedade!” (CAROLINA DE JESUS, 2021). Sobre a violência sexual sofrida, emocionada, exclama: “E de eu pensar ser ‘boy de Nárnia’ da violência sexual por alguns agentes! Isso foi nítido. Eles fazem você fazer coisas”. Prossegue Jesus (2021): “Sim, eu fui violentada sexualmente!”. Referindo-se à violência sexual de mulheres, Laudelina Campos (2021) também comenta a questão: “[...] a gente vê meninas sofrendo violência sexual [...], não só violência corporal, mas a própria penalidade é aumentada pra esse corpo feminino e é um corpo feminino negro”. A pesquisadora compreende que a violência sexual reafirma a interseccionalidade entre “[...] gênero, raça e normalmente classe porque são meninas pobres, não são meninas de classe média” (LAUDELINA CAMPOS, 2021). A violência sexual produziu “feridas que não cicatrizaram” em Jesus: “E, muitas das vezes, a gente começa, como eu comecei, a projetar que realmente eu era um lixo, que realmente não era ninguém, que eu não era nada por ter feito algo de ilícito” (CAROLINA DE JESUS, 2021). A outra egressa, Antonieta de Barros, relata uma experiência distinta da de Jesus, mesmo assim, foi marcada por sofrimento:

Ah, eu acho que o maior impacto é aquele quando você entra, quando você está lá dentro. Esse é o maior impacto. Você lidar com aquela realidade da qual você não está acostumada, de que você tem que aprender a lidar com pessoas que você nunca viu, nunca conviveu, e tentar dançar a música da melhor forma possível, né?” (ANTONIETA DE BARROS, 2021).

Fala sobre os medos que sentiu: “Para você ter ideia, eu fiquei 14 dias acordada. Eu não fechava o olho para nada, porque eu sentia medo. Eu sentia medo da onde eu estava, com quem era quem, entendeu? O que poderiam fazer comigo” (ANTONIETA DE BARROS, 2021). O seu corpo sentiu o impacto da prisão: perdeu 23 kg no cárcere: “Então, assim, eu já não estava querendo mais comer. Eu já não estava tendo vontade mais de viver. E aí eu passei pela psicóloga lá. Ela me acompanhou por uns 2 anos e meio. E foi o que foi me dando força”. Sobre o racismo, narrou ela: “Eu via, sim, a diferença de forma de tratamento. É bem complicado, viu? É uma diferença bem grande, você pode colocar aí” (ANTONIETA DE BARROS, 2021).

As outras entrevistadas, mesmo não tendo passado pela experiência do encarceramento, reconhecem que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no sistema prisional resguardam particularidades em relação à experiência masculina: “As unidades prisionais, elas não têm ambiente adequado, são insalubres por natureza, a questão do período menstrual, né? Como que deve ser difícil para a mulher estar num ambiente daquele onde você não tem garantido o direito de fazer uma higienização adequada?” (ELISABETH LOBO). Dandara levanta a preocupação das mulheres com a sua prole: “quem fica com os filhos dessas mulheres? [...] a questão do acesso aos absorventes, acompanhamento de parto, não poder muitas vezes sequer ter um parto sem estar algemada, ver os filhos lhes serem retirados.” (ELIZABETH LOBO, 2021). Reiterando a reflexão realizada por Jesus e Barros, Campos fala da solidão das negras presas: “a mulher negra, ao contrário do homem negro, e aí eu tô falando da mulher negra, porque grande parte das mulheres apreendidas é negra. Ela enfrenta o cárcere sozinha, ao contrário do homem que tem a proximidade da família [...]”. Analisa a diferença de posturas de

homens e mulheres diante do encarceramento do(a) parceiro(a): “A mulher negra perde o parceiro. Ela muitas vezes perde o contato com os filhos, porque entende que os filhos não devem frequentar espaços como os presídios” (LAUDELINA CAMPOS, 2021). Para a entrevistada, a mulher é julgada por sua condição de gênero: “Mulheres nasceram pra serem donas de casas, boas esposas e dedicadas, no máximo boas trabalhadoras assalariada, mas nunca à frente, por exemplo, do tráfico de drogas, nunca à frente de uma facção criminosa”. No ver de Laudelina Campos (2021), a sua presença em ambientes masculinos constitui uma transgressão que é objeto de julgamento moral, social e judicial. O feminino também é objeto de julgamento na análise de Dandara (2021): “Mulheres são presas porque menstruam. Mulheres são presas porque geram. E, pra além disso, a gente vê que são as que menos recebem visita, menor apoio das famílias, menor apoio dos companheiros”. A entrevista ressalta a diferença de postura diante do encarceramento do/a parceiro/a: “A fila do sistema penitenciário feminino é infinitamente menor do que a do masculino”.

Considerações Finais

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (2022) observou que, no cenário mundial, há um aumento do número de pessoas em situação de prisão. Na Europa, por exemplo, a curva de encarceramento que decrescia, a partir da crise de 2008, voltou a subir. Dentre os 22 países onde ocorreu um aumento do quantitativo de pessoas presas, em 19 deles registrou-se uma curva ascendente do encarceramento feminino. Mais ainda, entre as causas do encarceramento, destacavam-se as políticas punitivas de combate às drogas. Dito isto, conclui-se que “[...] política de drogas, justiça criminal e gênero são interfaces da

mesma questão e devem ser consideradas a partir da intersecção de diversos marcadores sociais” (INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA, 2022, p. 4). O aumento do encarceramento de mulheres constitui um evento mundial e deve ser abordado na extensão que o fato exige. As mazelas resultantes do “processo sociometabólico do capital” tendem a ser cada vez maiores e definitivas. O encarceramento em massa contribui para a conformação de uma trama macabra que, em sua aparência, apresenta-se como a única saída para a segurança pública. O velho ditado popular para negros e pobres se confirma cotidianamente: “Se correr o bicho pega; se ficar o bicho come.

Não poderíamos deixar de citar na finalização deste artigo que a questão do encarceramento em massa é um tema que ainda demanda por muitas investigações e análises. No caso do encarceramento feminino, historicamente se deu menor atenção ao fato, já que, como a literatura e pesquisas confirmam, representa um quantitativo menor quando comparado ao masculino. Por isso, talvez, o tema também não tenha adentrado a agenda dos movimentos feministas capixabas. Referindo-se a atuação dos movimentos sociais em relação ao encarceramento da mulher negra, Gonzalez (2021) comenta: “Então, no Espírito Santo, [...] eu percebo nessa minha atuação de direitos humanos que a gente discute muito pouco a questão da mulher, da mulher carcerária.” Esta investigação permitiu constatar que o encarceramento da mulher negra não entra na pauta do movimento feminista enquanto ação sistemática, ficando no limite da denúncia ou de visitas pontuais, quando provocado. Mesmo assim, Gonzalez (2021) reconhece que existem algumas particularidades de gênero que contribuem para dar um pouco mais de visibilidade ao encarceramento de mulheres com a maternidade e a gestação: “[...] algumas questões vão pra esfera

nacional: a questão da mulher grávida, a presa que tá grávida, a mulher presa que teve um neném, a mulher que é presa e que tem direito de cumprir [pena] em domicílio por conta de ter filhos, já que uma pessoa do meio político teve essa condicionalidade e a mulher negra, pobre, encarcerada, não tinha esse direito, que é um direito de todos [...]” (LÉLIA GONZALEZ, 2021).

Para Davis (2017), mesmo que ainda de forma tímida, o debate sobre a questão penal entre as mulheres tem avançado. Diferentemente do que ocorre no Espírito Santo, segundo a autora, o feminismo negro incorporou o tema na sua pauta. “Vocês [a autora se dirige às mulheres brasileiras] estão experimentando a emergência de uma consciência que deveria ter sido desenvolvida há muitas gerações atrás. E este é o papel que as mulheres negras sempre tiveram: lutar contra instituições de repressão e racistas” (DAVIS, 2017, p.1).

Pretendeu-se, aqui, apresentar um conjunto de elementos que possibilitam entender os dilemas enfrentados pelas mulheres negras antes e durante o encarceramento. Como apontado pelos estudos realizados, pelos dados documentais e, particularmente pelos conteúdos das entrevistas realizadas, há uma relação entre política sobre drogas, racismo e encarceramento no Brasil. No caso das mulheres, essa relação ganha particularidades, já que a dimensão de gênero constitui um dos determinantes da realidade social. As mulheres enfrentam dificuldades que se diferenciam dos homens pela sua condição de gênero. No caso das mulheres negras, elas são ainda mais sobrecarregadas por causa da sua condição de raça e classe social.

As inflexões aqui realizadas não tiveram a pretensão de esgotar o tema, pelo contrário, objetivou-se agregar mais elementos ao debate que, no Espírito Santo, pouco tem sido travado. Acredita-se que os objetivos foram alcançados, no

entanto, o processo de investigação trouxe novas questões que poderão ser respondidas por novas pesquisas. Apesar das dificuldades enfrentadas pelas egressas, a sua condição não lhes retira a lucidez de análise da sua realidade social: compreendem que suas experiências se somam à experiência de milhares de mulheres brasileiras que passam ou passaram pelo sistema prisional. Também revelam compreender o *modus operandi* do racismo no seu cotidiano. Demonstram profunda indignação pelo tratamento recebido e, ao mesmo tempo, falam das marcas que o encarceramento deixou: a violência sexual praticada por agentes penitenciários revela a dureza do sistema prisional feminino. As análises postas pelas duas mulheres (Carolina de Jesus e Antonieta de Barros) são corroboradas e refletidas pelas(o) outras(o) entrevistadas(o), que elucidam uma série de aspectos que engendram a máquina do encarceramento no Brasil e no Espírito Santo, entre eles a política sobre drogas.

Por fim, a face penal do Estado burguês não é uma criação neoliberal, este apenas a aprofunda. A sua superação significa a superação da forma do Estado burguês, ou seja, remete-nos a lutas de caráter muito mais profundo. Nas palavras de Freire (ANO): “Se quisermos construir uma contra-hegemonia – pois sem essa possibilidade não há transformação alguma –, precisamos ultrapassar o capital e ter a possibilidade de revolução, o que não vai se dar com dia, data e hora marcadas”. Uma luta que se constrói no cotidiano da vida social. Por isso, a luta contra o encarceramento no Brasil deve se posicionar no interior da luta de classes: é a luta, em última instância, entre o(a) explorado(a) e o explorador, entre o(a) oprimido(a) e o opressor.

Referências

ALMEIDA, Maria Clara D'Ávila; FELIPPE, Mariana Boujikian; SOUZA, Raissa Carla Belintani de; CANHEO, Roberta Olivato. Mulheres em Prisão: enfrentando a invisibilidade mulheres submetidas à justiça criminal. Instituto Terra, Trabalho e cidadania, São Paulo. 7 maio 2019. 188p. Disponível em: <https://issuu.com/comunicaittc/docs/mulheresemprisao-enfrentando-invisibilidade-mulheres-submetidas-a-justica-criminal>. Acesso em 07 ago. 2022

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p

BORGES, Juliana. Aumento do encarceramento feminino revela racismo estrutural nas prisões. Entrevista concedida a Norma Odara. Brasil de Fato Online, São Paulo, 19 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/19/aumento-do-encarceramento-feminino-revela-racismoestrutural-nas-prisoese>>. Acesso em 15 maio 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Atualização - Junho de 2016.. Brasília,. Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro/INFOPEN 2016/2017. 65p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2ª Ed. Brasília,. Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro/INFOPEN mulheres, 2017/2018. 79p.

DAVIS, Angela. O encarceramento em massa nunca trouxe soluções para conter a violência. Entrevista concedida a Andréa Martinelli. Pastoral Carcerária Online. Salvador, 27 jul. 2017, Disponível em: <<https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada/angela-davis-o-encarceramento-em-massa-nunca-trouxesolucoes-para-conter-a-violencia>>. Acesso em 01 jun. 2021.

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. Relatório de Pesquisa Perfil dos Socioeducandos

do IASES. Pesquisa realizada entre 2015 e 2018. IJSN, Vitória, 2020. 52p.

FREIRE, Silene de Moraes. CRESS-MG lança, durante debate, campanha do Conjunto: Sem Movimento Não Há Liberdade. CRESS-MG, Belo Horizonte, 9 abr. 2013. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/2013/04/09/cress-mg-lanca-durante-debate-campanha-do-conjunto-sem-movimento-nao-ha-liberdade/>. Acesso em 03 ago. 2022.

FREIRE, Silene de Moraes ; CARVALHO, Andreia de Souza de. Mídiação da violência: os labirintos da construção do consenso. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 151-164. jan./jun. 2008 .

LOPES, Bruno. O encarceramento de mulheres negras do Espírito Santo entre os anos de 2003–2018: as interfaces entre racismo, gênero/sexo e a política brasileira sobre drogas. Relatório de pesquisa. Núcleo de Estudos Sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Universidade Federal do Espírito Santo, set. 2020. 15p.

MACHADO, Marta; FREITAS, Felipe; PEREIRA, Saylon A.; PIMENTEL, Amanda; FERREIRA, Luã; SOUZA, Mayara S. de; MATOS, Camila Tavares de M. B.; DRUMMOND, Julia, KEESE, Pedro. Sistema de justiça criminal e questão racial. Nexos Políticas Públicas, s/l., 27 Out 2021 <https://pp.nexojournal.com.br/glossario/Sistema-de-justi%C3%A7a-criminal-e-quest%C3%A3o-racial>. Acesso em 08 ago. 2022.

MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MISSE, MICHEL. Crime, sujeito e sujeição criminal1: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral . A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 432-445, set./dez. 2018.

PESSOA, Olívia Alves Gomes; Cunha, Alexandre dos Santos. Efeitos da nova regulação uruguaia sobre a cannabis na fronteira com o Brasil: observação sobre os sistemas brasileiros de saúde e segurança pública. IPEA, Brasília, 2018. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9472/1/Efeitos%20da%20nova%20regula%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 08 ago. 2022.

SILVA, André Vaz Porto. Prisão, disciplina e valor: uma hipótese materialista sobre suas disjunções. Anais do Congresso Internacional de Ciências Criminais. Rio de Janeiro, Editora PUC. 2020. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-internacional-de-ciencias-criminais/assets/edicoes/2020/arquivos/129.pdf>. Acesso em 9 ago. 2022.

SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de. O papel da mídia na (re)construção do mito das classes perigosas: contribuições para uma perspectiva contrahegemônica de análise. 100f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. 100p.

TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. Política de Drogas e Encarceramento: um panorama América e Europa. ITTC, São Paulo, 14 abr. 2022. 8p. Disponível em: <https://issuu.com/comunicaittc/docs/politica-de-drogas-e-encarceramento-pgd-ittc>. Acesso em 9 ago. 2022.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Tradução Ed André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc A penalidade neoliberal em ação: Uma resposta aos meus críticos. Sistema Penal & Violência, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 265-273, jul./dez. 2013.

Recebido em: Fevereiro de 2022.

Aprovado para publicar em: Junho de 2022

Prisão brasileira, a senzala contemporânea

Carlos Eduardo Figueiredo⁵⁵

O aparelho punitivo brasileiro, sem dúvida, constitui a continuação da escravidão por outros meios. Entender a sociedade brasileira passa, necessariamente, por observar como se desenvolvem as relações sociais que são organizadas por meio da perpetuação da estrutura de trabalho que constituía o elemento central do período colonial. Essa estrutura é representada pelo latifúndio escravagista, uma vez que, por meio de sua lógica, era estabelecido uma espécie de enquadramento ontológico bipartido no interior da sociedade. Isso porque esse sistema definia uma clara divisão entre aqueles que alcançariam a condição de sujeitos e aqueles que recairiam à condição de objeto, demarcando o limite entre aqueles que são pessoas e aqueles que são coisas.

Embora, no aspecto formal, a sociedade brasileira não seja mais uma sociedade escravagista, isso não se percebe no sentido estrutural de sua reprodução material. A clivagem existente entre pessoas e não pessoas que marca o período da escravidão nunca desapareceu do horizonte nacional, ao contrário, ela é o elemento central que informa a sociedade contemporânea, em que a maior parcela da população está na condição de coisa.

⁵⁵ Juiz de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando em Filosofia no IFCS/UFRJ. Mestre em Sociologia Política pelo IUPERJ/UCAM. Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes. Professor da Escola da Magistratura do Estado de Rio de Janeiro.

Essa permanente deterioração de uma parte fundamental da população brasileira continua sendo marcada pelas questões de raça oriundas de nosso passado (embora, como veremos, hoje também atravessadas por questões de classe e gênero), sendo um elemento estruturante de nossa sociedade. Cabe ainda ao Estado a função de, constantemente, relembrar a essa parcela da população que ela não passa de coisa e nunca alcançará a condição de sujeito, portanto, não deve esperar qualquer forma de reconhecimento.

Sendo a discriminação racial elemento essencial nesse mecanismo, é indispensável que estabeleçamos critérios para delimitar a noção de raça. Não é pacífico o entendimento acerca do termo raça. No entanto, como declara Silvio Almeida, podemos afirmar com tranquilidade que essa expressão sempre serviu para determinar classificações entre certos objetos, primeiramente, plantas e animais, e depois, seres humanos: “A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade, que remonta aos meados do século XVI” (Almeida, 2019, p. 19).

Com a superação do medievo, o homem se desvencilhou dos dogmas religiosos e os desmandos políticos, atribuindo à razão importância fundamental na formação da subjetividade individual, passando a ocupar o papel central no curso da história, como consagrado no cogito, ergo sum cartesiano. Dentre algumas rupturas ocorridas nesse contexto histórico, duas têm importância central para o conceito de raça como padrão de categorização de seres humanos: a pujança marítima que proporcionou a descoberta de novas terras, forjando a base material para início das práticas da burguesia capitalista; e a transformação cultural decorrente da renascença.

A renascença, com o discurso de seus eruditos, liberta o homem das amarras impostas pela igreja católica, por meio do regresso aos ensinamentos e à forma de vida greco-romana. A

despreocupação com as ações terrenas e a ausência de medo da punição divina colocam o homem no centro de seus desejos, iniciando, assim, a secularização da sociedade europeia. Esse processo faz com que o divino perca seu protagonismo, dando espaço para a figura do homem que, em razão de seu destaque, necessita ser definido com um enquadramento mais preciso. Diante da multiplicidade da existência humana, ganha força a noção de raça, para a respectiva classificação e definição do protagonista da história. A recuperação da arte nesse contexto histórico demonstra claramente a posição que o homem passa a ter na sociedade, bem como, define inclusive suas características físicas, bastando, para tanto, uma simples comparação das esculturas de Davi, de Michelangelo, ou de Hermes, de Praxíteles, com suas formas matematicamente perfeitas e proporcionais, com a ideia medieval do modelo humano demonstrado nas figuras de Adão e Eva, esculpidos no portal de bronze da catedral de Hildesheim na Alemanha.

O início da expansão econômica do capitalismo também corroborou a necessidade da utilização do conceito de raça, com o fomento ao individualismo exacerbado e a necessidade da exploração da força de trabalho do outro. Além disso, forjou as bases materiais para o abandono do modelo feudal, possibilitando uma acumulação de capital que transformou o europeu no padrão de homem universal.

Embora, aparentemente, o conceito de homem seja quase intuitivo, não é isso que ocorre no mundo dos fatos. Essa definição é filosoficamente talhada na modernidade, sendo fundamental a noção de raça, por meio da qual se delimitará a fronteira entre os reconhecidos como sujeitos e aqueles caídos à condição de coisa.

A chegada do iluminismo agregou um novo aspecto à noção de homem desenvolvida a partir do século XVI. Com as luzes, o sujeito já tinha o controle de suas ações e a consciência

de seu protagonismo social, então, passa a ser também objeto de análise das multiplicidades que congregava em si. O homem passa a ser analisado em seus diversos matizes, realçando, assim, as diferenças existentes entre os seres humanos. Em especial, destacavam-se as características biológicas e étnico-culturais como instrumentos de comparação e categorização. Essa circunstância, somada à expansão marítima e à necessidade da constante exploração das colônias, foi decisiva para o surgimento da distinção entre civilizado e selvagem.

A ideia de raça se destaca nesse contexto histórico, uma vez que fixa as características das pessoas que serão consideradas civilizadas, bem como daqueles que serão tidos como selvagens. Essa classificação racial entre homem civilizado e selvagem (aquele que não possui a condição de sujeito) é fundamental para o exercício do poder e conseqüente subjugação do outro. Como pontua Roberto Machado na introdução à obra *Microfísica do Poder*, nos alertou Foucault que “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (Foucault, 2017, p. 12). Dessa maneira, a determinação de uma raça inferior faz com que a relação desta com a do homem civilizado seja um campo de dominação e exercício de poder.

O moderno conceito filosófico de homem, alcançado com o projeto iluminista e acompanhado do avanço industrial e do fortalecimento do capitalismo, impulsionou um “movimento de levar a civilização para onde ela não existia, que redundou um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou de colonialismo” (Almeida, 2019, p. 21). Na realidade, a pretexto de civilizar o primitivo, o que se viu foi o exercício brutal de exploração e morte com a escravização dos povos colonizados.

A classificação de seres humanos serviu e serve como tecnologia de destruição. A colonização foi o experimento que

concretizou o processo de desumanização, com a utilização da escravidão como motor central de funcionamento de toda a engrenagem e paradigma ideológico da existência humana, em que seres humanos são transformados em objetos. O racismo nada mais é que um conceito político que discrimina pessoas, naturaliza diferenças e legitima o exercício do poder violento e da dominação. A escravidão no Brasil, por séculos, existiu com base nesse paradigma.

A tecnologia racista da escravidão foi o sistema utilizado por Portugal durante o período em que o Brasil foi sua colônia. Os escravizados eram a força motriz do engenho brasileiro, que não funcionava sem a sua presença. “Real alicerce da sociedade, os escravizados chegaram a constituir, em regiões como o Recôncavo, na Bahia, mais de 75% da população” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 79).

Apesar de a escravidão não ser um sistema moderno — temos histórico de escravizados desde a antiguidade —, a estrutura criada a partir do século XVI se diferencia das demais em razão da organização de um modelo em que o tráfico se desenvolvia com muita intensidade, e também porque, diferentemente da escravidão da antiguidade, a moderna se caracterizava por ser a principal força para a economia da época. O Brasil era o destino mais frequente do tráfico negreiro desenvolvido pelos portugueses. Como afirmam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, “foram transportados para as Américas de 8 milhões a 11 milhões de africanos durante todo o período do tráfico negreiro; desse total, 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil” (2018, p. 82). A vida do escravizado era marcada por um intenso sofrimento físico e mental que iniciava desde sua captura em uma tribo africana, passava pelos horrores da travessia do Atlântico e terminava com a exploração máxima em terras brasileiras.

O sistema escravocrata constitui a naturalização da violência, em seu sentido mais forte. Foi necessário o emprego do sistema de escravismo moderno nas colônias para obrigar que os trabalhadores desempenhassem uma dura rotina, sem nenhum proveito próprio e longe de sua origem. Somente com emprego de muita violência e cerceamento de liberdade seria possível alcançar tal objetivo, como apontam Schwarcz e Starling:

Só se pode entender a montagem de uma instituição do porte do escravismo moderno atentando-se para a articulação entre a criação de colônias no ultramar e seu funcionamento sob a forma de grandes unidades produtoras voltadas para o mercado externo. A monocultura em larga escala exigia um grande contingente de trabalhadores que deveriam se submeter a uma rotina espinhosa, sem ter nem lucro nem motivação pessoal. Recriou-se, desse modo, a escravidão em novas bases, com a utilização de mão de obra compulsória e que exigia — ao menos teoricamente — trabalhadores de todo alienados de sua origem, liberdade e produção. Tudo deveria escapar à consciência e ao arbítrio desse produtor direto (2018, p. 91).

A consolidação dessa organização produtiva só era possível por meio da implementação extremamente violenta de um código de punição e disciplinamento dos escravizados. Ao argumento de uma atividade civilizadora, proprietários de terras e a igreja impunham manuais de condutas que destruíam por completo a própria subjetividade do trabalhador negro. A violência é o elemento central do sistema de escravidão. Não bastasse a própria atividade produtiva desempenhada pelo negro ser em si mesma já violenta, em virtude da sua massacrante rotina e dificuldade, ele ainda era submetido a açoites físicos, humilhações e privações de toda espécie. Os proprietários buscavam a todo custo dobrar o

escravizado visando à sujeição e obediência incondicionais ao trabalho.

Além da violência, outras práticas sociais visavam naturalizar as diferenças entre os proprietários e os escravizados. A casa-grande e a senzala traçavam o limite geográfico de moradia; a alimentação e as roupas, da mesma forma, realçavam o lugar de cada um. Enfim, tudo contribuía para a desumanização. A fissura causada pela escravidão na sociedade brasileira ainda é latente em certas situações. Hoje, por exemplo, observamos em vários edifícios a existência de elevador de serviço, para transporte de carga e empregados, que frequentemente são pessoas negras. Essa mesma marca do nosso passado também se vê presente na atividade de nosso aparelho punitivo, bastando, para tanto, uma simples verificação das ações policiais que interpelam muito mais negros do que brancos, redundando tal fato no maior encarceramento de negros.

A escravidão, portanto, não foi apenas um sistema econômico, ela naturalizou as desigualdades estabelecidas pelo enquadramento racial, transformando as subjetividades e o comportamento dos indivíduos no âmbito social. Assim, deve ser entendida como uma concepção estruturante, criadora de uma gramática que molda as condutas e padroniza as desigualdades sociais pela raça e pela cor. Esse conceito excludente e cruel se protraiu no tempo, tornando-se a linguagem que fundamenta as relações sociais no Brasil. Assim, como escreveu Lilia Schwarcz:

A escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez da raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita. [...] Um sistema como esse só poderia originar uma

sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país (2019, p. 27-29).

Como ensina Jessé Souza, “a questão do poder é a questão central de toda sociedade” (2017, p. 11), sendo assim, é necessário entender o processo de construção e reprodução desse poder para que efetivamente se possa compreender determinada sociedade. Na brasileira, a lógica do latifúndio representa seu elemento central, sendo uma tecnologia de dominação e exercício do poder fundada na desigualdade e na exclusão, que só pode prosperar por meio da implementação de uma violência descomunal.

A superação formal do modelo escravagista não implicou necessariamente a extinção do sistema de desigualdades estruturais estabelecidas no âmago da sociedade. Ao contrário, o negro liberto continuou desamparado e marginalizado, não existindo nenhum modo de integração social. De fato, o período pós-emancipação apenas modificou a forma de opressão sistematizada na escravidão. Como afirma Florestan Fernandes:

Coube ao negro por ser escravo e liberto sofrer a colonização em sua modalidade mais daninha e arrasadora. No Brasil, infelizmente, a descolonização confundiu-se com os interesses do senhor e foi interrompida nos limites em que o estamento senhorial sentiu-se apto para proteger-se contra as consequências do pacto colonial e para dirigir as estruturas de poder, nascidas com a independência. O escravo, o liberto, o homem pobre livre permaneceram encadeados à colonização, às suas necessidades imperiosas, que os despojavam de sua condição humana, e às suas consequências materiais e morais que os privavam de ser gente (2017, p. 45).

A libertação dos negros, da forma com que foi feita, trouxe uma piora considerável para sua existência. Havia muita

dificuldade em conseguir um trabalho “livre” que não fosse uma continuidade da escravidão por outros meios. Isso acontecia tanto no campo quanto nos centros urbanos, onde a situação ainda era pior. A comida piorou e a casa também não mais existia. O abandono e o desamparo eram absolutamente totais, o que os tornou vagabundos, perigosos, bêbados, capoeiras etc. Essa condição perpetuava a desigualdade social já existente na escravidão, mantendo o estigma negativo que recaía sobre os negros.

O completo desamparo a que foi submetido o escravizado foi o eixo central da formação da nova estrutura social brasileira. O negro é lançado no mercado de trabalho completamente despreparado, pois ele não fazia a mínima ideia acerca do funcionamento

da estrutura social competitiva de que agora fazia parte. Para os latifundiários, isso foi uma maravilha, uma vez que, agora, eles poderiam escolher entre o trabalho do negro liberto ou a mão de obra estrangeira que desembarcava no Brasil em grande quantidade, podendo, ainda, barganhar o valor a ser pago. Acostumados com as relações capitalistas e com suas condições de trabalho, o imigrante produzia mais que o escravizado e a um custo fixo total muito menor, o que agravou a situação do antigo escravizado. A descrição de Jessé Souza foi precisa:

Como todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-los sem ajuda equivale a uma condenação eterna (2017, p. 74-75).

Esse é o embrião do que o sociólogo brasileiro chamou de “ralé brasileira” (Souza, 2018). O escravizado, talhado como animal de carga, preparado para o trabalho braçal, agora

liberto, sem oportunidades concretas de competir por um lugar digno na nova estrutura social, se voltava para a vadiagem e a criminalidade eventual. Constitui-se, assim, o desenho de uma sociedade desigual e seletiva, em que se reproduz a exploração da classe degradada.

Nesse mesmo contexto, na segunda metade do século XIX, as ciências biológicas e as teorias deterministas dominavam o discurso acadêmico e legitimavam uma visão positivista que estabelecia um reducionismo biologista racista de naturalização das desigualdades sociais. Mas agora, essa visão se fundava em critérios biológicos, era o chamado “darwinismo social”, ou seja, pretendia-se estabelecer uma classificação da “humanidade em raças, atribuindo-lhes distintas capacidades físicas, intelectuais e morais. Segundo tais modelos científicos, os homens brancos e ocidentais ocupariam o

topo da pirâmide social, enquanto os demais seriam considerados inferiores e com potencialidades menores” (Schwarcz, 2019, p. 30).

O novo “apartheid racial”, antes estabelecido pelo sistema escravocrata, agora é legitimado pela biologia. A igualdade trazida pela ilustração liberal do século XVIII em nosso país não passava de uma falácia, uma vez que o negro poderia ser considerado livre,

mas jamais seria considerado igual aos brancos. Essa estrutura de poder que perpetua a dominação por meio da raça se estende até os dias de hoje.

A sociedade brasileira, ao estabelecer a raça — hoje também associada à classe — como principal marcador social da diferença, criando estereótipos e produzindo desigualdade e violência, fomenta uma ruptura política e social na qual, de um lado, estão as elites, representando o mandonismo e autoritarismo e, do outro, a massa humilhada e desprezada. No universo dessa lógica, o menor sinal de crescimento da

igualdade social que esse novo ator possa conquistar gera um desconforto brutal naqueles que detêm o controle do campo político-social, surgindo o discurso que rotula o “outro” como desmerecedor dessa condição, negando-lhe a cidadania pretendida, em virtude da “marca” que carrega.

Existem vários marcadores sociais que alinhados criam uma hierarquia social determinante para a inclusão social e, conseqüentemente, para o acesso aos serviços de saúde, educação, transporte, ao emprego, à moradia etc. Basta uma simples consulta a qualquer pesquisa de utilização desses serviços pela população para descobrir que grupos afro-brasileiros pobres têm avaliação negativa no conjunto desses marcadores e, assim, menos inclusão social. Nos dias atuais, dependendo do resultado da interseção desse conjunto de marcadores sociais da diferença, como raça, pobreza, gênero, local de origem, dentre outros, a pessoa fará parte de uma classe explorada e humilhada, que antes era simbolizada pela “raça condenada” e agora se tornou a “classe condenada” ou, como visto, a “ralé brasileira”. Conclui Jessé Souza: “nada muito diferente de nossos dias nesse particular. O ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes” (2017, p. 67).

A “ralé brasileira” é um fenômeno decorrente do abandono dos ex-escravizados, entretanto, não exclusivamente, sendo essa classe também fruto do amálgama com outras circunstâncias que evidenciam preconceito, discriminação e exclusão.

Alguns poderiam argumentar no sentido de que, atualmente, não haveria mais espaço para a defesa da existência de uma discriminação por meio da raça, tendo em vista o desuso das teorias raciais e a perda de credibilidade da inferioridade biológica da raça. Entretanto, quando nos voltamos para nossa realidade social, verificamos que essa

proposição está longe de ser verdadeira. O racismo está estruturalmente presente na sociedade brasileira atual, pois, tendo sido construída a partir da lógica de funcionamento do latifúndio e da escravidão, tem a desigualdade como elemento central, em que poucos exercem o domínio e a maioria sofre com a carência absoluta. A ideia de “raça social” produzida culturalmente é o que sustenta a atual discriminação que faz com que negros sofram mais violências de todos os tipos e tenham menos acesso aos direitos básicos.

Portanto, não basta mudar formalmente o sistema político, social e econômico, se não houver alteração da racionalidade que organiza toda a sociedade. A desigualdade continuará tendo cor em nosso país. Em outras palavras, “essas são histórias ‘persistentes’, que não terminam com a mera troca de regimes; elas ficam encravadas nas práticas, costumes e crenças sociais, produzindo novas formas de racismo e de estratificação” (Schwarcz. 2019, p. 32).

A perpetuação da desigualdade — de várias faces — é uma herança de nosso passado escravocrata e constitui uma ferida que ainda não cicatrizou e precisa ser enfrentada urgentemente, se temos a pretensão de ser um verdadeiro Estado democrático.

Hoje, a partir da pluralidade de marcadores sociais da diferença, embora a raça seja ainda considerada um eixo central da clivagem social, houve uma ampliação da categoria de não pessoa, antes centrada na figura do negro. A categoria que chamamos de supérfluos utiliza e estende o modelo de dualidade ontológica inaugurada em nosso país pelo latifúndio escravagista, alcançando outros indivíduos que compõem um grupo de indesejados, que não tem utilidade na atual sociedade do consumo. A união da desigualdade econômica e social com a desigualdade racial produz a

definição política daqueles que se enquadram nesse grupo. Jessé Souza, com precisão, pontuou essa nova formação no Brasil, sendo relevante a transcrição:

Assim, entre as classes sociais que formaram o Brasil moderno, foi a “ralé dos novos escravos”, que soma ainda hoje em dia mais de um terço da população, agora de todas as cores de pele, mas, herdando o desprezo social de todos que era devotado ao escravo negro, o elemento mais importante para singularizar o Brasil. Essa classe vai construir um acordo de classes nunca explicitado entre nós. Na base desse acordo está a existência dos “sub-humanos” em relação aos quais todas as classes podem se diferenciar positivamente. O Brasil passou de um mercado de trabalho escravocrata para formalmente livre, mas manteve todas as virtualidades do escravismo na nova situação (2017, p. 102).

Entendida a origem da dualidade ontológica que marca nossa sociedade, devemos examinar se a utilização do aparelho punitivo nos dias atuais também é orientada em razão da reprodução da mesma dinâmica. E, como veremos, a resposta é positiva. O mito da democracia racial não passou de uma tentativa de negar a realidade de subjugação e exploração do período colonial, que era mantida por meio de um rígido e cruel código de castigos. A escravidão perpetuou uma sociedade autoritária, violenta e desigual que utiliza a repressão e a punição para conter e tornar invisível o grupo de indesejados que se torne uma ameaça. Um bom exemplo dessa violência nos traz Nilo Batista, ao analisar a obra de Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cuba*, descrevendo a existência

de um lugar destinado à punição e à prisão de escravizados recapturados, chamado de Calabouço. Tendo por fonte o livro-razão que registrava as “internações disciplinares”, menciona o autor: “os proprietários pagavam 160 réis por cem chicotadas e mais 40 réis

por dia de (péssima) alimentação e permanência. Em 1826, foram açoitados 1.786 escravizados, dos quais 262 eram mulheres. A história do Calabouço nos permite comprovar que no regime escravista o poder punitivo é compartilhado pelo senhor e pelo Estado” (Batista, 2018, p. 81). Essas marcas deixadas pelo colonialismo europeu,

conforme Boaventura de Souza Santos, “são ainda hoje visíveis tanto no sistema jurídico como no sistema judicial” (2011, p. 23).

O medo de uma revolta dos explorados sempre afligiu os donos de terra — sentimento que perdura até os dias atuais. Essa latente possibilidade se converteu no discurso de que o negro, violento e selvagem, colocava em risco a ordem e devia ser visto como inimigo. Uma pergunta que não se pode omitir é: qual ordem? A ordem conveniente e estabelecida pelos escravistas, ou seja, o respeito incondicional à propriedade e à segurança deles e de seus familiares. A transformação do negro em inimigo, assemelhando-o à figura do animal selvagem, proporciona sua desumanização e legitima a repressão cruel por seus opressores, evitando com que as pessoas se sensibilizem por esse sofrimento. Quanto mais “outro” é o outro, mais fácil se torna seu extermínio.

Esse é o berço da violência policial crônica, que oprime diariamente a parcela mais pobre de nossa população. A morte de negros e de pobres, desde o período colonial, não causa espanto nem comove a sociedade. Chacinas em presídios e favelas são aplaudidas em nosso país. Conforme relata Lilia Schwarcz, no ano de 2012

um pouco mais de 56 mil pessoas foram assassinadas no Brasil, desse total 30 mil eram jovens entre quinze e 29 anos, e desses, 77% eram negros. [...] No conflito da Síria, que abate o país desde 2011, foram 60 mil mortos por ano; na Guerra do Iêmen, que se iniciou em 2015, contabilizam-se cerca de

25 mil homicídios anuais; no Afeganistão, onde os conflitos começaram em 1978, a média é de 50 mil por ano” (2019, p. 33-34).

Analisando esses dados, a autora conclui que a ordem de grandeza desses números “autoriza falar num ‘genocídio’ de jovens negros” (ibid., p. 33-34).

Embora o negro seja a forma mais visível da classe dos excluídos, hoje, os preconceitos racial e de classe se fundiram formando uma grande categoria de excluídos, uma população fragilizada, indefesa e com o rótulo de perigosa. Assim, o “inimigo perigoso” é perseguido e oprimido diariamente pelo aparato policial, que representa a política pública fundada na lógica do latifúndio e legitimada pela vontade das classes média e alta de limpar o “lixo humano” dos centros urbanos.

São incalculáveis o sofrimento e a humilhação causados ao excluído que é submetido a essa sufocante opressão cotidiana e infernal, que traz ainda como consequência a perda de sua dignidade e de qualquer esperança de resistência. Uma estratégia semelhante também era utilizada na escravidão, na qual valiam-se os senhores de terra da “tortura física e psíquica cotidiano como único meio de dobrar a resistência do escravizado a abdicar da própria vontade” (Souza, 2017, p. 83). Esse cenário foi magistralmente demonstrado no filme *Two Distant Strangers*, escrito por Travon Free e vencedor do Oscar em 2020 na categoria de melhor curta-metragem em live action. O filme aborda a insuportável saga de um jovem negro que vive preso em um loop de tempo, em que é confrontado, humilhado e morto por um oficial branco da polícia de Nova Iorque. A película transmite com precisão o desespero, a agonia, a sensação de impotência, o sofrimento e as consequências do racismo enraizado em nossa sociedade.

O espaço desumanizado da colônia é reproduzido, hoje em dia, por meio da atuação do Estado como uma máquina de

guerra voltada contra seu próprio povo. Nesse contexto de guerra interna permanente, a efetivação da governamentalidade da população supérflua ocorre pela militarização da paz, com o objetivo de se alcançar “segurança”, que, além da morte, traz a prisão como tecnologia de gestão social, que remove e torna invisível o excedente. Portanto, a prisão é a tecnologia biopolítica que higieniza penalizando a própria existência do supérfluo.

Antes de examinar a evidência de que o encarceramento em massa segue a racionalidade estabelecida no latifúndio escravagista, temos que pontuar duas questões relacionadas à superlotação das prisões, que transversalmente toca na própria função do cárcere.

Em primeiro lugar, apesar do insistente discurso político da necessidade premente do encarceramento como única forma de combater o elevado índice da criminalidade, a utilização do sistema prisional, com a lotação das prisões, tem menos relação com a diminuição da prática de crime em si do que com uma política de segregação e contenção do indivíduo. Desde a sua criação, com a queda do feudalismo e surgimento das indústrias e consolidação do capitalismo, o encarceramento foi instrumento de exclusão e disciplinamento, utilizado por aquele que detém o poder político. Hoje, embora o objetivo seja a pura contenção, e não mais o disciplinamento, o fato é que também não guarda relação com o decréscimo das estatísticas relacionadas às infrações penais.

Em segundo lugar, como bem pontuado por Michelle Alexander, o sistema penal é um sistema de controle social que incide não apenas quando, efetivamente, trancafia o sujeito atrás das grades, mas também quando, por meio da etiqueta de ex-presidiário, estigmatiza o indivíduo para o resto de sua vida. Ele ainda continua cercado por muros invisíveis que o

manterão sempre numa situação de inferioridade que limitará sua existência. Escreve a autora:

O encarceramento em massa é o que tranca pessoas não apenas atrás de grades de verdade em prisões de verdade, mas também atrás de grades e muros virtuais — muros que são invisíveis a olho nu, mas que funcionam de modo quase tão efetivo como as leis do Jim Crow funcionavam ao submeter permanentemente pessoas não brancas a uma cidadania de segunda classe. A expressão “encarceramento em massa” se refere não apenas ao sistema de justiça criminal, mas também a uma teia maior de leis, regras, políticas e costumes que controla aqueles rotulados como criminosos dentro e fora da prisão. Uma vez libertos, os ex-presidiários entram em um submundo oculto de discriminação legalizada e de exclusão social permanente (Alexander, 2017, p. 50-51).

O sistema prisional hoje reproduz a senzala de outrora. Chegamos a essa constatação com uma simples observação do contingente populacional que ocupa as prisões. Veremos detalhadamente a seguir que a cadeia brasileira é composta em sua esmagadora maioria por negros e pobres, sendo grande parte deles encarcerado pela suposta prática de crimes contra o patrimônio. Digo “suposta” porque cerca de 40% se encontram presos sem que haja uma sentença condenatória, ou seja, estão presos cautelarmente.

A discriminação racial reproduzida no sistema prisional não é exclusividade brasileira. Nos Estados Unidos, embora com características diversas, mas com o mesmo pano de fundo, o fenômeno da contenção seletiva fundada no preconceito racial também se repete. Como bem salientou Wacquant, “não só uma, mas várias ‘instituições peculiares’ agiram sucessivamente para definir, confinar e controlar os afro-americanos na história dos Estados Unidos” (2006, p.11). E são

elas: a escravidão, o sistema Jim Crow, o gueto e o aparelho carcerário.

A cisão racial ocorrida no período da plantation por meio da escravidão, que durou até a Guerra Civil, deu origem ao fenômeno que se replicou, com diferente roupagem, nos períodos seguintes, culminando na utilização em grande escala do cárcere como forma de segregação e controle. Conclui o sociólogo francês: “a escravidão e o encarceramento em massa estão genealogicamente ligados e não é possível entender este último [...] sem voltar à primeira como ponto de partida histórico e análogo funcional” (Wacquant, 2006, p. 12).

Olhando para nossos cárceres, parece que, lamentavelmente, as palavras “segregação hoje, segregação amanhã, segregação para sempre” (Davis, 2018, p. 24), proferidas pelo governador do Alabama com a intenção de impedir a realização da matrícula da jovem negra Autherine Lucy na universidade daquele mesmo Estado, ainda fazem eco em nossa sociedade. A clivagem racial legitimadora do sequestro e da escravização de populações africanas no processo de colonização do Brasil foi instaurada com a utilização de uma violência extrema e de um ciclo de punições que só tinham fim com a morte. Esse sistema estruturou nossa sociedade e constitui a racionalidade que ainda informa nosso dia a dia. A superpopulação carcerária nada mais é que o reflexo dessa triste realidade.

No tocante ao sistema carcerário brasileiro, os dados do INFOPEN (disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>. Acesso em: 2 fev. 2021) confirmam a natureza discriminatória e seletiva do nosso dispositivo penal. Constatamos que a maioria esmagadora das pessoas privadas de liberdade em nosso país é negra. Ou seja, 64% de todo o contingente prisional é composto por pessoas negras, podendo

o percentual ser ainda maior em razão de muitos mestiços de pele escura serem contabilizados como brancos.

No Brasil, as consequências gravosas para o excluído supérfluo da modernidade líquida, desprovido da condição de consumidor, são agravadas pelo emprego do racismo estrutural (Almeida, 2019), fruto do arquétipo do latifúndio escravagista arraigado, historicamente, em nossa sociedade. Esse modelo regula nossas relações sociais, naturalizando a coisificação discriminatória em razão da cor da pele e, ainda, informa as práticas policiais e judiciais que se baseiam no discurso de “lei e ordem”.

Acreditar que o elemento de classe não está informado pelo contexto e pelo elemento racializado e colonial da sociedade brasileira é invalidar que negros são 76% entre os mais pobres no país, que três em cada quatro negros estão presentes entre os 10% com a menor renda do país ou que, em 2015, negros recebiam, em média 59,2% do rendimento dos brancos, mesmo com as políticas afirmativas e de incentivo implementadas nos últimos anos (Borges, 2019, p 87).

A lógica colonial teve que se valer de muita violência para estabelecer a desigualdade estrutural da nossa sociedade. E essa violência não vinha do suposto infrator, mas era empregada pelo poder dominante, para perpetuação das relações de domínio e exploração. Nesse diapasão quanto mais próximo estiverem aqueles que caem a condição de “coisa” daqueles que acumulam riquezas e ostentam a qualidade de consumidor, mais intensa será a utilização da violência legítima (Weber, 2011) empregada pelo Estado por meio de seu aparelho punitivo.

Nessa perspectiva, o que verificamos é a superação do “direito penal do fato”, com raízes iluministas, que busca proporcionar um tratamento equânime para os violadores da norma, pelo “direito penal do autor” (característica central da

política criminal atuarial e base do chamado direito penal do inimigo, estruturado a partir das teorias de Carl Schmitt), em que o que passa a ser importante são as características pessoais que identificam o indivíduo como pertencente a um grupo de perigosos em potencial. O sistema penal é movimentado, portanto, na direção da captura e do isolamento daquele que se amolda a determinado estereótipo de delinquente.

Volta a cena a figura do “indivíduo perigoso” encarnado no negro pobre que habita as favelas e vai, mais cedo ou mais tarde, nos despossuir, violentar nossa família ou nos matar. Surge o novo *Jim Crow* (era o apelido do personagem representado pelo ator branco Thomas D. Rice que usava maquiagem preta no rosto, caracterizando negros de forma pejorativa), “ontem escravos, hoje massas marginais urbanas” (Batista, 2016, p.57). Insiste Michelle Alexander que o “paralelo mais obvio entre o *Jim Crow* e o encarceramento em massa é a discriminação legalizada” (2017, p.273). Portanto, as matrizes coloniais informam nossa sociedade e alimentam a forma insaciável do Leviatã punitivista brasileiro.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Trad. Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fácies: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 2016.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Trad. Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto Negro*. São Paulo: Expressão Popular/Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. Roberto Machado. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para uma revolução democrática da justiça*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WACQUANT, Löic. *Contragolpes: da escravidão ao encarceramento em massa: repensando a “questão racial” nos Estados Unidos*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Leônidas Hegenberg, Octanny Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

Recebido em: Fevereiro de 2022
Aprovado para publicar em: Junho de 2022.

Eliane Potiguara e a Literatura no Ensino Médio: Olhares Sob uma Perspectiva Decolonial

Isabel Cristina Barbosa de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ximena Antonia Diaz Merino

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho é um recorte da pesquisa monográfica que se inclina a investigar, à luz dos Estudos Decoloniais, as imagens que são disseminadas acerca dos grupos nativos na disciplina de Literatura do Ensino Médio. A partir da análise de livros didáticos de duas editoras, utilizados de 2018 a 2020, considerando, dentre as contribuições teóricas, a obra *Pedagogías decoloniales*, de Catherine Walsh (2013), da noção de *colonialidade* de Aníbal Quijano (2009) e de *O perigo de uma história única*, de Chimamanda Adichie (2019), desenvolveu-se uma proposta didática decolonial com base no texto literário *Metade Cara, Metade Máscara* (2004), de Eliane Potiguara. Este artigo visa apresentar uma breve síntese da análise dos materiais e, sobretudo, a obra de Potiguara, como ela emerge como um importante veículo não só para propor mudanças nas engrenagens estruturantes da sociedade como também um fomentador de posturas e visões de mundo outras.

Palavras-chave: Discurso decolonial; Aula de Literatura; Eliane Potiguara.

Resumen

Este trabajo es un recorte de investigación monográfica que se inclina a investigar, a la luz de los Estudios Decoloniales, las imágenes que se difunden sobre los grupos nativos en la disciplina de la literatura de secundaria. A partir del análisis de libros de texto de dos editoriales, utilizados de 2018 a 2020, considerando, entre los aportes teóricos, la obra *Pedagogías decoloniales*, de Catherine Walsh (2013), de la noción de colonialidad de Aníbal Quijano (2009) y de *El peligro de un solo cuento*, de Chimamanda Adichie (2019), se desarrolló una propuesta didáctica decolonial basada en el texto literario *Metade Cara, Media máscara* (2004), de Eliane Potiguara. Este artículo tiene como objetivo presentar una breve síntesis del análisis de los materiales y, sobre todo, del trabajo de Potiguara, ya que emerge como un vehículo importante no solo para proponer cambios en los engranajes estructurantes de la sociedad, sino también como un promotor de otras actitudes y cosmovisiones.

Palabras llave: Discurso decolonial; Clase de Literatura; Eliane Potiguara.

Abstract

This work is a clipping of monographic research that is inclined to investigate, in the light of the Decolonial Studies, the images that are disseminated about the native groups in the discipline of High School Literature. From the analysis of textbooks from two publishers, used from 2018 to 2020, considering, among the theoretical contributions, the work *Pedagogías decoloniales*, by Catherine Walsh (2013), of the notion of coloniality of Aníbal Quijano (2009) and of *The danger of a single story*, by Chimamanda Adichie (2019), a decolonial didactic proposal was developed based on the

literary text *Metade Cara, Half Mask* (2004), by Eliane Potiguara. This article aims to present a brief synthesis of the analysis of materials and, above all, Potiguara's work, as it emerges as an important vehicle not only to propose changes in the structuring gears of society but also a promoter of other attitudes and worldviews.

Keywords: Decolonial discourse; Literature Class; Eliane Potiguara.

O presente trabalho é um recorte da pesquisa monográfica que se desencadeou da identificação de divergências entre as discussões empreendidas na aula de Literatura da Universidade e as disseminadas na escola acerca das representações dos povos originários. No curso de licenciatura em Letras-Português/Literatura no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, há diversos componentes curriculares da área de Literatura. Dentre os textos literários trabalhados, temos acesso a diferentes obras desde canônicas a contemporâneas. Ao pensar as análises suscitadas das narrativas que tratam e apresentam os povos nativos da América Latina, principalmente os do Brasil, no ambiente acadêmico, depara-se com a adoção de uma perspectiva crítica acerca das imagens imbuídas nos discursos literários. É sempre proposto que se relacione as visões presentes nos textos com os interesses de dado contexto histórico e os do autor. Na *Carta de achamento do Brasil* (1500), de Pero Vaz de Caminha, um dos textos examinados na graduação, encontramos um título de referência do período denominado Literatura de Informação. Considerado o primeiro documento oficial produzido no território, é reconhecido como sua "certidão de nascimento". Na carta

vislumbramos as descrições dos primeiros contatos entre o nativo e o branco colonizador e como o europeu enxergava a terra americana e os indígenas diante de especificidades inéditas para ele. É notória a construção de uma unidade textual sob um viés eurocêntrico, no qual se examina já uma perspectiva com vias de subjugação e exploração. Nas discussões acerca da presença dos grupos originários no escrito, encontramos imagens que destoam da realidade e que se inclinam aos interesses portugueses sobre o "Novo Mundo". Em textos similares, verifica-se uma série de distorções do passado violento da colonização, um processo caracterizado por sucessivos eventos genocidas e exploratórios. O campo universitário despertou-nos para a identificação de incoerências e noções problemáticas recorrentemente associadas aos grupos indígenas e disseminadas pela História e Literatura. Essas são concepções que fazem parte do projeto colonial. Díaz Merino (2012) explica:

La visión destorcida del pasado latinoamericano resulta de la historia escrita por los europeos. De acuerdo con esa versión, la llegada del europeo en América ha sido conocida como “el descubrimiento y la conquista de América”, hecho que habría permitido que los habitantes de esas “nuevas tierras” tuviesen acceso a una lengua y a una civilización. Pero lo que realmente sucedió fue una “invasión” que tuvo inicio con el saqueo de los recursos naturales de esos pueblos, seguido de un proceso colonizador que visó la deshumanización del indígena y la degradación de su cultura, puesto que a través de la ‘deshumanización’ del indígena el europeo justificaba el tratamiento al cual sometía a los habitantes del Nuevo Mundo: disciplinar, vestir, dominar y pacificar. (DÍAZ MERINO, 2012, p. 13).

No entanto, ao direcionarmos nosso olhar para a escola e pensar esta discussão acerca da representação dos povos

indígenas nas aulas de Literatura em turmas do Ensino Médio, tem-se observado um sério descompasso. Ao examinar o ensino de Literatura, temáticas referentes aos povos originários e a colonização emergem em sala de aula, nas quais se contemplam construções imagéticas e discursivas do indígena que se dão de forma distanciada dos discentes, repercutindo-se uma noção exótica, passadista e estática dessas populações. Trabalham-se textos como a *Carta* sem questionar os valores incutidos em sua formação, tendendo a reproduzir juízos desconexos, estereótipos e visões alheias à realidade. Em outros termos, nota-se que os debates correntes nas aulas da graduação e as da escola não dialogam.

Diante disso, concebeu-se como crucial haver esforços para se investigar mais sistematicamente as construções que estão sendo feitas dos povos originários no espaço escolar. Para tal embasou-se no conceito de decolonialidade. A área oriunda das epistemologias pós-coloniais, que concentrada no recorte geográfico América Latina, propõe confrontar as injustiças coloniais que persistem na contemporaneidade a partir da criação de conhecimentos outros, pensamentos outros e narrativas outras das apregoadas pela mentalidade hegemônica vigente. Catherine Walsh (2013, p. 23-24) disserta que a crítica decolonial parte de um estado de desumanização, silenciamento e não existência da cosmovisão colonialista, para uma realidade que, além de contemplar a resistência de grupos subjugados pela História, se atenta aos saberes, epistemologias e modos de existir outros. Através de novas narrativas, enfrentam-se discursos que negaram e marginalizaram povos como as populações indígenas. Inclinar-se aos Estudos Decoloniais é reconhecer e lançar luz às lutas em combate à colonialidade.

Pretende-se, neste artigo, primeiramente apresentar uma síntese da análise dos materiais e, em seguida, explicar a obra

Metade Cara, Metade Máscara (2004) escrita pela autora indígena Eliane Potiguara. A produção literária fundamenta a proposta pedagógica decolonial desenvolvida a partir das carências encontradas nos materiais didáticos. Uma vez que se compreende a decolonialidade como um projeto que atua para a criação de novos caminhos e narrativas em todos os setores da sociedade, entende-se que não basta identificar as incoerências discursivas é preciso fomentar ações e pensamentos outros na conjuntura social. Sendo assim, tornar visíveis narrativas de populações historicamente subjugadas como os indígenas, viabilizando espaços nos quais são detentores de protagonismos e de história. Além disso, oportunizar um significativo cumprimento da Lei Nº. 11.645/08 que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena em todos os níveis de ensino.

Uma síntese da análise dos livros didáticos

Os livros *Se Liga na Língua: Literatura, Produção de texto, Linguagem* (2016), da editora Moderna, e *Português: Trilhas e Tramas* (2016), da Leya, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2018 para uso entre os anos 2018 e 2020, foram os materiais, nos quais, alicerçando-se nos Estudos Decoloniais, investigou-se as representações veiculadas, acerca dos povos indígenas, diante de textos que os apresentem sob uma ótica subalternizada. Elegeu-se como delimitação temática os escritos produzidos no século XVI, constituídos registros quinhentistas. Nesse sentido, analisou-se como os livros didáticos lidaram com textos dessa natureza, qual a perspectiva histórica adotada, segundo os conceitos *História dos vencedores*, de Walter Benjamin (1985), e *O Perigo de uma história única*, de Chimamanda Adichie (2019), além disso, se

há presença de narrativas originárias por via dialógica e o incentivo a uma postura crítica.

No livro *Se liga na Língua* (2016), pode-se identificar o reconhecimento de que os textos redigidos na Literatura de Viagem também chamada de Informação são perpassados pela lógica eurocêntrica, nos quais enxergam o nativo diante de um jugo de dominação e discriminação, além de perceber o território como um potencial local de exploração. Estimula-se o discente a voltar ao texto para atentar para o olhar do colonizador sobre os nativos. Observa-se também que os autores do material didático compreendem que expressões como "recém-descoberto", "certidão de nascimento" e "achamento" devem vir acompanhadas de aspas (" "), tendo em vista serem usos problemáticos. Todavia, ao passo que o livro apresenta dadas características, também demonstra, através de uma linguagem esteticamente mais branda, descrever a realidade dos povos indígenas em seu momento de contextualização dos textos, como ao narrar a ação de escravizar os nativos como "deslocar forçosamente" (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016, p. 69). Além disso, expõe esta sentença: "Lembre-se: como na época das grandes expedições as tribos brasileiras eram ágrafas, ou seja, não dominavam a escrita, desconhecemos o ponto de vista do nativo que serviria de contraponto à visão eurocêntrica." (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016, p. 69), que, apesar de pretender certa justificação, acarreta a redução e reprodução do distanciamento dos não indígenas dos grupos originários quanto à não possibilidade de se conhecer o ponto de vista do sujeito nativo já que não dominavam a escrita naquele momento histórico. No caso, porém, entende-se que não há registros semelhantes aos dos portugueses no século XVI, mas, ao considerar um trabalho mais crítico e enriquecedor acerca da representação do indivíduo nativo,

pode-se na atualidade lançar mão de outras ferramentas que forneçam contrapontos aos relatos quinhentistas. Ademais, não se menciona ou problematiza qualquer existência de práticas de resistência nesse cenário. Não se verifica, desse modo, a ótica decolonial no capítulo examinado, uma vez que se apresentam as inconsistências do período quinhentista, mas não propõem caminhos outros para construir e se conhecer novas vozes, essas caladas a partir desse cenário histórico que reverberou em noções coloniais ainda perpetuadas.

No exemplar *Português: Trilhas e Tramas* (2016), da Editora Leya, encontramos aspectos semelhantes aos percebidos no livro da Moderna. Mais uma vez, um material didático já reconhece que os textos quinhentistas estão estruturados em uma visão distanciada da realidade e destacam essa informação ao aluno. A obra pontua na epígrafe que introduz o capítulo que os relatos portugueses do século XVI são relevantes por sua carga histórica, entretanto, são impressões de um Outro fincado em sua cosmovisão europeia. Ademais, é pertinente evidenciar que o livro, em seguida, apela para indagações que suscitam o conhecimento de mundo dos discentes sobre esse período indissociável para se compreender a formação do Brasil. Orientando-os a atentar para os textos, o material constrói-se para incentivar o corpo discente a refletir acerca dos interesses, objetivos e interpretações, explorando a organização dos textos, a escolha vocabular e os recursos linguísticos presentes. Assim, compara brevemente a *Carta* (1500) de Caminha, registro mais curioso diante do território e seus nativos, ao texto *História da província de Santa Cruz* (1576), de Pero de Magalhães Gandavo, escrito sobre os povos indígenas a partir de uma carga depreciativa. Nos exercícios, contém também a menção à diversidade linguística dentre os próprios indígenas. Apesar dos esforços apresentados, em geral, as indagações realizadas tendem a uma formatação e

engessamento de impressões diante dos textos, já que seus exercícios privilegiam a identificação da alternativa que apresenta a ideia e/ou interpretação correta ou divergente.

Apesar de ressaltar que a lógica dos textos é etnocêntrica e "preconceituosa", à luz dos Estudos Decoloniais, a obra deveria apresentar aos educandos contato com diálogos e narrativas que propiciem imagens outras sobre as populações originárias, grupos silenciados a partir desse período. Além de destacar que a ação colonial iniciada no século XVI trouxe marcas presentes até a contemporaneidade, principalmente quando se pensa nas representações dos sujeitos indígenas, de suas culturas e saberes.

Dessa forma, torna-se primordial, ao abordar as produções quinhentistas em sala de aula, reconhecer as implicações de tais relatos e oportunizar narrativas outras sobre o indígena. As representações de exótico, inferior e selvagem surgiram de registros desse contexto, porém, estão compreendidas na mentalidade hegemônica ainda na pós-modernidade dada à reprodução de estereótipos e à manutenção de concepções coloniais inseridas na denominada *colonialidade*. Aníbal Quijano discorre que a colonialidade diz respeito a um dos constituintes primordiais do sistema de poder capitalista. Diz-se que ela se mantém diante da ação de submeter todos os grupos do mundo a uma hierarquização classificatória racial/étnica. O autor pontua que tal visão se origina e se mundializa no continente americano. (QUIJANO, 2009, p.73).

O livro, apesar de abarcar fragmentos pertinentes como o de autoria de Pero de Magalhães Gandavo que revela um forte teor negativo e descrições explícitas de um pensamento dominante e subjogador ao descrever o nativo, comporta-se de maneira superficial desviando-se de questionamentos mais abrangentes acerca da relação entre colonizado e colonizador.

Em síntese, não há imagens de grupos originários, textos e questões que explorem perspectivas mais amplas.

A partir das ausências e incoerências percebidas nos materiais, observa-se a necessidade de, ao adentrar os pressupostos da postura decolonial, promover espaços outros, com acesso a epistemologias negadas e desconsideradas pela ideologia hegemônica. Sendo assim, a construção de práticas que contemplem narrativas, nessa temática, dos próprios sujeitos originários como detentores de voz e história.

Desse modo, uma vez que se contempla dadas incoerências na sala de aula, pretende-se apresentar uma proposta didática fincada nos Estudos Decoloniais. Além do mais, pautada na noção de pedagogia decolonial. Catherine Walsh explicita como:

Pedagogías que se esfuerzan por abrir grietas y provocar aprendizajes, desaprendizajes y reaprendizajes desprendimientos y nuevos enganchamientos; pedagogías que pretenden plantar semillas no dogmas o doctrinas, aclarar y en-redar caminos, y hacer andar horizontes de teorizar, pensar, hacer, ser, estar, sentir, mirar y escuchar —de modo individual y colectivo— hacia lo decolonial. (WALSH, 2013, p.66- 67).

Propõe-se estabelecer uma prática que oportunize possibilidades outras de conceber os grupos nativos e que insira o sujeito indígena como ser protagonista de sua própria história e portador de direitos e de narrativas. Além do mais, pensando o marco legal de 10 de março de 2008 que diz respeito à lei que prevê a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura afro-brasileira e indígena em todos os níveis escolares, torna-se crucial a apresentação de perspectivas indígenas em sala.

Primeiramente, ao considerar um contexto de sala de aula da disciplina de Literatura e a noção de pedagogia decolonial,

depreende-se como uma frutífera oportunidade para trazer a perspectiva originária a partir da Literatura Indígena Contemporânea. Em *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: criação, crítica e recepção* (2018), descreve-se a literatura indígena produzida na contemporaneidade como fio condutor para uma "práxis político-pedagógica de resistência, de luta e de formação em que as diferenças assumem protagonismo central e escrevem outras histórias do Brasil" (DORRICO, Julie et al, 2018, p.12), considerando passado e presente segundo a ótica de grupos subalternizados. Nesse sentido, essa literatura emerge com configurações que ultrapassam a dimensão estético-literária, figurando, em práticas, desde seu interior, fincadas na luta e a militância indígena. (DORRICO, Julie et al. 2018, p. 12).

No já significativo arcabouço desse campo literário, encontra-se a obra *Metade Cara, Metade Máscara* (2004), de Eliane Potiguara. Considerado o primeiro livro publicado por uma mulher indígena de modo individualizado, o texto reúne o percurso de mais de vinte anos da autora como intelectual e militante pelos direitos indígenas.

Eliane Lima dos Santos, popularmente conhecida como Eliane Potiguara, nascida em 1950 no Rio de Janeiro, de origem indígena potiguara, é autora, professora, poeta, ativista e contadora de histórias. Na primeira metade do século XX, sua bisavó teve o marido assassinado "por combater a invasão colonial às terras tradicionais no Nordeste" (POTIGUARA, 2019, p. 24). Com suas filhas, a matriarca migra para Pernambuco e logo depois para o Rio de Janeiro. Dentre elas, Maria de Lourdes, aos doze anos de idade e já com uma filha, Elza, oriunda de violência sexual cometida pelo colonizador.

A família indígena já estabelecida em uma região carioca precária convivia com a discriminação, violência, silenciamentos e demais injustiças dirigidas aos grupos

marginalizados. Eliane Potiguara, neta de Maria de Lourdes e filha de Elza, cresceu em um ambiente marcadamente feminino, no qual sua avó exerceu grande influência em sua formação com sua relevante bagagem de histórias, memórias, cânticos e saberes da cultura potiguara.

A autora é uma das figuras que participou ativamente, a partir da década de 1970, da luta em prol dos direitos indígenas no cenário brasileiro como a elaboração da Constituição de 1988, ao lado de personalidades como Ailton Krenak. Formada em Letras e Pedagogia pela UFRJ, Potiguara fundou o GRUMIN (Grupo Mulher - Educação Indígena) em 1988, a primeira organização brasileira desse caráter e que se desenvolveu como uma importante rede de apoio às mulheres indígenas. A escritora é também membro-fundadora do Enlace Continental de Mujeres Indígenas (ECMIA).

Considerada a primeira mulher indígena a publicar um livro no Brasil com a obra *Metade Cara, Metade Máscara* (2004), produziu também *A Terra é Mãe do Índio* (1989), os livros infantojuvenis *O Coco que guardava a noite* (2004), *O Pássaro Encantado* (2014) e *A Cura da Terra* (2015), além da Cartilha de Alfabetização *Akajutibira: Terra do Índio Potiguara* (2004). Este último recebeu apoio da UNESCO e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A autora participou, nos contextos nacional e internacional, de centenas de seminários sobre os direitos humanos dos povos indígenas.

Por atuar como uma das pioneiras na amplificação das vozes dos povos originários como protagonistas e na ascensão de novas imagens da mulher indígena, a autora recebeu significativos reconhecimentos. Dentre eles, foi nomeada uma das "Dez Mulheres do Ano de 1988" pelo Conselho das Mulheres do Brasil; também nomeada Embaixadora Universal da Paz em Genebra, na Suíça, em 2011; recebeu o título da

Ordem ao Mérito Cultural do Ministério da Cultura em 2014; em 2021, o título de doutora honoris causa pela UFRJ.

Metade Cara, Metade Máscara (2004) exhibe um compilado de textos autobiográficos e ficcionais que nos apresenta a caminhada militante e literária da escritora indígena diante dos embates e perseguições dirigidas aos grupos originários nas esferas políticas, sociais, econômicas e religiosas.

O livro, atualmente em sua terceira edição, é construído em sua maioria por poemas, mas também composto por ensaios, testemunhos, depoimentos, contos e gêneros similares. Escritos que recuperam eventos como a Constituinte de 1988, participações em documentos internacionais acerca dos direitos indígenas, a jornada de representantes indígenas como Sepé Tiaraju, Marçal Tupã-Y e Ângelo Kretã. Reúne-se um rico bojo literário e poético, em mais de cento e cinquenta páginas, para a introdução de pautas relevantes acerca da realidade do sujeito originário brasileiro. Assim, identifica-se um nicho de oportunidades para intervenções em sala de aula. Em sete capítulos, são oferecidos eixos relevantes de discussão como o reconhecimento da identidade indígena, a resistência, a luta política, a diversidade indígena, a historicidade das narrativas, a presença feminina e a migração. Os capítulos dividem-se em: 1) Invasão às terras indígenas e a migração, 2) Angústia e desespero pela perda das terras e pela ameaça à cultura e as tradições, 3) Ainda a insatisfação e a consciência da mulher indígena, 4) Influência dos ancestrais na busca pela preservação da identidade, 5) Exaltação a terra, a cultura e a espiritualidade indígena, 6) Combatividade e resistência, e 7) Vitória dos povos.

A fim de exemplificar as temáticas abordadas na narrativa de Potiguara e sua relevância, cabe apresentar alguns dos textos presentes em sua obra. Dentre eles, os poemas *Identidade indígena e Brasil*.

Identidade Indígena

Nosso ancestral dizia: Temos vida longa!
Mas caio da vida e da morte
E range o armamento contra nós.
Mas enquanto eu tiver o coração acesso
Não morre a indígena em mim e
E nem tampouco o compromisso que assumi
Perante os mortos
De caminhar com minha gente passo a passo
E firme, em direção ao sol.
Sou uma agulha que ferve no meio do palheiro
Carrego o peso da família espoliada
Desacreditada, humilhada
Sem forma, sem brilho, sem fama.

Mas não sou eu só
Não somos dez, cem ou mil
Que brilharemos no palco da História.
Seremos milhões, unidos como cardume
E não precisaremos mais sair pelo mundo
Embebedados pelo sufoco do massacre
A chorar e derramar preciosas lágrimas
Por quem não nos tem respeito.
A migração nos bate à porta
As contradições nos envolvem
As carências nos encaram
Como se batessem na nossa cara a toda hora.
Mas a consciência se levanta a cada murro
E nos tornamos secos como o agreste
Mas não perdemos o amor.

Porque temos o coração pulsando
Jorrando sangue pelos quatro cantos do universo.

Eu viverei 200, 500 ou 700 anos
E contarei minhas dores pra ti
Oh! Identidade
E entre um fato e outro
Morderei tua cabeça
Como quem procura a fonte da tua força
Da tua juventude
O poder da tua gente
O poder do tempo que já passou
Mas que vamos recuperar.
E tomaremos de assalto moral
As casas, os templos, os palácios
E os transformaremos em aldeias do amor
Em olhares de ternura
Como são os teus, brilhantes, acalentante identidade
E transformaremos os sexos indígenas
Em órgãos produtores de lindos bebês
guerreiros do futuro
E não passaremos mais fome
Fome de alma, fome de terra, fome de mata
Fome de História
E não nos suicidaremos
A cada século, a cada era, a cada minuto
E nós, indígenas de todo o planeta,
Só sentiremos a fome natural
E o sumo de nossa ancestralidade
Nos alimentará para sempre
E não existirão mais úlceras, anemias, tuberculoses
Desnutrição
Que irão nos arrebatam
Porque seremos mais fortes que todas as
células cancerígenas juntas

De toda a existência humana.
E os nossos corações?
Nós não precisaremos catá-los
aos pedaços mais do chão!
E pisaremos a cada cerimônia nossa
Mais firmes
E os nossos neurônios serão tão poderosos
Quanto nossas lendas indígenas
Que nunca mais trememos diante das armas
E das palavras e olhares dos que “chegaram e não foram”.
Seremos nós, doces, puros, amantes, gente e normal!
E te direi identidade: Eu te amo!
E nos recusaremos a morrer,
A sofrer a cada gesto, a cada dor física, moral e espiritual.
Nós somos o primeiro mundo!

Aí queremos viver pra lutar
E encontro força em ti, amada identidade!
Encontro sangue novo pra suportar esse fardo
Nojento, arrogante, cruel...
E enquanto somos dóceis, meigos
Somos petulantes e prepotentes
Diante do poder mundial
Diante do aparato bélico
Diante das bombas nucleares.

Nós, povos indígenas,
Queremos brilhar no cenário da História
Resgatar nossa memória
E ver os frutos de nosso país, sendo divididos
Radicalmente
Entre milhares de aldeados e “desplazados”
Como nós.

(POTIGUARA, 2019, p. 113-115)

Neste poema, escrito em 1975, mas inserido na obra de 2004, seu interlocutor é a identidade indígena. No texto, pode-se depreender um desabafo e uma promessa diante de sua identidade. Na primeira estrofe, já se identifica a presença da figura ancestral e a ameaça constante de violência que impele e pressiona tanto fisicamente quanto simbolicamente a sobrevivência desses povos. O reconhecimento de seu compromisso com a identidade indígena transcende como uma entidade intrínseca a vivência dessas populações. Em seguida, ainda na primeira estrofe, vemos a voz tanto autobiográfica quanto coletiva, uma vez que descreve a realidade de uma família discriminada e subjugada. Na segunda estrofe, há a explícita afirmação de que não são poucos os que vivenciam tais incongruências e se sentem incomodados, organizando-se para buscar o protagonismo que lhes é negado. Diante do inconformismo com a conjuntura vigente, o eu lírico expõe seu ressentimento e sentimento de injustiça, tendo em vista a incompreensão de indivíduos que não os respeitam. Além disso, a presença do tema imigração é ponto marcante na obra e na literatura de Potiguara. Outro aspecto é o fato de a autora confirmar que as incoerências e ausências de visibilidade, assistência e reconhecimento por sua história e a discriminação racial que cotidianamente se fazem presente no esforço violento e simbólico funcionam também como um efeito contrário: a consciência da luta, sua mobilização vão se reerguendo a cada golpe.

Na terceira estrofe, pode se verificar como o contar suas dores e o pensar em sua identidade originária atraem força e poder para recuperar o que lhe foi roubado. Verifica-se um ímpeto por se organizar e se fortificar para reestabelecer seus

direitos e, desse modo, mudar a realidade. É interessante como o poema abarca que a consciência dessa mudança seria a extinção da fome vivenciada por essas populações, uma fome que transcende o sentido orgânico, compreendendo as ausências que perpassam o indígena há 500 anos sem suas terras, suas matas, sem o reconhecimento na História. Conseguimos perceber que o recorte de crítica expõe a luta contra instituições internacionais espaços de luta e resistência. A última estrofe demarca o objetivo que podemos levar como um dos principais se não o principal da causa indígena, e por consequência instrumentos como a própria literatura, como se observa em: "nós, povos indígenas,/ Queremos brilhar no cenário da História/ Resgatar nossa memória/ E ver os frutos do nosso país, sendo divididos/ Radicalmente/ Entre milhares de aldeados e 'simples desplazados' - como nós". Ressalta-se, sendo assim, recorrentemente a importância da História e do protagonismo aos grupos indígenas.

No segundo poema selecionado, *Brasil*, encontramos uma interessante construção que, além de indagar acerca da história e identidade indígena, apresenta a voz feminina. A literatura e a poesia de Eliane Potiguara têm a figura da mulher indígena como um dos principais pilares temáticos, como podemos observar em:

Brasil

Que faço com a minha cara de índia?
E meus cabelos
E minhas rugas
E minha história
E meus segredos?

Que faço com a minha cara de índia?

E meus espíritos
E minha força
E meu Tupã
E meus círculos?

Que faço com a minha cara de índia?
E meu Toré
E meu sagrado
E meus “cabocos”
E minha Terra?

Que faço com a minha cara de índia?
E meu sangue
E minha consciência
E minha luta
E nossos filhos?

Brasil, o que faço com a minha cara de índia?
Não sou violência
Ou estupro

Eu sou história
Eu sou cunhã
Barriga brasileira
Ventre sagrado
Povo brasileiro.
Ventre que gerou
O povo brasileiro
Hoje está só...
A barriga da mãe fecunda
E os cânticos que outrora cantavam
Hoje são gritos de guerra
Contra o massacre imundo.

(POTIGUARA, 2019, p. 32-33)

Este é o primeiro poema que aparece no livro e se desenvolve a partir de uma significativa indagação: "O que fazer com a minha cara de índia?". Essa pergunta repete-se a cada estrofe do texto. Tendo o Brasil como interlocutor, questiona: "O que faço com tudo isso que sou?". Na primeira estrofe, encontramos seu questionamento ao abordar aspectos como as rugas que podem ser entendidas como sua história, sua experiência e sua originalidade neste território. Sua história como a bagagem de seus povos, memórias e seus saberes. Já a ideia de segredos pode ser interpretada como seu direito à individualidade, à subjetividade, desse modo, como eixo que deva ser respeitado, o seu sagrado.

A segunda e terceira estrofes reivindicam o direito e a viabilização de sua religiosidade e espiritualidade, não há como ignorar sua história, tradição e existência. Na quarta estrofe, indaga-se acerca do que fazer com seu sangue, sua consciência e suas lutas. Indissociável considerar o indígena sem pensar em seu histórico de lutas e resistência, para exaltar e preservar a sua identidade e sua descendência. A quinta e sexta estrofes do poema expõem a crítica referente à defesa dos direitos da mulher indígena. Potiguara afirma que o estupro e a violência não definem a mulher originária. Os versos problematizam a imagem sexualizada da indígena, a ausência de voz e reconhecimento das tamanhas violências sofridas principalmente por essa parcela. Questões que devem ser enfrentadas. O poema completa "Eu sou história/ eu sou cunhã/ Barriga brasileira/ Ventre sagrado/ Povo brasileiro", recuperando o tema maternidade, a sacralidade do gerar, da origem e trazendo o termo indígena *cunhã*, uma designação

para mulher, dessa forma, reconhecendo seu papel na formação brasileira.

A última estrofe emerge enérgica com a seguinte fala "A barriga da mãe fecunda/ E os cânticos/ Hoje são gritos de guerra/ Contra o massacre imundo". A postura guerreira da mulher como também detentora de papel nesta guerra contra a violência vivenciada e o extermínio de seus filhos e história. O poema *Brasil* vem para refletir a relação Brasil e indígena, remontando passado e presente de maneira a problematizar a existência de uma discrepância no diálogo e no não reconhecimento da dignidade, direito e história das populações nativas.

Os escritos em *Metade Cara, Metade Máscara* (2004), assim como os poemas apresentados neste artigo, repercutem um olhar questionador e consciente das injustiças sofridas pelos sujeitos indígenas. O discurso de Potiguara indissociavelmente reclama lugar na História para suas narrativas. Essas que fomentam modos de viver e saber distintos dos disseminados pela colonialidade.

O ponto de vista originário a partir da obra de Eliane Potiguara expõe representações outras sobre os povos indígenas, relacionando sua imagem a uma constante resistência e a força advinda de sua identidade étnica. Pensar o homem e a mulher indígenas na literatura da autora é depreender sujeitos ricos de tradições, histórias e saberes, os quais se levantam a cada dia mais enérgicos para confrontar a realidade.

Torna-se evidente, nesse sentido, o título literário, à luz dos Estudos Decoloniais, uma importante ferramenta para se levar à sala de aula a fim de estabelecer ações que acarretem reflexões e práticas com novas leituras e releituras da realidade. Desse modo, tornando visíveis as incoerências históricas, ao passo que mobiliza práticas insurgentes e divergentes da narrativa

ocidental eurocêntrica, que se consolidou a partir da exclusão e que se vende há séculos como definidora dos parâmetros universais.

Para apresentar novos discursos acerca dos grupos indígenas com base na obra de Potiguara, a proposta didática decolonial utilizou-se dos preceitos e contribuições evidenciados no livro *Letramento Literário* (2006), de Rildo Cosson. Redigido por um professor de Literatura para também professores da mesma área, atuantes na Educação Básica. Nele abordam-se práticas didáticas nomeadas sequências, básica e expandida, de trabalho com texto literário para a formação de leitores competentes. Ao se apegar a sequência básica como orientadora, tem-se como etapas: a motivação, a introdução, a leitura e a interpretação.

No momento denominado *motivação*, responsável por despertar, antes mesmo de se apresentar a obra literária, o interesse pela temática. Nesta etapa, dentre as atividades propostas, selecionou-se um fragmento da *Carta* de Caminha para pensar quais descrições foram feitas sobre o nativo e também, com o auxílio da lousa para registro, pedir aos discentes que digam quais imagens emergem em seu imaginário acerca do sujeito originário. Com o objetivo de suscitar o entendimento de que pouco se sabe e se discute acerca dessas populações, além de ressaltar que a maioria das informações e representações que se tem advém de discursos não indígenas, busca-se, diante disso, instigar o interesse por conhecer novas imagens a partir da própria ótica originária.

Na *introdução*, há a apresentação da obra e da autora. Recorre-se desde ao manuseio do livro físico à análise atenta dos aspectos pré-textuais como capa e dedicatória. Conversando com os alunos para pensar as simbologias que percorrem a construção primeira do livro e indagar quais as primeiras impressões sobre o texto, como os fatos da autora

dedicar a obra à sua avó Maria de Lourdes e o logotipo da editora ser uma mulher indígena amamentando.

A parte chamada *Leitura* demanda maior número de aulas como o próprio nome evidencia e se desenvolveu a partir de importantes temáticas que formam o pensar representações outras dos grupos indígenas. Na primeira aula, o docente explicita dados do último Censo demográfico do IBGE preconizando o quantitativo populacional indígena e sua diversidade cultural e linguística. Em seguida, inicia o primeiro capítulo já com a história da autora e sua afirmação de que sua experiência não é um caso isolado e sim retrato da realidade. Na segunda aula, com auxílio de recursos audiovisuais, é exibido o vídeo *Culturas Indígenas – Eliane Potiguara* (2016), na qual Potiguara narra parte de sua trajetória. Sendo assim, propiciada uma interessante contextualização com o que a turma está lendo.

A terceira e quarta aulas, diante da leitura de capítulos pré-selecionados da obra, concentram-se em discutir acerca da resistência indígena na esfera política e o reconhecimento e valorização da identidade indígena. Para o primeiro tema, por exemplo, recupera-se o texto narrativo *E ela conscientemente cria asas* presente no terceiro capítulo. O escrito remonta a Constituinte de 1988, na qual pela primeira vez os povos indígenas são reconhecidos legalmente como indivíduos detentores de direitos, culturas, tradições e terras. Tal avanço se deu diante das lutas incansáveis de representantes de diferentes grupos indígenas. Eliane Potiguara ao lado de Ailton Krenak e muitos outros ativistas originários participaram ativamente desde processo e estiveram presentes na ocasião.

Para quinta aula, privilegiou-se o capítulo VI “Combatividade e Resistência”. Através de sua linguagem poética no decorrer de versos e prosas, a autora cria os personagens Cunhataí e Jurupiranga, um casal, para simbolizar

a mulher e o homem indígena, respectivamente, ao longo dos séculos de opressão sobre os grupos nativos. No capítulo em questão, Potiguara elabora uma narrativa que recupera desde antes da chegada dos europeus a um futuro de libertação para o sujeito indígena. Ler o livro *Metade Cara, Metade Máscara*, é permanentemente conhecer o histórico de resistência dessas populações.

Por fim, na última etapa da sequência, na *Interpretação*, trabalha-se a construção de um relato de experiência intitulado “Aprendendo com Eliane Potiguara: Eu antes e depois da leitura”, no qual o aluno deverá contar como a obra afetou sua vivência acerca dos conhecimentos que possuía sobre o sujeito indígena e quais textos o surpreenderam mais. A atividade deverá ser compartilhada, em configuração de roda, na sala com todos da turma.

Considerações finais

Os Estudos Decoloniais consistem no campo que se debruça a investigar as incoerências coloniais presentes na conjuntura social latino-americana, reclamando lugar a conhecimentos outros, epistemologias outras, memórias outras, modos de saber e viver distintos dos apregoados pela mentalidade hegemônica, essa ainda orientada direta e implicitamente pela visão eurocêntrica. A ótica decolonial refere-se a um projeto consciente das amarras profundas da colonialidade e que não é ingênuo acerca de uma superação rápida e total de uma mente colonizada por séculos.

Nesse sentido, atenta-se a não se conformar com o exposto e é interessada em tornar visíveis outras narrativas e perspectivas de sujeitos historicamente silenciados, dentre eles, os povos indígenas, acometidos pela violência física e simbólica iniciada com os processos coloniais e perpetuados por uma

visão impregnada de estereótipos. Surgidos no final do século XX, os pressupostos decoloniais difundem novos olhares a partir da e para a América Latina.

Diante disso, propôs-se, através de uma pesquisa sistematizada, investigar, nos materiais didáticos disponibilizados em aulas de Literatura no Ensino Médio, as representações associadas ao indígena. O trabalho verificou que os exemplares didáticos, apesar de apresentarem os escritos portugueses quinhentistas como materiais que devem ser percebidos como descrições fincadas em uma cosmovisão europeia e, assim, serem lidos com certo distanciamento, pecam ao reproduzir categorias coloniais como uma linguagem mais floreada dos acontecimentos iniciados em 1500. Além disso, desconsideram narrativas originárias como pontos de diálogos, perdurando noções de não voz, não protagonismo aos indígenas, de uma tutela do não indígena sobre o indígena e relegando as possibilidades de debates mais abrangentes a um caráter de complementaridade.

Desse modo, observa-se que os livros da Editora Moderna e Leya não atendem à perspectiva decolonial. Não é propiciado um encontro frutífero para o debate entre os textos quinhentistas e uma representação mais próxima da realidade dos grupos indígenas brasileiros a partir de produções feitas por estes últimos. Neste cenário, a escola, no caso a aula de Literatura, tem compactuado com noções presentes na colonialidade. Essa instaurada na mentalidade social, uma vez que os discursos disseminados na sociedade latino-americana sobre a figura indígena apresentam uma série de problemáticas, tendo em vista as marcas ainda latentes da visão colonial no imaginário dos sujeitos.

Portanto, torna-se fundamental, à luz dos Estudos Decoloniais, a ascensão de outros caminhos principalmente dentro do espaço escolar. Ao identificar as incongruências,

concebeu-se como primordial o estabelecimento de uma prática didática decolonial que contemplasse discursos distintos dos ensinados pela História Oficial, oportunizando a inserção de outras representações sobre os povos indígenas. A proposta utilizou da obra *Metade Cara, Metade Máscara* (2004) para viabilizar às aulas de Literatura uma interessante introdução às narrativas originárias, tendo em vista a apresentação e discussão de temáticas como a valorização da identidade indígena, a diversidade dos povos, as consequências coloniais, a realidade de resistência e luta contra os ataques ainda existentes e a reivindicação por seus direitos.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas e ZOLÍN, Lúcia Ozana. *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*, 2009.p.257-285.

BRASIL. Lei 11.695, de 10 de março de 2008. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm > Acesso em: 22 jul. 2021.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta. Domínio Público. Disponível em < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&coobra=17424 > Acesso em: 26 jul. 2022. (fragmento).

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2009.

DÍAZ MERINO, Ximena Antonia. *Poesia Mapuche como Resistência Cultural Contemporânea*. Revista Guará-Revista de Linguagem e Literatura.Goiânia. v. 2, n. 1, p. 11-23, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/guara/article/view/2154> > Acesso em: 28 abr. 2021.

DORRICO, Julie et al. *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Fi, 2018.

ITAÚ CULTURAL. *Eliane Potiguara – Culturas indígenas* (2016). Youtube. 21 de set. 2017. Disponível em: < <https://youtu.be/TZwOXaJVzYU>> Acesso em: 08 mai. 2022.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. *Se liga na língua: Literatura, Produção de texto, Linguagem*. 1ºed. V.1 São Paulo: Moderna, 2016.

POTIGUARA, Eliane. *Metade Cara, Metade Máscara*. 3º ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-114.

SETTE, Graça. et al. *Português: Trilhas e tramas*. 2. ed. 2v. São Paulo: Leya, 2016.

WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Recebido em: Fevereiro de 2022

Aprovado para publicar em: Junho de 2022.

A Canoa do Tempo: Tradição Oral e Memória Indígena⁵⁶

José Ribamar Bessa Freire⁵⁷

“Eu não tenho a letra. Eu tenho a palavra”.

Dona Fiota, Brasília, março de 2006

Introdução: a letra e a palavra

Maria Joaquina da Silva, dona Fiota, participou do seminário sobre as línguas faladas no Brasil, organizado em março de 2006, em Brasília, pelo Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em parceria com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Na ocasião, ela fez um discurso contando a história de uma área quilombola, onde mora, chamada Tabatinga, situada no bairro Ana Rosa, periferia da cidade de Bom Despacho (MG). O discurso teve de ser traduzido, porque foi feito não em português, que ela domina muito bem, mas numa língua afro-brasileira, de origem banto, chamada *Gira da Tabatinga*, que era falada nas antigas senzalas das fazendas do interior de

⁵⁶ Artigo revisado e atualizado em 2008, a partir da versão original: Freire, José R Bessa: Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. Em: Salomão, Jayme (dir): *América: Descoberta ou Invenção. 4º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro, Imago, 1992 (pp. 138-164).

⁵⁷ Doutor em Literatura Comparada, professor do Curso de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio) e coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ex-professor da Universidade Federal do Amazonas e responsável por módulos de História do Amazonas em três cursos de pósgraduação lato sensu na Universidade Federal do Acre.

Minas Gerais. Com ela, os escravos podiam se comunicar livremente sem o patrão entender o que diziam. Foi a primeira vez que o plenário da Câmara Federal ouviu o som de uma língua minoritária de base africana, reconhecendo sua riqueza, sua função histórica e sua legitimidade (FREIRE, 2007).

No seminário, dona Fiota contou que recentemente a comunidade percebeu que a *Gira da Tabatinga* estava perdendo falantes, por não ser mais usada por crianças e jovens. Decidiu, então, revitalizar a língua – tradicionalmente banida do mundo letrado – introduzindo-a na sala de aula, graças à lei sancionada em 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Culturas afro-brasileiras nas escolas de ensino fundamental e médio. Dona Fiota foi escolhida como professora, mas a Secretaria Municipal de Educação se recusou a pagar a devida remuneração, alegando que ela era analfabeta. Foi aí que ela respondeu: “*Eu não tenho a letra. Eu tenho a palavra*”. Mostrou assim que existe sabedoria sem escrita, que na situação em que se encontra ela não precisa da letra, porque usa a palavra para transmitir seus saberes, trocar experiências e desenvolver suas práticas sociais. Ela não é **carente** de escrita, como afirmam alguns letrados, mas **independente** da escrita.

Cerca de um milhão e meio de brasileiros para quem o português não é a língua materna estão, hoje, na situação de dona Fiota. Falam uma das 210 línguas existentes dentro do território nacional, 190 das quais são línguas indígenas, ágrafas, sem tradição escrita, mas que são depositárias de sofisticados conhecimentos no campo das chamadas etnociências, da técnica e das manifestações artísticas. Por isso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) organizou o seminário para discutir políticas públicas destinadas a proteger essas línguas e o rico patrimônio intangível que elas representam. Na ocasião, foi formado um Grupo de Trabalho Interinstitucional, que

produziu um relatório discutido em Brasília, em dezembro de 2007, na Audiência Pública da Diversidade Lingüística do Brasil. A relação da diversidade lingüística do país com a memória oral pode ser ilustrada por inúmeros outros exemplos, dos quais dois serão aqui destacados.

1. Em abril de 1985, notícia publicada nos principais jornais do país dava conta da morte de uma criança e da intoxicação de mais quinze pessoas no bairro Vila Nova, na periferia de Porto Alegre (RS), por haverem comido mandioca, furtada de uma horta. O então secretário de Saúde e do Meio Ambiente, Germano Bonow, informou que “*todas as semanas há casos no Rio grande do Sul de intoxicação leve provocada pela ingestão de mandioca, por pessoas incapazes de distingui-la do alpim*”.⁵⁸

A mandioca foi domesticada pelos índios há quatro mil anos, segundo hipóteses dos arqueólogos (LATHRAP, 1970). Durante pelo menos quatro milênios, através de experimentação genética, os índios vêm diversificando e enriquecendo a espécie. Só na região do rio Uaupés (AM), entre os índios Tukano, foram identificados 137 cultivares diferentes de mandioca pela antropóloga Janet Chernella. A preservação, o controle e as técnicas de cultivo e extração do veneno da mandioca vêm sendo transmitidos eficazmente pelos horticultores indígenas através da tradição oral (CHERNELLA: 1986).

2. Em fevereiro de 1985, a usina nuclear de Angra dos Reis, construída em Itaorna, sofreu um sério acidente. A estrutura de uma de suas unidades – o Laboratório de Radioecologia - foi abalada pelas fortes chuvas que se abateram sobre a região, com um prejuízo econômico calculado na época em 8 bilhões

⁵⁸ Agência O Estado de São Paulo: “Famílias famintas comem raiz mortal”. A CRÍTICA, Manaus, 26 de abril de 1985.

de cruzeiros. Os engenheiros que haviam realizado os cálculos para os alicerces ignoravam que a denominação dada àquela área pelos índios Tupinambá podia conter informação sobre a natureza do solo, minado pelas águas pluviais. Só depois do acidente é que tomaram conhecimento que Itaorna, em língua tupi, significa pedra podre (FREIRE, 1997: 10).

Esses episódios evidenciam a quebra de elos na cadeia de transmissão oral. Eles revelam como, em consequência, a sociedade brasileira deixou de se apropriar de um saber milenar, útil para a sua sobrevivência, sem que a escrita substituísse essas funções para amplos setores da sociedade nacional. E nos colocam algumas interrogações sobre o momento e as razões da ruptura, assim como sobre a vigência da tradição oral para os povos indígenas que sobreviveram.

O objetivo deste artigo é abordar essas questões, sintetizando num primeiro momento algumas reflexões sobre a memória coletiva, sua relação com a história e sua função social. Em seguida, examinaremos as preocupações metodológicas da etnohistória, localizando as fontes escritas – européias e indígenas – do período colonial, que podem contribuir para a recuperação da memória étnica. Finalmente, ressaltaremos as possibilidades e os limites da memória oral no processo de reconstituição do elo rompido.

Os senhores da memória

As sociedades criaram, ao longo da história, instituições e mecanismos para preservar a memória coletiva. Jacques Le Goff, que estudou este processo, distingue cinco grandes momentos diferenciados pelas formas de conservação e transmissão:

1. A memória oral, denominada também de memória étnica, presente nas sociedades sem escrita.
2. A memória de transição da oralidade à escrita, correspondendo classicamente ao período da Pré-História à Antiguidade.
3. A memória medieval, onde se dá um equilíbrio entre o oral e o escrito.
4. A memória escrita, com a invenção da imprensa, a mecanização e seus progressos, do século XVI aos nossos dias.
5. A memória eletrônica, atual, que através da informática sistematiza e agiliza o acesso às fontes de informação. (LE GOFF: 1984)

Embora essa periodização tenha sido feita a partir da história da Europa, ela pode ser útil para refletir sobre a memória oral que, para muitos povos, não é uma ‘etapa’ superada, mas convive com outros tipos de registro. Duas características fundamentais para a questão da memória indígena atravessam todos esses momentos. A primeira é que a memória sempre esteve codificada e elaborada em forma de discurso. E a segunda, que a memória constituiu elemento essencial daquilo que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca continua angustiando os indivíduos e a sociedades de hoje.

A memória, em sua forma mais elaborada, é capaz de articular historicamente o passado, não “*como ele efetivamente foi*”; mas como uma “*faísca de esperança que fulgura num momento de perigo*”, para usar a expressão poética de Walter BENJAMIN (1985:156).

Ao servir de bússola que orienta o destino dos povos, a memória coletiva torna-se, segundo Le Goff, um instrumento de poder.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1984: 13).

A história, como ciência, ao mesmo tempo em que se nutre da memória coletiva dos povos com escrita, procura alimentá-la, recuperando e refletindo sobre o já vivido. No caso das sociedades ágrafas, isto é, sem escrita, essa tarefa vem sendo executada por uma disciplina – a etnohistória – que “*constitui um dos desenvolvimentos recentes mais interessantes da ciência histórica*”, se concordamos com Le Goff, que é hoje referência obrigatória para a discussão sobre os novos rumos da história (LE GOFF, 1984: 46).

Etnohistória: o campo do discurso

A Etnohistória estabelece tecnicamente a diferença entre as sociedades essencialmente orais e as sociedades onde predomina a escrita, para poder estudá-las melhor: as formas distintas de armazenamento, transmissão e produção do saber exigem procedimentos particulares de abordagem. No entanto, considera a equivalência de tais sociedades no sentido de que ambas possuem uma memória institucionalizada.

Ao reivindicar a existência da memória coletiva nas sociedades orais, a etnohistória descobre e reconhece o seu valor, o que permite a integração de novas fontes a serem trabalhadas pelo historiador, com novos métodos. E abstraindo, por enquanto, os procedimentos metodológicos,

nós sabemos que nada mais que a escolha das fontes já implica, conscientemente ou não, uma perspectiva particular que determina a orientação da pesquisa e encaminha os seus resultados.

Foi com esta convicção que o que se convencionou chamar talvez impropriamente de

“visão dos vencidos” começou a ser formulada no México por Miguel LEÓNPORTILLA (1984), nos anos sessenta, sendo enriquecida na década seguinte por Natan

WACHTEL (1971), que publicou seu estudo sobre os índios do Peru frente à Conquista Espanhola. Nesta mesma época, em diferentes países da África, tomava impulso a pesquisa histórica que questionava as fontes, os métodos e o enfoque da historiografia ocidental (KI-ZERBO: 1980).

Os fundamentos de tal proposta residem na crítica aos documentos europeus, e, ao mesmo tempo, na incorporação das fontes indígenas, tanto as escritas, quando existem, como as orais, num trabalho interdisciplinar, que nos permitem conhecer mais profundamente as sociedades ágrafas.

As fontes escritas produzidas, desde o final do séc. XV na América pela prática administrativa, comerciante e exploradora da geografia do continente, estão preservadas nos arquivos e bibliotecas da Europa e América, mas não foram ainda suficientemente interrogadas e nem sequer ordenadas e catalogadas, na avaliação de MORALES PADRÓN (1985: 5).

Quanto aos relatórios de viagens, crônicas, apresentações etnográficas, históricas e geográficas publicadas no seu tempo e relativamente divulgadas nos dias de hoje, Henri Moniot considera que elas são passíveis de uma nova leitura, mais profunda e eficaz, realizada por pesquisador com uma intimidade particular com o código cultural das sociedades estudadas, o que pode ser obtido com a apropriação dos avanços recentes das ciências sociais, em particular, a

etnologia, a lingüística, a sociologia, a arqueologia e a demografia histórica (MONIOT, 1979:100).

As fontes escritas de procedência indígena, existentes para extensas áreas do continente americano, continuam a ser localizadas, algumas delas editadas, e quando cruzadas com a documentação européia permitem uma melhor compreensão da imagem que os índios tinham de si próprios e do colonizador e uma representação mais acabada do processo colonial.

Quanto à tradição oral, sua coleta organizada e sistemática realizada em algumas regiões tem permitido trabalhá-la como um documento digno de credibilidade e passível de ser submetido à crítica, através do conhecimento íntimo do gênero discursivo em questão, sua temática, suas técnicas, seus códigos e estereótipos, o público e o que espera dos transmissores da tradição, as circunstâncias da narração e o conhecimento da língua em que a tradição é veiculada. Moniot propõe três vias de crítica à tradição oral: *uma crítica 'textual'*, capaz de julgar o grau de fidelidade, as condições e circunstâncias em que o material foi coletado e as características lingüísticas do texto; *uma crítica 'sociológica'*, que busca identificar a função social da tradição oral e observar a origem social, o estatuto e o papel dos seus responsáveis; e, finalmente, *uma crítica 'cultural'*, que analisa as categorias conceituais a partir das quais o real é apreendido (MONIOT, 1979: 102-104).

É desta forma que o sentimento de impossibilidade de reconstruir a memória dos povos sem escrita está sendo reformulado. Não como "*uma atitude vingativa*" em relação ao colonizador, como situa apropriadamente J. Ki-Zerbo, especialista em metodologia da História da África, nem como "*uma simples manifestação afetiva*" em relação ao índio, como esclarece Natan Wachtel. E nem muito menos como uma

operação de troca de discursos, contrapondo uma ideologia à outra ideologia (WACHTEL, 1971:18). Mas incorporando fontes antes desprezadas como um exercício vital da memória para varrer o campo do passado e reconhecer suas próprias raízes.

Fontes escritas européias

*"Destelhadas, estão as casas,
chamas de fogo queimam seus muros. Vermes pululam por
suas praças e nas paredes estão os miolos arreventados.
Vermelhas estão as águas, como se estivessem tingidas e
quando as bebíamos, era como se bebêssemos água de
salitre". (Anônimo de Tlatelolco: Manuscrito nº 22 - 1528)*

A historiografia ocidental tem estudado a Conquista a partir exclusivamente da memória dos arquivos da administração européia e das fontes clássicas escritas, constituídas pelas denominadas "Crônicas de Índia", que são um gênero literário situado entre a história, os relatos de viagem e a etnografia. Existem, em contrapartida, documentos escritos pelos próprios índios.

O trecho acima foi extraído do "Manuscrito Anônimo de Tlatelolco", conservado na Biblioteca Nacional de Paris, escrito originalmente em língua náhuatl, em 1528, por um índio que sobreviveu ao massacre dos espanhóis, testemunhou o heroísmo da resistência e narrou, numa visão dramática, os acontecimentos que levaram à destruição de Império Asteca.

O relato registra o momento da chegada de Hermán Cortés, em 1519, quando os espanhóis foram recebidos por Montezuma como hóspedes da cidade asteca. Descreve como, logo depois (1520), quando os índios celebravam a grande festa de Toxcal, as tropas de Pedro Alvarado atacam

"traíçoeiramente" os seus anfitriões, queimam suas casas, matam os seus ocupantes, pilham, saqueiam e destroem a cidade. Os relatos astecas que evocam este e outros episódios se transformaram em um poema épico: "*uma espécie de Ilíada indígena*" (LEÓN-PORTILLA, 1984:13)

Esta é a visão trágica e dilacerada dos que sofreram a derrota.

Cronistas espanhóis como o padre López de Gómora e o soldado Bernal Díaz del Castillo, entre outros, confirmam o recebimento amistoso de Montezuma a Cortés, na entrada da cidade do México, com presentes de ouro e mantas, e depois o cerco, a resistência e a rendição da cidade, bem como as primeiras medidas para reedificá-la. (LÓPEZ DE GÓMORA, 1987: 162). Divergem entre si quanto à magnitude de "*aquellas grandes matanzas*". Segundo Bernal Díaz, "*no hicieramos tantas muertes y crueldades como (Gómora) dice que hicimos*" (DÍAZ DEL CASTILLO, 1984:107).

Ambos, no entanto, concordam quando apresentam a ação do conquistador como uma gesta heróica e civilizadora, destinada a ensinar os bons costumes aos indígenas, afastá-los dos vícios e instruí-los na santa fé católica.

Outro cronista do rei, Fernández de Oviedo, ao narrar episódios da violência cometida contra os índios, justifica-a e pergunta: "*Quién duda - escreve ele - que la pólvora contra los infieles es incienso para el Señor?*" (FERNÁNDEZ DE OVIEDO, 1547)

O padre Bartolomé de las Casas, que viveu mais de 60 anos no Caribe e no México, ao longo do século XVI, afirma que o cronista Oviedo não é confiável, uma vez que desconhece qualquer língua indígena e "*no puede decir cosa chica, ni grande, porque no fué digno de lo ver ni de lo entender*". Segundo Las Casas, se na capa do livro de crônicas de Oviedo estivesse escrito "*como su autor habia sido conquistador,*

robador y matador de los índios", pouco crédito teria sua crônica (LAS CASAS, 1875, T.III:5557). Quanto ao outro cronista, Las Casas, informa ainda que Gómora, "*criado, capellán é historiador de Cortés*" nunca esteve na América, nada testemunhou e só escreveu coisas que Cortés lhe ditou em favor dele próprio, que "*por cierto no son verdad*". As afirmações de Gómora sobre os índios são consideradas como "*disparates y cosas inventadas para engañar al mundo*" (LAS CASAS, 1875, T.IV: 11 e T.V: 461) Las Casas, que proporciona informações úteis para contextualizar as crônicas, chega, no entanto, a instituir como critério de objetividade o fato do cronista posicionar-se em favor dos índios. "*Cuando concurre en favor de los españoles com prejuicio de los índios - escribe ele - ningún crédito se le debe dar, porque todo lo más es falsedad y mentira*" (LAS CASAS, 1875, T. IV: 213).

Existem aqui alguns elementos para discutir o papel das crônicas e as possibilidades de se fazer uma leitura delas que permita superar a dicotomia hispanismo-indigenismo e rejeitar a função da história como "*agente moralizante o como instrumento de um nacionalismo enfermizo mediante el cual se há deificado a personajes o se há cultivado um indigenismo lírico y político*" (MORALES PADRÓN, 1985, T. VI: 1).

Um exemplo clássico de modelo para a releitura das crônicas pode ser dado pelo trabalho de Todorov *A Conquista da América, a Questão do Outro* (1982), onde ele procede a uma desconstrução do discurso de vários cronistas, começando pelo Diário de Colombo, "*que descobriu a América, mas não os americanos*". Todorov comprova que mesmo cronistas como Gómora e Oviedo, criticados por Las Casas, não são fontes descartáveis, "*porque quando um autor se engana ou mente seu texto não é menos significativo do que quando ele afirma a verdade...*", se nós os lemos não como enunciados transparentes, mas levando em conta o ato e as

circunstâncias de sua enunciação. Deste ponto de vista, a noção de "falso" não é pertinente. (TODOROV, 1982: 60)

Outra linha de trabalho tem utilizado modelos de análise léxico-semântico e semiológico conseguindo extrair, das crônicas, elementos novos na compreensão das sociedades indígenas, ao nos aproximar do produtor do discurso para conhecer as condições de produção que marcaram o seu relato, partindo do próprio discurso, daquilo que está expresso nas crônicas.

Constituem exemplos desta linha dois trabalhos realizados por Lydia Fossa Falco, o primeiro publicado em 1989 e o segundo em 1991, em Lima, Peru, ambos propondo uma chave lingüística para a releitura do cronista Cieza de León, autor de *Descubrimiento y Conquista del Peru*. Neles, a autora distingue o que é descrição do que é opinião do cronista, mostrando como a realidade do Peru colonial foi interpretada com categorias ocidentais, o que implicou sérias limitações para entender elementos, conceitos e fatos culturais até então inéditos no ocidente. Seria interessante testar o modelo para a releitura das crônicas sobre a Amazônia do século XVI (FOSSA FALCO, 1989 e 1991).

Como sabemos, a viagem de Francisco Orellana (1540-1542) deixou-nos o relato de frei Gaspar de Carvajal. Vinte anos depois, a viagem de Ursua-Aguirre (1559-1561) produziu três crônicas escritas por militares - o capitão Altamirano e os soldados Francisco Vasquez e Pedrarias de Alместo, que construíram um discurso sobre a Amazônia e os povos que habitavam a calha central do grande rio (CARVAJAL et alii: 1986).

A elaboração dos relatos dos quatro cronistas se estrutura, em geral, a partir do acontecimento real ou do objeto concreto, que em muitos casos lhes são novos e estranhos. No entanto, a sua própria capacidade de percepção, condicionada pelas suas

experiências, categorias e valores europeus, não lhes permite identificar o novo e o diferente e, por isso, eles vão fazê-lo com imagens inteligíveis para eles e para seus interlocutores europeus.

Desta forma, Carvajal conta que “viu” em sua viagem pelo rio Amazonas uma série de elementos que ali não existiam. Ele narra, por exemplo, que comeu aveia, perdizes e bebeu cerveja e vinho produzidos abundantemente pelos índios, sugerindo ainda ao leitor europeu a existência de elefantes na floresta amazônica: *“animales que son grandes y que tienen trompa”*, bem como a presença das lendárias amazonas. (CARVAJAL: 1986: 60 e 87).

Diante dessa realidade, para ele desconhecida, e querendo entendê-la e descrevê-la melhor, Carvajal a associa ao seu próprio referente europeu. Como ele ignora o tipo de arroz silvestre que cobre áreas alagadas do Amazonas, classifica-o de aveia, da mesma forma que denomina o inambu de perdiz, o mutum de peru, o cachiri ou parajuaru de cerveja ou vinho, confundindo anta com elefante, e recuperando o mito grego das amazonas para denominar as mulheres guerreiras, *“membranudas e nuas”*, contra as quais combateu. Usa para isso um processo de equivalência entre objetos conhecidos e objetos novos, cujas características remetem ao conhecido.

As definições através de equivalências, neste caso, implicam o uso de símbolos de uma cultura para descrever fatos representativos de outra cultura, o que reduz e simplifica enormemente a diversidade e a riqueza cultural e termina por ocultar a anta e não chega a revelar o elefante, porque o símbolo não consegue transmitir toda a sua carga de significado de uma cultura a outra. Essa transmissão incompleta pode dar lugar a erros na interpretação do fato ou objeto simbólico que se tenta traduzir. Isto se torna

particularmente grave quando as observações são feitas sobre a organização social, política e religiosa dos grupos observados.

A percepção do frade e dos soldados cronistas sobre as cerimônias religiosas dos índios Omagua do alto Solimões e sobre os seus oficiantes está carregada de conteúdos semânticos que remetem à ideologia quinhentista de seus autores, pertencentes à Espanha católica e medieval, o que não lhes proporciona os instrumentos adequados para compreender o mundo novo que olham, mas não vêem. Obedecem a sua própria experiência para definir a alheia, não só como diferente, mas também lhe atribuindo um juízo de valor negativo.

Denominar um pajé ou xamã de feiticeiro ou bruxo, como o faz Carvajal e outros cronistas, é associar uma realidade da Amazônia indígena com uma figura medieval da Europa feudal. Trata-se de uma equivalência que leva não só a recortar e limitar as características semânticas do conceito em questão, mas também a acrescentar a ele as conotações negativas que o equivalente tem. E se é verdade que chamar uma anta de elefante não é suficiente para extrair dela o marfim, o mesmo não ocorre com os pajés que, na qualidade de feiticeiros e bruxos, podem ser condenados à fogueira.

Tentamos aqui apenas de ilustrar com alguns exemplos uma das tantas possibilidades de proceder à releitura da documentação produzida pelo conquistador, separando as projeções ideológicas do cronista do conteúdo histórico das crônicas. Para a construção da memória étnica, no entanto, se torna ainda mais imprescindível interpelar aquelas fontes escritas que são autenticamente indígenas e que devem ser submetidas igualmente ao rigor da crítica.

Fontes escritas indígenas

Muito antes da chegada dos conquistadores europeus, em extensas áreas da América os índios tinham o costume de perpetuar, por escrito, a lembrança dos principais acontecimentos de sua história através de uma forma de escrita, que era em parte pictográfica, pois combinava desenhos figurativos para obter deles um sentido narrativo, e era em parte ideográfica, já que expressava diretamente os sons para a representação de significados ou idéias, com a fonetização das figuras.

Nas vastas regiões do Golfo do México ao Pacífico, os mexicas conservavam a sua consciência histórica nos seus códices preservados em bibliotecas e livros de pintura, manifestando um cuidado especial com o tempo cronológico controlado pelo calendário asteca. Os códices em papel (*amati*) ou pele de veado, dobrados em forma de biombo, recolhiam uma escritura que servia como recurso para armazenar anais históricos, poemas religiosos e canções litúrgicas (ALCINA FRANCH, 1989:12).

Na península de Yucatán, na atual Guatemala e em Honduras, os maias, que acreditavam na recorrência de acontecimentos no final de certos ciclos históricos, empregaram a escrita com o objetivo de registrar cronologias. A escrita maia, ainda não completamente decifrada, foi utilizada do séc. III ao séc. IX sobre monumentos de pedras e em seguida sobre longas tiras de ‘papel’ de entrecasca, engessado e pregueado, escrito em duas colunas, alguns dos quais se conservam ainda hoje.

No mundo andino, constituído pelo império Incaico, numa área que se estendia desde a fronteira atual da Colômbia até o norte do Chile e da Argentina e englobava o atual Peru, a

Bolívia e o Equador, se desconhecia a escrita, mas se utilizava uma forma de registro através dos quipos.

O acervo existente foi destruído, em grande parte, durante a Conquista, sob o pretexto de que era necessário extirpar as idolatrias nele contidas. A queima de arquivos ou desmantelamento dos códigos mexicanos e maias e das quipotecas incaicas dificultam, hoje, a reconstrução da memória indígena pré-hispânica. Sobraram, no entanto, documentos que podem ser encontrados em bibliotecas e arquivos europeus e americanos, com suas pinturas e signos indígenas e sua escrita pictográfica e ideográfica.

O domínio da escrita ou de alguma técnica de registro que antecede à chegada do espanhol provavelmente contribuiu para que alguns índios desde cedo se apropriassem com facilidade do alfabeto latino traduzido pelo conquistador. Foi com o alfabeto europeu que, astecas, maias e incas registraram, em suas próprias línguas indígenas, e algumas vezes em espanhol, os acontecimentos da Conquista.

- Fontes Astecas

Aonde deveremos ainda ir? / Somos gente simples,

Somos perecíveis, somos mortais,/ Deixai-nos, então, morrer,
Deixai-nos perecer ,/Pois os nossos deuses já estão mortos.

Sábio asteca In LEÓN-PORTILLA, 1984: 20)

Esta fala registrada em língua náhuatl por um sábio asteca faz parte de um manuscrito fragmentado – o *Libro de Los Coloquios*– descoberto quatrocentos anos depois, em 1924, no Arquivo Secreto do Vaticano. Uma de suas partes – o *Coloquio de los Doce* – conserva os diálogos e discussões entre os primeiros frades franciscanos chegados ao México (1524) e

alguns sábios sacerdotes astecas que defenderam suas crenças e formas de vida em sua última atuação pública.

Este é um documento que pode ser situado entre um dos quatro tipos de fontes escritas dos astecas, classificação elaborada a partir dos estudos de Alcina Franch (1989) e León-Portilla (1985):

- a) fontes escritas no sistema de ideogramas e pictogramas;
- b) ‘códices’ ou ‘anais’, escritos em náhuatl com alfabeto latino;
- c) crônicas indígenas;
- d) documentos diversos produzidos pelos índios ao longo do período colonial.

- a) As fontes escritas no sistema de ideogramas ou pictogramas

Num levantamento realizado em 1975, Glass e Robertson listaram um total de 434 manuscritos que sobreviveram à destruição, escritos no sistema de ideogramas, alguns deles anteriores a 1.350 d.C. e outros posteriores. Vários dos documentos listados foram redigidos já na época espanhola, mas seguiram a tradição pictográfica e ideográfica préhispanica (ALCINA FRANCH, 1989: 25).

Esses códices históricos antigos, estudados nos últimos quarenta anos, foram ordenados em vários gêneros literários, destacando-se fundamentalmente dois gêneros: o Cuicalt (canto, hino ou poema) que equivale à poesia do mundo ocidental e o tlahtolli (palavra, discurso, relato, história, exortação) que equivale à prosa em nosso sistema literário (ALCINA FRANCH, 1989:15-16).

b) Os ‘códices’ ou ‘anais’ escritos em náhuatl com alfabeto latino

c)

Um conjunto de manuscritos designados como ‘códices’ ou ‘anais’ foram redigidos por sábios nativos, que rapidamente aprenderam o alfabeto latino e serviram-se dele para compor textos em náhuatl com o objetivo de preservar suas lembranças.

Conservam-se assim muitas recopilações de textos diversos escritos em náhuatl, com caracteres latinos, dos quais a primeira talvez tenha sido aquela que se conhece como *Anales de Tlatelolco* ou *Unos Anales históricos de la nación mexicana* (1528), em que se recolhem genealogias, histórias de governantes e alguns poemas e cantares, de caráter histórico ou religioso (ALCINA FRANCH, 1989:13).

É possível perceber em alguns desses textos, como destaca León-Portilla, aquilo que o homem indígena pensou sobre a conquista, a pregação do cristianismo, a catequese e as diversas reações esboçadas pelos astecas. É o caso do citado *Libro de Los Colóquios* (LEÓN-PORTILLA, 1985: 278).

Para Alcina Franch (1989: 14), no entanto, o esforço maior para preservar e reunir tradições antigas e textos poéticos e literários foi aquele desenvolvido pelo frei Bernardino de Sahagún que, utilizando uma multidão de informações indígenas, criou uma ampla documentação contendo relatos anônimos dos índios. Alguns desses informantes, testemunhas oculares da Conquista, continuaram por conta própria a recopilação e conservação dos textos.

c) As crônicas indígenas

Podemos acrescentar a toda essa variedade de fontes primárias as crônicas escritas por diversos cronistas índios interessados em recuperar a memória de seus antepassados e revitalizar a história local. Tal é o caso de cronistas, hoje bem conhecidos, como Alvarado Tezozómoc, Chipalpahin Cristóbal de Castillo, Juan Bautista, Juan Ventura Zapata e outros (LEÓN-PORTILLA, 1985: 279).

Essas crônicas apresentam variadas informações sobre os assuntos mais diversos, quase todos relacionados com a imagem que o homem náhuatl forjou sobre si mesmo, sobre os missionários, as autoridades reais, as encomendas, o pagamento de tributos, as epidemias e o desastre demográfico, o surgimento da mestiçagem e o significado que se lhe atribuía, bem como a resistência ao processo colonial.

d) Documentos diversos

Outro tipo de documentação, também de procedência nativa, abarca um conjunto de escritos, inéditos em sua maior parte, onde afloram múltiplos aspectos da imagem que os índios foram construindo sobre eles próprios ao longo do período colonial.

León-Portilla, que trabalhou essa documentação conservada em arquivos e bibliotecas do México e da Europa, classificou-a como “*uma grande mina de informações*”, referindo-se a um volumoso número de cartas, denúncias, petições, testamentos e testemunhos, todos eles escritos em náhuatl e de enorme interesse para o historiador. Portilla estudou um conjunto de 83 documentos já publicados, que contém testamentos relativos ao período 1579-1600, com informações sobre o cotidiano do índio no período colonial, suas relações, as doenças contraídas, as formas de tratá-las e as

mudanças no sistema de posse e propriedade da terra (LEÓN-PORTILLA, 1985:292).

A importância e riqueza das fontes em náhuatl têm sido enfatizadas e exploradas nos últimos anos por vários pesquisadores, entre eles, de modo especial, por James Lockhart, que em colaboração com dois outros autores publicou a obra intitulada “Beyond the Codices”, onde analisa as potencialidades históricas e antropológicas dessa documentação. Após avaliar a documentação indígena, Portilla concluiu que a única forma de obter uma aproximação mais objetiva do mundo asteca e de seu enfrentamento com os espanhóis é mergulhar, com mais profundidade, em todas essas fontes escritas pelos índios e tradicionalmente ignoradas pela historiografia oficial (LEÓNPORTILLA,1985:296).

- Fontes Maias

“Ai! Entristeçamo-nos porque chegaram!

(...) Os estrangeiros da terra, os homens ruivos.

Eles nos ensinaram o medo, vieram fazer as flores murchar.

Para que sua flor vivesse, danificaram e engoliram nossa
flor...”

CHILAM BALAM, 1963: 68).

Chilam é o título que se dava aos intérpretes que decifravam os livros e a vontade dos deuses. Balam é o nome de um famoso sacerdote que teria previsto a chegada dos espanhóis. Dos testemunhos em idioma maia, os mais significativos são os 18 livros de Chilam Balam, que têm hoje várias versões parciais em castelhano e em inglês. De um deles

– *A memória a respeito dos estrangeiros* – foi retirado o trecho acima. (RIVERA, 1986:10).

Os chamados livros de Chilam Balam, mais conhecidos por referências e citações de autores como Jorge Luis Borges, têm servido de inspiração a algumas obras literárias e constituem uma das seções mais importantes da literatura indígena americana.

Redigidos depois da conquista espanhola, em língua maia, mas com o alfabeto latino, eles recolhem grande parte da tradição maia proveniente de antigos livros escritos com o sistema pictográfico, dos quais existem ainda três em bibliotecas da Europa. Seus autores, no entanto, no momento em que escreveram já haviam sido parcialmente cristianizados, como comprovam as numerosas interpolações com textos e idéias religiosas do cristianismo.

A maior parte dos textos dos livros de Chilam Balam permanece inédita até hoje. As versões existentes, estudadas por León-Portilla, apresentam um conteúdo diversificado que abarca todas as fases pelas quais passou o povo maia de Yucatán até que cessaram de ser compilados. Englobam textos de caráter histórico, textos cronológicos e astrológicos, textos médicos, rituais, explicações sobre o calendário indígena e seções inteiras a respeito da Conquista, com uma série de profecias de antigos sacerdotes que predizem com angústia a chegada dos *dzules* ou forasteiros e a condenação dos espanhóis pela contradição entre suas pregações e a maneira de agir com os índios. (CHILAM BALAM, 1980:11).

Complementando essas fontes, existem algumas crônicas em idioma maia sobre a conquista de Yucatán. A mais antiga delas parece ser a crônica de Chac Xulub Chen, da autoria de Ah Nakuk Pech, que testemunhou a conquista, desde a chegada dos primeiros espanhóis (1511) até o ano de 1554. Seu autor, “*um homem bastante informado, registra nela não só*

fatos em que tomou parte e foi testemunha, mas ainda outros que lhe foram narrados por quem deles participou. Em seu relato claramente transparece a antiga maneira de se expressar e o estilo característico dos textos históricos dos tempos pré-hispânicos” (LEÓN-PORTILLA, 1984: 56).

Os maias deixaram também vários relatos escritos em línguas quiché e cakchiquel.

Os *Anales de los Cakchiquele*, redigidos por vários autores, recolheram mitos e histórias dos tempos antigos, incluindo, numa segunda parte, o relato da chegada dos espanhóis e os principais fatos da Conquista, narrando do ponto de vista dos índios os acontecimentos referentes até o ano de 1604.

Em idioma quiché merecem destaque o mais antigo dos documentos – *Títulos de la Casa de Inxquin Nehalib* – e o célebre *Popol Vuh*. O primeiro foi redigido originalmente em quiché, na primeira metade do século XVI, e recolheu o testemunho dos quichés que desde o início se opuseram aos espanhóis, narrando a dramática luta de Tecúm Umán contra o conquistador Alvarado. (LEÓN-PORTILLA, 1984:55). O segundo – o *Popol Vuh* – escrito por autor ou autores desconhecidos pouco depois da Conquista, foi identificado no final do séc. XVII em um povoado perdido nas montanhas ocidentais da Guatemala e publicado, em 1861, pelo abade francês Charles Etienne Brasseur. Contém a origem mitológica do povo quiché, suas crenças religiosas e a genealogia de seus chefes (SÁENZ, 1989: 9).

Os textos maias, fontes indispensáveis e pouco exploradas, manifestam uma preocupação milenar com a indicação das datas exatas em que ocorreram os acontecimentos, muito mais que os astecas, conforme esclarece León-Portilla. O calendário maia contava o tempo – o Katún – colocando em pé, cada 20 anos, uma pedra pública, processo que foi interrompido pelos

espanhóis, conforme o relato amargurado do cronista maia Ah Nakuk Pech (LEÓN-PORTILLA, 1984: 58).

- Fontes andinas

“Estes ditos secretários honrados tinham quipos coloridos (...) anotavam o que acontecia em cada povoado deste reino (...) nos caminhos reais e em outras partes (...) para dar fé e fazer constar, com os quipos, as contas e informações. Eles tinham tanta habilidade com as cordas que tudo sabiam, que me pergunto o que fariam se fosse com letras? Com as cordas governava-se todo o reino.” (POMA DE AYALA, 1987: 362).

No trecho acima, retirado da *“Nueva Crónica y Buen Gobierno”*, o cronista índio Felipe Guamán Poma de Ayala destaca a fidelidade do registro com os quipos e manifesta sua admiração pela escrita.

Ao contrário dos astecas e maias, o mundo andino, configurado pelo chamado Império Incaico, desconhecia a escrita, mas possuía um sistema eficaz de controle da contabilidade e dos dados estatísticos através dos quipos – um sistema de cordas e nós coloridos, que era manipulado por especialistas: os *quilca camayoc* (encarregados da iconografia) ou os *quilla uata quipoc* (que levavam a conta dos meses e dos anos).

Como os quipos não ofereceram possibilidades de registrar relatos e narrativas, a memória coletiva era veiculada pela tradição oral. Os testemunhos indígenas escritos só vão aparecer após a chegada dos conquistadores, vertidos à escrita por índios alfabetizados em espanhol, destacando-se quatro autores principais que escreveram durante a segunda metade do século XVI e princípios do século XVII: o citado Felipe Guamán Poma de Ayala, Titu Cusi Yupanqui, Juan de Santa

Cruz Pachacuti Yamgui Salcamaygua e Garcilaso de La Vega, este último, mestiço.

O índio Felipe Guamán Poma de Ayala, nascido em Huamanga, provavelmente entre 1526 e 1533, cujo avô teria sido queimado vivo por Pizarro, escreveu a sua *Nueva Crônica y Buen Gobierno* para relatar a história do mundo andino antes e depois da Conquista.

Na primeira parte do relato, Poma de Ayala recolhe a tradição oral para descrever o mundo pré-incaico, as biografias dos doze incas, as festas, canções, práticas religiosas e elementos da literatura oral, bem como informações sobre legislação, administração, agricultura e estatísticas do Império Incaico. Na segunda parte, dedicada à Conquista, ele narra a captura e assassinato de Atahualpa, acontecimento que nos interessa aqui pelas possibilidades que abre para uma reflexão sobre o conflito da sociedade de memória oral com aquelas de memória escrita (PIETSCHAMANN, 1936:XX e XXI).

O encontro do Inca Atahualpa com Francisco Pizarro (1532), na Praça de Cajamarca, atinge o seu ponto mais dramático, quando o padre Vicente Valverde, com uma Bíblia na mão, explicou ao Inca as verdades da fé cristã, exigiu-lhe que adorasse a cruz e ouvisse a palavra de Deus. Atahualpa pediu o estranho objeto, olhou, tocou, colocou no ouvido para escutar a voz divina e, nada ouvindo, jogou o livro fora. O padre, indignado pelo que considerou como heresia, apelou aos seus soldados. A tropa disparou os canhões e os arcabuzes, lançou os seus cavalos sobre o exército de Atahualpa e “começou a matar índios como formigas”, na descrição de Poma de Ayala (POMA DE AYALA, 1987: t. 29b: 393).

A seqüência dos fatos recebe versões enriquecidas de outras fontes. O Inca, preso, seqüestrado e negociando o seu resgate, conviveu por um ano com os seus raptores. Foi aprendendo a língua espanhola, a jogar xadrez – não perdia uma partida – e

assim foi compreendendo a importância que aquele objeto estranho – o livro – tinha na vida dos conquistadores. Um dia, ele solicitou a um de seus carcereiros, que escrevesse na unha de seu dedo a palavra Deus. E então pediu a Pizarro que lesse. Pizarro não pôde. “*Comprendió ele Inca que el gran conquistador del Peru era analfabeto y desde entonces lo tuvo a menos*”. (MACERA,s/d:32).

Este episódio ilustra o conjunto de contradições que caracterizam o processo colonial, inclusive aquelas relacionadas à questão da memória oral e da memória escrita e da transição de uma a outra, da coexistência delas em uma mesma sociedade e de seus conflitos.

O próprio Poma de Ayala não vai escapar a essas contradições. Índio ladino que aprendeu a língua espanhola, com ela é que vai escrever sua crônica. Mas se a língua escrita é a espanhola, o texto está marcado pela oralidade, pela sintaxe quéchua e pela ortografia “créole”, conforme assinalam os estudiosos que analisaram o seu discurso. (URIOSTE, 1987: t. 29 a LXXV)

Apesar de elaborar um texto considerado por alguns como influenciado pelo ponto de vista europeu, Poma de Ayala denuncia com indignação o quadro das relações desiguais entre, de um lado, os índios, e do outro, senhores, padres, religiosos, corregedores, encomenderos e detalha as condições de trabalho sob a dominação colonial.

No entanto, o principal elemento do discurso de Poma de Ayala é seguramente constituído por mais de 300 desenhos e ilustrações feitos por ele próprio, numa seqüência que antecipa, na maioria dos casos, o texto escrito que o acompanha, com imagens desesperadas sobre a brutalidade e a humilhação, mas também com cenas de homens no campo, cantando e trabalhando. Trata-se do primeiro ‘filme’ realizado sobre a Conquista, com imagens fortes, de caráter narrativo,

carregadas de informações. O poder do desenho funciona como um elemento destinado a eliminar a incredulidade sobre os acontecimentos insólitos (PIETSCHAMANN, 1936: XXI).

O manuscrito de Poma da Ayala, com 1.179 páginas, foi encontrado em 1908 na Biblioteca Real de Copenhague e desde então tem sido uma fonte fundamental para a reconstrução da memória do mundo andino, juntamente com os outros três autores indígenas conhecidos.

O segundo relato indígena sobre a Conquista, cujo original se encontra na Biblioteca do Escorial, na Espanha, é a *Intrucción Del Inca don Diego de Castro*. O Inca Titu Cusi, que governou entre os anos de 1557 e 1570, foi batizado com o nome de Diego Castro. O padre Marcos García, encarregado de catequizá-lo, foi quem transcreveu as palavras ditadas diretamente por Titu sobre as humilhações sofridas por seu pai Manco II, o cerco de Cuzco e outros fatos relativos à vida e organização do novo Estado Inca em Vilcabamba.

Juan de Santa Cruz Pachacuti é o terceiro cronista indígena, cuja obra - *Relación de*

Antigüidade deste Reyno del Piru - redigida em princípios do séc. XVII, se conserva na Biblioteca Nacional de Madri. Apesar de breve, é uma fonte rica de informações sobre os diversos Incas e sobre a Conquista.

Finalmente, existe o clássico *Comentarios Reales* do Inca Garcilaso de la Vega, mestiço, nascido em 1539, filho de uma sobrinha de Inca Huayana Cápac com um dos conquistadores espanhóis. Sua crônica, editada em 1609, retoma na primeira parte a tradição oral com relatos sobre o período pré-hispânico e na segunda parte narra o descobrimento e a conquista do Peru. Índio entre os espanhóis, e espanhol entre os índios, Garcilaso produziu uma obra classificada como " *um reflexo da alma dos povos vencidos.*" (LEÓN-PORTILLA, 1984: 97).

Outro tipo de fonte indígena é formado pela abundante documentação administrativa e judicial, redigida pelos índios que reivindicavam os seus direitos, dentro de padrões europeus. Ela era endereçada à burocracia, um público bem menor do que os potenciais leitores das crônicas. Estudada pelo historiador peruano Franklin Pease (1985), esses documentos constituem um conjunto de testemunhos históricos que têm permitido revelar o cotidiano do homem andino e a imagem que ele construiu de si mesmo no período colonial.

León-Portilla, que publicou uma antologia dos relatos indígenas, vê nos textos astecas "*uma visão épica e traumatizada*", nos maias "*considerações de cunho filosófico*" e nos incas "*relatos dramáticos e às vezes resignados*".

Nos três casos, a memória escrita indígena, que expressa o ponto de vista dos índios com toda a contradição do mundo colonial que se construía, vem sendo integrada e trabalhada pela produção historiográfica dos últimos trinta anos, rompendo com um silêncio de quatro séculos e enriquecendo enormemente a historiografia.

Talvez não seja demasiado enfatizar, aqui também, que todas essas fontes devem ser submetidas ao exercício rigoroso da crítica histórica, sob o risco de se cair num 'perspectivismo fundamentalista', onde o posto de observação torna-se garantia de verdade, ou no 'ecletismo', onde as visões diferenciadas são apenas justapostas.

- Fontes Amazônicas: a canoa da transformação

"O sétimo a sair foi o branco com a espingarda na mão. Então Emkho Sulân Panlâmin lhe disse: 'Você é o último; dei aos primeiros todos os bens que eu tinha. Como é o último, deve ser uma pessoa sem medo. Você deverá fazer a guerra para tirar a riqueza dos outros. Com isso encontrará dinheiro'" (PĀRŌKOMU & KĒHĪRI, 1980: 74).

O texto acima, retirado da mitologia heróica dos índios Desana, foi escrito pelo Índio Torami-kehíri, nascido em 1947, cujo nome cristão é Luiz Gomes Lana. Ele transcreveu em língua desana os mitos que seu pai, já falecido, Umusi Pārōkumu (Firmiano Arantes Lana), ia lhe ditando, traduzindo-os em seguida ao português. Luiz Lana e seu pai, pertencentes à estirpe de chefes de maloca, decidiram registrar o mito por escrito, preocupados com as conseqüências da introdução da escrita sobre a memória oral. Segundo Berta Ribeiro, *"na história da antropologia brasileira, esta é a primeira vez que protagonistas indígenas escrevem e assinam sua mitologia"*.⁵⁹

O pai, Umusi Pārōkumu, nascido em 1927, é filho de tuxaua *baya*. Era um *kumu*, mestre de cerimônias, com funções destacadas na estrutura social desana. Ele se recusou a aprender o português, e morreu sem conhecer a escrita. O filho, Tōrāmü Kēhíri, cursou até a quinta série primária na Missão

⁵⁹ O livro foi publicado pela primeira vez, em julho de 1980, sob o título *Antes o Mundo não existia*, com introdução de Berta G. Ribeiro, acompanhado de 32 desenhos feitos a lápis por Luís Lana. Uma segunda edição, revista e ampliada, foi organizada, em 1995, pela antropóloga Dominique Buchillet. Depois, foi feita uma edição, em espanhol, com apresentação do tradutor José Ignacio Uzquiza (Barcelona, Prensa Universitária, 2.000).

Salesiana de Pari-Cachoeira, no rio Tiquiê, afluente da margem direita de rio Uaupés, região do rio Negro, no Amazonas. No entanto, como assinala Berta Ribeiro, "*trata-se de dois intelectuais no sentido lato do termo, com vasto domínio da milenária cultura tribal*" (RIBEIRO, 1980:9). *Nosso saber não está nos livros*, diz Luiz Lana, em depoimento no qual tece considerações sobre o papel da escrita no processo colonial: "*Nós sabemos muito bem que o livro [Bíblia] é a arma do missionário. O outro branco possuía como arma uma espingarda. Com essa espingarda ele pratica todo tipo de violência*" (BUCHILLET, 1992: 20).

O mito da criação do mundo é comum a toda a área cultural de rio Negro, mas apresenta variações de um grupo a outro. Narra como os ancestrais da humanidade partiram do Oceano Atlântico numa canoa - a *Canoa-de-Transformação* - numa viagem assimilada à humanização e maturação progressiva dos seres humanos. Subiram o curso dos rios Amazonas, Negro, Uaupés e seus afluentes, e foram parando em numerosas *casas de transformação*, nas quais faziam festas. Desembarcaram num lugar situado entre as cachoeiras de Ipanoré, no médio rio Uaupés. Foi nesse lugar que aconteceu a diferenciação entre brancos e índios. Na versão desana, o branco é retratado segundo as duas faces com que se apresentou aos índios: a do padre missionário, doutrinador, empenhado em destruir as crenças ancestrais, e a do truculento negociante, escravizador de índios. Na representação mítica da criação dos diferentes grupos humanos, o homem branco é o último a sair dos buracos das pedras dos Ipanoré, sendo logo enxotado por Emekho Sulân Panlâmin, o Criador da terra, para bem longe, para o sul, como elemento perturbador do éden mítico original.

Essas narrativas míticas são todas transmitidas oralmente, porque as sociedades indígenas que ocupavam, no séc. XVI, o

território que hoje é o Brasil, ao contrário das sociedades astecas e maias, eram sociedades ágrafas, isto é, independentes da escrita. Os conhecimentos e experiências de cada povo eram armazenados na memória humana e transmitidos de uma geração a outra pelo que se convencionou atualmente denominar de *tradição oral*.

No entanto, em vários grupos indígenas da Amazônia, se conhecem outros recursos que foram utilizados, além da memória oral. Por exemplo, os Sateré-Mawé, de língua tupi, distribuídos por mais de trinta povoados dos rios do baixo-Amazonas, preservam com muito cuidado três exemplares do Porantim - uma clava em forma de remo, trabalhadas em pau-ferro, onde estão gravados losangos e gregas, desenhos e figuras que representam simbolicamente um conjunto de mitos e histórias, com informações sobre as origens da tribo. Os desenhos do Porantim têm valor mnemônico. Até hoje alguns velhos são capazes de ler o seu conteúdo. "*É a nossa Bíblia. No Porantim está escrito como se formou o mundo, o guaraná e a mandioca*", diz o taxáua Emílio (FREIRE, 1988:30).

Diversas culturas amazônicas, desde antes da chegada dos europeus até os dias de hoje, desenvolveram o que foi denominado de 'narrativas gráficas', num processo similar ao experimentado pelas culturas andinas com os '*huacos mochicas*' ou com os desenhos em cabaças, que serviam de suporte físico para narrar e transmitir conhecimentos. É o caso dos povos ceramistas que viveram na ilha do Marajó entre os anos 400 e 1.300 d.C., responsáveis pela criação de uma linguagem que em vez de falada ou escrita era visual. Os estudiosos acham que os desenhos que ornamentam urnas, vasos, tigelas e pratos encontrados em sítios arqueológicos do Marajó, representando seres mitológicos da floresta, serviam para registrar, armazenar e divulgar conhecimentos, além de contar histórias e expressar crenças, emoções, idéias.

Com a introdução recente da escrita, alguns povos incorporaram o texto escrito aos desenhos. Os Wajãpi do Amapá possuem um conjunto de padrões gráficos, denominados de *arte kusíwa*, usados como uma forma de expressão complementar à tradição oral, transmitida de geração a geração. Da mesma forma que as narrativas são reelaboradas, novos padrões decorativos são aprendidos e reformulados. A arte gráfica Wajãpi recebeu do IPHAN, em 2002, o título de *Patrimônio Cultural do Brasil*, e o título concedido pela UNESCO, em 2003, de *obra prima da humanidade*. O povo Huni Kui do Acre, também conhecido como Kaxinawa, desenvolveu um tipo de ‘escrita’ - o *kene* - que significa desenho, com 25 traços que operam como padrões básicos e foram inspirados nas figuras do corpo da cobra jibóia. O *kene*, hoje, além de ser usado na tecelagem do algodão, no trançado em palha, nas pinturas em cerâmica ou nas pinturas corporais, está redesenhado nos livros didáticos das escolas indígenas (FREIRE, 2008).

No Brasil colonial, o manejo da escrita alfabética por índios não aconteceu da mesma forma que na sociedade andina. Por isso, as únicas fontes escritas que vêm nutrindo a historiografia brasileira são aquelas escritas pelos conquistadores que, por sua vez, raramente tiveram o cuidado de recolher o testemunho oral dos povos indígenas, para quem o processo colonial significou a ruína de suas civilizações, a extinção de centenas de línguas e a destruição de grande parte do saber acumulado milenarmente pela tradição oral.

Nas raras ocasiões em que os cronistas europeus recolheram a tradição oral com informações dos próprios indígenas, registrando-a por escrito, esses dados foram desprezados pela historiografia convencional que, com uma postura etnocêntrica, se revelou incapaz de explorá-la sistematicamente. Para o caso da Amazônia, existem muitos

exemplos que podem confirmar esse fato, de Berredo, no século XVIII, a Arthur Reis, no século XX.

Bernardo Berredo, um capitão de cavalos de nacionalidade lusa, que foi governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1718-1722), é autor do primeiro ensaio de história da Amazônia, publicado em Lisboa (1749). Com livre acesso aos arquivos oficiais, ele trabalhou diferentes fontes escritas, entre as quais, as crônicas. Parte da documentação por ele consultada perdeu-se em um naufrágio, tornando-o uma fonte primária indispensável para a história colonial. (BERREDO, 1905). Um confronto entre sua obra e algumas de suas fontes nos revela o tratamento por ele dispensado à tradição oral.

É o caso dos depoimentos orais de índios registrados nas crônicas do capuchinho francês Claude D'Abbeville sobre a fundação de São Luís do Maranhão (1613-1615), e do jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, cronista da viagem de descida de Pedro Teixeira pelo rio Amazonas (1639-1640). O capuchinho reproduz em sua crônica o discurso do índio Japiguacu, cacique da ilha do Maranhão (D'ABEVILLE, 1963), que manifesta como os Tupinambá viram o processo colonial. Mas um século depois a fala do índio é desqualificada por BERREDO (1905:75), "*porque – segundo ele - é impossível um bárbaro fazer discurso e filosofar*". Quanto à tradição oral dos índios Tupinambarana, recolhida por ACUÑA (1981), contendo informações sobre as migrações daquele povo, Berredo, que classifica os índios como "*abortos da humanidade*", vai também considerá-la como "*novelas*" e "*fantasias*" e suprimi-la de seus *Annaes Históricos* (BERREDO, 1905. 289 e 319).

A partir de Berredo até os dias de hoje, a história da Amazônia se resume a uma apologia da administração colonial lusa. Arthur Reis, o estudioso que mais produziu sobre a história regional, caminha pela mesma rota etnocêntrica de

Berredo, banindo os testemunhos indígenas de sua obra que, em seu conjunto, possui um inegável valor heurístico no que diz respeito às fontes escritas portuguesas.

No campo da etno-história, a situação para o conjunto do Brasil é semelhante à da Amazônia e em nada se diferencia daquela assinalada no final do século passado pelo americanista espanhol Jimenez De La Espada, que foi diretor do Archivo General de Indias, em Sevilla. Com ironia e propriedade, ele criticou os brasileiros por haverem aceitado passivamente, sem questionamento, a versão que os portugueses deram da história colonial.

Los portugueses han tenido la doble fortuna de no tener un padre Las Casas y de que los brasileiros hayan hechos suyos, sin discutirlos, los hechos de aquellos hombres que a todo costo les dieron la opulenta y anchissima pátria" (JIMENEZ DE LA ESPADA, 1942: 66).

Essa aceitação decorre, em grande medida, do fato de que a historiografia ocidental, da qual a brasileira faz parte, desdenhou desde o seu início qualquer documentação verbal que não fosse escrita, padronizou este traço e universalizou seu modelo de confiabilidade nos documentos escritos, fazendo extensiva esta qualidade ao 'resto' do mundo que foi encontrado no processo colonial.

Durante muito tempo, a historiografia considerou os povos ágrafos como 'povos sem história' ou povos pré-históricos, devido à exclusiva falta de 'literacidade', isto é, de uma prática sistemática de leitura e escrita. As sociedades de memória oral foram também consideradas sociedades pré-lógicas que, não dominando a escrita, não detinham o saber. Argumentava-se que, na ausência de documentos escritos, os documentos de cultura material constituíam pistas frágeis para o levantamento da história desses povos. Quanto à

tradição oral, ela não era digna de credibilidade. Portanto, sem fontes escritas, não há história, não há saber.

Um dos principais argumentos para afirmar a 'superioridade' da escrita frente aos recursos orais reside justamente na discutível consideração de que a oralidade é frágil, fantasiosa e não armazena o saber com a mesma fidelidade e o mesmo poder acumulativo da documentação escrita, o que é fundamental para a construção da memória histórica.

Reflexões teóricas sobre a natureza da oralidade e seus mecanismos de transmissão, bem como sobre o próprio conceito de tradição oral, acompanhadas de pesquisas realizadas junto às sociedades ágrafas, vêm demonstrando a fragilidade, não da tradição oral, mas da argumentação utilizada para descartá-la como fonte. Parece-nos oportuno apresentar aqui uma síntese de suas principais conclusões.

O conceito de tradição oral

O conceito de tradição oral surgiu no séc. XIX, na atmosfera intelectual do romantismo europeu, e conservou muitas características que o pensamento romântico lhe atribuiu opondo, de um lado, a literatura dos povos e camadas cultivadas e, de outro, a literatura popular, isto é, a literatura das camadas e nações de cultura ágrafa.

Definida em contexto bem preciso por Franz Boas como "*autobiografia da tribo*", a tradição oral é apresentada como recurso das sociedades ágrafas para transmitir sua cultura e a sua história e engloba mitos, contos, sistema de crenças, histórias e outros relatos (FRIBOURG, 1985: 65).

Tradição oral, para Moniot (1979: 102), é "*tudo aquilo que é transmitido pela boca e pela memória*" enquanto Jan Vansina a define como "*um testemunho transmitido oralmente de uma*

geração à outra" e aponta suas características particulares: o verbalismo e a forma de transmissão. (VANSINA, 1980: 160).

Preocupado com as implicações teóricas e metodológicas das diferentes definições, Jean Molino (1985) observa que a tradição oral é uma noção difícil de manejar. Como muitos dos conceitos das ciências humanas, é uma entidade mal definida que pode designar realidades diferentes. Ele diferencia duas acepções, uma no sentido estrito e outra no sentido amplo.

No sentido estrito, a tradição oral designa a arte da palavra numa sociedade, ou mais exatamente, nos grupos sociais que desconhecem a escrita como meio de transmissão do saber. Nesta acepção, a tradição oral engloba a poesia, as baladas, os provérbios, os mitos, os contos e toda a literatura oral.

No entanto, a tradição oral, num sentido mais amplo, não se resume à transmissão de narrativas ou de determinados conhecimentos, mas é geradora e formadora de um tipo particular de homem e de sociedade. Ali, onde ela não convive com a escrita, acaba modelando a noção de tempo, de espaço, de causa e até mesmo de verdade histórica, que está estreitamente ligada à fidelidade do registro oral e à sua credibilidade. Por essa razão, no sentido mais amplo, o conceito acaba englobando os ritos, as práticas religiosas, o sistema de crenças, os hábitos e costumes, enfim, toda a produção simbólica de uma comunidade ágrafa. (MOLINO, 1985: 31-45).

A contribuição teórica que nos parece mais relevante sobre a questão reside, no entanto, não na definição formal do conceito, mas na reflexão realizada sobre a natureza da oralidade e seus mecanismos de transmissão, o que vem permitindo o reconhecimento dos saberes produzidos pelas sociedades ágrafas e a recuperação do testemunho oral como fonte indispensável para a construção da memória histórica.

É interessante observar que está em curso um processo de recuperação da tradição oral feita não só nas sociedades ágrafas, mas também naquelas que têm uma longa e forte tradição literária, porque nada prova, *a priori*, que a escrita resulta em um relato da realidade, mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração a geração. Jan Vansina, que estudou as sociedades tribais africanas, esclarece como inúmeros fatores - religiosos, mágicos e sociais - concorrem ao interior das sociedades ágrafas para preservar a fidelidade da transmissão oral. Recursos mnemônicos sofisticados desenvolvidos de maneiras variadas por essas sociedades e mecanismos de controle sobre a transmissão oral se revelaram eficientes para a organização social desses povos. (VANSINA, 1980:162).

Se tradição oral e memória significassem fantasia e fragilidade perpétuas - escreve Henri Moniot - compreenderíamos mal que sociedades sem escrita tenham sustentado práticas e realizações políticas e culturais, algumas vezes complexas, extensas e duráveis". (MONIOT, 1979:102).

Efetivamente, as línguas dos povos da floresta amazônica e as formas como domesticaram a mandioca e processam a extração de seus derivados, mediante uma tecnologia sofisticada milenar que tem que lidar com um veneno poderosíssimo, constituem evidências de que estas sociedades orais têm uma prática de produção de conhecimento, testam hipóteses através de experimentos genéticos, plantam e selecionam sementes, realizam observações rigorosas e classificam o mundo natural de uma maneira tão complexa como a taxonomia de um biólogo universitário, conforme demonstram recentes estudos na área de etnobiologia. (RIBEIRO, 1986).

As pesquisas que incorporaram a tradição oral como fonte, realizadas nas três últimas décadas, vêm demonstrando que os julgamentos sobre as culturas ágrafas, consideradas como incapazes de construir o pensamento abstrato, são preconceitos que não fazem diferença entre o saber e a escrita, quando na expressão talvez simplificadora do tradicionalista africano Tierno Bokar, mas didática para esse contexto, *"a escrita é uma coisa, e o saber outra. A escrita é apenas uma fotografia do saber, mas não o saber em si"*. (HAMPATÉ BÁ, 1980: 181).

De outra forma não se poderia explicar como as sociedades indígenas estudadas por Lévi-Strauss chegaram a estabelecer classificações metódicas e fundamentadas sobre um saber teórico solidamente construído, comparáveis, do ponto de vista formal, às classificações que a zoologia e a botânica continuam utilizando (LÉVI-STRAUSS, 1972: 60).

Assim, a tradição oral não é apenas uma fonte que se aceita por falta de outra melhor e à qual nos resignamos por desespero de causa. Ela é *"uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida"* (KI-ZERBO, 1980: 31).

As fontes orais

Estabelecida nella uma guarnição militar, fortificadas as fronteiras, tudo isto pede obras, diligências e expedições do Real Serviço; e tudo concorre para a diminuição das aldeas dos índios". (Ouvidor Sampaio - 1774-5)

Há muito tempo eles construíram aqui este quartel. Então eles mataram os mais velhos, e muita gente foi levada daqui"... (Depoimento de um índio Baniwa, recolhido em 1977 por Wright (1980:139).

A etnohistória é uma ciência de campo. Para Henri Moniot, *"as fontes orais, o material etnológico, tudo o que se encontra inscrito nas memórias e nos comportamentos não pode ser sequer recolhido, mas acima de tudo discernido, medido e em seguida avaliado e criticado, senão na sociedade estudada"*(MONIOT, 1979: 100).

A tese de doutorado de Robin Wright, defendida na Universidade de Stanford em 1980 - *History and Religion of the Baniwa Peoples of the Upper Rio Negro Valley* - exigiu de seu autor a convivência por um período de treze meses, de setembro de 1976 a outubro de 1977, com os muitos grupos Baniwa que vivem hoje no rio Aiarv, afluente do Içana, na região do Alto Rio Negro.

Nos últimos 250 anos, os Baniwa enfrentaram guerras de extermínio, escravização, perda de território, relocação forçada, epidemias, seqüestro de seus filhos, abuso físico, fome e a destruição de muitas de suas tradições sociais e culturais, incluindo a comercialização e venda de seus objetos sagrados.

Os Baniwa constituem um dos poucos grupos nativos que sobrevivem há dois séculos e meio de contato e para o qual existe uma volumosa documentação do período colonial. É que as autoridades portuguesas, interessadas na exploração da força de trabalho indígena e preocupadas em aniquilar os movimentos messiânicos, produziram relatórios extensos e detalhados sobre o povo Baniwa, conservados hoje, em sua maioria, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e na Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

Wright trabalhou esses relatórios oficiais de militares, do governo, de missionários, de viajantes e de etnógrafos e concluiu que essa expressiva documentação era insuficiente e inadequada para obter um conhecimento mais sistemático da religião indígena tradicional, sem a qual não se pode explicar a resistência indígena e a sua participação nos movimentos

milenaristas. Decidiu, então, recolher as numerosas histórias orais contadas pelos índios, que dão conta não apenas da sociedade Baniwa pré-colonial, mas também dos contatos com o invasor europeu desde os seus primeiros momentos. Para discutir a relação dos movimentos messiânicos com a mitologia Baniwa, o ritual e o xamanismo, o pesquisador centrou sua atenção sobre um mito que é fundamental para a religião Baniwa: o mito do herói-cultural Kuai, que explica um conjunto de fundamentos das crenças milenaristas dos índios do Alto Rio Negro. Combinou, então, o trabalho nos arquivos, onde buscou documentos escritos do séc. XVIII até a metade do séc. XIX, com o trabalho de campo que lhe proporcionou informações orais recolhida entre os Baniwa, além de outras fontes etnográficas, estabelecendo uma série de correlações diretas entre o material assim registrado (WRIGHT, 1980).

É interessante constatar que, passados 250 anos das incursões das tropas de resgate, a tradição Baniwa ainda guarda a sua memória viva, sem datas, mas conservando a estrutura cronológica com fidelidade.

Os resultados deste estudo sobre os Baniwa reforçam, em linhas gerais, aqueles desenvolvidos nos últimos anos em vários países da África e da América, que usaram as fontes orais indígenas, cruzando-as com a documentação escrita elaborada pelo colonizador.

Na África, onde se realizaram campanhas de coleta da tradição oral e onde se criaram centros regionais de documentação oral, esta tradição tem iluminado a crônica escrita, bem como orientado escavações arqueológicas, como é o caso do mito da serpente Peul, cuja narrativa contém indicações geográficas precisas que permitiram a descoberta do traçado do antigo leito do rio Niger. (HAMPATÉ BÁ, 1980: 126).

Em vários países da América de colonização espanhola como México, Peru, Guatemala, Bolívia, Equador e Venezuela, os avanços da pesquisa histórica que usa a tradição oral como fonte tem apresentado resultados surpreendentes e reveladores não apenas da memória indígena, mas da própria identidade nacional. Cabe destacar, entre outros, o trabalho de Marie Claude Mattei-Muller, na Venezuela, que usou fontes escritas e orais para reconstruir a participação dos índios Mapoyo nas lutas pela independência ao lado de Bolívar, bem como dois trabalhos bolivianos, um de Sílvia Rivera Cusicanqui - *Las rebeliones andinas através de la história oral* e outro de René Arze Aguirre sobre a guerra do Chaco. Tal produção acadêmica repercute no ensino de história e começa a ser incorporada nos manuais e livros didáticos desses países.

No Brasil, as universidades e os centros de pesquisa não se sensibilizaram suficientemente para essa questão, cabendo salientar algumas iniciativas isoladas, com a participação dos próprios índios, como foram a inauguração do Museu Maguta no Alto Solimões (AM), com o objetivo de preservar a cultura Tukuna, a proposta de criação de Centro de Tradição Oral dos Povos Tukano, no rio Negro (AM) e a criação da mitoteca Baniwa. Recentemente, alunos da Escola Baniwa e Coripaco registraram em áudio os mitos e conhecimentos tradicionais que falam de recursos alimentares, pesqueiros e ambientais da região, criando uma mitoteca, inaugurada em 2005, com a compilação de 58 mitos indígenas. Além de 180 cópias em fitas-cassete, algumas narrativas foram transcritas para um livreto e para cds. O foco do projeto da mitoteca foi garantir o registro oral e escrito da mitologia Baniwa sobre origem, hábitos e estratégias reprodutivas de peixes, armadilhas de pesca e um conjunto de saberes práticos que regulam as formas de exploração sustentável dos recursos alimentares da etnia. Finalmente, cabe destacar as publicações da Série Narradores

Indígenas do Rio Negro, organizada pela FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, que reúne narrativas de autoria indígena sobre os mais importantes mitos da região.⁶⁰

Tais iniciativas isoladas estão longe de substituir todo um programa necessário de recuperação da memória oral, possível de ser registrada em muitos daqueles povos que resistiram às investidas do processo colonial e às políticas do estado neo-brasileiro.

Quanto aos povos que foram exterminados, sepultando com eles conhecimentos acumulados durante milênios e que vinham sendo transmitidos oralmente de uma geração a outra, existe um caminho aberto há mais de meio século por Alfred Métraux, retomado recentemente por um grupo de etnolinguístas franceses.

Alfred Métraux publicou, em 1927, um artigo sobre as migrações históricas dos TupiGuarani, usando para isso o discurso dos próprios índios recolhidos por alguns cronistas e cruzando-os com outras fontes escritas. O relato oral dos índios Tupinambarana ao padre Acuña em 1639, desprezado um século depois por Berredo como “novela” e “fantasia”, foi explorado por Métraux para descrever o que ele denominou de “*la plus vaste migration historiquement connue em Amérique du Sud*” (MÉTRAUX, 1927 :22).

Quando o padre Acuña desceu o rio Amazonas encontrou na ilha Tupinambarana, bem próximo à foz do rio Madeira, um povo denominado também Tupinambarana. Com a ajuda de intérpretes, os índios lhe contaram – e ele registrou – uma longa migração coletiva realizada por aquele povo.

⁶⁰ A FOIRN, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), publicou vários tomos da Série Narradores Indígenas do Rio Negro.

“Dizen también como salieron tantos, que no pudiendo por aquellos desiertos sustentarse todos juntos, se fueron dividiendo em tan dilatado camino, que por lo menos será de más de novecentas leguas” (ACUÑA, 1981:168)

A partir dessa e de outras indicações recolhidas por Acuña e apoiado em alguns documentos escritos, Métraux mapeou a rota da migração e construiu uma hipótese sobre o itinerário percorrido pelos índios, que habitavam originalmente a região da costa de Pernambuco. Na fuga para não serem escravizados pelos portugueses, os índios saíram do litoral, penetraram no sertão, cruzaram o Brasil central e atravessaram o atual Mato Grosso, chegando às cabeceiras do rio Madeira, em território que é hoje boliviano. Depois, eles desceram este rio até a sua confluência com o rio Amazonas, onde se fixaram.

Segundo Métraux é difícil retirar do relato oral recolhido por Acuña uma indicação que permita fixar a data desta migração, mas o seu início seguramente não se produziu antes de 1530, quando Duarte Coelho tomou posse da capitania de Pernambuco. E a sua chegada à ilha ocorreu, provavelmente, trinta anos antes da passagem do padre jesuíta, em 1639. Eles levaram aproximadamente 80 anos para percorrer todo o trajeto. (MÉTRAUX, 1927: p. 23).

Sem fazer qualquer referência ao trabalho de Métraux, Aurore Monod-Becquelin publicou, em 1984, um artigo sobre a tradição oral ameríndia nos relatos dos cronistas dos séculos XVI e XVII. O seu objetivo era descobrir alguns critérios gerais descritivos da atitude específica dos franceses em relação ao que hoje se denomina de tradição oral, para diferenciá-la da reação dos espanhóis, portugueses, ingleses e holandeses. A autora procurou num conjunto de crônicas por ela selecionadas “*o débil eco de uma palavra viva*” da tradição oral indígena. (MONOD-BECQUELIN, 1984: 229).

Apesar do fato de que nas primeiras viagens o problema dos europeus era muito mais como sobreviver do que recolher sistematicamente a tradição oral indígena, o levantamento realizado permitiu encontrar muitos traços da expressão oral dos índios, ainda que ela não existisse como tal na cabeça dos viajantes. Segundo MonodBecquelin, “*o relato está em todas as partes, ele aflora, ele triunfa ou ele se esconde detrás de um ‘porque’, com uma argumentação que tem por trás dela um mito*” (MONOD-BECQUELIN, 1984: 230).

O interessante neste trabalho é a sua metodologia, que contém um modelo proposto pela autora para identificar qual é o material que, nos escritos desta época, corresponde à expressão moderna da tradição oral.

Ela propõe uma definição ampla, que inclui:

1) as narrações, que as crônicas denominam de ‘mitos’, ‘fábulas’, ‘lendas’, ‘palavras ancestrais’ ou outros títulos;

2) os esclarecimentos e explicações que remetem a uma tradição, a um sistema de crenças ou explicitamente a uma parte de um mito;

3) as circunstâncias da narração, que fornecem não um texto, mas uma das chaves ameríndias sobre a forma ou estilo do texto. Trata-se de indicadores precisos que influem sobre a organização do relato e sua forma.

A operação para o reconhecimento destas informações contempla vários casos diferentes entre os quais:

a) o caso mais evidente, onde são registradas as palavras em língua indígena, como língua fonte, seguidas ou não de tradução na língua do cronista;

- b) o caso do discurso registrado em estilo indireto e traduzido, onde os enunciados foram explicitamente ouvidos da boca indígena, recolhidos no local e registrados pelo cronista e onde houve, portanto, um contato real entre os narradores indígenas e os relatores europeus;
- c) o caso do relato não explicitamente recolhido no local, onde não se pode saber com certeza absoluta se a pessoa que ouviu a narração é a mesma que a relatou por escrito; aqui a provável autenticidade não deve ser confundida com a questão da paternidade.

Monod-Becquelin (1984:286) conclui chamando atenção para aquilo que os antropólogos e etnólogos descobriam há mais de 50 anos, os etno-historiadores começam a descobrir agora e os missionários já sabiam há séculos: é fundamental o conhecimento da língua indígena no processo de coleta da tradição oral.

Retomando a proposta de Aurore Monod-Becquelin, foi elaborado um projeto de pesquisa no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio), com o objetivo de rastrear as crônicas portuguesas e francesas do séc. XVI sobre o Rio de Janeiro para fazer um inventário do seu potencial quanto à tradição oral. Como a população indígena original do território fluminense foi exterminada, não é mais possível coletar a tradição oral através da pesquisa de campo. O projeto pretendia identificá-la nas crônicas e dessa forma recuperar elementos da tradição oral indígena que pudessem servir de fontes para estudos posteriores.⁶¹

⁶¹ “As crônicas do século XVI como fontes da tradição oral indígena do Rio de Janeiro”. O trabalho, iniciado em março de 1992, contou com a participação das alunas Ligia Cavalheiros Castro, Maria Helena Cardoso

Considerações finais

A apropriação pela atual sociedade brasileira do saber indígena, transmitido de uma geração a outra através da tradição oral, tem sido obstaculizado pela ignorância, o despreparo e até mesmo o desprezo mantido em relação às línguas e culturas indígenas. O preconceito etnocêntrico não nos tem permitido usufruir desse legado cultural acumulado durante milênios. É um especialista em biologia, citado por Lévi-Strauss (1972:16) em *O Pensamento Selvagem*, que chama a atenção para o fato de que muitos erros e confusões poderiam ter sido evitados – alguns dos quais só muito recentemente retificados – se o colonizador tivesse confiado nas taxonomias indígenas em lugar de improvisar outras não tão adequadas.

O desaparecimento, nos últimos quatrocentos anos, de mais de mil línguas indígenas no Brasil significou uma queima de arquivo, cujos estragos foram enormes, mas podem ser ainda minimizados. Como observa Darell Posey (1986: 23), “*com a extinção de cada grupo indígena, o mundo perde milhares de anos de conhecimento sobre a vida e a adaptação a ecossistemas tropicais*”.

Resta ainda o saber armazenado na memória que continua circulando ainda hoje, de pai para filho, através da tradição oral veiculada na maioria das mais de 180 línguas indígenas que continuam sendo faladas em território brasileiro. O conhecimento que delas temos é ainda muito incipiente, mas sua importância para a história pode ser ilustrada pela metáfora usada por um índio Wapixana num curso de História da Amazônia ministrado, em janeiro de 1985, pelo

de Oliveira e Carla Maria da Silva Baltar, mas não foi concluído. Foi retomado, em 2007, com um objetivo mais amplo, por Ana Paula da Silva, graduada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

antropólogo Carlos Araújo Moreira Neto e por mim, em Boa Vista (RR).

Num grupo de sessenta índios Makuxi, Wapixana e Ingaricó, relatando os primeiros contatos com o branco no séc. XVIII, todos eles demonstraram ser bons narradores e conhecedores de sua história. O Wapixana Clóvis Ambrósio, no entanto, ficou isolado por desconhecer a técnica de narração e os fatos históricos relatados por seus colegas. Educado em Boa Vista com brasileiros, retornou adulto à aldeia. Portanto não havia aprendido a língua do seu grupo e tinha perdido a possibilidade de se comunicar com os velhos que não falam português. Refletindo com eles sobre esta situação, estabelecemos uma analogia entre o deslocamento no espaço amazônico, que só pode ser feito por água, em canoa, com o deslocamento no tempo, que só pode ser feito usando como veículo indispensável a língua. O Wapixana Clóvis compreendeu com lucidez a importância da língua na sua identidade quebrada, quando perguntou: “*Quer dizer que a língua é a canoa do tempo?*”.

Bibliografia

ACUÑA, P. Christoval de. “Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas”. Colección de libros que tratan de América raros ó curiosos. T. II. Madrid. 1981.

ALCINA FRANCH, José: “Mitos e Literatura Azteca”. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

BENJAMIN, Walter: “Teses sobre Filosofia da História” *in* Walter Benjamin. *Sociologia*. Org. Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Ática. 1985.

BERREDO, Bernardo Pereira. “Annaes históricos do Estado do Maranhão”. 3ª edição. Florença: Typ. Barbera. 1905. 2 vols.

BUCHILLET, Dominique. Chroniques d'une conquête (depoimento de Luiz Gomes Lana coletado em português, em Brasília, EM junho de 1992) *Ethnies. Droits de l'Homme et Peuples autochtones*. Paris: Survival International France, n° spécial 1993 n° 14, pp. 19-21.

CARVAJAL, Gaspar de; ALMESTO, Pedrarias de; y ROJAS, Alonso de: *La aventura del Amazonas*. Edición de Rafael Diaz. Madrid. Historia 16. 1986 (Crónica de América 19).

CHERNELLA, Janet M.: "Os cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukano)" In RIBEIRO, Berta G. (org). *Suma Etnológica Brasileira*. Petrópolis. Vozes. 1986. Edição atualizada do Handbook of South América Indians. Vol. 1 – Etnobiologia, p. 151 a 158.

CHILAM BALAM: *El libro de los libros de Chilam Balam*. 2ª edição. Tradução de Alfredo Barrera Vásquez. México: Fondo de Cultura Económica. 1963.

CHILAM BALAM: *O livro sagrado dos maias*. Tradução ao português de Fernando Py. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra. 1980

D'ABEVILLE, Claude: "Histoire de la Mission des Pères Capucins en L'Isle de Maragnan et terres circovoisins". Fac-simile de l'édition de 1613 publié à Lyon et à Paris. Graz/Áustria. Akademische Druck. 1963. Introduction Alfred Métraux et Jacques Lafaye.

DIAZ DEL CASTILLO, Bernal: "História verdadeira de la conquista de la Nueva España". Madrid: História 16 1984 (Crônica da América 2).

FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDEZ, Gonzalo: "Cronica Delas Indias". La Hystoria General de las Indias agora nuevamente impressa corregida y emendada. 1547. Biblioteca Nacional de Paris. Reserva P. 330

FOSSA FALCO, Lydia: "Pucara: una clave lingüística para leer a Cieza de León" in *Boletín de Lima*, n° 64, p. 45-54. Lima. Julio 1989 e "Leyendo hoy a Cieza de León: De la Capacocha a la Capac Hucha" in *Boletín de Lima*, n° 73 p. 33-41. Lima. Enero 1991.

FREIRE, José R. Bessa. "É remo, é clava, é voz de guerreiro". *Revista de Comunicação*. Ano 4, n° 15 – 1988. Rio de Janeiro: Agora Comunicação Integrada Ltda.

FREIRE, José R. Bessa. *Dona Fiota: a Letra e a Palavra*. Manaus. Diário do Amazonas. 09/12/2007

FREIRE, José R. Bessa. *Desenhando os Sonhos*. Apresentação feita para o livro de LANA, Feliciano: 'A origem da noite' e 'Como as mulheres roubaram as flautas sagradas'. Manaus. Edua. 2008 (no prelo)

FREIRE, José R. Bessa & MALHEIROS, Márcia. *Os Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Rio. FNDE-Depext/Uerj. 1997.

FRIBOURG, Jeanine. "Littérature orale: image de la société?". IN: Actes Colloque International du CNRS organisé par J'Association Française des Anthropologues. Sévres 1981. Paris: SELAF. 1985.

HAMPATÉ BÁ, A. "A tradição viva". In Ki-Zerbo, J. (coord.) *História Geral da África*. Vol. I. Metodologia e Pré-História da África. São Paulo: Ática-Unesco. 1980

JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. "Prólogo a Viaje del Capitán Pedro Teixeira, águas arriba del rio Amazonas". In: Relación del Descubrimiento del Rio Amazonas y hoy San Francisco del Quito. Biblioteca Amazonas. Vol. III. Quito. 1942.

KI-ZERBO, J. (coord): Introdução. *História Geral da África*. Vol. I. Metodologia e Pré-História da África. São Paulo: Ática-Unesco, 1980.

LAS CASAS, Bartolomé de (O bispo de Chiapa): "*Historia de las Indias a hora por la primera vez dada a luz por el Marqués de la Fuensanta Del Valles*" 5 tomos. Madrid: Imprenta de Miguel Ginesta, 1875. 05 Tomos

LATHRAP, Donald W.: *The Upper Amazon*. Southampton: The Camelot Press Ltd. 1970. (Cap. III - "Tropical Forest Culture").

LE GOFF, Jacques: "Memória". *Enciclopédia Einaudi*. Vol. I. Memória - História. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LEÓN-PORTILLA, Miguel: *A Conquista da América Latina vista pelos índios*. Relatos astecas, maias e incas. Tradução de Augusto Ângelo Zanatta. Petrópolis: Vozes, 1984

LEÓN-PORTILLA, Miguel: "La imagen de si mismos: testimonios indígenas del período colonial" in *América Indígena*. Vol. XLV, nº 2 - abril-junio 1985. México: Instituto Indigenista Interamericano.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “La pensée sauvage”. Paris: Plon. 1972.

LOPEZ DE GOMORA, Francisco: “La Conquista de México”. Madrid. História 16, 1987 (Crônicas de América 36). Do capítulo intitulado “Como salió Montezuma a recibir a Cortés”.

MACERA, Pablo. “Historia del Peru”. La Colonia (2). Lima: Editorial Wirakipu. s/d.

MANUSCRITOS N° 22 - “Unos anales históricos de la nación mexicana”. Biblioteca Nacional de París. fl. 33, citado por Miguel León-Portilla: “Visión de los vencidos”, versión de textos nahuas de Angel Ma. Garibay K. 10ª edición. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1984.

MÉTRAUX, Alfred. “Migration Historiques des Tupi-Guarani”. Paris: Maison-nueves Frères Editeurs. 1927.

MOLINO, Jean. “Qu’est-ce que la tradition orale? De la définition aux méthodes”. Actes du Coloque International du CNRS. Paris: SELAF, 1985.

MONIOT, Henri: “A história dos povos sem história” in *História: novos problemas*. 2ª edição. RJ: Livraria Francisco Alves Editora, 1979

MONOD-BECQUELIN, Aurore. “La parole et la tradition orale amérindiennes dans les récits des chroniqueurs aux XVI et XVII siècles”. Paris: Amerindia. Número spécial 6. CNRS. 1984. pp. 227-350

MORALES PADRÓN, Francisco: *História General de América*. Seis Tomos. Manual de História Universal. Madrid: Espasa-Calpe, 1985.

PĀRŌKOMU, Umusi & KĒHĪRI, Torāmü: *Antes o mundo não existia*. 1ª edição 1980, com Introdução de Berta G. Ribeiro. São Paulo: Livraria Cultura Editora. 2ª edição. 1995, com notas de Dominique Gallois. São Gabriel da Cachoeira. Unirt/Foirn,

PEASE Franklin, G.Y. “E busca de una imagen andina propria durante la colonia”. In: *América Indígena*. Vol. XLV. nº 2 – abril-junio 1985, México: Instituto Indigenista Interamericano.

PIETSCHAMANN, Richard. “Renseignements Sommaires”. Nueva Crónica y Buen Gobierno (Codex péruvien illustré) de Felipe Guamán Poma de Ayala. Paris: Institute D’Ethnologie. 1936.

POMA DE AYALA, Felipe Guamán. “Nueva crónica y buen gobierno”. Edición de John V. Murra, Rolena Adorno e Jorge L.

Urioste. Madrid. Historia 16. 1987 (Crônicas de América 29a, 29b, 29c).

POSEY, Darrell A.: “Etnobiologia: teoria e prática”. Introdução in Suma Etnológica Brasileira. t. 1, Etnobiologia. Petrópolis. Vozes/Finep. 1986

RIBEIRO, Berta G. “Os índios das águas pretas”. In: *Antes o mundo não existia*. São Paulo. Livraria Cultura Editora. 1980

RIBEIRO, Berta G. (coord.): “Suma Etnológica Brasileira”. Etnobiologia t. 1. Petrópolis: Vozes, 1986.

RIVERA, Miguel: Introducción. Chilam Balam de Chumayel. Madrid. Historia 16. 1986 (Crônicas de América 20).

SÁENZ DE SANTA MARÍA, Carmelo. “Introducción”. Popol Vuh. Madrid. Historia 16. 1989 (Crônicas de América 47).

TODOROV, Tzvetan: *La Conquête de l'Amérique, La question de l'autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

URIOSTE, Jorge L. *Los textos quechuas en la obra de Waman Puma*. In: POMA DE AYALA, Felipe Guamán. “Nueva crónica y buen gobierno”. Edición de John V. Murra, Rolena Adorno e Jorge L. Urioste. Madrid. Historia 16. 1987 (Crônicas de América 29a, 29b, 29c).

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In Ki-Zerbo, J. (coord.) *História Geral da África*. Vol. I. Metodologia e Pré-História da África. São Paulo: Ática-Unesco. 1980

WACHTEL, Natan: *La vision des vaincus*. “Les Indiens du Pérou devant la Conquête espagnole”. Paris: Gallimard, 1971.

WRIGHT, Robin Michael: “History and Religion of the Baniwa People of the Upper Rio Negro Valley”.

Tese de Doutorado. Mimeo. Stanford University. 1980. Mimeo.

Recebido em: Fevereiro de 2022

Aprovado para publicar em: Junho 2022.

A rodovia Transamazônica (BR 230) e suas representações literárias

José Valtemir Ferreira da Silva
Universidade Federal do Pará – UFPA

Resumo

O texto tem como intuito apresentar um conjunto de obras inseridas em uma produção literária sobre a Transamazônica (BR-230), ou seja, que tem como tema, espaço e tempo as demandas da construção e colonização desta rodovia na Amazônia brasileira. Esta produção integra *corpus* de obras coletadas ao longo da pesquisa de doutoramento em andamento na área de Estudos Literários, iniciada em 2019 (PPGL-UFPA) e suscita discussões sobre temas que penetraram o ambiente de construção e colonização da referida rodovia e que aparecem como possibilidades para uma reflexão do cotejo literatura e evento histórico. Assim sendo, ao catalogar e inquerir essa literatura, observa-se especificidades e características próprias de uma produção literária que não se omitiu de ambientar fatos, visões, otimismo e pessimismos de uma grande obra que atravessou a floresta amazônica nos primeiros anos da década de 1970. Desta forma, propõe-se remeter a apontamentos preliminares acerca desta produção literária, as suas especificidades e vinculações com as demandas da construção da rodovia, visto que essa abordagem com foco na literatura manteve-se ausente nas pesquisas acadêmicas que se voltaram a esse empreendimento governamental ao longo dos anos.

Palavras-chave: Amazônia. Transamazônica. Literatura.

Resumen

El texto tiene como objetivo presentar un conjunto de obras insertadas en una producción literaria sobre la Transamazonía (BR-230), es decir, que tiene como tema, espacio y tiempo las demandas de la construcción y colonización de esta carretera en la Amazonía brasileña. Esta producción integra corpus de obras recogidas a lo largo de la investigación doctoral en curso en el área de Estudios Literarios, iniciada en 2019 (PPGL-UFPA) y plantea discusiones sobre temas que penetraron en el ambiente de construcción y colonización de dicha carretera y que aparecen como posibilidades para una reflexión de la literatura de cotejo y el evento histórico. Así, al catalogar e inquirir esta literatura, observamos especificidades y características de una producción literaria que no omitió establecer hechos, visiones, optimismos y pesimismos de una gran obra que atravesó la selva amazónica en los primeros años de la década de 1970. Por lo tanto, se propone referirse a notas preliminares sobre esta producción literaria, sus especificidades y vínculos con las demandas de la construcción de la carretera, ya que este enfoque centrado en la literatura permaneció ausente en la investigación académica que ha recurrido a esta empresa gubernamental a lo largo de los años.

Palabras clave: Amazon. Transamazónica. Literatura.

Abstract

The text aims to present a set of works inserted in a literary production about the Transamazonian (BR-230), that is, which has as its theme, space and time the demands of the construction and colonization of this highway in the Brazilian Amazon. This production integrates corpus of works collected throughout the doctoral research in progress

in the area of Literary Studies, initiated in 2019 (PPGL-UFGPA) and raises discussions about themes that penetrated the environment of construction and colonization of said highway and that appear as possibilities for a reflection of the collation literature and historical event. Thus, when cataloguing and inquiring this literature, we observe specificities and characteristics of a literary production that did not omit to set facts, visions, optimisms and pessimisms of a great work that crossed the Amazon rainforest in the early years of the 1970s. Thus, it is proposed to refer to preliminary notes about this literary production, its specificities and links with the demands of the construction of the highway, since this approach focused on literature remained absent in the academic research that has turned to this governmental enterprise over the years.

Keywords: Amazon. Trans-Amazonian. Literature.

A Transamazônica e a literatura

A Transamazônica (BR 230) foi uma rodovia construída na primeira metade da década de 1970 na Amazônia brasileira, em plena ditadura civil-militar (gestão do general-presidente Emílio Garrastazu Médici). Enquanto principal iniciativa do Programa de Integração Nacional - PIN⁶² (decreto nº 1.106, de 16 de junho de 1970), previa também um plano de colonização as suas margens com o mote de oportunizar ao “homem sem terras no Nordeste, a terra sem homens na Amazônia”⁶³.

⁶² Aprovado na reunião ministerial de 15 de junho de 1970 para ser realizado no quadriênio de 1970-1974.

⁶³ Sobre isso ver a reportagem presente na edição do Jornal folha de São Paulo de 08 de outubro de 1978, sob o título: Na transamazônica, o fracasso de uma colonização (o brasileiro esquecido). Disponível em:

Após o anúncio a construção da grande rodovia movimentou todo um imaginário sobre a Amazônia brasileira, especialmente no que tange a ideia da conquista da região e seus desdobramentos, a saber: a ocupação, a integração nacional, a posse, a exploração, a superação da natureza/floresta que, consoante o pesquisador Martins Souza (2012), foram ideias presentes em muito do que se propagou acerca do empreendimento estatal, colaborando, inicialmente, para um consenso social acerca dele.

Diante da sua grande repercussão, a Transamazônica, nos seus mais de 50 anos de história, conta com um grande acervo de fontes audiovisuais, bibliográficas e documentais que propiciam uma diversidade de ângulos para estudo e evidenciam uma pluralidade de aspectos que ainda carecem de ser inquiridos.

Nessa perspectiva, este texto requer atenção sobre um conjunto de obras literárias que tem como tema, espaço e tempo as demandas de construção e colonização desta rodovia na década de 1970. Não sendo objeto de reedições, dificilmente são encontradas em livrarias e bibliotecas, algumas, no entanto, podem ser adquiridas junto a colecionadores, sebos e pesquisadores do tema.

São obras em prosa e em verso, poemas narrativos, pequenos relatos autobiográficos, da literatura memorialista, romance policial, dirigidas ao público infantil ou juvenil coletadas após a finalização da primeira etapa da pesquisa bibliográfica e documental da Tese de doutorado em andamento em Estudos Literários (PPGL-UFPA), que teve como foco reunir obras literárias que tivessem como escopo a

<<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1980/09/01/2//4260071>>.

Acesso em: 21 jan. 2017.

construção e colonização da rodovia Transamazônica, publicadas posteriormente ao advento do empreendimento na década de 1970.

Não obstante, a peculiaridade e importância da abordagem literária, estas obras mantiveram-se, em grande medida, anônimas nas discussões e pesquisas sobre este empreendimento. Portanto, objetiva-se apresentar e colocar em evidência esta literatura que requereu a Transamazônica como ambientação para a representação literária.

É o que será feito com a apresentação de cada uma delas e de seus respectivos escritores, resgatando formalmente esse conjunto de obras, quase sempre secundarizadas ou esquecidas nos debates acadêmicos. Assim, não sendo o intuito o aprofundamento analítico, será oportunizado considerações que apontam os caminhos seguidos na pesquisa e deixam interrogações para futuras discussões.

As obras literárias sobre a Transamazônica

Não obstante a dificuldade de acesso, durante a pesquisa, foram catalogadas e adquiridas junto a sebos, colecionadores e pesquisadores nove obras literárias que se encaixam no que vimos definindo como uma produção literária sobre a Transamazônica, sendo: *Traçado Intimo da Transamazônica* de Luiz de Castro (1971), *A Profecia da Cobra Grande ou A Transamazônica* de Zuleika Mello (1972), *Transamazônica (Brasil, 1970 – Momento histórico)* de Consuelo Belloni (1973), *Tempo de estrada - 20 poemas da Transamazônica* de Walter Duarte (1972), *A Transa Amazônica* de Odette Mott (1973), *A Transamazônica* de Paulinho Payakä (1974), *Dois Meninos na Transamazônica* de Margarida Ottoni (1973), *Missão Secreta na Transamazônica* de Francisco de Assis Brasil (1991), *A Ponte*

Sobre O Tuerê: Drama na Abertura da Transamazônica de John Coningham Netto (2000).

Além dessas obras, encontrou-se ainda uma outra importante publicação que também agregamos a *corpora*, sendo a segunda versão da obra da escritora Odette Mott sobre a Transamazônica, *A Grande Ilusão (a transa-amazônica)*, que figura com um novo final a partir da sexta edição de 1979. Para melhor visualização, elencamos em ordem cronológica as imagens das capas de cada uma delas e, em seguida, algumas inferências para a apresentação:

Figura 1: Traçado Íntimo da Transamazônica



Fonte: CASTRO, 1971, capa.

Figura 3: Tempo de Estrada



Fonte: S.D.M.T. 1972,

Figura 2: A profecia da cobra grande.



Figura 4: Transamazônica



Fonte: BELLONI, 1973, capa.

Figura 5: A Transamazônica



Fonte: MOTT, 1973, capa.

Figura 7: A Transamazônica



PAYAKÄ, 1974, capa.

Figura 9: Missão Secreta na Transamazônica



Fonte: BRASIL, 1991
capa.

Figura 6: Dois Meninos na Transamazônica



Fonte: OTTONI, 1973, capa.

Figura 8: A GRANDE ILUSÃO



Fonte: MOTT, 1973, capa.

Figura 10: Ponte sobre o Rio Tuerê



Fonte: NETTO, 2000, capa.

A primeira obra literária que tematizou e ambientou a construção e colonização da rodovia Transamazônica na década de 1970 foi *Traçado Íntimo da Transamazônica* (figura 1), publicada pela editora Bonde do Rio de Janeiro em 1971. O escritor é o médico e escritor carioca Luiz Paiva de Castro, que tem na sua biografia livros de contos, romances, teatro e poesias. *Traçado Íntimo da Transamazônica* corresponde a uma espécie de “poesia narrativa” que, de forma crescente, conduz a uma leitura ufanista acerca do empreendimento estatal, em que a estrada é apresentada como a consolidação da nação que caminhava para o progresso.

Um ano após esta publicação, 1972, *a escritora mineira* Zuleika Mello lança, *pelo Serviço Nacional do Teatro - MEC, A Profecia da Cobra Grande ou A Transamazônica* (figura 2). *A época deste lançamento* Zuleika Mello também *já contava com uma produção relevante voltada para a dramaturgia infantil, como A colcha do gigante: peça infantil em cinco quadros de 1958, peça teatral publicada em livro. A trama desenvolvida em A Profecia da Cobra Grande ou A Transamazônica dá voz aos animais, a floresta, personagens míticos amazônicos e operários da construção da rodovia, também com uma mensagem otimista acerca do empreendimento estatal, em que os personagens surgem exaltando a construção da rodovia e parabenizando o Presidente da República que conduzia seu povo à conquista da Amazônia*

Em 1972, tem-se ainda a publicação de *Tempo de estrada - 20 poemas da Transamazônica* (figura 3), uma antologia poética organizada pelo Serviço de Documentação do Ministério dos Transportes (coordenação de Walter Duarte). A obra é desdobramento de um Concurso Nacional de Poesia realizado em 1971, e que contou com mais oitocentos poemas concorrentes. Destes, vinte foram selecionados para publicação

no livro *Tempo de estrada - 20 poemas da Transamazônica*, em uma edição que explorou as facetas positivas que estrada estaria trazendo para a Amazônia, sobretudo a ideia da superação da natureza/floresta e de um suposto vazio demográfico amazônico e a esperança que a rodovia trazia para as populações do Nordeste brasileiro.

Já em 1973 é lançado pela editora Pongetti o livro-poema *Transamazônica (Brasil, 1970 – Momento histórico)* (figura 4), da escritora porto-alegrense Consuelo Belloni. A obra é composta de duas partes que que, analogamente, tem-se uma mensagem otimista, em que a Transamazônica é apresentada como um momento histórico de grande relevância para a Amazônia e para o país, em que o ser humano finalmente estaria vencendo uma batalha contra a natureza/floresta, avançando e conquistando a Amazônia, rumo ao desenvolvimento e progresso da nação.

Nesse mesmo ano é publicado pela editora Brasiliense *A Transa-Amazônica* (figura 5) da paulista Odette Mott, escritora que alcançou notório reconhecimento, principalmente com a publicação de obras dirigidas ao público juvenil, cuja primeira foi *Aventuras do escoteiro Bila* (1964). O enredo de *A Transa-Amazônica* ambienta-se no processo de colonização e conta a história de famílias nordestinas que diante das dificuldades vividas, sonham com uma vida melhor nas terras às margens Transamazônica. Nas páginas finais, as famílias chegam a grande estrada na Amazônia e tem-se uma mensagem final de otimismo e esperança.

Também em 1973 é lançada pela editora Conquista a obra *Dois Meninos na Transamazônica* (figura 6) da escritora fluminense Margarida Ottoni. Ao narrar uma aventura na selva amazônica de dois meninos, Ronaldo e Ubiraci (o indiozinho), o enredo traz uma reflexão do cenário de construção da rodovia, os encontros interculturais na perspectiva da ideia de

uma integração da Amazônia ao território nacional, em que também se requer uma mensagem de otimismo em relação a rodovia, representada no desfecho do enredo, em que índios e operários (ou brancos como se refere a narrativa) aparecem em clima de harmonia e paz às margens da Transamazônica.

Ainda é importante arrolar entre as obras publicadas na primeira metade da década de 1970, *A TRANSAMAZÔNICA* (figura 7) de Paulino Payakã. Este livro emerge como resultado do I Seminário de Produção de Literatura Indígena, realizado em 1974 na cidade de Belém, estado do Pará. Nele o indígena Payakã (que trabalhou como intérprete junto às frentes de atração da Funai na Transamazônica) faz um relato das suas impressões acerca da construção da Transamazônica que, conforme o objetivo expresso por seus idealizadores (Fundação Nacional do Índio -FUNAI e Summer Institute of Linguistics - SIL), apresenta uma versão na língua do indígena, o Kayapó, seguida da tradução para o português.

Em consonância com a pesquisa realizada, após esta publicação de 1974, somente em 1979 há uma nova publicação enquadrada no escopo específico de uma produção literária sobre a Transamazônica, sendo, a segunda versão da obra da escritora paulista Odette Mott sobre a Transamazônica. A escritora modifica a capa do livro (ver figura 5 e 8), altera o título (*A GRANDE ILUSÃO*) e acrescenta páginas em relação ao que consta nas primeiras edições. O enredo permanece praticamente o mesmo e a alteração se dá no final da narrativa. O desfecho de otimismo e esperança para a história das famílias nordestinas migrantes, dá lugar aos inúmeros problemas que de maneira gradativa conduzem os personagens a um clima de desilusão na Transamazônica.

Onze anos depois, em 1991, é publicada pela editora RJJ, a obra *Missão Secreta na Transamazônica* (figura 9) do escritor Assis Brasil. Igualmente a segunda versão da obra de Mott, o

enredo desta obra apresenta, de forma crítica, inúmeras mazelas que o advento da Transamazônica teria ocasionado à Amazônia. Com foco no processo de construção da estrada o enredo traz o mistério sobre uma sequência de crimes que aterrorizam a cidade de Altamira (no estado do Pará), às margens da rodovia em construção. Ao passo em que se avança rumo a desvendar quem são os criminosos da cidade, emergem no enredo um conjunto de problemáticas que a construção da Transamazônica teria deixado na região.

É o que se observa também na obra publicada pela editora Komedi em 2000, *Ponte sobre o Rio Tuerê - Drama na Abertura na Transamazônica* (figura 10), de autoria do escritor John Coningham Netto. Nessa narrativa que se passa em uma noite chuvosa de Natal (de 1973), o leitor é conduzido pelas aventuras da construção de pontes ao longo da rodovia na Amazônia brasileira, nos primeiros anos da década de 1970. A história principal que narra a busca por salvar da enchente uma ponte em construção que esperava para ser parafusada na Transamazônica, é cortada por várias reflexões sobre os erros da construção da rodovia.

Considerações finais

Cabe finalizar esta breve apresentação das obras literárias coletadas, com uma evidência que pode ser considerada de menor relevância em uma discussão que lhes propiciem o protagonismo, mas que vem demonstrando peculiar potencial enquanto ponto de partida para reflexões feitas na Tese de doutorado em andamento/Estudos Literários/PPGL-UFPA.

Entre as obras apresentadas, aquelas publicadas nos primeiros anos da década de 1970, assumem uma perspectiva ufanista, otimista ou acrítica em relação ao empreendimento estatal, ao passo que nas publicações posteriores a segunda

metade da década de 1970, tem-se uma postura problematizadora e pessimista acerca da rodovia e seus resultados para a Amazônia brasileira.

Ainda que seja visível para aquele que tenha a leitura do conjunto de obras que integram uma produção literária sobre a Transamazônica, a presença dessa dicotomia discursiva oportuniza uma leitura ímpar dos desdobramentos estético-literários em uma perspectiva mais ampla, como o de uma da produção literária sobre a Amazônia brasileira.

Um ponto de observação pertinente é o cotejo com o cenário sócio-histórico. O historiador Martins de Souza (2012), por exemplo, afirma que inicialmente a Transamazônica foi elevada nos discursos preponderantes a símbolo maior de um país que caminhava rumo ao progresso, porém, após o abandono das obras (em 1974, pois o traçado projetado nunca foi concluído), ocorreu uma paulatina mudança e os mesmos que a defendiam, passaram a propagar o seu fracasso. Ainda segundo Martins de Souza (2012), esse movimento nos discursos em torno da rodovia, parece acompanhar também um movimento em torno das memórias da ditadura civil-militar, pois a rodovia que era símbolo de um período próspero, os *anos de ouro*, passou posteriormente a símbolo de uma série de barbáries impostas neste período, os *anos de chumbo*.

Nesta perspectiva, a discussão de obras literárias que vislumbram a representação de um evento emblemático para a Amazônia e para o país, não pode ser desconsiderada no contexto do jogo de memórias sobre a rodovia, pois, publicadas em momentos diferentes das discussões histórico-sociais, elas podem oportunizar leituras e releituras importantes para o cenário da literatura amazônica e de uma conjuntura nacional.

Por fim, como já dito, o que chamamos de uma produção literária sobre a Transamazônica, corresponde a nove obras (até

o momento), com suas particularidades e vínculos. Assim, em nossa pesquisa buscamos indagar a compreensão desse conjunto, bem como suas particularidades, sem perder de vista a apresentação de possíveis caminhos para trabalhos posteriores.

Referências:

BELLONI, Consuelo. *Transamazônica (Brasil, 1970 – Momento histórico)*. Porto Alegre: Onetti, 1973.

BRASIL, Francisco de Assis. *Missão Secreta na Transamazônica*. Capa e ilustrações de Ferruccio Verdolin Filho. Belo Horizonte, BHJ, 1991.

CASTRO, Luiz Paiva de. *Traçado Íntimo da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Bonde, 1971.

DUARTE, Walter (org.). *Tempo de estrada, 20 poemas da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes/ Instituto Nacional do Livro, 1972.

MELLO, Zuleika. *A Profecia da Cobra Grande ou A Transamazônica*. Peça mítica. Rio de Janeiro, Serviço Nacional do Teatro - SNT, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, 1972.

MOTT, Odette de Barros. *A TRANSA-AMAZÔNICA*. 1ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1973.

MOTT, Odette de Barros. *A GRANDE ILUSÃO (a transamazônica)*. 6ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1979.

NETTO, John Coningham. *A PONTE SOBRE O RIO TUERÊ: Drama na Abertura da Transamazônica*. Ed. Komedi, Campinas-SP, 2000.

OTTONI, Margarida. *Dois Meninos na Transamazônica*. Ilustrações de Eliardo França. Rio de Janeiro, Conquista; Brasília, INL, 1973.

PAYAKÄ, Paulino. *A TRANSAMAZÔNICA*. Belém, Fundação Nacional do Índio - FUNAI e Summer Institute of Linguistics - SIL, 1974.

SOUZA, Cesar Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2012.

Recebido em: Fevereiro de 2022
Aprovado para publicar em: Junho 2022.

As Medidas Adotadas para o Enfrentamento da Pandemia da Covid – 19 Nas Prisões Brasileiras

Laura Marconi da Silva Pereira

Resumo

O presente trabalho descreve as medidas adotadas pelo Brasil para o enfrentamento da da pandemia da COVID-19 nas prisões. Buscou-se analisar a efetividade dessas medidas tendo em vista o crescimento das taxas de encarceramento e pela superpopulação carcerária. A população prisional brasileira nos últimos dois anos (período de 2020 e 2021) teve uma movimentação desde quando a pandemia do Coronavírus se instalou no mundo. De acordo com dados do World Prison Brief, o sistema penal em diversos países buscou implementar penas alternativas às da prisão. O artigo analisa as estratégias que o Brasil adotou, tendo como destaque o princípio da humanidade das penas, que decorre do postulado fundamental da dignidade previsto na Carta Magna de 1988.

Palavras-chaves: Execução penal; encarceramento; COVID-19 nas prisões.

Resumen

El presente trabajo describe las medidas adoptadas por Brasil para hacer frente a la pandemia de COVID-19 en las cárceles. Se buscó analizar la efectividad de estas medidas en vista del crecimiento de las tasas de encarcelamiento y la sobrepoblación carcelaria. La población carcelaria brasileña en los últimos dos años (período 2020 y 2021) ha tenido un movimiento desde que la pandemia de Coronavirus se instaló en el mundo. Según datos del World Prison Brief, el

sistema de justiça penal de varios países trató de aplicar penas alternativas a las personas encarceladas. El artículo analiza las estrategias que Brasil ha adoptado, destacando el principio de la humanidad de las penas, que se deriva del postulado fundamental de la dignidad previsto en la Carta Magna de 1988.

Palabras llave: Ejecución penal; encarcelamiento; COVID-19 en las cárceles.

Abstract

The present work describes the measures adopted by Brazil to cope with the COVID-19 pandemic in prisons. We sought to analyze the effectiveness of these measures in view of the growth of incarceration rates and prison overpopulation. The Brazilian prison population in the last two years (period 2020 and 2021) has had a movement since the Coronavirus pandemic settled in the world. According to data from the World Prison Brief, the criminal justice system in several countries sought to implement alternative sentences to those in prison. The article analyzes the strategies that Brazil has adopted, highlighting the principle of the humanity of penalties, which derives from the fundamental postulate of dignity provided for in the Magna Carta of 1988.

Keywords: Criminal enforcement; imprisonment; COVID-19 in prisons.

Introdução

O Advento da Constituição Federal de 1988, simboliza o marco da redemocratização no país, após quase duas décadas de regime ditatorial com limitação às liberdades e direitos das pessoas no país. A Constituinte, trouxe garantias, direitos e

deveres para a população brasileira, em especial a ordem social, inseriu no texto o direito à saúde.

A redação do artigo 196 da CRFB/88 estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

A saúde é um direito fundamental e inerente a qualquer cidadão brasileiro, como prevê a Constituição, bem como também nas leis extravagantes, tratados e convenções internacionais em que o Brasil é signatário. Portanto, é inerente a relevância que a saúde representa na sociedade, sendo pauta em principais políticas públicas e para alocação de investimentos.

Entretanto, embora presente em textos legais, é possível questionar se a aplicabilidade da saúde é abrangente e integral a toda população do país. Este questionamento está ligado à epidemia do Coronavírus, a Covid-19, que se instalou no mundo e a sua principal prevenção é o distanciamento social, já que é um vírus altamente contagioso e a proximidade de pessoas agrava a contaminação.

Neste sentido, partindo da premissa que o Brasil é a 3ª maior população carcerária no mundo - segundo os dados do World Prison Brief, e de que alguns presídios brasileiros têm celas sem espaço físico adequado para alocação de presos, buscamos identificar quais as medidas adotadas pelo governo Brasileiro para mitigar os efeitos da pandemia de coronavírus no sistema prisional.

Tendo-se como base o princípio da humanidade das penas, que decorre do postulado fundamental da dignidade previsto na Carta Magna de 1988, a pessoa privada de liberdade está sob tutela do Estado, que deve receber assistência no cuidado e prevenção de doenças como todos é(deveria) ser assegurada a

todos os indivíduos que compõem a sociedade brasileira independentemente de suas características pessoais. Portanto, o indivíduo que está passando por um momento sob a tutela do Estado, é um contrassenso, o abandono da saúde no ambiente prisional.

A opção metodológica para elaboração do presente trabalho foi a realização de um levantamento bibliográfico e análise dos dados do World Prison Brief, dados do Departamento Penitenciário Nacional, e uma pesquisa sobre os documentos internacionais que o Brasil adotou para a tratar da Covid-19 nas prisões brasileiras.

Capítulo 1 – Quadro Geral do Sistema Penitenciário

1.1 - O Sistema Penitenciário no Mundo

De acordo com a 13^a Edição do Relatório⁶⁴ produzido pelo World Prison Brief⁶⁵, publicado em dezembro de 2021, há aproximadamente 11 milhões de pessoas presas em todo o mundo. Integram este ranking de países com maior população prisional: Estados Unidos na primeira posição, China em segunda posição e em terceiro lugar, o Brasil, seguidos por

Rússia, Tailândia, Turquia, Indonésia, México, Irã e Filipinas.

⁶⁴https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_13th_edition.pdf - Acessado em 17/01/2022

⁶⁵ O World Prison Brief é um site online que promove acesso livre de informações sobre o sistema prisional no mundo todo. Ele é organizado pelo Institute for Crime & Justice Policy Research (ICPR), em Birkbeck, Universidade de Londres, e foi lançado em 2000 usando dados compilados por Roy Walmsley, fundador do World Prison Brief <https://www.prisonstudies.org/> - Acessado em 17/01/2022.

Entretanto, esta lista de países muda se observamos os países que têm a maior taxa de encarceramento por 100.000 habitantes da sua população total. Demonstrando que embora o país não tenha um número grande na sua população, ele pode ter sua taxa de encarceramento alta, como demonstra a tabela abaixo:

País	População (2020)	Total de presos	Presos por 100.000 habitantes
EUA	329.100.000	2.068.800	629
Ruanda	13.110.000	76.099	580
Turcomenistão	6.080.000	35.000	576
El Salvador	6.500.000	36.663	564
Cuba	11.250.000	57.337	510
Palau	18.000	86	478
Ilhas Virgens Britânicas	30.000	143	477
Tailândia	69.049.000	309.282	448
Panamá	4.360.000	18.942	434
São Cristóvão e Névis	52.000	220	423
Granada	112.000	463	413
Ilhas Virgens Americanas	104.500	412	394

Bahamas	412.000	1.617	392
Uruguai	3.500.000	13.402	383
Brasil	212.600.000	811.000	381

*Tabela elaborada com base nos dados do World Prison Brief.

O número de pessoas presas em comparação com a população geral continua sendo o mais alto nos Estados Unidos (639 presos por 100.000 habitantes), seguido por Ruanda (580 presos por 100.000 habitantes), Turcomenistão (576 presos por 100.000 habitantes) e El Salvador (564 presos por 100.000 habitantes).

O caso do Brasil, por exemplo, é um país que tem a terceira maior população carcerária no mundo, mas em termos de taxa de aprisionamento por 100.000 habitantes no país, tem 381 presos, o que deixa alguns países à sua frente.

Além disso, os dados informam que a Ásia e as Américas abrigam atualmente 75% das 11 milhões de pessoas que compõem a população carcerária global. Observa-se que o encarceramento em massa é uma tendência mundial, e tem sido uma política adotada por diversos países, apesar de estudos apontarem que não há relação causal entre aumento de encarceramento e redução da criminalidade.

Ocorre que muitos problemas sociais refletem diretamente nos problemas das prisões, o que se torna mais evidente quando um país é atingido por uma crise. As pessoas encarceradas demandam do governo, por estarem sob custódia dele, necessitam de segurança, saúde, alimentação, para promover o bem-estar e garantir as necessidades básicas.

De acordo com os dados do Global Prison Trends de 2021⁶⁶, 2.5 milhões de pessoas no mundo estão presas por

⁶⁶ The Global Prison Trends 2021 é uma publicação anual da Penal Reform International (PRI) e do Thailand Institute of Justice (TIJ), que fornece uma visão abrangente das tendências no uso da prisão e questões específicas de gestão prisional, com foco na prevenção do crime e justiça

crimes relacionados à droga, sendo que 22% (470.000) são presos por posse de droga para uso pessoal. Desse contingente, cerca de um terço da população feminina é presa pela prática desse crime.

Os dados do World Prison Brief e do Global Prison Trends 2021, chamam atenção para o considerável aumento do encarceramento feminino no mundo. Desde 2010 houve um aumento de 17%, o que contabiliza um total de 741.000 mulheres presas no mundo.

A tabela abaixo indica os continentes que tiveram aumento da população feminina desde 2010 e o total de mulheres presas.

criminal.

<https://knowledge.tijthailand.org/en/publication/detail/global-prison-trends-2021#book/33> - Acessado em 01/02/2022.

Continente	Nº de mulheres presa em 2020	% de aumento desde 2010
África	38.000,00	53,00%
América	86.000,00	19,00%
Ásia	310.000,00	50,00%
Europa	85.000,00	-29,00%
Oceania	5.000,00	53,00%

*Tabela elaborada com base nos dados do Global Prison Trends 2021.

Segundo o World Prison Brief, na América do Sul, desde os anos 2000, a população carcerária triplicou de tamanho, com um aumento de cerca de 200%; no sudeste da Ásia, houve um aumento de 116% e na Oceania um aumento de 82%.

Acerca do continente Europeu, o relatório informa que este foi o único que teve diminuição da população carcerária desde o ano 2000 (27%).

Neste sentido, por meio do relatório observa-se que alguns países europeus que têm o índice de desenvolvimento humano (IDH) alto, são os que têm a menor população carcerária e consequentemente as menores taxas de pessoa presa por 100.000 habitantes na população, conforme tabela abaixo:

País	População (2020)	Total de presos	Presos por 100 mil habitantes
Dinamarca	5.840.000	4.227	72
Irlanda	5.400.000	3.802	70
Suíça	8.670.000	6.316	73
Noruega	5.430.000	3.034	56
Suécia	10.370.000	7.607	73

*Tabela elaborada com base nos dados do World Prison Brief.

A comparação dos países desta tabela com os países da primeira tabela, merecem o destaque para a quantidade populacional - que são em maioria menores, e também pelo baixo nível de taxa de aprisionamento por 100.000 habitantes do país.

1.2 - A Saúde no Sistema Penitenciário no Brasil

Com base nos dados apresentados no último relatório elaborado pelo DEPEN (2021, sobre a estrutura física da saúde no sistema penitenciário no Brasil, percebeu-se que ela é precária para atender o contingente de pessoas em privação de liberdade.

O Brasil tem 1.413 estabelecimentos penais estaduais e federais, presentes em todos os 26 Estados e no Distrito Federal, com um quantitativo de de 826.780 pessoas presas, sendo 670.714 presos em celas físicas (em regime fechado,

aberto, semiaberto, provisório, em tratamento ambulatorial e em medida de segurança) e 156.066 em prisão domiciliar.

Neste cenário, entre prisão estadual e federal, em cela física, há 967 consultórios médicos e 711 consultórios odontológicos; são 728 salas de curativos, suturas, vacinas e postos de enfermagem; 31 salas de raio x; 418 salas de procedimentos; 680 celas de enfermaria com solário; 911 celas de observação; 690 farmácias ou sala de estoque; 1.517 sanitários para pacientes e 1.022 sanitários para equipe de saúde.

A tabela abaixo demonstra o quantitativo de alguns profissionais da saúde, que trabalham em presídios federais e estaduais e para o atendimento de presos do sexo masculino e feminino em celas físicas.

Profissional da Saúde	Quantidade	Quantidade de profissional da saúde por preso em cela física
Dentista	778	1.062
Enfermeiro	1.650	501
Clínico Geral	929	890
Auxiliar e Técnico de Enfermagem	2.536	326
Psicólogo	1.206	685
Psiquiatra	281	2.942
Terapeuta Ocupacional	125	6.614
Técnico Odontológico	450	1.837
Outros Médicos Especialistas	52	15.900

*Tabela elaborada com base nos dados do DEPEN,2021.

A tabela abaixo apresenta os procedimentos médicos realizados entre homens e mulheres privados de liberdade em celas físicas em presídios estaduais, totalizando 5.926.659 procedimentos.

Procedimentos – Presídios Estaduais	Homens	%	Mulheres	%
Intervenções cirúrgicas	2.085	0,04	128	0,03
Suturas, curativos, etc.	2.759.435	50,89	287.455	56,86
Vacinas	944.932	17,43	46.453	9,2
Exames e testagem	419.657	7,74	33.445	6,65
Consultas Psicológicas	370.101	6,83	41.245	8,17
Consultas Odontológicas	283.736	5,23	22.225	4,44
Consultas médicas externas	79.141	1,46	13.328	2,64
Consultas médicas internas	562.882	10,38	60.411	11,97

*Tabela elaborada com base nos dados do DEPEN,2021.

Acerca dos presídios federais, não há a discriminação do gênero feminino, portanto, a tabela abaixo se limita ao indicativo do gênero masculino, totalizando 9.884 procedimentos.

Procedimentos - Presídios Federais	Homens	%
Intervenções cirúrgicas	2	0,02
Suturas, curativos, etc.	5.637	57,03
Vacinas	822	8,32
Exames e testagem	361	3,65
Consultas Psicológicas	945	9,56
Consultas Odontológicas	666	6,74
Consultas médicas externas	62	0,63
Consultas médicas internas	1.389	14,05

*Tabela elaborada com base nos dados do DEPEN,2021.

O Perfil De Saúde da Pessoa Presa

Com base nos dados em números das tabelas apresentadas, será abordado a situação da saúde das pessoas privadas de liberdade, tendo em vista que o confinamento de um grande número de pessoas por um período de tempo, gera a disseminação de doenças infectocontagiosas.

Esse fator está relacionado às doenças que acometem os grupos de pessoas oriundas de comunidades marginalizadas, segundo Heard⁶⁷, este fator também acontece em países desenvolvidos.

As pessoas presas são mais suscetíveis à contaminação de doenças infectocontagiosas como: vírus HIV/AIDS, Hepatite-B

⁶⁷ HEARD, Catherine. Towards a Health-Informed Approach to Penal Reform: Evidence from ten Countries. London: ICPR, 2019.

e Hepatite-C, tuberculose, entre outros, pois vivem em condições insalubres conforme relatos de presos de diversos países do mundo, como explica Heard (p.7. 2019).

Além do mais, a contaminação dessas doenças pode estar associada ao fato da pessoa presa ter a imunidade baixa, ter uma pré-condição a doença, fazer uso de substâncias ilícitas, fazer uso de álcool excessivo, ter moradia com péssimas condições salubres, e, ter pouco ou nenhum acesso ao tratamento devido.

Uma pesquisa⁶⁸⁶⁹ feita em 2013, no período de janeiro a dezembro, a partir de uma amostra populacional de presos de 12 presídios do Estado do Mato Grosso do Sul, no

Centro-Oeste do Brasil, foi coletado soros para teste de sífilis ativa.

Ao todo foram pesquisados 3.363 presos (homens: 84,6%; mulheres: 15,4%) e a pesquisa mostrou que quase 90% dos presos que testaram positivo para a infecção de sífilis vitalícia ou atualmente ativa desconheciam sua condição.

As variáveis da sífilis ativa em presos homens estava associada aos presos homossexuais, com histórico de infecções sexualmente transmissíveis e status do vírus da imunodeficiência humana. Entre as mulheres, os fatores foram sexo com usuários de drogas endovenosas, doença ulcerosa genital e encarceramento anterior.

Portanto, as pessoas custodiadas estão propensas a ter uma contaminação de doenças infectocontagiosas, mas também

⁶⁸ Correa ME, Croda J, Coimbra Motta de Castro AR, Maria do Valle Leone de Oliveira S, Pompilio MA,

Omizolo de Souza R, Ferreira de Sá Queiroz JH, Esther da Silva K, Ko AI, Simionatto S. High Prevalence of *Treponema pallidum* Infection in Brazilian Prisoners. Am J Trop Med Hyg. 2017 Oct;97(4):1078-1084. doi:

⁶⁹ .4269/ajtmh.17-0098. Epub 2017 Aug 18. PMID: 28820706; PMCID: PMC5637599.

correm maior risco de algumas das principais doenças não transmissíveis, incluindo diabetes, câncer, doenças cardíacas e respiratórias, como explica Heard (p.3, 2019).

Os presos relatam que não têm acesso ao básico como: beber água, banheiros apropriados, limpeza de material, comida e um lugar para dormir, além disso, os presídios têm pouca ventilação e luz natural, a comida é pobre de nutrientes, o acesso aos medicamentos para fazer um tratamento de saúde é ruim, há a presença de drogas ilícitas nos presídios, falta de contato com os familiares, risco de intimidação e violência, alto nível de tédio, tensão e desespero.

Portanto, esses aspectos do encarceramento aumentam o risco de doenças, violência e maus tratos, o que leva ao estresse psicológico, automutilações e suicídios.

Neste sentido, as prisões brasileiras são divididas para acolherem os presos provisórios e os presos que já tem uma condenação. Portanto, os presídios tem uma alta rotatividade de pessoas, com saídas e entradas de pessoas presas, de pessoas que trabalham e de visitantes.

Por isso, cuidar do controle de epidemias em espaços de privação de liberdade, é importante para a população em um todo, já que envolve milhares de pessoas, uma vez que o

Brasil é a terceira maior população carcerária do mundo.⁷⁰

Políticas Adotadas Pelo Brasil para Conter os Avanços da Covid-19 nas Prisões

A pandemia da covid-19 têm gerado no mundo inteiro grande preocupação, em especial por ser uma doença de fácil

⁷⁰ HEARD, Catherine. *Towards a Health-Informed Approach to Penal Reform: Evidence from ten Countries*. London: ICPR, 2019.

contágio e pelas complicações que pode gerar em cada pessoa. Por isso, a principal medida adotada em todo mundo foi o distanciamento social, já que essa foi a forma mais eficaz para conter a propagação do vírus (enquanto não havia vacinas)

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS)⁷¹, quanto mais o vírus da covid-19 circular, através da movimentação das pessoas, mais oportunidades terá de sofrer mutações.

Segundo a OMS, o coronavírus SARS-COV-2 tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca, e outros sintomas também como: perda de paladar e/ou olfato, congestão nasal, dores no corpo, náuseas, vômitos, diarreia, calafrios. Entretanto, a preocupação maior é quando a doença atinge entre o 7º e 10º dia e pode haver complicações mais severas no sistema respiratório, sistema circular e cardiológicos.

Diante deste cenário, o Brasil, visando adotar medidas para enfrentar a pandemia da covid-19 no sistema prisional, instaurou a Portaria Interministerial nº 7, de 18 de março de 2020, dispondo as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública no âmbito do sistema prisional.

As medidas determinaram que: a) fosse identificado os custodiados que apresentem sinais e sintomas gripais, em especial no momento de entrada no sistema prisional, priorizar as pessoas acima de 60 anos, as pessoas com doenças crônicas ou respiratórias, pessoas com obesidade, grávidas em qualquer idade gestacional, puérperas até 2 semanas após o parto; b) o isolamento e monitoramento de pessoas contaminadas; c) os casos graves, especialmente os que apresentem Síndrome

⁷¹<https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=Devem%20ser%20combinadas%20com%20outras,um%20len%C3%A7o%20ou%20cotovelo%20dobrado>
- Acessado em 22 de agosto de 2022.

Respiratória Aguda Grave - SRAG, deverão ser encaminhados para o hospital de referência; d) observadas as orientações do Ministério da Saúde, deverá adotar medidas para identificação de sinais e sintomas gripais na porta de entrada dos estabelecimentos prisionais e suspensão da entrada de pessoas que apresentarem tais sintomas; e) afastamento de servidores em caso de sinais ou sintomas gripais; f) adoção de medidas para informar, conscientizar e orientar sobre a prevenção e o enfrentamento do covid-19 dentro do estabelecimento prisional.

Segundo Japiassú e Ferreira (2020), esta Portaria também admitiu a possibilidade de isolamento dentro das próprias celas, como explica o trecho abaixo.

Embora a Portaria tenha recomendado o isolamento dos casos suspeitos em cela individual, admitiu a possibilidade de isolamento por corte ou o uso de cortinas ou marcações no chão, para a delimitação de distância mínima de dois metros entre os custodiados, mantendo-se porta fechada e ventilação, disponibilidade de suprimentos para a realização de etiqueta respiratória e meios para a higienização constante das mãos, inclusive com água corrente e sabão.

Além disso, o Conselho Nacional De Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, instituiu a Resolução nº 4, de 23 de abril de 2020⁷², que dispõe sobre Diretrizes Básicas para o Sistema Prisional Nacional no período de enfrentamento da pandemia novo Coronavírus (2019nCoV).

Esta resolução se baseou em no documento denominado *Preparedness, prevention and control of COVID-19 in prison*

⁷²<https://www.mppi.mp.br/internet/wpcontent/uploads//2020/04/resolucao%20n%2004-2020-cnpcp.pdf> Acessado em 22 de agosto de 2022.

*and other places of detention*⁷³, que incluiu a possibilidade de restrição de visitas íntimas e sociais aos presos, devendo os estabelecimentos prisionais viabilizar que esses contatos externos sejam realizados por videoconferência.

A Resolução nº 4 do CNPCP, estabeleceu a adoção de diretrizes extraordinárias para o enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais.

Dentre as diretrizes estava a previsão de suspensão das visitas íntimas e sociais com contato físico, a suspensão dos atendimentos presenciais de advogados nos estabelecimentos penais, assegurada a realização por meio de videoconferência, participação de preso em audiência judicial exclusivamente por videoconferência, permanência em quarentena pelo período de 14 (quatorze) dias de todo e qualquer preso que for incluído na unidade prisional, imediato distanciamento do preso do convívio coletivo dentro do estabelecimento penal, em caso de suspeita ou de confirmação de teste positivo para o novo Coronavírus, entre outras indicações.

Além disso, também foi previsto liberação de preso não integrante de facção criminosa como medida preventiva ou curativa relacionada ao novo Coronavírus (2019-nCoV).

Mesmo com tais implementações a superlotação dos presídios foi um entrave na efetivação das medidas de distanciamento e isolamento, conforme recomendava a OMS. Neste sentido o Sistema Judiciário passou a observar caso a caso, levando em consideração o quadro de superlotação característico do sistema carcerário no Brasil.

⁷³http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0019/434026/Preparedness-preventionand-control-of-COVID-19-in-prisons.pdf?ua=1 - Acessado em 22 de agosto de 2022;

Diante deste cenário, a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça no 62, de 17 de março de 2020⁷⁴, orientou os tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Seus artigos indicam a prioridade em conceder a revisão das decisões que determinaram a internação provisória, a reavaliação das medidas socioeducativas, substituindo-as por medidas mais brandas no âmbito socioeducativo, e na justiça penal, a reavaliação das prisões provisórias, a consideração da prisão domiciliar para os casos de prisão por dívida alimentícia, tendo atenção especial para:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos,

indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa; (artigo 4º, da Recomendação 62/2020)

⁷⁴[https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-
Recomendação.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomendação.pdf) - Acessado em 22 de agosto de 2022.

Além disso, a recomendação também indicou o alinhamento do cronograma de saídas temporárias ao plano de contingência previsto no artigo 9º da presente Recomendação, avaliando eventual necessidade de prorrogação do prazo de retorno ou adiamento do benefício, assegurado, no último caso, o reagendamento da saída temporária após o término do período de restrição sanitária.

Também recomendou a concessão de prisão domiciliar em relação a todas as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução, colocação em prisão domiciliar de pessoa presa com diagnóstico suspeito ou confirmado de Covid-19, mediante relatório da equipe de saúde, na ausência de espaço de isolamento adequado no estabelecimento penal, e, suspensão temporária do dever de apresentação regular em juízo das pessoas em cumprimento de pena no regime aberto, prisão domiciliar, penas restritivas de direitos, suspensão da execução da pena (sursis) e livramento condicional, pelo prazo de noventa dias.

Diante de tais recomendações acerca das prisões serem cumpridas em regime domiciliar, com ou sem monitoramento, tratando-se pessoas inseridas em grupo de risco, o Supremo

Tribunal Federal (STF)⁷⁵ e do Superior Tribunal de Justiça (STJ)⁷⁶, decidiram que deveria haver nas decisões a opção pela apreciação individualizada de cada caso, em detrimento das possibilidades de tutela coletiva para todo o contingente carcerário, como explicam Japiassú e Ferreira (2020).

O Poder Judiciário adotou em parte as recomendações, já que indeferiu alguns pedidos de *Habeas Corpus* Coletivo, sempre com a indicação que deve haver uma necessária individualização de cada pedido com a indicação

concreta de que o preso preenche os seguintes requisitos: inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis da Covid-19; impossibilidade de receber tratamento no presídio; e exposição a mais risco de contaminação no

estabelecimento prisional do que no ambiente social. (HC. STJ 596.189,

Relatoria do Ministro Sebastião Reis Júnior)⁷⁷

⁷⁵ ADPF 347 - determinou providências para evitar efeitos particularmente danosos do Covid-19 no sistema penitenciário. -

https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?classeNumeroIncidente=%2A2ADPF%20347%22&base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&sort=_score&sortBy=desc&isAdvanced=true Acessado em 22 de agosto de 2022.

⁷⁶ STJ, HC 570440/DF, Min. Antônio Saldanha Palheiro, DJe/STJ 2884, de 06.04.2020. Disponível em:

<https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=HC%20570440> - Acessado em 22 de agosto de 2022.

⁷⁷ HC 596.189. Disponível em:

https://processo.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=112579601&tipo_documento=documento&num_registro=2

Portanto, os órgãos jurisdicionais estaduais, observando a Recomendação nº 62, de 2020, do CNJ, limitaram-se a decidir coletivamente apenas para adequar o calendário de saída temporária às necessidades de distanciamento social impostas pela lei.

Neste sentido, observou-se que o Estado de São Paulo autorizou a saída temporária, 1.578 presos, enquanto o Rio de Janeiro, autorizou 2.489 presos, cumprindo pena em regime semiaberto e também os provisórios⁷⁸.

Segundo o Relatório de Monitoramento da Covid-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas II⁷⁹, informou que a quantidade de presos por unidade da federação, em razão ao número de presos soltos, foi consideravelmente pequena, somando, no total nacional, 35.026 presos de um total de 755.274, (cerca de 4,64%).

Constata-se, assim, que as estratégias adotadas pelo governo brasileiro para a redução de pessoas privadas de liberdade, não viabilizou as recomendações nacionais e internacionais para a prevenção e controle do Covi-19 nas prisões brasileiras, constituindo violação do direito

02001692444&data=20200804&format o=PDF - Acessado em 22 de agosto de 2022

⁷⁸ Sobe para mais de 1.500 o número de presos soltos por risco de contraírem Covid-19 nas prisões do estado de SP - Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/02/sobe-para-mais-de-1500-numero-de-presos-soltos-por-risco-de-contrairem-covid-19-nas-prisoas-de-sp.html> - Acessado em 22 de agosto de 2022.

⁷⁹ Relatório de Monitoramento da Covid-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas II - Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Relatorio_II_Covid_web_0909.pdf - Acessado em 22 de agosto de 2022.

fundamental da pessoa presa à prestação de assistência de saúde.

O sistema de justiça, particularmente nos sistemas penal, demonstrou que os esforços que foram feitos para reduzir os impactos da crise de saúde foi, em muitos casos, mostrado insuficiente para conter de forma efetiva o avanço da pandemia nas prisões.

Questões como a superlotação, dificuldades no acesso à assistência à saúde, precariedade de estruturas físicas e recursos materiais não são novas, mas foram evidenciadas uma vez mais no contexto da pandemia.

Demonstração de dados do Departamento Nacional Penitenciário Sobre A Covid-19 Nas Prisões Brasileiras

De acordo com os dados Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN¹⁶, no que diz a respeito de detecções/suspeitas do coronavírus nos sistemas penitenciários brasileiros, indica que houve 33.362 (33,12%) de casos suspeitos, 67.097 (66,60%) pessoas detectadas, 65.504 pessoas recuperadas, 290 (0,29%) óbitos, tendo um total de 365.591 pessoas testadas.

Neste contingente, o quadro abaixo demonstra os dados da covid-19 por região no Brasil.

Região	Suspeitas	Detecções	Óbitos	Recuperados	Pop. Prisional
Centro-Oeste	18	14.953	49	14.385	67.862
Nordeste	19.905	8.380	30	8.040	125.043
Norte	1.754	4.554	19	4.409	43.795
Sudeste	29.347	25.747	130	25.312	342.871
Sul	72	13.374	61	13.298	91.143

*Tabela elaborada com base nos dados do DEPEN,2022.

¹⁶Dados Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, atualizado em 27 de julho de 2022.

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTlhMjk5YjgtZWQwYS00ODIktG4NDgtZTFhMTgzYmQ2M>

GVIIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThIMSJ9 - Acessado em 21 de agosto de 2022.

Acerca da vacinação, a tabela abaixo apresenta os dados indicados pelo DEPEN (2022) sobre os servidores e internos vacinados.

	1ª dose	2ª dose
Servidores vacinados	99.598	87.977
Internos vacinados	577.896	589.059

*Tabela elaborada com base nos dados do DEPEN,2022.

A tabela abaixo demonstra os dados da vacinação por região no Brasil, destacando que a região sudeste liderou o ranking de vacinação no Brasil, com destaque o estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que respectivamente ocuparam as primeiras posições de vacinação entre os estados brasileiros

Região	1ª dose Servidores vacinados	2ª dose Servidores vacinados	1ª dose Internos vacinados	2ª dose Internos vacinados
Centro-Oeste	6.359	8.616	48.424	63.788
Nordeste	19.130	15.823	101.811	94.150
Norte	6.468	8.162	29.831	31.722
Sudeste	52.333	42.798	304.702	322.317
Sul	15.308	12.578	93.128	77.082

*Tabela elaborada com base nos dados do DEPEN,2022.

Considerações Finais

O Estado é o principal garantidor dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana, cabe a ele cuidar da saúde, integridade física, psíquica e moral nos termos constitucionais e normas infraconstitucionais.

O Brasil buscou seguir as normas internacionais para o Sistema Penitenciário, aderindo aos protocolos de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, entretanto devido a superpopulação carcerária enfrentou dificuldades para ter uma abrangência maior para a população prisional.

A Recomendação nº 62 do CNJ, foi uma excelente medida que elencou em seu texto uma série de atividades para tratamento e prevenção ao Covid-19 a serem realizadas pelo sistema penitenciário brasileiro, envolvendo diretamente o Poder Judiciário quanto às decisões por ele proferidas para a soltura de presos em situação de risco de saúde.

Entretanto, a superpopulação carcerária impediu que fossem implementadas as regras de distanciamento social nas unidades prisionais, por exemplo.

Por fim, vale notar que os dados apresentados pelo Brasil parecem se aproximar de um padrão internacional: de acordo com dados da organização internacional de direitos humanos Human Rights Watch⁸⁰, cerca de 5% dos presos haviam sido soltos no mundo em maio de 2020 (580 mil de cerca de 11 milhões).

⁸⁰ Covid-19 Prisoner Releases Too Few, Too Slow -Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/05/27/covid-19-prisoner-releases-too-few-too-slow> - Acessado em 22 de agosto de 2022.

Referências Bibliográficas

Conselho Nacional de Justiça. **Relatório de Monitoramento da Covid-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas II** -

Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Relatorio_II_Covid_web_0909.pdf Acesso em 22 de agosto de 2022.

Correa ME, Croda J, Coimbra Motta de Castro AR, Maria do Valle Leone de Oliveira S, Pompilio MA, Omizolo de Souza R, Ferreira de Sá Queiroz JH, Esther da Silva K, Ko AI, Simionatto S. High Prevalence of *Treponema pallidum* Infection in Brazilian Prisoners. *Am J Trop Med Hyg.* 2017 Oct;97(4):1078-1084. doi: 10.4269/ajtmh.17-0098. Epub 2017 Aug 18. PMID: 28820706; PMCID: PMC5637599.

Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Relatório Analítico. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYThhMjk5YjgtZWQwYS00ODIkJTg4NDgtZTFhMTgzYmQ2MGVlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLWQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNjMmZThlMSJ9> - Acessado em 21 de agosto de 2022.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; FERREIRA, Ana Lúcia Tavares. Controle da execução penal e pandemia de Covid-19: desafios e perspectivas para a efetiva proteção da saúde das pessoas privadas de liberdade. *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, v. 19, n. 79, p. 185-209, 2020.

HEARD, Catherine. **Towards a Health-Informed Approach to Penal Reform: Evidence from ten Countries**. London: ICPR, 2019.

World Prison Brief. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/> - Acessado em: 17 de janeiro de 2022

Recebido em: Fevereiro de 2022

Aprovado para publicar em: Junho de 2022

As mulheres e sua atuação no Mobral em São Mateus (ES) de 1967 a 1974

Luana Frigulha Guisso

Universidade Federal do Espírito Santo

Sebastião Pimentel Franco

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este estudo discute as prerrogativas da criação do plano de erradicação do analfabetismo no Brasil conhecido como Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que tinha como intuito financiar e orientar tecnicamente a alfabetização funcional e a educação continuada para jovens e adultos. Para tanto, o trabalho partiu da seguinte problemática: como se deu o funcionamento do Mobral no município de São Mateus no Espírito Santo no período de 1967 a 1974? A partir de referências bibliográficas que abordam a história do Mobral no Espírito Santo e em São Mateus, realizamos, como fonte primária, entrevistas com professoras que atuaram no contexto da época, analisando suas narrativas acerca das explicações históricas que constituíram o Movimento. Além de observarmos também o processo de alfabetização especificamente, em que eram utilizadas cartilhas em sala de aula com os alunos, explorando palavras utilizadas no dia a dia e também em diversas regiões do Brasil.

Palavras-chave: Mobral. Espírito Santo. São Mateus (ES).

Resumen

Este estudio discute las prerrogativas de crear el plan para erradicar el analfabetismo entre adolescentes y adultos en Brasil, el MOBRAL. El Movimiento tenía como objetivo financiar y orientar técnicamente la alfabetización funcional y la educación permanente para jóvenes y adultos entre las edades de 15 y 35 años, considerados menos civilizados, dependientes y políticamente incapaces. MOBRAL en Brasil fue corroborado por los militares además de todo el contenido trabajado en ese momento. El objetivo principal del Movimiento era la erradicación del analfabetismo en poco tiempo. Para ello, partimos del siguiente problema: ¿Cómo funcionó Mobral en el municipio de São Mateus en Espírito Santo en el período de 1967 a 1974? En este sentido, en esta investigación, se buscan narrativas sobre las explicaciones históricas construidas por los profesores que actúan en MOBRAL en el municipio de São Mateus. La investigación se basó en referencias bibliográficas, que abordan la historia de Mobral en Espírito Santo y São Mateus, en el contexto de la época. Como fuente primaria, entrevistamos a profesores que trabajaron en MOBRAL en São Mateus durante el período de la investigación. Sobre el proceso de alfabetización en sí, se utilizaron folletos que podían ser trabajados en el aula con los estudiantes, explorando palabras utilizadas en la vida cotidiana y también en diferentes regiones de Brasil. Es importante destacar que MOBRAL se instaló en Espírito Santo y en el municipio de São Mateus de manera improvisada con maestros sin una adecuada instrucción de alfabetización.

Palabras clave: Mobral. Espírito Santo. San Mateo (ES).

Abstract

This study discusses the prerogatives of creating the plan to eradicate illiteracy among adolescents and adults in Brazil, the MOBREAL. The Movement aimed to finance and technically guide functional literacy and continuing education for young people and adults between the ages of 15 and 35, considered less civilized, dependent and politically incapable. MOBREAL in Brazil was corroborated by the military in addition to all the content worked at the time. The main objective of the Movement was the eradication of illiteracy in a short time. In order to do so, we start from the following problem: How did Mobreal work in the municipality of São Mateus in Espírito Santo in the period from 1967 to 1974? In this sense, in this research, narratives about the historical explanations constructed by teachers working at MOBREAL in the municipality of São Mateus are sought. The research was based on bibliographic references, which approach the history of Mobreal in Espírito Santo and São Mateus, in the context of the time. As a primary source, we interviewed teachers who worked in MOBREAL in the São Mateus during the time frame of the research. About the literacy process itself, booklets were used that could be worked in the classroom with students, exploring words used in everyday life and also in different regions of Brazil. It is important to emphasize that MOBREAL was installed in Espírito Santo and in the municipality of São Mateus in an improvised way with teachers without proper literacy instruction.

Keywords: Mobreal. Espírito Santo. São Mateus (ES).

Introdução

Este estudo discute as prerrogativas da criação do plano de erradicação do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil, conhecido como Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). As pesquisas demonstram que inicialmente era necessário um plano estável e sólido voltado à relação dos indivíduos, ao meio socioeconômico e à contenção de possíveis ações revoltosas ao regime.

Em 15 de dezembro de 1967 surgiu, como sugestão, a alfabetização de adolescentes e adultos, o Mobral, que ganhou força durante o regime militar. Instaurado pela lei 5.379, durante o governo Costa e Silva e sob os cuidados do então ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra, o Movimento tinha como intuito financiar e orientar tecnicamente a erradicação do analfabetismo em curto espaço de tempo, possibilitando, portanto, a alfabetização funcional e a educação continuada para jovens e adultos pertencentes à faixa etária entre 15 e 35 anos, considerados menos civilizados, dependentes e politicamente incapazes.

Segundo documento produzido pelo governo federal, explicando a proposta da política governamental em relação ao Mobral (1973, p. 4), pontua-se que,

A alfabetização de adultos não constitui experiência nova nem no Brasil nem em qualquer outra parte do mundo. Mas a alfabetização de milhões de pessoas por ano representa, por certo, movimento sem precedentes em nossa História. O MOBREAL tem sido o responsável por esse movimento, graças à conjugação do apoio do Governo Federal com a ampla adesão das comunidades à causa da erradicação do analfabetismo. O lema “Você também é responsável” parece ter mobilizado toda a população brasileira no sentido de levar o conhecimento da leitura, da escrita e do cálculo às classes menos favorecidas e aos rincões mais afastados do país. Entre

setembro de 1970 e setembro de 1973, 4,9 milhões de adolescentes e adultos aprenderam a ler e a escrever nos cursos do MOBREAL, e o programa custou apenas um terço do que seria orçado pelos critérios internacionais. Tal como o recente êxito brasileiro nas taxas de desenvolvimento econômico, o MOBREAL não representa um milagre, mas o resultado de um trabalho árduo e pragmático.

Assim, podemos mensurar que o analfabetismo no Brasil exigia um plano de trabalho árduo e necessário para atender a toda a população pertencente ao Movimento e, de acordo como próprio governo, nas últimas décadas diversos programas governamentais e privados foram criados para solucionar o problema do analfabetismo, porém, sem sucesso.

Desta forma, o estudo visa a compreender e tenta preencher uma lacuna existente na historiografia espírito-santense sobre o funcionamento e estrutura pedagógica do Mobral, junto ao município de São Mateus. A escolha por realizar esse estudo se justifica em razão de que é muito limitada a produção acadêmica em relação a atuação do Movimento no estado, e também em relação ao município, pois inexistem estudos que tenham se debruçado sobre essa temática, o que nos possibilitará, assim, trazer uma importante contribuição sobre o tema em questão. Desse modo, partimos da seguinte problemática: como se deu o funcionamento do Mobral no município de São Mateus no Espírito Santo no período de 1967 a 1974 na visão das professoras que atuaram nessa atividade no período?

Conforme Thompson (1981, p. 15), a experiência é fruto “de muitos acontecimentos inter-relacionados ou de muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. Por isso, escolhemos ouvir as experiências das professoras em relação às suas explicações históricas.

Tardif destaca que a epistemologia da prática profissional se caracteriza pelo “estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas” (2000, p. 13). Nesse sentido, o exercício para compreender o ensino de história, com vistas a contribuir com as reflexões acerca da construção das explicações históricas, tem como foco os professores, em suas narrativas de diferentes saberes e fazeres na história ensinada.

A pesquisa se sustentou em referências bibliográficas que abordam a história do Mobral no Espírito Santo e no Brasil, no contexto da época. Como fonte primária, entrevistamos três professoras que atuaram no Movimento em São Mateus no período do arco temporal da pesquisa. As fontes secundárias, representadas por livros, estão disponibilizados em bibliotecas públicas; e na Universidade Federal do Espírito Santo, consultamos dissertações e teses, uma vez que há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Foram utilizados também, como metodologia de pesquisa, pressupostos da História Oral. Segundo Bom Meihy (1996, p. 13), a história oral se apresenta como um eficiente recurso de pesquisa, ao possibilitar a elaboração de registros e documentar experiências, saberes e práticas de pessoas, a respeito de suas vivências e concepções:

História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida

social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e também conhecida por história viva. (...) a história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida mantendo um compromisso com o contexto social.

Considerando a especificidade da temática da presente investigação, que visa a identificar as explicações históricas construídas pelas professoras e estimular memórias e narrativas docentes acerca dos saberes inerentes à epistemologia da prática docente, nos apropriaremos da história oral temática. Desse modo, podemos afirmar que a perspectiva da história oral, como metodologia de investigação, contribui também para a recuperação da arte de narrar que, segundo Benjamin (1985), está desaparecendo a cada dia, como consequência do avanço do progresso técnico, quando se torna hábito apenas receber, pelos meios de comunicação, informações fragmentadas, descontextualizadas, de forma condensada, pronta e acabada.

Entendendo o Mobral

O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi criado pelo Decreto nº 5379, de 15 de dezembro de 1967, com a ambiciosa meta de alfabetizar 11,4 milhões de adultos até 1971, objetivando a eliminação total do analfabetismo no país até 1975. O Movimento provê sobre a alfabetização funcional¹ e a educação continuada de

¹ (...) a adolescentes e adultos a aplicação prática e imediata das técnicas de ler, escrever e contar, permitindo-lhes buscar melhores condições de vida. É fundamental porque leva o aluno a descobrir sua função, o seu papel no TEMPO e no ESPAÇO em que vive. Desenvolve a

adolescentes e adultos, com a finalidade de financiar programas de alfabetização e oferta de orientação técnica. Desta maneira, a origem deste movimento está no ano de 1965 quando o ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, sugere ao Ministro do Planejamento, Roberto Campos, a criação de um setor específico de Educação dentro do Setor de Pesquisas Aplicadas (IPEA), com o propósito de organizar o planejamento educacional necessário para o Brasil. O Mobral se organizava nos níveis federal, estadual e municipal por meio de comissões mobilizadoras que viabilizavam os recursos necessários, inclusive de mão de obra, e buscavam o público a ser alfabetizado.

A justificativa do planejamento educacional, localizado no instituto de economia, se deu pela necessidade de se usar uma metodologia herdada da área econômica, orientada por um regime militar e que poderia ser mais produtiva para o Brasil.

Sobre o Movimento, sabemos que foi criado pelo Poder Executivo, recebendo orientações, na época, de Arlindo Lopes Corrêa, engenheiro e antigo colaborador de Roberto Campos, no Ministério do Planejamento, desde 1964. Corrêa, presidiu um Grupo de Trabalho (GT) com representantes em todos os Ministérios, incluindo os técnicos do Departamento Nacional de Educação (DNE) e do Ministério da Educação (MEC). O objetivo principal era conseguir financiamento para a campanha de educação de adultos. A partir do GT foram criadas algumas recomendações e sugestões para que a população

criatividade, cria hábitos de higiene e saúde, ensina o aluno a viver na comunidade, leva-o a conhecer seus direitos e deveres. Para transformar o Homem, portanto, em agente e beneficiário do processo de desenvolvimento (MOBRAL, 1975, p. 41).

beneficiada pelo Movimento fosse limitada a pessoas de 15 a 30 anos com o objetivo de constituir-se de uma alfabetização funcional, com ênfase na leitura, escrita e cálculo, além da valorização humana. O Movimento ainda previa o que Paiva (1987, p. 293) afirma ser a integração social desse homem, por meio do seu reajustamento à família, à comunidade local e à Pátria.

Ainda de acordo com o documento *Mobral: sua origem e evolução* (1973), no dia 8 de setembro de 1967 o então Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, levou ao conhecimento do presidente da república, Marechal Costa e Silva, decretos e anteprojetos de lei. De acordo com os problemas sofridos pelo Brasil sobre o analfabetismo da população, o presidente divulgou ao Congresso o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos, precedido de anteprojeto de lei pelo qual a alfabetização funcional e a educação continuada passariam a ser atividades prioritárias permanentes do Ministério da Educação e Cultura e no qual ficaria instituída a Fundação Mobral como seu órgão executor. Os objetivos traçados pelo Plano, de acordo com o documento *Mobral* (1973, p. 9 e 10), eram os seguintes:

- a) assistência financeira e técnica para promover a obrigatoriedade escolar na faixa etária de 7 a 14 anos;
- b) extensão da escolaridade até a 6.a série;
- c) assistência educativa imediata aos analfabetos que se situam na faixa etária de 10 a 14 anos;
- d) promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos

audiovisuais em programas que assegurem a avaliação dos resultados;

e) cooperação dos movimentos isolados de iniciativa privada, desde que comprovada sua eficiência;

f) alfabetização funcional e educação de adultos para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos ou diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com duração de 9 meses;

g) assistência alimentar e recreação qualificada, como fatores de fixação de adultos nos cursos, além de seus efeitos educativos;

h) prioridades em relação aos cursos diretos previstos no item f: — condições socioeconômicas dos Municípios; — faixas etárias que congreguem idades vitais ao pleno uso das técnicas e práticas adotadas;

i) integração, em todas as promoções de alfabetização e educação de adultos, de práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais

da saúde, do trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação;

j) promoção progressiva de cursos de continuação (diretos, radiofônicos ou televisionados), visando a estender a alfabetização funcional;

l) instalação de centros de integração social e cívica, para sociabilidade dos adultos e fixação de hábitos e técnicas adquiridos;

m) descentralização da ação sistemática, com execução pelos Estados, Territórios, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas, mediante convênio.

Após os objetivos e metas traçados pelo Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos vários decretos foram baixados entre eles: Decreto 61.311 de 08/09/1967, que “prevê a constituição de um grupo de trabalho interministerial, para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização”; Decreto 61.312 de 08/09/1967 que “prevê a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização”; Decreto 61.313 de 08/09/1967 que “prevê a constituição da Rede Nacional de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos e dá outras providências”; Decreto 61.314 de 08/09/1967 que “prevê a educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo”, todos com a função de alavancar o Mobral no Brasil.

Porém, com o passar dos anos, de acordo com Paiva (2003), percebeu-se a dificuldade para diminuir o analfabetismo no Brasil e uma das limitações era a maneira como se alfabetizavam as pessoas do Movimento. Em 25 de novembro de 1985, através do Decreto nº 91.980, no governo do presidente José Sarney, determinou-se a extinção do Mobral, e em seu lugar foi criada a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos, que ficou conhecida pela sigla Educar e que tinha como objetivo a execução de programas de alfabetização e de educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos. Isto se deu devido ao Censo de 1980 que mostrou um aumento do analfabetismo de 54 mil pessoas entre os anos de 1970 a 1980, o que provocou nos críticos da época uma preocupação, uma vez que a meta proposta no início da implantação do Movimento não estava sendo alcançada e apenas 15% dos alunos chegavam a concluir a alfabetização, além da inadequação

dos modos de alfabetização apontados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) que recomendavam que os programas deveriam ter como prioridade a vida produtiva dos alunos, bem como uma duração mínima de 8 meses, e não de 3 a 5 meses como era no Mobral.

O Mobral no Espírito Santo

Sobre o Movimento, vamos nos ater, principalmente neste item, às pesquisas realizadas por Maria Lúcia Grossi Corrêa Zunti que estudou com afinco o Mobral no Espírito Santo. Assim, implantação da primeira Comissão Municipal do Mobral no Espírito Santo ocorreu no município de Castelo em 13 julho de 1970, de acordo com Zunti. Ainda em 1970, iniciou-se a expansão da criação de Comissões que firmaram convênio com 12 municípios, incluindo Castelo, com matrícula prevista nos cursos do Programa de Alfabetização Funcional (PAF) para 5.128 alunos. A implantação do PAF ocorreu devido à infraestrutura existente na área de educação para adultos, proporcionada pela Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo (MOCCA). De acordo com Zunti (2000, p. 163),

[...] a MOCCA foi um projeto dirigido mais pelo pensamento que dominava o governo instalado em 1967, isto é, voltado prioritariamente para o ensino na faixa etária de 7 a 14 anos. Entretanto, o Decreto nº 2.922, de 14 de novembro de 1968 (Espírito Santo, 1968b), delimitou o campo de atuação da MOCCA a fim de evitar duplicidade da atividade, isto é, o Departamento de Ensino Primário (DEP) cumpriria o

programa relativo ao ensino primário regular no estado e a MOCCA, por seu turno, teria o objetivo primordial de alfabetização de adolescentes e adultos.

A MOCCA foi criada pelo Decreto nº 2.454, de 26 de maio de 1967, e sua estrutura foi legalizada somente pela Lei Delegada nº 20, de 17 de novembro de 1967 (Espírito Santo, 1968b). A finalidade primeira da MOCCA foi tentar reduzir o analfabetismo de crianças, posteriormente diminuindo, assim, o analfabetismo de adolescentes e adultos. Para que isso fosse possível, o ensino primário dependeria do auxílio das próprias comunidades em colaborar na construção de salas de aula, de que o Governo da União auxiliasse com verbas para a despesa com as quais o governo do estado não poderia arcar e que o próximo Governo Estadual assumisse a continuidade do Plano. Desta forma, as condicionantes estavam em pauta nos planos do governo até 1970 sendo eles: 1) ter em funcionamento mais de 3.187 salas de aula; 2) reduzir o analfabetismo adulto no estado a 30%, para a faixa etária de 15 anos (ZUNTI, 2000).

O coordenador da MOCCA, o professor e vereador do município de Jerônimo Monteiro, Ademir Abdala Prata, foi escolhido pelo então Secretário de Estado da Educação em 2 de março de 1968. Prata assumiu a Direção de Assuntos Pedagógicos e Comunitários da MOCCA e percebeu que existia uma grande deficiência pedagógica, uma vez que a MOCCA foi criada para atender a educação primária e não havia um currículo para atender a educação de adultos. Competiu ao Diretor, junto com a Diretoria de Ensino Primário, organizar um currículo que atendesse os conteúdos das quatro séries iniciais do ensino primário para ser atendido em 22 meses.

Sobre o Mobral, como dito anteriormente, sua rapidez na implantação se deu devido à infraestrutura proporcionada pela MOCCA. Desta forma, o Governo Federal providenciou a instalação do Mobral em ritmo de urgência e também de modo improvisado.

[...] em meados de 1970, isso fiquei sabendo depois, o Ministério da Educação havia criado a Fundação Mobral. E deu à Fundação uma importância singular. Diziam que era a “menina dos olhos” do Governo Federal. E o ministro solicitou ao Governador do Estado que indicasse uma pessoa aqui no Espírito Santo em eu soube depois, indicaram meu nome. Eu estava viajando e quando cheguei, o Secretário de Educação disse para mim que aqui no Espírito Santo quem entendia de educação de adultos e gostava de trabalhar de graça era eu. Então indicaram meu nome [...]. Quando eu voltei dessa viagem, eu soube que [...] havia uma emissária do MEC no hotel e que aguardava a minha chegada para falar comigo. Fui ao hotel e ela falou comigo no saguão mesmo. Ela disse que tinha minha designação como coordenador e que amanhã cedo nós tínhamos uma reunião com o Governador, o secretário de Educação e prefeitos de 11 municípios [...]. No outro dia, na Escola Normal, nos reunimos, e ela começou a falar. Aí olhou no relógio e disse que tinha de ir ao aeroporto naquela hora [...] e que eu tocasse a reunião. Dessa maneira começou o MOBREAL (PRATA, 1999, p. 187).

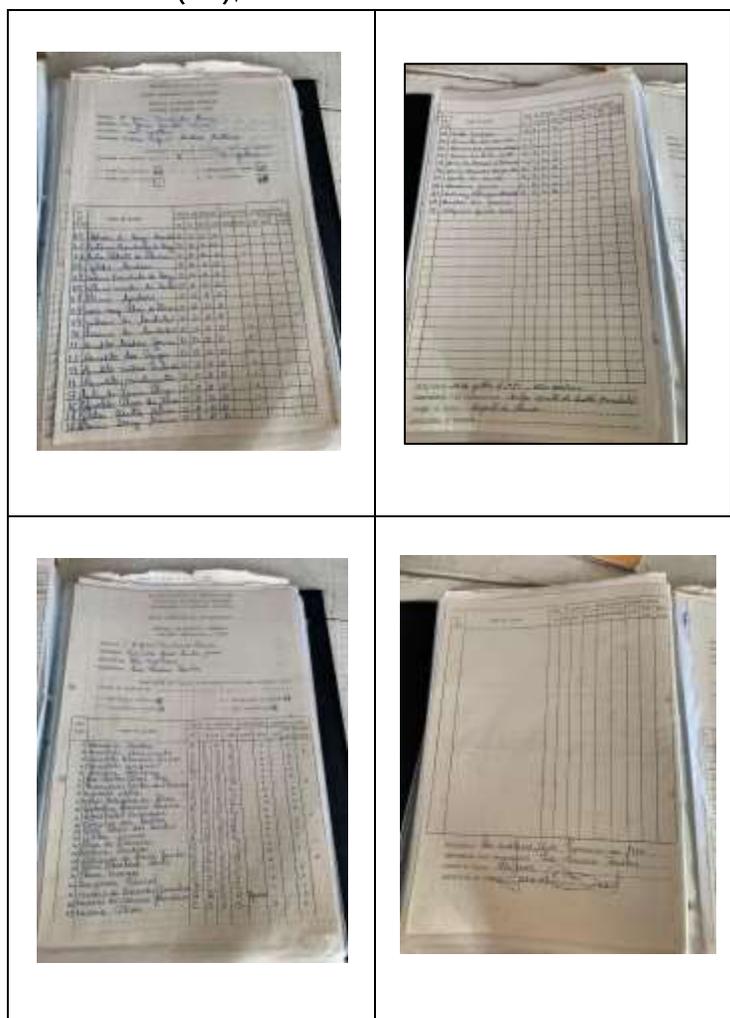
Em 5 de agosto de 1970, através da Portaria nº 10, de 4 de agosto de 1970, emitida pelo primeiro presidente do Mobral, Mario Henrique Simonsen, Ademir Abdala Prata é designado como responsável pela Comissão Estadual (COEST). A função do COEST era árdua, uma vez que o último censo de 1964 mostrava que a população do Espírito Santo estava em torno de 1.404.593 habitantes,

749.037 pertenciam ao grupo etário de 7 a 14 anos. Desses, mais de 50% eram analfabetos. A expansão da MOCCA não foi suficiente para atender a demanda existente o que possibilitou o aumento do analfabetismo visto que a estrutura organizacional da Secretaria de Educação (SEDU) não disponha de um Serviço de Educação de Adultos. O baixo rendimento e produtividade da primeira série do ensino primário também não foi suficiente, ocasionando assim a repetência com defasagem idade/série e até mesmo a evasão. Assim, toda a motivação dos profissionais que iniciaram o Mobral no estado não foi suficiente. Faltava incentivo e uma nova campanha de educação de adultos.

A atuação do Mobral na visão das professoras que nele atuaram no município de São Mateus (ES)

Sobre o Mobral no município de São Mateus (ES), buscamos informações junto à Superintendência Regional de Educação, localizada no município, e com três professoras que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Inicialmente as informações sobre o Mobral localizadas na Superintendência foram sobre alguns diários de classe referentes ao ano de 1979 e 1980, conforme as imagens abaixo:

Imagem 1: Diários de classe do Mobral em São Mateus (ES); ano de 1979 e 1980



Fonte: imagens produzidas pelos autores (2021).

Não foi possível, junto à Superintendência Regional de Educação, conseguir maiores informações sobre o Movimento no município. Apenas alguns poucos diários sem conteúdo registrado. Percebemos que muito sobre a

história do Mobral no município de São Mateus, infelizmente, já se perdeu talvez pela ausência do zelo ou pela falha em compreender a importância que o Movimento foi para as pessoas envolvidas e dedicadas a este acontecimento que fez parte da história do município. Acreditamos ainda que, com o passar dos anos, o pouco que ainda resta sobre o Movimento irá se perder. Ressaltamos da mesma forma que, durante a pesquisa, a Superintendência estava em reforma e o local destinado ao arquivo dos documentos naquele momento era precário. Também não conseguimos informações junto à

Superintendência Regional de Educação de Linhares, estávamos vivendo o período remoto da Pandemia da COVID-19, o que dificultou a pesquisa.

Sobre as entrevistas, foram realizadas por chamada de vídeo com as três professoras, cujos nomes fictícios são: Rosa, Margarida e Dália. Realizamos as chamadas de vídeo com a finalidade de não colocar a saúde dos envolvidos em risco. Mesmo assim, de início, nenhuma das professoras entrevistadas se recorda do ano de ingresso no Mobral.

O Movimento foi estruturado em São Mateus, como em todas as regiões do Brasil. Funcionava no turno da noite, aproveitando espaços escolares, igrejas, sindicatos e outras instituições que pudessem oferecer o mínimo de estrutura e mobiliário para os estudantes. O Mobral Central (Administração Central do Mobral) fazia convênios com as comissões das coordenações estaduais e as comissões municipais (comissões formadas por funcionários das prefeituras e estados), pelos quais se comprometia a fornecer material didático, orientação técnica e recursos para o pagamento dos alfabetizadores (MOBRAL, 1975, p.28). Para a organização das classes, o Mobral Central recomendava um total de 25 a 30 alunos,

entre homens e mulheres, existindo um controle para que eles não recebessem o material do Movimento em duplicidade, ocasionando um custo desnecessário.

O Mobral dispunha de duas fontes de receita: uma parte provinha da loteria esportiva e a outra parte de “doações” de empresas que, diante do acordo de restituição ao Imposto de Renda, poderiam destinar até 2% dos seus rendimentos. A arrecadação via doação representava a maior fatia dos recursos do Mobral, e como se tratava de um movimento voluntário, havia uma grande e constante mobilização em todos os estados com o objetivo de sensibilizar o setor empresarial (SOUZA, 2016, p. 83).

Sobre o processo de alfabetização em si, eram utilizadas cartilhas que pudessem ser trabalhadas em sala de aula com os alunos, explorando palavras utilizadas no dia a dia e também em diversas regiões do Brasil. O objetivo maior era que o aluno fosse capaz de ler e escrever seu nome, somar, subtrair, expressar-se de maneira compreensível, pudesse ler o letreiro do ônibus, entre outras atividades. A professora Dália (2021), corrobora em sua entrevista com esta informação,

Eu comecei a trabalhar no MOBREAL com 16 anos. Fiquei dois anos no MOBREAL. Depois recebemos um comunicado de que não teríamos mais o Movimento em Jaguaré que na época pertencia a São Mateus. O MOBREAL funcionava em uma escola que pela manhã tinham alunos regulares. Os alunos do MOBREAL eram pessoas idosas (entre 55 e 65 anos) com o objetivo de aprender a escrever o nome, ler, somar e diminuir. As mulheres que estudavam, os maridos levavam e buscavam todos os dias. Nós tínhamos muita força de vontade de ensinar essas pessoas, eu queria que eles

aprendessem a ler. Foi uma época muito feliz da minha vida. Não me recordo de muitas coisas, não me recordo do nome do diretor da escola, apenas eu e uma colega trabalhávamos nesta escola. Sei também que tínhamos um salário baixo, não lembro quanto.

Para o início das atividades no Mobral, foi estabelecido o atendimento imediato à população urbana por ser considerada pelo Movimento como pessoas com mais necessidades educacionais e também de mais fácil contato e recrutamento.

Nesse esquema reside o segredo do sucesso do MOBREAL. O ponto chave do êxito do MOBREAL está no fato de entregar, aos Municípios, a tarefa de executar diretamente o projeto de alfabetização. Cabe ao Ministério, através do Prefeito e das lideranças locais, a tarefa de acionar toda a comunidade para um verdadeiro esforço conjunto — um mutirão; de recrutar os analfabetos, descobrir salas de aula em qualquer local possível; contratar os alfabetizadores e prover nas salas o material necessário mais fácil de ser encontrado no local: giz, quadro-negro, lápis, borracha, etc. (MOBRAL, 1975, p. 28).

Com o passar dos anos, a partir de 1977, o Movimento começou a introduzir variações de cinco a seis meses para oito a dez meses de Programa, com a finalidade de ampliar o processo de avaliação da aprendizagem. O sucesso do Movimento estava em ofertar à população a erradicação do analfabetismo conduzindo todos da mesma maneira a se integrarem ao Movimento e assim utilizando de mesmos recursos e materiais para conduzir o processo de ensino através de um único modelo de educação e ação. A professora Rosa (2021), relatou que viveu momentos felizes durante sua atuação no Mobral:

O MOBREAL funcionava em salas improvisadas da Igreja Católica de São Mateus com aproximadamente 15 a 20 alunos na sua maioria mulheres. As aulas iniciavam às 19h e terminavam às 21h. Na época, algumas alunas que cursavam o magistério eram convidadas pela Diretora do MOBREAL, aqui de São Mateus, para conhecerem o Movimento e o processo de alfabetização de adultos. Algumas professoras da época, que já haviam concluído o ginásio, já lecionavam no MOBREAL, porém, era um ensino fraco e o material utilizado em sala de aula, cartilhas e cartazes, com os alunos, eram todos disponibilizados pelo Governo Federal. Alguns alunos tinham muita dificuldade em aprender, mas, tinham vontade de sair do analfabetismo, então o MOBREAL era para eles a solução.

Esta fala da professora Rosa somente confirma o que já discutimos no início deste estudo. O Governo oferecia assistência massificada para as pessoas analfabetas sem o cuidado em ofertar uma alfabetização de qualidade. Percebemos também durante as entrevistas que não existia a figura de uma pessoa a quem as professoras pudessem reportar suas dúvidas, angústias e suas práticas desenvolvidas em sala de aula com seus alunos. Infelizmente elas estavam sozinhas durante o período laboral. Para Zunti (2000, p. 200 e 211), a contratação de professores não habilitados ocorreu devido à falta de professores normalistas e à baixa remuneração conferida pelo Mobral. A questão do pagamento dos professores atrasava muito, isso porque, de acordo com todas as fontes orais consultadas, o valor era irrisório. Percebemos ainda que as professoras entrevistadas relataram que as condições de trabalho eram precárias, mas existia uma vontade maior de estar contribuindo, de alguma maneira, com a alfabetização daqueles alunos que acreditavam que

o Mobral seria uma oportunidade. A professora Margarida (2021), durante a entrevista relatou que:

O MOBREAL foi divulgado na comunidade de boca a boca e que os maiores interessados em participar do Movimento eram senhores e senhoras com mais de 50 anos que trabalhavam na roça. O objetivo deles era assinar o nome, então ensinei a eles ler e escrever. Comecei a trabalhar como professora, mas eu tinha apenas a quarta série primária em Castelo. Quando sai de Castelo, nos mudamos para Jaguaré e continuei estudando. Fiz o APRONT (era um magistério a distância) e, desta forma, concluí o magistério e comecei a trabalhar no MOBREAL em Jaguaré que pertencia ao município de São Mateus (ES). Eu não me recordo quando entrei no MOBREAL, acredito que com 18 anos.

Já a professora Dália (2021), relata que:

O núcleo regional convidou algumas pessoas para participarem deste Movimento que tinha como objetivo apenas ensinar os alunos a ler e escrever o seu próprio nome. Não me lembro quem fez o convite, mas lembro que o convite feito à comunidade foi após a missa, na igreja católica. Eu gostava muito de dar aula no MOBREAL, às vezes precisa pegar na mão dos alunos para ajudá-los, mas fazia com amor. Os alunos tinham o objetivo de aprender a ler, escrever e fazer as operações e eu queria muito que eles conseguissem. Fiquei triste quando o Movimento acabou, durou apenas 7 meses.

Durante os relatos, as professoras foram unânimes em dizer que gostaram de lecionar no Mobral e sentiam que estavam fazendo algo de bom para aquelas pessoas. Por serem analfabetos, não sabiam escrever seus nomes, e quando isso acontecia a emoção era contagiante. Os homens, em sua maioria, queriam saber ler e escrever para

conseguir um emprego melhor e as mulheres queriam ler para acompanhar a leitura da bíblia. Cada aluno que passou pelo Mobral em São Mateus tem uma história de vida que, infelizmente, se perdeu com o tempo. Percebemos que, mesmo o Movimento não sendo pensado de forma especial e sim como algo uniforme e massificado para a toda a população, as professoras que passaram pelo Mobral em São Mateus fizeram algo importante por pessoas que buscavam o sonho de conseguir assinar seus nomes.

As professoras do Mobral de São Mateus conseguiram ir além.

Considerações Finais

Durante esta pesquisa, pudemos observar que, infelizmente, lacunas ainda existem no Espírito Santo, e em especial no município de São Mateus sobre a implantação, duração e o término do Mobral. Poucos registros foram encontrados na superintendência regional do município.

Para tanto, as entrevistas realizadas com as professoras que participaram do MOBREAL nos fizeram refletir sobre o quanto elas foram dedicadas à sua tarefa de alfabetizar esta população que enxergavam nelas a esperança de poder buscar um emprego melhor. Nossas professoras assumiram uma tarefa árdua, difícil e muitas vezes solitárias de alfabetizar pessoas sem a experiência necessária que hoje elas sabem que era necessária. O Movimento teve início no município sem uma data registrada e um término também sem maiores informações, para quem lecionava por amor e para quem

buscava sair da escuridão. Os alunos confiavam nas professoras e elas dedicavam-se a eles com carinho.

É possível que muitas pessoas tenham continuado seus estudos, assim como a professora Rosa, que nunca desistiu e chegou na direção escolar. A verdade é que a grande maioria dos alunos do Mobral foram alfabetizados por professores e professoras que tinham a educação como um ato de liberdade, assim como pensava Paulo Freire.

Referencias

BRASIL. Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071publicacaooriginal-1-pl.html>.

Acesso em: 4 de maio de 2022.

BRASIL. *MOBRAL: sua origem e evolução*. Rio de Janeiro: MEC, 1973.

BRASIL. *Soletre MOBRAL e leia Brasil: cinco anos de luta pela alfabetização*. [s. 1.; s. n], 1975. BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 197-221.

BOM MEIHY, José Carlos S. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

CAMPOS, Rosiane Sudré. *Alfabetização de jovens e adultos no CEEJA-VI (ES): um estudo das concepções de linguagem/ língua e alfabetização (final da década de 1980 a 2003)*. 2016. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

NÓVOA, António. *Vida de professores*. Porto, Portugal. Porto Editora, 1992.

PAIVA, Vanilda. *Educação de adultos, educação popular*. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil: educação popular e Educação de Adultos*.

6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: UFPR, 2011.

SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. *Alfabetização e legitimidade: a trajetória do MOBREAL entre 1970 e 1980*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr de 2000, n. 13, p. 5-24.

Disponível em:
http://www.ergonomia.ufpr.br/Metodologia/RBDE13_05_MAUURICE_TARDIF.pdf. Acesso em: 4 de maio de 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. *A educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBREAL e pela Fundação Educar no Espírito Santo de 1970 a 1990: uma análise entre os caminhos percorridos entre o legal e o real*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

Recebido em: Fevereiro de 2022

Aprovado para publicar em: Junho de 2022.

Impaludismo na Estrada De Ferro Vitória A Minas (EFVM): a morte não revelada (1920-1942)

Luiza Maria de Castro Augusto Alvarenga
EMESCAM

Resumo

A malária, conhecida popularmente como maleita, impaludismo, febre de “mal character”, ainda é causa de sofrimento e morte no Brasil. A Historiografia da malária na Estrada de ferro Vitória a Minas (EFVM), entre 1920 a 1942, precisou buscar provas além dos documentos, nos livros, nos memorialistas e nas conversas de quem sabia contar da vida na ferrovia Vitória a Minas. Para entender a malária como um fenômeno que se manifesta nos indivíduos como doença, a escolha metodológica foi apoiada no conceito de *Framing*, de Charles Rosenberg (2001), que aproxima os elementos envolvidos no corpo biológico que adoece e o contexto, científico, político, econômico e social, como redes de causas e efeitos. No conceito de - *Framing disease*, a doença foi capaz de mostrar a totalidade das relações no recorte sequencial de tempo e espaço, que configurou a historiografia local da malária, na EFVM. A malária adoeceu e matou muitos. Há poucos registros de mortes de engenheiros e trabalhadores especializados, mas a falta constante de registros de morte por malária de operários, as baixas constantes em horas de trabalho e as citações dos memorialistas sobre os cemitérios na beira da linha, revelam a existência de uma morte anônima, não registrada nos documentos pesquisados, uma morte invisível.

Palavras Chaves: Impaludismo, morte, EFVM

Resumen

La malaria, conocida popularmente como maleita, impaludismo, fiebre de "mal carácter", sigue siendo una causa de sufrimiento y muerte en Brasil. La Historiografía de la malaria en el Ferrocarril Vitória a Minas (EFVM), entre 1920 y 1942, tuvo que buscar evidencias más allá de los documentos, en libros, memorialistas y conversaciones de quienes supieron contar la vida en el ferrocarril Vitória a Minas. Para entender la malaria como un fenómeno que se manifiesta en los individuos como una enfermedad, la elección metodológica fue apoyada por el *concepto de Framing*, de Charles Rosenberg (2001), que se aproxima a los elementos involucrados en el cuerpo biológico que enferma y el contexto, científico, político, económico y social, como redes de causas y efectos. En el concepto de - Enfermedad de *Framing*, la enfermedad fue capaz de mostrar la totalidad de las relaciones en el corte secuencial de tiempo y espacio, que configuró la historiografía local de la malaria, en la EFVM. La malaria enfermó y mató a muchos. Hay pocos registros de muertes de ingenieros y trabajadores calificados, pero la constante falta de registros de muertes por malaria de los trabajadores, las constantes bajas en las horas de trabajo y las citas de memorialistas sobre los cementerios en el borde de la línea, revelan la existencia de una muerte anónima, no registrada en los documentos encuestados, una muerte invisible.

Palabras clave: Impaludismo, muerte, EFVM

Abstract

Malaria, popularly known as maleita, impaludismo, fever of "bad character", continues to be a cause of suffering and death in Brazil. The Historiography of malaria in the Vitória a Minas Railway (EFVM), between 1920 and 1942, had to look for evidence beyond the documents, in books, memoirists and conversations of those who knew how to tell

the life on the railway Vitória to Minas. To understand malaria as a phenomenon that manifests itself in individuals as a disease, the methodological choice was supported by *the Framing concept*, by Charles Rosenberg (2001), which approaches the elements involved in the biological body that makes it sick and the context, scientific, political, economic and social, as networks of causes and effects. In the concept of Framing's disease, the disease was able to show the totality of the relationships in the sequential cut of time and space, which configured the local historiography of malaria, in the EFVM. Malaria sickened and killed many. There are few records of deaths of engineers and skilled workers, but the constant lack of records of malaria deaths of workers, the constant casualties in working hours and the quotes of memorialists about the cemeteries on the edge of the line, reveal the existence of an anonymous death, not recorded in the documents surveyed, an invisible death.

Keywords: Impaludism, death, EFVM

A malária, conhecida popularmente como maleita, impaludismo, febre de “mal character” ou febre perniciosa, ainda é causa de sofrimento e morte no Brasil e no mundo, apesar do conhecimento acumulado sobre sua prevenção e tratamento. É uma das grandes endemias brasileiras que merecem atenção nos estudos historiográficos e que têm seus registros em documentos institucionais e permaneceu fazendo vítimas durante um longo período de estruturação das políticas de saúde no Brasil e no Espírito Santo. Atualmente o maior número de casos da doença no Brasil se concentra na região Amazônica, sendo que os casos esporádicos registrados nas demais regiões do país estão identificados como importados da Amazônia.

No final do século XIX e início do século XX, já consolidado o conceito de doenças infecciosas, um conjunto de

sinais e sintomas caracterizou a manifestação clínica da doença denominada malária, em suas diversas denominações, como estão registradas nos documentos pesquisados, o que comprovou sua presença na história do desenvolvimento do Brasil, principalmente na construção das ferrovias em uma sociedade que se urbanizava e uma economia influenciada pelo contexto da exportação de matérias-primas e pela importação de manufaturados.

Este artigo é parte da tese, *O impaludismo na Estrada de ferro Vitória a Minas (1920 a 1942)* e para entender todos os componentes constitutivos da historiografia da malária no intervalo de 1920 a 1942, no território percorrido pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, na abrangência da linha e das populações à beira da linha, deparamo-nos com um grande número de elementos do contexto tanto social quanto ambiental e humano, cujas relações de causa ou efeito sobre a existência da malária se apresentavam como uma rede complexa, de difícil controle, para o estabelecimento de um esquema explanatório sobre a doença e a morte. Para entender a malária como um fenômeno que se manifesta nos indivíduos como doença, a escolha metodológica foi apoiada no conceito de Framing, de Charles Rosenberg (2001), que aproxima os elementos envolvidos no corpo biológico que adocece e o contexto, científico, político, econômico e social, como redes de causas e efeitos.

Segundo Rosenberg (2001), a doença explicita as relações sociais desde o momento em que é diagnosticada, e já, então, passa a haver um princípio explicativo, substancial, entre doentes, médicos, família, cultura, interferindo nas relações mais íntimas, como na família, até nas relações impostas pelo trabalho. A partir deste referencial a busca de “fontes históricas”⁸² que levassem ao entendimento da Historiografia

⁸² “Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos

da malária na EFVM, entre 1920 a 1942, precisou buscar pistas e provas além dos documentos, nos livros, nos memorialistas e nas conversas de quem sabia contar da vida na ferrovia Vitória a Minas. A malária acompanhou o percurso da estrada de ferro e mostrou-se um fenômeno complexo, multicausal e simbólico. Tal referencial construiu-se a partir de vários cenários onde a ferrovia era um acontecimento na história da doença, seguindo o referencial metodológico do *Framing disease*. A enfermidade e a morte existiram, a ferrovia foi construída, mas com poucos registros sobre o desfecho fatal.

No Espírito Santo, a construção das ferrovias se concentrou inicialmente na região sul do Estado com o objetivo de escoamento dos principais produtos da agricultura, sendo a primeira ferrovia, inaugurada em 1887. Os primeiros estudos para a construção de uma estrada de ferro que ligasse o Estado a Minas Gerais foram concluídos em 1896, amparados pelo Decreto nº 5.951, de 23 de junho de 1875. Esse Decreto autorizava a construção de uma ferrovia ligando Vitória, capital da Província do Espírito Santo, a Natividade, em Minas Gerais. Alguns privilégios eram oferecidos aos investidores que se aventuravam a construir ferrovias como a exploração de terras devolutas e a garantia de juros de 6%, em ouro ou papel moeda, sobre as quantias despendidas até o limite de trinta contos de réis por quilômetro de linha construída.

Entre os traçados apresentados ao Governo Federal que pudessem fazer a ligação entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais estavam os projetos das estradas de ferro Vitória-ES a Peçanha-MG e Peçanha-MG a Araxá-MG, antigos ramais da Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM), cujo objetivo era ligar o interior de Minas à cidade de Caravelas-BA,

proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história.

especificamente ao porto de Caravelas .de onde ocorreria a exportação de produtos mineiros e do sul baiano. Por dificuldades financeiras a Companhia Estrada de Ferro Bahia Minas (EFBM) ficou reduzida a um ramal ligando a Vila de Caravelas a Aimorés-ES, a Estrada de Ferro Caravelas Aimorés (EFCA), que negociou em troca da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Peçanha (EFVP). No mesmo ano este ramal foi repassado ao Banco Construtor do Brasil que após sua liquidação em 1901, repassa os “privilégios de zona” e concessões para CEFVM, mediante o Decreto Presidencial nº 4.337, de 1.º de fevereiro de 1902.

A nova Companhia e o projeto da nova ferrovia contaram com a presença do engenheiro Pedro de Souza Cunha Nolasco⁸³, um dos maiores acionistas da Estrada de Ferro Peçanha a Araxá (EFPA), que se empenhou em adquirir capital de banqueiros da Holanda e em buscar a posse da concessão da CEVP, que daria maior viabilidade à ferrovia e garantias econômicas e completaria o trajeto de Vitória a Araxá. Por outro lado, no estudo de viabilidade do ramal, o Banco Construtor havia projetado a mudança de Araxá para um novo traçado até Diamantina, que se tornou o novo limite da EFVM, confirmado no Decreto Presidencial de 1.º de fevereiro de 1902 (ARARIPE, 1954; FALEIROS, 2015; ROSA, 1985).

Foram as dívidas, os interesses dos investidores estrangeiros na busca de matéria-prima e a existência do minério de ferro em Itabira com potencialidade para

⁸³ Pedro Augusto Nolasco Pereira da Cunha, ilustre engenheiro da EFPA, permaneceu no projeto da EFPV. Foi responsável pelos estudos do traçado da EFVM, mantendo-se como seu diretor durante toda a sua vida. Buscou, com dedicação, garantir ao Brasil a exportação de minério de ferro. Para tanto, realizou numerosas viagens à Europa a fim de obter investimentos financeiros para a construção da EFVM. Era conhecido no Velho Mundo como um dos mais dedicados empresários brasileiros, acatado e respeitado nos círculos econômicos (AFFONSO, 1967).

exportação, que impuseram um novo traçado de Vitória ateabira (FALEIROS, 2015; ROSA, 1985, p. 35). A potencialidade geológica do Brasil foi apresentada ao mundo no XI Congresso de Geologia, na cidade Estocolmo, em 1910, despertando interesse dos países já industrializados, amparada nos estudos realizados pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, entre 1907 a 1909, apontava a existência de grandes jazidas de ferro na região de Itabira do Mato Dentro.

Para que se procedesse à exploração do minério nas terras mineiras, havia necessidade de que uma empresa se responsabilizasse pelas minas e isso se deu através da Companhia *Brasilian Hematites Syndicate* (BHS). Imediatamente, a BHS tentou garantir o transporte do ferro explorado com a compra de 42 mil ações da EFVM, único caminho no Vale do Rio Doce que poderia escoar o ferro até o litoral, e organizou a *Itabira Iron Ore Company Limited* (*Itabira Iron Ore*), com sede em Londres e representação no Brasil, para transporte e exportação do minério, o que exigiu melhoria técnica do traçado da linha, ficando. A *Itabira Iron Ore*, liderada por Percival Farquhar, recebeu as ações anteriormente compradas pela BHS o que levou a CEFVM a perder a autonomia para modificar o traçado dos trilhos, ficando com a responsabilidade de abertura da linha e sobre os trabalhadores e operários, sem os quais o traçado não se completaria.

A ferrovia sofreu com *deficits* financeiros, crônicos, durante toda a sua construção, que se fez em relevo acidentado. Não trouxe retorno financeiro imediato, dependendo do transporte de mercadorias, principalmente do café, com produção sazonal, retorno que muitas vezes não superou as despesas. Esse fato caracterizou-a como uma ferrovia relapsa perante seus investidores, visto que não avançava, não cumpria os termos dos contratos, cujos prazos haviam sido muitas vezes renegociados desde 1909, principalmente nos termos que se

referiam a construção da siderurgia, eletrificação da linha e chegada a Itabira que até 1942 não havia sido concluída.

Em 21 de junho de 1919, início da segunda etapa da sua construção, após a paralisação durante a Primeira Guerra mundial, além do *deficit* financeiro, a falta de mão de obra impediram a abertura de novos trechos. Por outro lado, a doença fazia vítimas constantemente. “O impaludismo atacava as turmas de trabalhadores, dizimando-os impiedosamente, afugentando-os dos locais de trabalho e, o pior, dando uma imagem aterradora das condições sanitárias regionais” (ROSA, 1985, p. 113).

No relatório da CEFVM aos acionistas, datado de 1924, consta que os trabalhadores tinham medo do impaludismo e, mesmo com salários diferenciados e com gratificação de insalubridade, recusavam-se a trabalhar⁸⁴. Essa situação de despesa elevada com recursos humanos repetiu-se em 1925, conforme descrito no Relatório da Diretoria desse ano, que aponta os altos salários de funcionários especializados entre os principais itens que contribuíram para o aumento das despesas, juntamente com o custo de materiais, tais como combustível, carvão de pedra, lubrificantes e matérias de reposição. Assinado pelo Presidente João Teixeira Soares e direcionado aos acionistas, o relatório revelava uma situação grave e sem perspectivas de melhora, definida como “[...] cada vez mais angustiada [...]” (CEFVM, 1926, p. 55). Cabe ressaltar que não se referia aos operários e sim aos trabalhadores da ferrovia, fichados pelas CEFVM.

A doença alastrou-se na estrada de ferro desde as primeiras investidas na mata em 1904, fato que foi explicitado no relatório do Dr. Teixeira Soares, Diretor da EFVM, em 1908.

⁸⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos acionistas em 1924. Na sessão Relatório da Construção, estão os trabalhos realizados nos anos de 1922 e 1923, assinados pelo engenheiro-chefe Joaquim A. B. Ottoni e apresentados ao Dr. Pedro Augusto Nolasco Pereira da Cunha, diretor-gerente.

Esse relatório, informava que os poucos quilômetros construídos naquele ano foram consequência dos surtos de malária entre todos os trabalhadores, situação que dificultava a “permanência dos operários em efetivo serviço”. Na sequência, o relatório descreve o impaludismo como uma doença das matas e de etiologia ambiental, e fala do “[...] gérmen de febres de *mão caracter*⁸⁵ que desaparecem quando a mata é derrubada” (CEFVM, 1908). Logo a derrubada da mata era uma ação contra o impaludismo.

Em 1922, foram necessários seiscentos operários do estado da Bahia e, em 1923, mais oitocentos operários dos demais estados, para a conclusão do trecho de 23,100km das estações de Baratinha e Raul Soares, em Minas Gerais, pois não havia contingente humano suficiente e disposto a enfrentar a empreitada (CEFVM, 1923). Em 1922, a gravidade da malária já era um fato conhecido no meio médico, e a sociedade espírito-santense se viu surpreendida com a visita do sanitарista Belisário Penna, que fez um grande alerta. Em discurso público, o médico expressou sua preocupação com a situação supostamente ameaçadora, sugerindo medidas em âmbito não apenas federal, mas também estadual, em relação aos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A doença foi declarada ameaçadora em todo o percurso da EFVM.

A construção da EFVM, assim como as demais ferrovias construídas no Brasil e no mundo, dependeram de um grande número de trabalhadores, com funções variadas, mas o traçado dessas estradas só poderia ir à frente com os operários. Os ferroviários da EFVM vieram de muitos estados do Norte e do Nordeste Brasileiro, mas todos eram chamados de baianos. Uma cantiga popular colocava-os no lugar irônico que os

⁸⁵ A malária era chamada na ferrovia de impaludismo e também “febre de mal caracter”, conhecido por toda população desde o Espírito Santo até Minas Gerais.

esperava no futuro na ferrovia. A morte aparentemente conhecida, ou apenas especulada

“Coitadinho dos baianos,
nem sabiam sua sina,
Foram morrer de febre,
Na Estrada Vitória a Minas”
(TARSO, 2003)

Esses trabalhadores exerciam diversas atividades profissionais na ferrovia, tais como as de foguistas, maquinistas, graxeiros, chefes de trem, guarda-freios, conservadores de linha, feitores, chefes de turma, tunileiros, ferreiros, soldadores, torneiros, eletricitas, bagageiros, carregadores, entre outras. Algumas áreas da Companhia concentravam grande número de operários como os da construção e da manutenção, homens com trabalhos braçais, analfabetos ou semialfabetizados, a maioria contratada pelas empreiteiras. Inúmeros operários eram jornaleiros, isto é, ganhavam por hora trabalhada.

Nunca houve arrefecimento do impaludismo. Quando superado um trecho, a doença ia mais à frente, junto com os homens e suas famílias, seguindo o percurso dos trilhos. A presença do impaludismo, aliada à falta de recursos financeiros, foi fato marcante nas duas décadas da construção da ferrovia, entre 1920 e 1940. Nos relatórios de gestão dos anos 1920 a 1939 e nos setoriais da EFVM/CEFVM, a doença foi considerada culpada pelo atraso da construção da linha. Apesar de os trabalhadores poderem contar com intervenção médica no período, não havia êxito no arrefecimento dos casos de doença, principalmente do impaludismo.

Na tentativa de manter um número suficiente de operários que desse prosseguimento ao avanço dos trilhos, a CEFVM oferecia atendimento médico organizado em dois distritos que coincidiam com os limites da ferrovia em território mineiro e espírito-santense. O primeiro distrito compreendia o trecho da

ferrovia de São Carlos (Vila Velha/ES) a Maylasky (Baixo Guandu/ES), o segundo abrangia o trecho de Maylasky a Cachoeira Escura-MG, região caracterizada como lugar de grandes “baixas” no contingente de operários, resultante provavelmente das mortes, como também da pauperização causada pelo impaludismo crônico, muitas vezes agravado pela ancilostomíase. Ao se estudar os documentos, a narrativa mostrou a doença, mas não se completou com as mortes.

A doença, no território da EFVM, não teve intervenção estadual ou federal, as políticas públicas, profiláticas ou curativas que se desenvolviam no Espírito Santo, ainda que precariamente na capital dos estados e nas principais cidades, não atingiram os ferroviários. Os procedimentos executados pelos médicos da EFVM, consolidados nos relatórios, não especificam o diagnóstico de doenças, mas os casos de malária ocorriam, seguramente, em maior quantidade, revelados pelas prescrições de medicamentos antimaláricos que chegaram no ano de 1920, a totalizar 4.100 fórmulas e distribuídas 6.300 cápsulas de quinino e 2.000 cápsulas de quinino e azul de metileno, além de pomadas, antissépticos, purgativos, entre outros medicamentos. Essas prescrições demonstram que o sofrimento provocado pelo impaludismo que se tornou muito grave, quando a estrada entrou no estado de Minas Gerais, sofrimento comprovado pelo uso intensivo do quinino com azul de metileno⁸⁶.

Na busca do corpo doente por malária, encontramos homens e mulheres que trabalharam na ferrovia ou viviam dela, caracterizados pelo médico sanitário Belisário Pena (1922a, p. 2) como “[...] velhos e fracos apesar de pouca idade”. O semblante de pouca gordura, os ossos aparecendo sob a pele e a fraqueza, características de corpos envelhecidos, desidratados

⁸⁶ Quinino com azul de metileno era a fórmula para melhorar e garantir o tratamento dos efeitos do sulfato de quinina. Foi usado para tratar a malária desde 1891 até o século XX.

e desnutridos, foram sinalizando os operários que permaneceram na construção por longos períodos, submetidos a repetidos surtos de malária. O julgamento de Belisário Pena, decorrente de suas observações e análises, atesta o papel importante das ferrovias do final de século XIX no desgaste físico, na exposição ao contágio de doenças e na morte de grandes contingentes humanos, principalmente por levarem trabalhadores para regiões onde as condições de sobrevivência não estavam garantidas.

O médico sanitarista falou especificamente sobre o Vale do Rio Doce e o descreveu como um cenário de sertão⁸⁷ na ferrovia. Logo, como sertão, não foi apenas a malária que levou os operários àquele grau de espoliação; foi a fome também, mesmo que seletiva, de forma endêmica e silenciosa. No seu discurso, Pena afirmou a necessidade de homens saudáveis para a término do empreendimento, provavelmente porque via na EFVM as mesmas condições de morte da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Mesmo na clareza do desfecho fatal, as recomendações higiênicas gerais, ele não denunciou diretamente as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, que se manteve no modelo adotado durante período estudado.

O regime de trabalho dos ferroviários era exaustivo, mas nunca deveria prejudicar o andamento da construção. Os operários contratados pelas empreiteiras tinham, além de salários baixos, pior condição de alimentação e moradia do que aqueles contratados pela EFVM, fato comum na história das

⁸⁷ Para os médicos sanitaristas, o sertão a que Belisário Penna se referiu no seu discurso em Vitória representa a periferia das cidades, um povo abandonado pelo Estado e doente, que poderia tornar-se uma ameaça para a Saúde Pública por manter a comunicabilidade das doenças entre os indivíduos e entre as cidades e sua periferia. Além desse referencial de perigo, **como doença que pega**, vamos encontrar autores que destacam o caráter de construção de uma ideologia nacionalista que precisaria resgatar esse contingente populacional para formar a nação (HOCHMAN, 2013).

ferrovias brasileiras. Claudia Monteiro (2007) e Francisco Food Hardmam (2005), ao estudarem as ferrovias do Paraná e do Amazonas, afirmaram que os trabalhadores das ferrovias brasileiras sofriam de fome, doenças e acidentes. No Espírito Santo e em Minas Gerais, o descaso, no Paraná, os desfiladeiros, e no Amazonas, a floresta, foram condições agravantes para a sobrevivência dos operários comparadas a um caminho de genocídio que Hardmam (2005) assim descreve:

A história dos que fizeram esses caminhos é uma narrativa repleta de mortes, doenças, fugas, motins frustrados e anônimos. Operários de todos os recantos, nesse revolvimento assombroso de terras, igualavam-se por baixo, na condição de escravos modernos, despossuídos e prontos a perecer em holocausto aos senhores do novo maquinismo (HARDMAN, 2005, p. 152).

Em apenas um momento as mortes estão registradas. O relatório médico do ano 1931, assinado pelo chefe da construção (Linha) e dirigido ao Diretor-Presidente da CEFVM, traz a descrição de um acontecimento trágico, ocorrido na região entre a Ponte do Brocotó (MG) até 10km à frente, segundo o qual o “[...] paludismo atacou os operários e suas famílias dizimando-os”. Pelo traçado da época, o trecho atravessava o Rio Piracicaba, afluente do Rio Doce, provocando grandes alagados na época das chuvas, e seguia até Callado, hoje Coronel Fabriciano (MG). Os relatórios de gestão da EFVM aos acionistas, durante os anos de 1930 a 1940, não se referem ao horror do adoecimento pelo qual passaram os trabalhadores.

Desde 1907, as recomendações sobre as medidas preventivas para controle da malária eram conhecidas e já empregadas por Carlos Chagas na periferia do Rio de Janeiro. Durante o surto de malária na Baixada Fluminense, onde os pacientes foram isolados e tratados drenaram as águas e impuseram restrições à circulação dos trabalhadores ao anoitecer. Além dessas medidas, usando a quimioprofilaxia

com quinina 50cg, duas vezes por semana, trataram todos os trabalhadores e moradores da região, obtendo resultados positivos. No mesmo período, o médico, foi a Minas Gerais combater a malária na Estrada de Ferro Central do Brasil, na região próxima ao Rio das Velhas, conforme descrito na revista *O Brasil-Médico* (1907, p. 154). Esse acontecimento parece ter sido importante na confirmação da concentração ideal de quinina para uso profilático, pois até então, com a utilização de subdoses da medicação nos operários, constatava-se o desaparecimento dos sintomas, evidenciando-se, no entanto, um grande contingente de doentes crônicos.

Na EFVM, a situação não foi diferente das demais com relação ao uso do quinino. Os relatórios dos médicos da ferrovia falam da distribuição de quinino aos doentes para tratamento e, também, como medida profilática, mas sem grande controle sobre a ingestão do medicamento ou sobre outras medidas. Os engenheiros eram orientados pelos médicos, a entregar aos chefes de turma as pílulas de sulfato de quinina de 25cg (quinino), além de obrigar o uso de mosquiteiros e de roupas grossas que no ambiente úmido da floresta do Rio Doce, não eram usadas. As pílulas eram colocadas na língua dos trabalhadores e obrigados a engolir. (ALMEIDA, 1959, p. 234).

De difícil controle em ambientes de florestas, a prevenção da malária pelo uso do quinino (quinização) foi o método empregado durante a construção das ferrovias e se caracterizou pela ingestão obrigatória do medicamento, através de uma imposição autoritária de obediência às ordens de quem representava a hierarquia imediatamente superior e tinha a responsabilidade da distribuição da droga. O objetivo era não deixar adoecer nenhum operário, a fim de garantir homens sadios e capazes de trabalhar para terminar a ferrovia, e estava sob o controle direto da CEFVM. Essa prática foi usada no final do século XIX e início do século XX, com mais intensidade

após a Lei da Quinina⁸⁸ (1918), e teve apoio dos médicos sanitaristas que representavam a ciência médica do Instituto de Manguinhos.

A concentração de quinino de 25cg usada na EFVM foi menor do que todas as recomendadas pela ciência, mas podiam ser duplicadas ou triplicadas sem prescrição caso os ataques de tremeadeira continuassem o que levou grande contingente de ferroviários a sofrerem efeitos adversos da quinina, também chamados de quinismo, tais como zumbidos no ouvido, dores de cabeça, náuseas e distúrbios visuais. A medicação não foi, provavelmente, causa de morte de trabalhadores porque a dose letal da droga, para adulto, de 2g a 8g, seria difícil de ser alcançada com pílulas de 25cg, dose para cujo alcance seria necessária a ingestão de dez pílulas, em intervalos pequenos, durante 24 horas. A partir de 1930, a quinização dos ferroviários não foi claramente documentada nos relatórios da CEFVM. Na sessão que descreve o Serviço Médico, as informações sobre doenças são insuficientes para análise das ações de quimioprofilaxia. São declarados apenas aspectos gerais das ocorrências – doenças e acidentes –, mas não na totalidade, como as que encontramos nos relatórios específicos da Divisão de Tráfego sobre acidentes, com nome, causa e descrição da lesão. Mesmo assim, esses registros não representam a totalidade dos acidentes, e sim aqueles em que a CEFVM era a responsável pelo fichamento do operário.

⁸⁸ A partir da autorização contida no inciso XII do art. 3º da Lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918 – “A despender até a quantia de 1.00:000\$ para iniciar, o serviço de prophylaxia rural no paiz” –, o Decreto nº 13.000, de 1º de maio de 1918, criou o “[...] Serviço da quinina official, prophylatico da malária, inicial ao dos medicamentos do Estado, necessários ao saneamento do Brasil”, ficando sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores a responsabilidade de adquirir os insumos, e do Instituto Oswaldo Cruz, a produção do medicamento em forma de 10 e 20cg e de um grama, em fórmula líquida e em injeções (Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13000-1-maio-1918>).

Outro, negro de dentes alvos ornados de gengivas ebâneas, revela-nos em soluços, e em lágrimas, que rolavam pelas faces azevichadas e ressequidas: vosmecê punha alila de sulfato na minha boca, mas eu não engolia, escondia debaixo da língua e atirava depois longe, por mode eu não queria ficar surdo (ALMEIDA, 1959, p. 237).

Aos engenheiros que faziam a distribuição de quinina ou que levavam tratamento aos impaludados, a CEFVM recomendava que nunca demonstrassem favor ou caridade a respeito do que estavam fazendo, e que sempre deixassem a entender que o socorro representava o reconhecimento da Companhia aos serviços desempenhados pelos trabalhadores (ALMEIDA, 1959, p. 237).

Somente os surtos de malária com repercussões muitos graves, como o ocorrido em 1931, ficaram marcados de forma alarmante, mas sem registro do número total de mortos. Os demais foram desaparecendo dos relatórios a partir de 1936 e não há registro nem do que aconteceu aos trabalhadores das empreiteiras nem da totalidade desse contingente. Outras fontes trouxeram as pistas e deram forma e semblante a todos que viveram e morreram na linha como os memorialistas e as fontes orais.

Cinco autores dedicaram-se a contar as histórias da EFVM. São eles Lucílio da Rocha Ribeiro, Ceciliano Abel de Almeida, Decarliense Alencar Araripe, João Affonso e Abel de Carvalho, todos com conhecimento porque trabalharam na ferrovia. Nas narrativas, nos contos e nas memórias desses homens, a estrada de ferro foi o território dos acontecimentos. Os autores contam as histórias, analisam os fatos e são, em outros momentos, personagens dos acontecimentos. Nos livros de memórias, o autor tem, particularmente, a intenção de fazer uma narrativa de sua vida.

O escritor Lucílio da Rocha Ribeiro, no livro *Pequena contribuição para a história da Estrada de Ferro Vitória a*

Minas, publicado em 1986, trouxe grandes subsídios para a história da malária na EFVM. O autor descreve os períodos de entrada de imigrantes italianos no norte do Espírito Santo, principalmente do grande contingente que chegou ao município de Ibirapu em 1892 e colonizou toda a região. Os italianos que residiam no “[...] Núcleo Colonial de Acyoli, que estava dividido em Pau Gigante, Ubás, Triunfo, Esperança, Treviso, Café, Otelô e Alto Bergano, sofreram nas terras baixas, quentes e alagadas infestadas de surtos palúdicos” (RIBEIRO, 1986, p. 23). A partir dessa narrativa, o autor revela a presença da malária antes da passagem da ferrovia e relata que permaneceu nessa região do estado do Espírito Santos antes e durante a construção da estrada de ferro, demonstrando que a doença não foi trazida por ela.

O engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, responsável por um dos trechos da EFVM, no seu livro *O desbravamento das selvas do Rio Doce*, publicado em 1957, expressou a grande tragédia ao declarar: “Contai, meus senhores, os dormentes deste trecho de estrada... ficai certos de que o número que encontrardes será superado pelo dos trabalhadores enterrados” (ALMEIDA, 1959, p. 239). Em vários momentos da sua narrativa, destaca-se a descrição da permanência de operários doentes, com as crises intermitentes, durante a laboração. Em um dos trechos que exemplifica essa situação, é dramática a análise que o autor apresenta, anos depois dos fatos ocorridos. Naquele momento dentro da Companhia, o engenheiro se coloca celebrando o término da tarefa, mesmo que executada por infelizes, inconscientes da situação de exploração grave de um corpo doente.

A alegria da turma se esmarriu, obdurou-lhe, a decisão de triunfar dos obstáculos, que se lhe apresentassem. E com o propósito de alcançar a vitória, cantando o marco final da locação, aquela gente, embotada na hora do acesso palustre em seus tresvários, se referia amiúde ao

término do serviço e à volta imediata ao trecho em construção. E esses delírios, na picada, convertiam-se em anelo consciente e justo e, por isso, todos procuram, como náufragos, sopitando canseiras, salvar-se, chegando á praia simbolizada na última estaca, que iam cravar. O têrmo de nossa tarefa sorri em um sábado esplendoroso, que contrasta com as faces embaciadas daqueles infelizes, sempre pacientes em esperar os terríveis acessos intermitentes, sempre em demasia agradecidos à pouca terapêutica que lhes oferecemos (ALMEIDA, 1959, p. 239-240).

Triunfar ou chegar ao término de uma tarefa que vai além de suas forças, “[...] como náufragos, sopitando canseira”! O engenheiro, participante de tudo o que se passava com aqueles homens, termina sua tarefa em um sábado esplendoroso, com a sombra de operários moribundos e sem tratamento. A disciplina fez com que esses homens acreditassem que deveriam chegar à última estaca. A superação da exaustão transformou-se nos seus próprios valores como exemplo de uma disciplina perfeita. Os operários agiam como o engenheiro e a CEFVM precisavam, sob uma vigilância que se distribuía numa hierarquia de poder até chegar a um chefe para cada dez homens.

A disciplina em diversos níveis de representação, sob a expressão de dominação expressou-se de forma discreta nas fontes pesquisadas. Está documentada em três relatórios encaminhados ao presidente da Companhia, Dr. Pedro Nolasco, no intervalo de 1920 a 1942. O primeiro, datado de 1930, assinado pelo chefe da Divisão de Construção, expõe categoricamente: “Com o pessoal resumido que actualmente trabalha na Construção sendo ele selecionado e disciplinado, não houve sequer uma prisão ou desordem nem nos acampamentos e nem nas ruas da cidade”. Logo o isolamento,

as angústias e a violência estavam presentes, contidos pelo poder disciplinar. O segundo indício de disciplina como dominação está no Relatório das Divisões, de 1937, e se refere ao ano de 1936. Neste relatório, assinado pelo Dr. Alencar Araraípe, está escrito: “[...] poucos casos de indisciplina precisaram da intervenção enérgica da Administração”. O relatório também informa que a Administração excluiu os desordeiros da Diretoria do Sindicato a partir da ação da Junta Governativa que substituiu seus membros.

Quanto à disciplina nas ferrovias, em 1982, Líliliana Rolfsen Petrilli Segnini publicou um estudo sobre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, expondo todas as facetas da relação entre o lucro e a exploração dos trabalhadores e a maneira como essa exploração foi-se disfarçando com argumentos paternalistas que substituíram a “força bruta” do início do século XX, em moldes escravocratas, por benefícios como cooperativas, escolas, moradias. Nas fontes pesquisadas, apenas uma pequena pista, dada por Affonso (1967), trata de benefícios aos ferroviários: “Entre 1932 a 1940, o Dr. Silvestre, enviado pela administração, procurava prestigiar o pessoal da VP com fotografias, comprovante de casamento e nascimento dos filhos, fazia promoção social e jurídica para os que viviam às margens desse direito” (AFFONSO, 1967, p. 118). Mas, mesmo doentes, os operários da EFVM continuaram trabalhando até não poder mais, conforme a narrativa de José do Patrocínio:

Na época que trabalhei... a gente, na beira da linha, andava demais...Eu não trabalhava na beira da linha, era carpinteiro, mas trabalhava no trecho. Eu não cheguei a pegá paludismo; o paludismo curava com chá... trem margoso!.. Meu colega pegou, tremia demais. Ia pra trás da moita e ficava lá vomitando muito... revirava o bucho... ninguém acudia não. Era no trecho, longe... e tinha horário certo de largar o serviço. Era longe, não tinha... pois é, a gente não tinha recurso, o recurso da gente era

longe, em Nova Era, o chefe de turma. Era para mandar... não dava conta, mandava pro médico. Nós sofremos muito. A Rio Doce foi construída com analfabetos. Eu mesmo... sofremos muito... a gente usava roupa comum, remendada, e de chinelo. A gente comia bem, nós comia bem, comida forte: rabada de boi, arroz e feijão... verdura era difícil no trecho. A gente era comandado... No trecho nós fazia barracão de tauba e espalhava o soalho com dormentes... (Grifo nosso)

O auxiliar de estação Antônio Silvestre do Nascimento corrobora esse depoimento:

A gente vivia meio amarelo de tanto tomar injeção. Acho que se chamava Ateblina, outros falavam Ateblina, de forma que não me recordo mais do resultado. O certo é que amarela. E a gente vivia amarelo. Trabalhei no telégrafo com um colchão no chão, porque não aguentava a febre. Você treme, treme, treme. Faz frio. Aí dispara a suor e vem uma fraqueza tremenda. O fígado endurecia e ficava igual um pau. Então você dizia que aquilo era tábua de passar roupa (MAYRINK, 2002, p. 60).

Com base nos depoimentos de Patrocínio e Antônio e sustentada pela assertiva de Le Goff, podemos entender o que acontecia no corpo de homens humildes, negros, famintos, descalços e dóceis⁸⁹, que foram cenário de um acontecimento recortado entre 1920 e 1942, sob a disciplina da EFVM. Neste

⁸⁹ “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2014, p. 134). Neste momento do estudo, os indícios apontaram para a existência de uma disciplina nas ferrovias brasileiras do século XX, que nos remeteu aos escritos de Michel Foucault e toda sua força, mostrando que a disciplina e a dominação bem como o funcionamento corporal do poder disciplinar e seus efeitos de invisibilização estavam presentes na EFVM. Por agora, vamos apenas utilizar a interseção de Foucault em seus escritos, o que abre um campo vasto para novos estudos.

referencial, a historiografia das doenças encontra um sentido mais verdadeiro quando busca construir as relações de corpos que ocupam um lugar na sociedade e a doença que se insere culturalmente, biologicamente, politicamente e medicamente (ROSENBERG; GOLDEN, 1997).

Na cantiga popular, os baianos eram coitadinhos e vieram morrer na EFVM. Tinha-se a impressão de que todos aqueles que conheciam a cantiga sabiam dos fatos relatados na poesia. De fato, a doença existiu, houve médicos tratando dos operários, houve quimioprofilaxia com o quinino, e esses registros estão nos relatórios anuais da CEFVM, mas a morte, como desfecho fatal nos casos de doença, só está registrada em 1932, com a palavra “dizimados”. E foi a partir do silêncio dos documentos que as buscas se direcionaram aos memorialistas e relatos orais.

As entrevistas foram desenvolvidas em clima de muita cordialidade e apenas em uma ocasião houve preocupação da família em estar prejudicando a CVRD. Por esse motivo um dos membros pediu que desconsiderássemos o que estava sendo dito. Não encontramos nenhum ex-operário da Via Permanente nem família de operários ou de trabalhadores qualificados da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que conhecessem a história dos operários da Via Permanente/Construção e do adoecimento pela malária especificamente na EFVM. Os casos de malária relatados nas entrevistas foram lembrados porque ocorreram na família, na proximidade de quem contava, fazendo parte do grupo familiar – memória familiar, e não memória coletiva no contexto da ferrovia (HALBWACHS, 1990).

Os entrevistados falaram mais de suas próprias histórias, como do agente da estação, e naquele momento deu-lhe lugar de destaque aparentemente esquecido. As senhoritas de Acioli também narraram muitas lembranças de quando meninas, os remédios que tomavam, a tremedeira... O orgulho de ser telegrafista foi percebido na emoção e nas falas entrecortadas,

mas somente o carpinteiro José do Patricínio foi quem viu e guardou na memória o sofrimento dos trabalhadores da linha.

As respostas sobre o sofrimento e morte ocorridos entre os trabalhadores, sobre quantos e onde estão enterrados, não se completaram. O que parecia fácil de falar pela população das localidades à beira da linha tornou-se motivo de preocupação entre os antigos trabalhadores da EFVM, principalmente aqueles que permaneceram na CVRD. Algumas entrevistas foram desmarcadas e remarcadas, porém não se realizaram. As alegações giravam em torno do “não sabiam dizer, ou não conheciam”, mas nunca de que não havia acontecido. A imagem da CVRD apagou a da CEFVM e sua memória mesmo para aqueles que tinham ingressado na ferrovia antes de 1942. A imagem da nova Companhia, que superou os problemas financeiros, substituiu a linha de baixa qualidade, ordenou os cargos e formou o pessoal, fez desaparecer as memórias marcadas pelo trabalho rude dos primeiros tempos.

O que não estava registrado nos documentos da EFVM e não fez parte das lembranças dos entrevistados foi trazido pelos indícios deixados nas entrelinhas dos escritos dos memorialistas. O não dito não parece relacionado ao silenciamento traumático dos acontecimentos, pois aqueles que aceitaram contar suas histórias não pertenceram à categoria dos operários e, provavelmente, não experimentaram violência. Eram crianças e adolescentes no período estudado, por isso não perceberam a realidade, ou, então, suas memórias foram construídas no grupo social, seu grupo afetivo, que mantinha distanciamento dos operários. Na entrevista interrompida por uma inadequada percepção de ameaça à CVRD, foi justificada a obrigação de proteger a Companhia que proporcionou um futuro de benefícios para muitos trabalhadores, tendo como referência aqueles especializados.

Os operários que morreram de malária, enterrados na própria ferrovia, formaram um grupo de pessoas desprovidas de identidade para a organização da EFVM, que as fez ausentes

nos documentos e na memória coletiva da CEFVM. Os “baianos”, cujos nomes não sabemos, estão na historiografia da malária como as maiores vítimas de uma doença infecciosa vetorial, de uma organização social, de um Estado que não reconhecia os sertanejos como cidadãos, o Estado Liberal que, com práticas de exploração e acúmulo capitalista, os explorou sem trégua.

Os operários que não deixaram registro foram invisíveis até aqui. Estão na cantiga como imagem não pertencente a uma realidade que merece ser lembrada. Ausentes dos arquivos, das memórias, sem interlocutores a quem pudessem contar as histórias, foram vencidos pela fúria das empreiteiras, pela negligência da Companhia, pela doença, pelo corpo exausto, e não estão na história. Os ausentes da história foram vencidos por uma rede que os invisibilizou em vida, e na morte sob os trilhos. A invisibilidade tirou-os do discurso público mesmo com o alerta de Belisario Penna, em 1922, e, passados vinte anos, tiveram sua voz limitada ao espaço do mato e da linha, num grupo de iguais que não foram encontrados nem foram ouvidos.

A invisibilidade caminha no mundo do trabalho com a indignância, mas a indignância refere-se aos excluídos do modelo de ganho capitalista. Alienados da ordem ou pela loucura, não foi essa a causa aparente da invisibilidade dos operários. A invisibilidade que silenciou esses homens foi dada pela exclusão em uma sociedade onde o poder, instrumento fundamental do capitalismo industrial, determinou quem valia. Morreram de malária nesse percurso homens, mulheres e suas crianças. De pele escura, magros, analfabetos, ninguém falou neles, ninguém se lembrou deles. Estão na fala de João Affonso (1967, p. 167): “Estatisticamente falando, até 1943, aquele estado de calamidade deixou um saldo de milhares de óbitos, sem levar em conta as vidas ceifadas em flor e os malfadados efeitos daquela epidemia”.

O ano de 1942 marca a intervenção vigorosa da Fundação Rockefeller que muda a História Natural da Doença. A situação de penúria em que se encontravam os está no primeiro diagnóstico da situação de saúde de todo o território da EFVM feito pelo médico americano James Knott, (Campos 2006), revelou a situação precária em que se encontravam os ferroviários e suas famílias. A malária era endêmica tanto na Linha Acima, entre Governador Valadares (MG) e Nova Era (MG), antiga São José da Lagoa, em Minas Gerais, onde se localizavam dezoito pequenas cidades e quatro acampamentos de trabalhadores, quanto na Linha Abaixo, com doze cidades e 32 acampamentos. Segundo o levantamento inicial chamou a atenção pela impossibilidade de controle de qualquer doença nos locais onde viviam cem a trezentos trabalhadores, morando em barracões cobertos de sapê e sem instalações de água e esgoto, que alojavam de dez a vinte pessoas. Mas este cenário acompanhou 40 anos em todos os trechos de sua construção.

A história não está terminada. Muita coisa precisa ser buscada entre Vitória e Itabira, nas margens do Rio Doce, do Rio Pau Gigante, do Rio Santo Antônio, do Rio Piracicaba, no Museu Municipal de Aimorés e na fala dos historiadores do Médio Rio Doce. Precisamos dar luz ao passado que a malária insinua e que nos parece confirmar a hipótese de que seu rastro trágico se deu nas categorias sociais mais desfavorecidas e negligenciadas.

Bibliografia

Leis, Decretos...

BRASIL. Decreto nº 14.160, de 11 de maio de 1920. Autoriza a celebração com a *Itabira Iron Ore Company Limited*, para que, sem privilegio, construa e explore usinas siderurgicas, duas linhas ferreas e um cães de embarque e desembarque, nos Estados de Minas Geraes

e Espírito Santo. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14160-11-maio-1920-529165-republicacao-93160-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 14.160, de 11 de maio de 1920**. Autoriza a celebração com a *Itabira Iron Ore Company Limited*, para que, sem privilégio, construa e explore usinas siderúrgicas, duas linhas ferreas e um cães de embarque e desembarque, nos Estados de Minas Geraes e Espírito Santo. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14160-11-maio-1920-529165-republicacao-93160-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.351, de 28 de julho de 1940**. Autoriza a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia a incorporar a Estrada de Ferro Vitória a Minas. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2351-28-junho-1940-412284-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 1.264, de 30 de dezembro de 1920**. Victoria, 1920.

Correspondências, relatórios, mensagens...

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. **Relatório apresentado aos acionistas [pelo] diretor da EFVM, Dr. Teixeira Soares, no ano de 1908**. Vila Velha-ES, 1908.

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. **Relatório apresentado à Assembléia Ordinária dos acionistas no ano de 1919**. Vila Velha-ES, 1919.

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. II Divisão de Tráfego. Gestão Setorial. **Serviço Sanitário**. Vila Velha-ES, 1920.

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. **Relatório apresentado à Assembléia Ordinária dos acionistas no ano de 1923**. Vila Velha-ES, 1923.

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. **Relatório apresentado à Assembléia Ordinária dos acionistas no ano de 1925.** Vila Velha-ES, 1925.

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. **Relatório apresentado à Assembléia Ordinária dos acionistas no ano de 1926.** Vila Velha-ES, 1926.

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. **Relatório apresentado à Assembléia Ordinária dos acionistas no ano de 1927.** Vila Velha-ES, 1927.

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. Setor de Construção. **Relatório apresentado à Assembléia Ordinária dos acionistas no ano de 1928.** Vila Velha-ES, 1928.

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. Setor de Construção. **Relatório apresentado à Assembléia Ordinária dos acionistas no ano de 1932.** Vila Velha-ES, 1932.

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. **Relatórios da Divisão de Trafego e da Divisão de Locomoção - 1936 e 1937.** Vila Velha- ES, [193-].

Periódicos

O BRAZIL-MEDICO: revista semanal de medicina e cirurgia. Rio de Janeiro: Policlínica Geral, v. 21, jul./dez. 1907.

PENNA, B. O saneamento do vale do Rio Doce. **O Estado**, Vitória, 19 abr. 1922a, p. 2. [Discurso proferido na cidade de Vitória no dia 4 de março de 1922]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=721190&pasta=ano%20192&pesq=O%20saneamento%20do%20vale%20do%20Rio%20Doce.&pagfis=534> Acesso em: Acesso em 2 mar. 2018.

PENNA, B. O saneamento do vale do Rio Doce. **O Estado**, Vitória, 20 abr. 1922b, p. 2. [Discurso proferido na cidade de Vitória no dia 4 de março de 1922]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=721190&pasta=ano%20192&pesq=belisario%20pena&pagfis=521>. Acesso em: 2 mar. 2018.

PENNA, B. O saneamento do vale do Rio Doce. **O Estado**, Vitória, 26 abr. 1922c, p. 2. [Discurso proferido na cidade de Vitória no dia 4 de

março de 1922]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=721190&past=ano%20192&pesq=belisario%20pena&pagfis=534>. Acesso em: 2 mar. 2018.

PENNA, B. No Valle Feraz do Rio Doce. **O Estado**, Victoria, 27 abr. 1922d. Capa. [Discurso proferido na cidade de Vitória no dia 4 de março de 1922]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=721190&past=ano%20192&pesq=belisario%20pena&pagfis=537>. Acesso em: 2 mar. 2018. 2 mar. 2018.

Fontes secundárias

AFFONSO, J. **Vitória-Minas e sua formação: 1901-1967**. São Paulo: Rideel, 1967.

ALMEIDA, C. A. **O desbravamento das selvas do Rio Doce**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

ARARIPE, D. A. **História da Estrada de Ferro Vitória a Minas: de 1904 a 1954**. Rio de Janeiro: CVRD, 1954. (Coleção Rio Doce).

BENCHIMOL, J. L.; SILVA, A. F. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 719-762, jul./set. 2008.

CAMPOS, A. L. V. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o serviço especial de Saúde Pública 1942-1960**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

CARVALHO, A. **Trilhos, trilhas e rios da minha vida**. Coronel Fabriciano: [s.n.], 2003.

DERENZI, L. S. **Caminhos percorridos** – memórias inacabadas. Vitória: Ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

HALBWACHS, L. **A memória coletiva**. Tradução de Laurente Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990

HARDMAM, F. F. **Trem fantasma** – a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2013.

KROPF, S. P. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). **História, Ciências e Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 205-227, 2009. Supl. 1.

LANNA, A. L. D. Ferrovias no Brasil, 1870-1920. **História Econômica e História das Empresas**, [S.l.], v. 8, n. 1 p. 401-107, jan./jun. 2005.

LE GOFF, J. (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985.

LAMOUNIER, M. L. **Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: Ed. USP, 2012b.

MAYRINK, G. **História da Vale**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2002.

MONTEIRO, C. Ferrovários em greve: relações de dominação e resistência na RVPSC. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa-PR, v. 12, n. 1, p. 9-24, verão, 2007.

RIBEIRO, L. R. **Pequena contribuição à história da Estrada de Ferro Vitória a Minas**. Vitória: Artgraf, 1986.

RIBEIRO, L. R. **João Neiva, origem e desenvolvimento**: a contribuição da EFVM. Vitória: CVRD, 1992.

ROSA, L. B. R. A. **Uma ferrovia em questão**: a Vitória Minas 1890-1940. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1985.

ROSENBERG, C. E. Framing disease: illness, society and history. *In*: _____. (ed.). **Explaining epidemics and other studies in the history of medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 305-318.

ROSENBERG, C. E.; GOLDEN, J. (ed.). **Framing disease**: studies in cultural history. New Jersey: Rutgers University Press, 1997

OLIVEIRA, E. S. D. **Combate à malária em Santa Catarina**: políticas públicas, impactos ambientais e memória. Orientador: Joao Klug. 2015. 311 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/156514>. Acesso em: 20 mar. 2018

QUINTÃO, L. C. **Interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. Orientador: Valter Pires Pereira. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito.

Recebido em: Fevereiro de 2022

Aprovado para publicar em: Junho 2022

Normas Editoriais

→ O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico, vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

→ Os trabalhos devem ser enviados em disquete, Cd, pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

→ O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

→ Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

→ Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

→ As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo

autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições etc.

→ As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

→ Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

→ Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português, espanhol e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português, espanhol e inglês).

→ Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

→ As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha. Latinidade_2018_2_desbastado.indd 287
11/06/2019 08:41:53

→ Todas as notas devem ser devidamente numeradas e colocadas ao final do texto, antes da bibliografia.

→ A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

→ Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

→ Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

→ Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

→ São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

→ Cada autor receberá, gratuitamente, cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.

